



RETRATO DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL [2015 - 2017]



Índice

Mensagem de S. E. o Primeiro-Ministro	4
Discursos de S. E. o Primeiro-Ministro	7
• Tomada de Posse	8
• Apresentação do Programa do VI Governo Constitucional	20
SETOR SOCIAL	35
SETOR DAS INFRAESTRUTURAS	57
SETOR ECONÓMICO	71
SETOR DA GOVERNAÇÃO	95
Sabia que... ..	131
• Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas	132
• Programa Nacional Saúde na Família	134
• Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	139
• Guia de Reforma e Fomento Económico	143
• Reforma Fiscal	146
• Reforma da Administração Pública	151
• Reforma Legislativa e do Setor da Justiça	154
• Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado	156
• Presidência <i>pro tempore</i> da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	159

Legislação aprovada 163

- Propostas de Lei 164
- Decretos-Lei 166
- Decretos do Governo 172
- Resoluções do Governo 175
- Outras deliberações do Conselho de Ministros 181

Discursos sobre Orçamento Geral do Estado 187

- Apresentação da Proposta de Lei de Orçamento Retificativo de 2015 188
- Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016 197
- Nova Apreciação do Decreto do Parlamento Nacional Nº 20/III – Orçamento Geral do Estado para 2016 206
- Debate da Proposta de Lei Nº 41/III (4ª) – Primeira Alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2016 214
- Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2017 219

Mensagem de S. E. o Primeiro-Ministro

Retrato do mandato do VI Governo Constitucional [2015 - 2017]

“Um por todos e todos por um”



O VI Governo Constitucional tomou posse no dia 16 de fevereiro de 2015 e, perante a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, assumiu, com honra e sentido de Estado o compromisso de colocar os seus esforços máximos ao serviço dos interesses da Nação e do nosso povo.

A conjuntura atípica que conduziu à constituição do VI Governo fez recair em nós uma responsabilidade dupla em relação à condução do nosso destino, quer como país quer como povo. Este foi um momento ímpar que não só marcou a vida política do país como a própria História de Timor-Leste. A forma madura e responsável com que foi feita esta transição para as “gerações mais novas” veio atestar a solidez da nossa democracia, o que só pode ser um orgulho para todos.

Cientes da responsabilidade da herança que nos foi confiada, o VI Governo Constitucional trabalhou, durante dois anos e meio, de forma afincada, com rigor e perseverança para continuar a proporcionar a paz e segurança ao nosso povo, criar melhores condições de vida, construindo infraestruturas básicas e apostando nos nossos recursos humanos que por sua vez também potenciam a diversificação da nossa economia, para continuar o nosso processo de desenvolvimento nacional.

Além de ser nossa premissa continuar com o trabalho iniciado pelos Governos anteriores, comprometemo-nos a melhorar e a proporcionar a todos os cidadãos uma melhor prestação de serviços, com melhor qualidade e de maior proximidade, e a adotar políticas que evitassem o desperdício dos dinheiros públicos, em todos os quatro setores em que assenta o Programa do Governo.

Foi essa determinação que nos guiou durante o mandato de 2015 - 2017, cumprindo com honestidade, responsabilidade e rigor os nossos objetivos para os setores social, infraestruturas, económico e da governação.

Assim, conseguimos alcançar progressos significativos na área da saúde com o lançamento do Pacote Abrangente de Cuidados Primários de Saúde e o Programa Nacional Saúde na Família, com as melhorias nos serviços médicos de emergência, e na reabilitação e construção de infraestruturas da saúde entre as quais saliento a conclusão do Hospital Regional em Baucau.

Construímos novas escolas, formámos professores, distribuímos mesas e cadeiras, livros e outros materiais de ensino, implementámos um novo currículo no primeiro ciclo do Ensino Básico e financiámos a merenda escolar, condições essenciais para que as nossas crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade.

Continuámos a política de proteção social, através do apoio aos cidadãos mais vulneráveis, sem esquecer os nossos Combatentes da Libertação Nacional. Aprovámos ainda a Lei do Regime Geral da Segurança Social e o Instituto Nacional de Segurança Social, mais um passo fundamental para a sustentabilidade do Estado social em que acreditamos.

Continuámos a desenvolver as infraestruturas básicas que, além de potenciarem o crescimento da nossa economia, são o catalisador transversal ao desenvolvimento de outras áreas como a educação, a saúde e o emprego. Por isso, a construção e reabilitação de estradas e pontes, o projeto de eletrificação nacional, os sistemas de abastecimento de água e esquemas de irrigação foram projetos de construção aos quais demos a necessária continuidade.

No setor económico trabalhamos com elevado empenho e desenvolvemos o Guia da Reforma e Fomento Económico que nos está a orientar numa estratégia clara rumo à tão almejada diversificação económica. Apoiamos, assim, as pequenas e médias empresas e os empresários, cooperativas e microempresas nas mais diversas áreas, assim como fomentámos as atividades agrícolas, piscícolas e pecuária, promovendo o desenvolvimento deste setor tão importante para o país. A estes exemplos junta-se uma nova Autoridade e Código Aduaneiro e a aprovação da Política de Turismo, entre outra legislação, que vêm trazer uma nova dinâmica ao setor privado e ao investimento nacional e estrangeiro.

A par da reforma do setor Económico, o VI Governo trouxe, ainda, para o setor da governação, três reformas estratégicas para o país – a Reforma Fiscal; a Reforma da Administração Pública e a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça. Melhorar a gestão e a transparência das finanças públicas e aumentar as receitas do Estado, melhorando a sua capacidade de execução com princípios de rigor, responsabilidade, eficiência; capacitar e melhorar o desempenho da administração pública, assegurando serviços públicos de qualidade; e rever e harmonizar o quadro legal, essenciais à boa governação e ao desenvolvimento institucional, são objetivos pelos quais nos batemos e cujo alcance está agora mais próximo.

Certo é que em dois anos e meio muito foi feito, mas é certo também que muito ainda está por fazer. A construção da Nação é um processo contínuo e que precisa do contributo de todos. Um desenvolvimento sustentável exige que ninguém fique de fora e por isso não podemos abrandar o nosso compromisso para com o progresso do nosso país.

Convido-vos à leitura daqueles que foram os principais resultados alcançados durante a governação do VI Governo Constitucional e dos quais muito nos orgulhamos. São estes o testemunho do sucesso que podemos alcançar quando trabalhamos “Um por todos, todos por um”, o mote do Governo que me coube o privilégio de chefiar.



Dr. Rui Maria de Araújo
Primeiro-Ministro

O Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, no dia em que, empossado por S. E. o Presidente da República, assume o cargo de Chefe do Governo – a 16 de fevereiro de 2015 – e em que pela primeira vez discursa no Parlamento Nacional – a 24 de março de 2015 – dirigiu-se à nação para assumir perante o povo timorense os compromissos que o VI Governo Constitucional pretende levar a cabo.

- Tomada de Posse
- Apresentação do Programa do VI Governo Constitucional



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

DISCURSOS



**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DA TOMADA DE POSSE DO
VI GOVERNO CONSTITUCIONAL**

Palácio Lahane, Díli
16 de Fevereiro de 2015

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Sua Excelência Senhor Presidente do Tribunal de Recurso
Suas Excelências Ex-Titulares dos Órgãos de Soberania
Sua Excelência Reverendíssima Senhor Bispo Dom Basílio do Nascimento

Distintos Senhores Membros do Parlamento Nacional
Distintos Senhores Membros do Governo

Excelentíssimos

Senhor Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e
Senhor Comandante Geral da Polícia Nacional Interino

Excelentíssimos

Senhores Representantes do Corpo Diplomático
Senhores Representantes das Agências Internacionais
Senhores Representantes da Sociedade Civil

Ilustres Convidados

Senhoras e Senhores

Povo Timorense,

É com verdadeira honra e sentido de responsabilidade que recebo hoje a missão de conduzir o VI Governo Constitucional.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, a confiança desta nomeação. Quero reafirmar também o meu compromisso e lealdade perante a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, perante a Lei e os princípios de separação de poderes, sem descurar a indispensável cooperação institucional e o respeito pelo papel do Chefe de Estado, do Parlamento Nacional e dos Tribunais.

Hoje é um dia marcadamente histórico na vida política de Timor-Leste. Às circunstâncias excepcionais que levaram à formação deste VI Governo, junta-se uma lógica mais pragmática para servir o interesse nacional acima de qualquer outro interesse. Nesta, a conjugação de vontades, experiências, talentos e qualificações suplantam a tradicional adversariedade político-democrática para dar solução aos desafios que o país enfrenta.

O elenco do VI Governo, sem demérito das suas convicções políticas, vai colocar os interesses do Povo, acima de quaisquer interesses partidários. É pois meu dever agradecer também o senhor Presidente do CNRT, à comissão política nacional do CNRT e ao partido no seu todo, bem como à liderança dos outros dois partidos no Bloco de coligação. Honra-me também agradecer o partido a que pertença, a histórica e gloriosa FRETILIN, que sempre soube sacrificar-se em prol dos interesses comuns da Pátria Maubere. Sem a confiança, tanto do CNRT como dos seus dois parceiros no Bloco, e sem a aceitação da FRETILIN, não teríamos feito hoje história.

Em 1984, Kay Rala Xanana Gusmão optou por uma política de unidade nacional como estratégia principal rumo à Libertação da Pátria. Vários camaradas de armas discordaram, mas o ímpeto da unidade continuou inexoravelmente alcançando, 15 anos depois, a meta desejada. Trinta anos volvidos, hoje, a história repete-se. Kay Rala Xanana Gusmão opta pela mesma via rumo à Libertação do Povo. Coincidências históricas ou não, faltam 15 anos para o término do período estipulado para alcançar as metas previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento, e ela, a história, nos julgará em 2030.

Hoje é também um dia marcante para a história da democracia do nosso país. Hoje é o dia em que o futuro é resgatado do passado, no qual os nossos irmãos mais velhos, os pais da nossa Nação, passam a responsabilidade de governação aos mais novos.

E os nossos líderes mais velhos, fazem-no, como sempre fizeram, ponderando os riscos e a necessidade primordial de consolidação da nossa jovem democracia. Fazem-no de forma gradual, sem rupturas, sem vácuo! Fazem-no, como sempre nos habituámos a ver, talvez até sem verdadeira consciência disso, com coragem e integridade e com uma sábia liderança.

Não posso deixar de reverenciar aqui Suas Excelências, os saudosos Nicolau dos Reis Lobato, Francisco Xavier do Amaral, Nino Konis Santana e Mau-Hodu, assim como centenas de quadros médios e superiores e os cerca de duzentos mil Timorenses tombados durante a luta de libertação. Reverencio também e com particular estima os nossos irmãos mais velhos Kay Rala Xanana Gusmão, Má-Hunu, Taur Matan Ruak, Francisco Guterres Lu-Olo, Lere Anan Timur, Mari Alkatiri, José Ramos-Horta, Rogério Tiago Lobato, Abílio de Araújo e José Luís Guterres, felizmente hoje ainda vivos entre nós. Todos eles, nossos heróis nacionais, enaltecem a herança que nos legaram e que nós agora, os da geração mais nova, temos a responsabilidade de perpetuar. Acredito que somos merecedores da confiança que agora nós é transmitida.

Estes nossos irmãos mais velhos que lutaram durante quatro décadas para chegarmos a um dia como o de hoje - com armas de guerra ou de diplomacia, com sangue e lágrimas, com trabalho e sacrifício – lado a lado com tantos outros heróis nacionais, ofereceram-nos a nossa Independência nacional.

Depois, continuaram a luta, a da construção dos alicerces do nosso Estado. Edificaram as nossas instituições democráticas e traçaram aquilo que é a essência dos valores democráticos de Timor-Leste: a paz, a reconciliação, a solidariedade, o pluralismo, a tolerância e o diálogo.

E se os mais velhos um dia decidiram que a unidade nacional era crucial para garantir a sobrevivência da nossa Nação, conduzindo-nos à nossa liberdade, nos dizem que hoje é novamente necessário convergir ideias, políticas, acções e prioridades em torno da causa comum de consolidação e desenvolvimento de Timor-Leste, nós, os mais jovens, temos que dizer sim, que estamos prontos!

Estamos prontos, conscientes da nossa história de resistência que temos de preservar. Estamos unidos para assumir maiores responsabilidades de liderança e, se for o caso, aprender com os nossos próprios erros.

Vossa Excelência Ex-Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, os seus esforços pela unidade nacional e pela soberania e desenvolvimento do país são absolutamente notáveis e, dificilmente, algum de nós, os mais jovens, conseguiremos igualar o seu carisma e a sua estatura política. Por esta razão, sinto-me profundamente honrado pelo privilégio de ter recaído sobre mim a tarefa de dirigir a continuidade do seu legado, e de todos os demais combatentes da Libertação Nacional, que ainda deve continuar sem tréguas, até à Libertação do Povo. Comprometo-me desta forma a trabalhar em estreita cooperação, numa imprescindível dinâmica de equipa, com os ministros, vice-ministros, secretários de Estado e particularmente com o Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico do VI Governo Constitucional, e fazemos assim, todos juntos, justiça à sua visão e liderança.

É nosso dever, é nossa obrigação, refiro-me particularmente à equipa do VI Governo Constitucional e dum modo geral a cada cidadão Timorense, honrar os feitos dos nossos antecessores, dignificando o seu legado. A união deste sangue novo, das nossas energias, capacidades e competências – porque se somos tecnicamente capazes, precisamos de ser também disciplinados e empenhados como aqueles que nos precederam – poderá elevar ainda mais o compromisso de melhor prestação de serviços e de melhores condições de vida ao povo de Timor-Leste.

Suas Excelências
Senhoras e Senhores,

É indiscutível que estamos a herdar um país estável, seguro e pacífico e em franco crescimento económico.

E por isso, não seria justo não destacar aqui hoje os progressos já alcançados e que fazem de Timor-Leste um país cada vez mais forte e capaz, demonstrados por um notável percurso nos últimos treze anos.

A paz e o sossego em que se vive em qualquer local do país não seriam possíveis sem as fundamentais reformas introduzidas nos sectores da defesa e da segurança. Iremos continuar a

implementar os planos estratégicos destes sectores de forma a assegurar a profissionalização, integridade, capacitação e capacidade das nossas Forças Armadas e da nossa Polícia Nacional. Neste contexto, iremos também dar mais atenção ao patrulhamento e vigilância da nossa costa marítima, para proteger os nossos corais e recursos piscatórios das incursões ilegais no nosso mar. As taxas médias de crescimento económico de cerca de 12,5% ao ano entre 2007 e 2011, e de cerca de 7% nos últimos três anos, não teriam acontecido sem as importantes reformas no âmbito da gestão das finanças públicas e do investimento público essencial à diversificação económica do país.

O aumento da actividade económica do país e os sinais positivos da existência de um sector privado emergente, resultam de uma série de iniciativas que importa continuar a desenvolver, como a Câmara de Comércio e Indústria, a Agência Especializada de Investimento, a preparação do Banco de Desenvolvimento, o Banco Comercial, o “balcão único - SERVE”, e os apoios concedidos a pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais.

As instituições criadas como a Câmara de Contas, a Comissão Anti-Corrupção, a Comissão da Função Pública, a Agência de Desenvolvimento Nacional, a Comissão Nacional de Aprovisionamento entre outras, vieram reforçar e assegurar tarefas fundamentais de gestão, controlo, supervisão e fiscalização dos dinheiros e bens públicos, também como forma de combate ao flagelo da corrupção.

A criação do Fundo Petrolífero, no I Governo, permitiu uma gestão responsável e transparente dos recursos para o benefício das gerações actuais e das gerações futuras, contando actualmente com mais de 16 mil milhões de dólares americanos, que importa proteger e investir de forma sustentável. Também a estratégia de diversificação, com a emenda à Lei do Fundo Petrolífero, em 2011, revelou-se importante e veio aumentar o volume das receitas do Fundo.

A percepção de uma total transparência sobre o sector do petróleo é o resultado da criação de sistemas rigorosos e responsáveis para gerir os recursos da nação. A criação de órgãos reguladores como a Autoridade Nacional do Petróleo, o estabelecimento do modelo de transparência de Timor-Leste e de um sistema a nível mundial de gestão de receitas, levou a que fossemos o primeiro país na Ásia-Pacífico e o terceiro do mundo inteiro a receber o estatuto de conformidade com a Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas.

Os Fundos Especiais, das Infra-estruturas e do Desenvolvimento do Capital Humano, vieram contribuir para melhorar quantitativamente, infra-estruturas essenciais e recursos humanos.

O plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, incluindo a construção de redes rodoviárias, e o acesso à electricidade, sendo este aliás o maior investimento em infra-estruturas do país até à data, poderão permitir o desenvolvimento de todos os sectores, incluindo os da saúde e da educação.

A justiça social, com o apoio e reconhecimento aos heróis da libertação nacional e os apoios aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças, honram o ideal de liberdade pelo qual os nossos avós, pais e irmãos lutaram, e é um marco importante da governação anterior.

Passos importantes estão a ser dados para o estabelecimento de um regime de segurança social, com a contribuição responsável de todos para a necessária sustentabilidade do Estado social que defendemos e queremos na nossa sociedade.

O processo de descentralização administrativa e o projecto de criação de municípios, sem esquecer os sucos e as lideranças tradicionais, intervenções tão necessárias a uma melhor e mais justa distribuição de recursos, juntamente com os PDID e o PNDS, têm vindo a dotar as áreas rurais de meios para fazer face às necessidades das suas populações, ao mesmo tempo que incentivam o empresariado e o desenvolvimento económico local.

Ainda numa perspectiva de continuidade que queremos imprimir ao VI Governo, não posso deixar de mencionar os esforços desenvolvidos que granjearam a credibilidade da imagem de Timor-Leste a nível internacional.

Timor-Leste, apesar das suas crises e retrocessos, foi capaz de as ultrapassar e assumir a liderança dos seus sectores estratégicos, como a segurança interna. Com a saída das Forças de Estabilização Internacionais e da Missão das Nações Unidas do nosso país, em finais de 2012, somos vistos como um país que aprendeu com as suas próprias fragilidades, investiu na reconciliação e conquistou um clima de paz social e política.

Para além das relações diplomáticas e de amizade que fomos estabelecendo com praticamente todos os países do mundo, temos vindo a participar cada vez mais nos fora internacionais para partilhar os desafios e êxitos da nossa história.

Temos excelentes relações com os nossos vizinhos mais próximos, Austrália e Indonésia, e continuaremos a promover também os laços históricos e de amizade com Portugal. A cooperação com estes países, bem como os Estados Unidos da América, China, Japão, Coreia do Sul, Cuba, Brasil, Nova Zelândia e os países amigos de África, da ASEAN e da União Europeia, irá continuar a permitir o desenvolvimento do nosso país. Enquanto um dos dois únicos países católicos na região do sudeste asiático, esperamos assinar a concordata com a Santa Sé, até ao final deste ano, o que irá reforçar ainda mais os vínculos com a Igreja Católica.

Assumimos a presidência rotativa da CPLP, em Julho do ano passado, e vamos trabalhar com os outros oito países desta Comunidade para não só reforçar a nossa amizade como para fortalecer o crescimento desta instituição, através de uma maior cooperação económica e empresarial no seio da CPLP. Continuámos a trabalhar no processo de adesão à ASEAN e temos vindo a desempenhar um papel de liderança e de solidariedade internacional, consubstanciados numa estrutura como o g7+ ou na intervenção decisiva de apoio às eleições na Guiné-Bissau e a sua reposição à ordem constitucional.

Suas Excelências

Senhoras e Senhores,

Se o peso da responsabilidade de governação parece aparentemente mais leve quando reflectimos nos progressos que já foram alcançados, torna-se gigante quando olhamos para

tudo o que ainda falta fazer.

Não tenhamos ilusões quanto aos desafios que subsistem nos mais diversos sectores. Uma das dificuldades que desde já enfrentamos é a falta de dados e de indicadores fiáveis sobre a actual situação do país. Os últimos dados oficiais que temos sobre a pobreza remontam a 2009 e indicam-nos que quase metade da população vivia abaixo da linha nacional da pobreza. Já passaram cinco anos e sabemos que o crescimento económico tem sido uma realidade, mas sabemos também que os benefícios deste não chegam a toda a gente.

O Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2014, os do Índice de Desenvolvimento Humano de 2013 e o Índice da Fome de 2014, demonstram alguns sucessos mas também atestam a magnitude de trabalho que temos pela frente.

O nosso país só pode aspirar ao desenvolvimento e ao progresso se assegurarmos que a sua população é instruída e saudável. Mas para ser instruída e saudável é preciso ter que comer, ter acesso à água potável, ter habitação condigna. Por isso, a agricultura, a educação, a saúde, a água e saneamento e a habitação são os sectores vitais que exigem estratégia e investimento. Mas temos de ser realistas e definir metas realizáveis, de acordo com as necessidades mais prementes e os recursos disponíveis.

Mais de 50% da nossa população tem menos de 19 anos. Este dado por si só demonstra os desafios de uma governação que tem de ser virada para as necessidades e aspirações dos grupos mais representativos da nossa sociedade – as crianças e os jovens.

Todos temos direitos e deveres. O acesso à educação e ao conhecimento é o primeiro grande passo para criarmos uma sociedade inteligente e capaz de se posicionar perante a injustiça, a violência e a desigualdade.

A pobreza não pode ser uma condição permanente. Temos que facultar aos mais desfavorecidos as ferramentas para saírem desta condição. Os apoios sociais devem fazer sempre parte de uma sociedade solidária, mas a dignidade do ser humano, consubstanciado pelo princípio de subsidiariedade, passa também por este poder decidir o seu papel na sociedade.

Suas Excelências

Senhoras e Senhores,

Sabemos que temos um horizonte temporal limitado, menos de dois anos e meio, para dar forma e conteúdo a todos os compromissos assumidos perante o Povo e perante o eleitorado que legitimou o V e legitima o VI Governo Constitucional, mas estamos empenhados e com vontade de levar o país para a frente.

Não vimos trazer um programa novo. O Plano Estratégico e, posteriormente, o programa do Governo anterior são para cumprir com uma maior ênfase na melhoria da prestação dos serviços e na qualidade das obras, numa forma eficiente, eficaz e responsável.

É nossa prioridade combater a cultura de burocratização na administração pública que se transformou num elefante com pés de barro.

O VI Governo vai empenhar-se na transição desse elefante com pés de barro para uma nova ordem burocrática mais leve, mais profissional, mais técnica e menos politizada. Nesta nova ordem, o mérito será privilegiado em detrimento do compadrio que resulta quase sempre em mediocridade. As qualificações e capacidades profissionais vão ser os critérios centrais para a colocação de funcionários e assessores nas posições.

O trabalho de equipa para a obtenção de resultados, o empenho dos membros do Governo, a responsabilidade – política, administrativa e criminal – sobre todos os actos e no âmbito das responsabilidades de cada um, não são requisitos preferenciais para desempenhar cargos públicos, são obrigatórios.

A responsabilização, a prestação de serviços de qualidade e a disciplina não são opcionais, são condições sine qua non para servir o Povo timorense. Esta transformação radical nas mentalidades dos nossos agentes públicos é fundamental.

A avaliação de desempenho e a medição de resultados obtidos serão os instrumentos capazes de aferir se esta transformação nas nossas estruturas mentais, administrativas e políticas, está a progredir.

Esta posição firme que vou exigir deste Governo e a mim próprio, de rigor e integridade, irá ser a pedra de toque deste executivo, com vista à boa governação, à transparência e ao combate à corrupção.

Suas Excelências

Senhoras e Senhores,

O Plano Estratégico de Desenvolvimento define um roteiro que materializa as necessidades e aspirações do povo timorense. Este plano é resultado de um processo de consulta pública aos 65 sub-distritos do país, dos contributos dos vários ministérios e da análise das experiências de outros países de forma a não cometermos os mesmos erros.

E o nosso plano diz-nos que a sustentabilidade e a diversificação económica são, senhoras e senhores, prementes. Timor-Leste tem um elevado potencial de desenvolvimento económico porque possui recursos naturais valiosos, incluindo recursos onshore que ainda estão por explorar e importantes reservas petrolíferas no mar de Timor.

Mas sabemos que estas reservas petrolíferas não são renováveis e no limite, no futuro, podem mesmo esgotar-se. Se temos a sorte de ainda termos reservas por explorar, continuamos também a ser um dos países mais dependentes do petróleo.

Por este motivo, temos que investir com responsabilidade, temos que investir de forma sustentável. Este é um grande desafio para qualquer governo, porque se temos que dar resposta às necessidades actuais, temos também que criar soluções de longo prazo para as próximas gerações.

Neste sentido, umas das nossas prioridades é, à luz do direito internacional, assegurar a definição clara das nossas fronteiras marítimas e também terrestres. O Primeiro-Ministro

vai presidir o Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, aprovado no Parlamento Nacional no final do ano passado, com vista a que o povo de Timor-Leste possa exercer efectivamente poderes de soberania sobre o território nacional e sobre a zona marítima.

Todos sabemos que o preço do petróleo tem vindo a baixar e que neste momento todas as economias dependentes do petróleo, como é a nossa, estão vulneráveis. Por esta razão, mais do que nunca os investimentos do Governo têm que ser eficientes e não podem ser desperdiçados. E se o Plano Estratégico de Desenvolvimento tem as políticas certas para abordar este problema, já a sua implementação exige uma nova dinâmica.

Uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado são essenciais para evitar o desperdício e conseguir resultados satisfatórios. Não podemos continuar a permitir o desperdício e a ineficiente utilização dos dinheiros públicos, maioritariamente provenientes do Fundo do Petróleo. Não devemos continuar a permitir que a nossa economia continue a ser uma economia de consumo, relegando para segundo plano os sectores que produzem valor acrescentado na economia. A diversificação económica deve começar a ganhar outra dinâmica através dum investimento inteligente nos sectores económicos de mais valia para Timor-Leste, tais como o turismo, a agricultura e pescas, e a indústria petroquímica.

Com vista a melhorar o equilíbrio fiscal do país, está em curso uma reforma do sistema tributário alvejando maior arrecadação de receitas domésticas que poderiam ultrapassar os actuais valores de acerca de 7 a 8% do PIB, se tivéssemos prestado maior atenção à administração tributária.

Com cerca de 75% da população do nosso país a residir em ambiente rural, investir na pecuária e na agricultura não pode significar apenas comprar animais e distribuí-los pelos produtores ou investir na compra de sementes e distribuí-las pelos agricultores, esperando que os tractores, também distribuídos pelos agricultores com base em critérios duvidosos, possam lavar os terrenos aráveis dormentes na maior parte do país. Para que estas iniciativas tenham sucesso precisamos de uma estratégia clara e interligada aos restantes sectores, como o económico ou o educativo. Estes investimentos trazem dividendos se conseguirmos criar um fio condutor entre a produção, a venda e o consumo, seja interno, seja externo. As cooperativas devem ser ainda mais acarinhadas pelo potencial papel que detêm no elo de ligação entre a produção e o mercado.

Temos o potencial turístico até agora sem sinais de séria prospecção e investimento. A natureza turística do país oferece-nos um manancial inesgotável de fontes de rendimento. É preciso investirmos com inteligência, aproveitando a crescente supremacia económica da Ásia, cuja classe média aspira a maiores oportunidades e ofertas de atracções turísticas. Mas para chegar aí, é preciso uma visão clara, e uma estratégia intersectorial, sobre o impulso que se deve dar a esse sector, e é necessária uma preparação séria dos nossos recursos humanos e as infra-estruturas básicas para o turismo.

Vamos também continuar a apostar numa indústria petrolífera dinâmica e integrada. O desenvolvimento da costa sul já está projectada e irá contribuir para a criação de emprego e para o arranque do sector industrial no seu todo. O petróleo e os recursos naturais, devem ser um motor de fortalecimento dos sectores económicos tradicionais.

Infra-estruturas básicas de qualidade, são um aspecto crucial para permitir esta nossa ambição de diversificação e desenvolvimento económicos. Se existem planos e projectos concretos nesta área e se muitos destes já estão em franca implementação, temos que dar mais atenção à qualidade das obras no nosso país.

Exigir aqui profissionalismo, melhor planeamento, controlo de custos e uma boa relação entre o preço e a qualidade, quer dos materiais, quer dos recursos e empresas contratadas é uma prioridade incontornável. Estradas, pontes, portos, aeroportos, edifícios públicos e, também, telecomunicações e conectividade de qualidade são estruturantes para o futuro.

O estatuto da região do Oe-cusse Ambeno e Ataúro, onde será implementado o projecto-piloto da Zona Especial de Economia Social de Mercado, merecerá o nosso total apoio e atenção. Sendo um projecto pioneiro de desenvolvimento integrado que associa o desenvolvimento social ao desenvolvimento económico, acredito que a breve trecho estaremos perante um caso de sucesso em que o investimento público resulta em crescimento económico sustentável.

O objectivo é a melhoria efectiva das condições de vida da população do enclave e, também, da ilha de Ataúro, enquanto pólo complementar focado no turismo, trazendo-lhes progresso, emprego, cultura, acesso a serviços básicos de qualidade e no fundo a uma vida feliz e digna.

Podemos pois, senhoras e senhores, estar optimistas relativamente ao arranque do sector económico. Contamos com dois grandes líderes a apoiar este desenvolvimento, o Dr. Mari Alkatiri enquanto Presidente da Região Autónoma do Oe-cusse e o Senhor Kay Rala Xanana Gusmão enquanto Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, naturalmente a pessoa ideal para, através deste ministério, apoiar na implementação da visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Suas Excelências

Senhoras e Senhores,

Falar de desenvolvimento é também falar de justiça e de direito. Não vamos conseguir construir um país justo se não conseguirmos assegurar que a justiça seja um pilar fulcral na nossa sociedade, acessível a todos. Temos pois que melhorar o funcionamento das nossas instituições e tal só é possível com um reforço de capacidades e competências dos seus quadros, o qual exige uma avaliação profunda ao sector da justiça e o estabelecimento de um novo quadro de cooperação adequado às necessidades do país.

E claro que é também nossa função continuar a promover a criação de um quadro normativo conducente a um país moderno e progressista. Tenho de mencionar aqui aquela que me parece

ser uma das mais importantes Leis de que o país precisa ver aprovada - a Lei das Terras e Propriedades. É fundamental para o investimento, seja interno, seja externo, conseguirmos legislar sobre esta área sob pena de não podermos concretizar os projectos essenciais à criação de emprego.

Como já mencionei a saúde e a educação são áreas estratégicas e de transversal importância ao desenvolvimento de todos os restantes sectores. Como sabem sou médico de formação e não posso deixar de salientar o trabalho que os profissionais de saúde desenvolvem, muitas vezes em condições inadequadas pela falta de equipamentos, de higiene, de infra-estruturas. Isto é inaceitável. Não é possível termos medicamentos guardados num armazém e não no hospital ou no centro de saúde; não é possível não ter materiais para uma intervenção cirúrgica ou para a realização de um raio x, porque não foi comprado a tempo ou porque está à espera de uma autorização.

Cabe ao Ministério, ao Hospital e ao Centro de Saúde cooperarem e assumirem cada um as suas responsabilidades para que a população tenha acesso a serviços de saúde de qualidade. E se algo falha, se um funcionário, um dirigente ou um ministro não é capaz de realizar as suas tarefas então tem de ser responsabilizado, porque não está a ser profissional nem a defender os interesses do Estado. E isto aplica-se indiscriminadamente a todos os sectores, sem excepção.

Cabe ao Governo promover políticas e investimentos para garantir a todos os timorenses o acesso à alimentação, à água potável e ao saneamento básico, para assim também reduzir drasticamente a doença, a mortalidade infantil e, também, o insucesso escolar, porque uma criança saudável e bem alimentada tem muito mais capacidade de concentração e aprendizagem.

Se sou médico de formação, a minha paixão vai para a educação e a formação profissional. E se alguns progressos foram alcançados nestas áreas, do ponto de vista de enquadramento teórico e até legal, mais uma vez, a prestação de serviços nesta área está aquém das necessidades dos timorenses, está aquém daquilo que o Governo e os servidores públicos podem de facto fazer.

Podemos ter o melhor currículo para as nossas escolas ou universidades, mas sem uma boa gestão administrativa e financeira, um planeamento adequado, coordenação institucional, recursos humanos capazes, infra-estruturas ajustadas e metas orientadas para os resultados, corrigindo e ajustando constantemente aquilo que correu menos bem, os serviços básicos em áreas fundamentais como a educação, nunca poderão ser bem prestados.

Muitos desafios subsistem num país cujos professores precisam de aumentar as suas competências e qualificações e onde temos de lhes assegurar condições para exercerem tão nobre tarefa que é a de transmitir conhecimento às nossas crianças e jovens. Precisamos de empenho, motivação e profissionalismo. E precisamos de fomentar a aprendizagem e o domínio da língua portuguesa, e promover a sua utilização no ensino das ciências, da matemática e de outras áreas do saber. O desafio da educação não está apenas relacionado com as questões linguísticas mas também a nossa capacidade para ensinar com qualidade. Temos pois uma fundamental tarefa que é a de assegurar que a classe docente tem condições

para aumentar as suas capacidades ao mesmo tempo que formamos novos professores com uma forte componente pedagógica e científica.

Acho ainda fundamental que as mulheres sejam cada vez mais encorajadas a prosseguir os seus estudos e a entrarem na força de trabalho. Já alguém o disse “quando se educa um menino educa-se uma pessoa, quando se educa uma menina educa-se uma família inteira”, e eu acrescentaria, uma Nação.

Um das iniciativas de que tive mais orgulho em participar, enquanto assessor no Ministério das Finanças, foi fazer o mapeamento dos funcionários deste ministério, identificando mulheres como potenciais gestoras, tendo depois providenciado apoio na ascensão delas para posições de direcção e chefia. As mulheres representam agora 32% da equipa de liderança do Ministério das Finanças, o que é inspirador.

É inacreditável que no mundo moderno de hoje os abusos contra a mulher e a violência doméstica sejam uma realidade em tantos países. Em Timor-Leste, infelizmente, isto também é uma realidade, a mulher na nossa sociedade é vítima comum de abusos e discriminação. Não podemos aceitar que a violência contra as mulheres, seja física ou psicológica, continue. Temos de a combater nas nossas casas, nos nossos empregos e nas nossas instituições.

Não querendo tomar mais do vosso precioso tempo, as minhas últimas palavras são dirigidas à Igreja Católica e demais confissões religiosas, à sociedade civil e aos cidadãos timorenses no geral. Aproveito esta ocasião, para fazer uma menção especial de agradecimento ao Reverendíssimo Bispo Emérito Dom Alberto Ricardo da Silva, pelo trabalho singular que realizou em prol dos timorenses. A Igreja Católica tem sido, durante séculos, um pilar fundamental para o povo timorense e a confiança agora depositada no Reverendíssimo Bispo Dom Basílio do Nascimento, para o cargo de administrador apostólico de Díli, é partilhada por todos nós.

A Sociedade Civil, nestes últimos anos, tem vindo a contribuir cada vez mais de uma forma responsável e participativa no processo de construção do Estado e da nossa democracia. O VI Governo irá continuar a investir nesta inclusão fundamental, também das ONGs e meios de comunicação social, pois é do interesse nacional dar mais impulso à vivência democrática no nosso país.

O processo de transformação para o país, precisa da participação de todos. Todos temos direitos e deveres e todos temos por isso que participar de forma responsável para a construção do Estado e da Nação. Este governo pretende estabelecer parcerias onde todos têm uma função mais activa naquilo que é conhecido como auditoria social, em que os indicadores da acção governativa são passados a pente fino com maior isenção e responsabilidade, com vista a que todos juntos consigamos uma melhor prestação de serviços ao nosso povo.

Governar em diálogo, tirar o melhor partido das críticas construtivas e corrigir o que não demonstra resultados positivos, são compromissos que só poderão ser implementados com sucesso se houver a participação de todos. A construção de uma sociedade inclusiva e

tolerante só é possível quando todos têm vontade de participar com responsabilidade no desenvolvimento nacional.

Também com os nossos parceiros de desenvolvimento, que têm sido uns aliados importantes nos nossos esforços de desenvolvimento, pretendemos continuar a fomentar a cooperação e a solidariedade institucional. Os timorenses têm a humildade de reconhecer que nunca estiveram sozinhos e que em conjunto é possível ir mais longe. Entretanto, temos que acertar os nossos métodos de trabalho, optando pelos princípios delineados na declaração de Paris, na agenda de acção de ACRA e nos compromissos assumidos no fórum de alto nível em Busan para uma Parceria de Cooperação Efectiva para o Desenvolvimento.

Temos que reinventar o mote - Um por todos, Todos por um - para a equipa deste executivo governamental.

Todos juntos podemos fazer melhor - deve ser o espírito que move a nossa sociedade, que será tanto ou mais solidária e unida quanto cada um de nós contribuir com um verdadeiro sentido de coragem, dever e responsabilidade para a construção colectiva da nossa nação.

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
16 de Fevereiro de 2015

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DO
PROGRAMA DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL
NO PARLAMENTO NACIONAL**

Parlamento Nacional, Díli
24 de Março de 2015

Sua Excelência

Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências

Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências

Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas

Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores,

É com grande honra e satisfação que me dirijo pela primeira vez, na qualidade de Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional, a esta Casa da Democracia, com a convicção de que iremos, Governo e Parlamento Nacional, trabalhar juntos e de forma construtiva para o presente e futuro da nossa Nação.

Passado pouco mais de um mês da data em que tomámos posse, o Governo vem hoje, como constitucionalmente previsto, submeter a debate e apreciação dos Distintos Deputados, desta magna Assembleia, o Programa do VI Governo Constitucional.

Não posso deixar de mencionar a enorme responsabilidade que isto representa para mim e para todo o Governo. Responsabilidade, porque é um privilégio imenso trabalhar com e para o povo timorense; responsabilidade porque as nossas acções são pautadas com profundo respeito pelo legado que recebemos do Governo anterior.

Ao assumirmos as nossas funções, assumimos também o compromisso de honrar e preservar a nossa história de resistência, de dignificar os feitos dos nossos heróis e Combatentes da Libertação Nacional e de dar continuidade ao processo de construção e consolidação do nosso Estado e das nossas instituições e valores democráticos.

Foi-nos dada a nós, a nova geração de líderes, a oportunidade de continuar os esforços de unidade nacional, soberania e desenvolvimento e com renovadas sinergias continuar a luta sem tréguas para a libertação do povo - da miséria, da iliteracia, da doença, da injustiça e da desigualdade e de todas as condições abjectas que caracterizam a pobreza.

Esta é uma causa nacional que exige a participação de todos! Este é um desafio que nos obriga a ser resilientes, disciplinados e dedicados, como foram no passado todos os heróis timorenses – mártires ou ainda vivos – quando agiram incansavelmente para conquistar a nossa Independência nacional.

Não foram os esforços de alguns que conseguiram esta proeza, foi o esforço colectivo de um povo inteiro. Também não serão os esforços isolados deste Governo que poderão ultrapassar os obstáculos da pobreza, mas os esforços conjugados dos Governos, do passado, presente e futuro, em estreita colaboração com os outros Órgãos de Soberania, com a Sociedade Civil e com todos os timorenses – todos unidos por esta causa de desenvolvimento e a trabalhar responsabilmente para o bem-estar de toda a população.

A nossa “cultura de resistência da luta”, demonstra que esta orientação política e social traz bons resultados. Agora temos que apropriar os nossos genes de guerrilheiros a uma “cultura de desenvolvimento”. A continuidade, a responsabilidade e participação colectivas, são assim linhas-mestras da nossa governação.

Esta nova dinâmica, a conjugação de uma estrutura mais jovem, mais funcional e eficiente, que o Ex-Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, ao passar o seu testemunho, quis inculcar no seio do novo Governo e na sociedade em geral, pode dar frutos e vai dar frutos, se conseguirmos inspirar uma mudança de mentalidades, em que a prioridade máxima de cada cidadão timorense é amar a sua Pátria, respeitar os seus compatriotas e trabalhar em prol de todos e nunca apenas para benefício pessoal.

E quando falamos em servidores públicos isto é ainda mais relevante, na medida em que estes têm responsabilidades acrescidas na gestão e implementação justa e transparente do investimento público.

No VI Governo juntam-se as componentes certas para encorajar uma melhor prestação de serviços à população: convergimos talentos, qualificações, experiências e deliberações isentas de ideologias, doutrinas e interesses político-partidários.

Às nossas capacidades, competências e profundo empenho, juntam-se a sabedoria e os conhecimentos dos líderes mais velhos e nossos mentores, que teremos sempre a humildade de consultar e ouvir, medindo cuidadosamente os prós e os contras das nossas acções, para um processo de desenvolvimento integrado e sustentável.

E, por esta mesma razão, não posso deixar de salientar a importância de um aspecto fundamental que o VI Governo herdou e que conta decididamente para aquilo que podemos fazer do futuro de Timor-Leste: o clima de paz e estabilidade social e política que se vive no país!

Estes são factores determinantes para o crescimento económico. Sem paz e estabilidade, não há investimento nacional ou estrangeiro, não há turismo, e não há, e acho que este é um aspecto fundamental, a confiança do próprio povo nas suas instituições e nos seus líderes.

Em situações que colocam em causa a ordem pública e a autoridade do Estado, não haverá lugar para a permissividade ou passividade. A manutenção da estabilidade e da segurança interna continuará, por isso, a ser alvo prioritário da atenção do Governo.

Aprendemos naturalmente, como bons alunos que temos a obrigação de ser, com as lições do passado. A nossa história recente ensinou-nos o quanto é importante ir às raízes dos problemas e encontrar soluções de forma resoluta, procurando resultados de longo prazo que promovam a reconciliação e a sensação de segurança e, também, que preservem os ideais de liberdade pelos quais os timorenses lutaram mais de duas décadas.

Também por esta razão, gostaria de reiterar que esta transição governativa – do V para o VI Governo - é um marco importante na democracia do país, porque foi firmada numa lógica pragmática de servir o interesse nacional acima de qualquer outro interesse e para dar solução aos desafios que o país enfrenta, de forma gradual e com uma visão de continuidade para o sucesso a longo prazo.

Excelências

Senhoras e Senhores,

O Programa do VI Governo tem pouco mais de dois anos para ser implementado. Também por isso é importante sublinhar que o Programa que vai ser debatido não é um programa novo mas antes o prosseguimento das políticas definidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e que foram transpostas e iniciadas pelo Programa do V Governo.

O espaço temporal é algo que não nos preocupa porque a visão de desenvolvimento que temos para implementar não se resume a dois anos e meio, nem aos próximos cinco ou dez anos das próximas legislaturas, é antes uma visão de longo prazo, consubstanciada no Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Aliás, nem podia ser de outra forma! A visão para Timor-Leste não pertence a este ou àquele Governo, pertence ao Povo timorense! A nossa visão nacional é o resultado da consulta alargada a toda a população, auscultando as necessidades e aspirações dos timorenses, as suas preocupações mas também ambições.

Considerando as circunstâncias reais do país, os desafios e necessidades tão variadas e prementes que a nossa população enfrenta, temos que implementar medidas e acções que tenham sequencialidade nos próximos anos até atingir as metas traçadas para 2030.

Neste sentido, a questão que se coloca ao analisar o Programa do VI Governo não é tanto aquilo que vai ser implementado mas antes como vai ser implementado. Não é tanto decidir quais as prioridades para o país, porque essas já foram definidas, mas como implementar com eficácia e eficiência aquilo que é prioritário.

Os membros deste executivo dedicaram-se à tarefa de analisar sectorialmente aquilo que foi comprometido no Programa do V Governo. Identificaram o ponto de situação actual, ponderando entre aquilo que já foi implementado e o que falta implementar até 2017 e aquilo que, embora não seja possível concretizar na totalidade até esta data, lança, pelo menos, as bases de concepção e implementação para ser continuado no futuro.

Eu próprio, na qualidade de Primeiro-Ministro, tenho efectuado visitas a várias organizações, departamentos e instituições do Estado, incluindo escolas, hospitais e centros de saúde, para perceber em primeira mão a situação real do país. Isto irá permitir um diagnóstico mais correcto para a linha de actuação do Governo, que passa pela aplicação de uma terapia de larga escala para os desafios que o país enfrenta.

Não estará então tanto no cerne da questão o conteúdo do programa, que é uma continuação do programa anterior, mas a sua forma de implementação que é mais orientada para os resultados.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados

A melhoria da prestação de serviços é o foco central deste Governo. Neste contexto, irá ser dada particular prioridade à:

- (1) **Melhoria da qualidade das obras públicas** - porque um plano integrado de infra-estruturas só trará vantagens competitivas se as obras forem de qualidade e proporcionais ao valor do investimento. Isto significa exigir rigor, profissionalismo, planeamento, fiscalização e controlo de custos - de materiais, recursos humanos e empresas contratadas.
- (2) **Reforma da administração pública** - porque os servidores públicos ao assumirem as suas funções juram obedecer à Constituição e às Leis e a trabalharem com isenção, honestidade e profissionalismo, salvaguardando os interesses da Nação. Vamos por isso mesmo exigir total responsabilidade pelos seus actos, realizando avaliações de desempenho e promoção com base no mérito. Por outro lado, vamos proceder a uma análise profunda das necessidades da administração pública com a revisão do processo de contratações, responsabilização pelos serviços prestados e rigor na gestão dos bens públicos, evitando sempre despesas supérfluas. Vamos ainda combater uma cultura de burocratização.
- (3) **Harmonização e uniformização das leis** - porque é necessário acelerar o desenvolvimento de um ordenamento jurídico de génese timorense, padronizado e harmonizado, com que os timorenses se identifiquem, criando também medidas para transformar o sistema jurídico num sistema bilingue, promovendo o acesso à justiça e que também sirva de segurança e certeza jurídica aos potenciais investidores.

(4) Reforma fiscal – porque é necessário melhorar o equilíbrio fiscal através de um sistema tributário que arrecade mais receitas domésticas, mantendo um regime fiscal competitivo, capaz de atrair investimento.

Para a concretização destes objectivos, a própria estrutura orgânica do Governo é otimizada para permitir mais coordenação das actividades governamentais. Por isso, gostaria de salientar que:

- (1)** O programa do Governo não tem uma agenda política nova. Foi formulado num contexto de **continuidade**, dando ao mesmo tempo a oportunidade para reavaliar e ajustar os projectos em curso. O resultado disto é um programa mais adequado ao tempo que resta de mandato mas também um importante fio condutor para políticas sustentáveis de longo prazo.
- (2)** É um programa **sectorialmente transversal**, sendo fundamental a boa coordenação entre as várias linhas ministeriais e/ou agências do Estado. Passo a exemplificar com o nosso objectivo de “Protecção de Crianças e Jovens”: este exige uma intervenção activa do Ministro de Estado Coordenador dos Assuntos Sociais que irá criar a Comissão dos Direitos da Criança; do Ministério da Solidariedade Social, com medidas de protecção social para a infância e juventude; mas também do Ministério da Justiça, com a adequação de um quadro legal; do Ministério do Interior, para prevenção e acção do abuso de menores; da Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego, com vista ao combate do trabalho infantil. E, naturalmente, com outros Ministérios relevantes, num quadro mais alargado, que promova a saúde, a educação, a formação profissional, a cultura e, em especial, para os nossos jovens, a tão essencial criação de emprego. A leitura, interpretação e implementação do programa de uma forma transversal é essencial porque não é um ou outro projecto, ou um ou outro ministério, que vão permitir alcançar os objectivos pretendidos, mas todos integrados a actuarem como um único.
- (3)** É um programa que visa a **boa governação** em todos os aspectos da actuação do executivo, incluindo um planeamento orientado para resultados, a correcção de sistemas e mecanismos, e a transparência, responsabilidade e responsabilização na implementação de programas, protegendo também assim o nosso Fundo Petrolífero para as futuras gerações. Seremos os primeiros inimigos do nosso próprio desenvolvimento se não encararmos o flagelo da corrupção com seriedade! Isto exige a coragem de cada um de nós, em particular para aqueles que desempenham cargos públicos, de não procurar nunca as saídas mais fáceis, de nunca ceder à tentação de corrupção ou regalias, e de nunca comprometer a meritocracia para salvaguardar interesses individuais.
- (4)** É um programa que é **virado para as pessoas e que conta com as pessoas**. As organizações da sociedade civil, a imprensa, o sector privado, a Igreja e outras confissões religiosas, e os cidadãos no geral, são parceiros estratégicos fundamentais de desenvolvimento, são os

auditores do trabalho do Governo e são, ainda, na sua participação activa e responsável, um símbolo nacional de vivência democrática.

- (5) É, finalmente, um programa que visa a **inclusão e o combate às desigualdades**, com a criação de oportunidades a todos os timorenses, vivam eles na capital ou em áreas remotas, sejam eles homens ou mulheres, jovens ou idosos. A abordagem integrada do género em todas as instituições governamentais é já hoje uma realidade em Timor-Leste. Queremos encorajar ainda mais o papel da mulher na nossa sociedade, não apenas porque é um dever do Estado mas porque o emprego das capacidades e polivalências da mulher na vida política, económica e social do país é, realmente, uma necessidade e uma vantagem para o nosso desenvolvimento.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados

Por tudo o que foi dito, repito, a agenda política deste Governo vem dar continuidade, com uma nova dinâmica e mais resultados até 2017, aos quatro pilares de desenvolvimento nacionais:

1. Sector Social

Uma Nação justa e desenvolvida é aquela que investe no desenvolvimento do capital social, isto inclui promover o acesso à saúde, à educação, à formação profissional, à informação, à justiça social e à cultura, gerindo e protegendo ainda de forma sustentável os nossos recursos ambientais, valorizando assim a qualidade de vida no presente e dando resposta às necessidades das gerações futuras.

O Governo irá continuar a garantir o acesso aos **serviços de saúde** e a melhorar o atendimento médico, bem como a regular o sistema nacional da saúde, e a reforçar as infra-estruturas e os recursos humanos qualificados, também com mais formação, melhor gestão e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde. Em 2014, tínhamos 1.754 novos bolseiros a estudar em áreas especializadas ou técnicas de saúde, os quais vão também apoiar o objectivo de melhoria deste sector.

Continuaremos a implementar os modelos de serviços comunitários e cuidados domiciliários que cheguem a todos, e a prestar um conjunto de serviços abrangentes aos sucros com entre 1.500 e 2.000 pessoas, em áreas muito remotas, sendo que em 2014 já alcançámos 50% deste objectivo. Vamos também gerir melhor a provisão de medicamentos, prevenir e combater a malnutrição e reforçar os programas de vacinação (com o objectivo de alcançar, até 2017, uma taxa de cobertura de 90% de crianças com menos de 1 ano para Pentavalente 3 e sarampo). Com a incidência de < 1 caso por cada 1000 de população, Timor-Leste atingiu o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para o combate à malária e também reduziu a mortalidade materna de 557/100.000 em 2012 para 270/100.000 em 2014. Vamos continuar a apostar

fortemente também na melhoria dos cuidados de saúde infantil e crianças, bem como doenças de foro mental, apostando também mais na educação e sensibilização como forma de prevenção, sobretudo de doenças infecto-contagiosas.

Continuaremos a reabilitar Hospitais, Centros e Postos de Saúde, com o objectivo de construir um destes Postos em cada suco, sendo que actualmente já existem 272 Postos de Saúde, com a construção de 79 novos Postos desde 2012. Actualmente 50% dos sucros com população com mais de 2.000 habitantes contam com pelo menos um médico, um enfermeiro ou uma parteira residentes localmente, sendo o objectivo, até 2017, alcançar os 100%. Iremos também ampliar o Hospital Nacional, com um novo serviço de pediatria e viabilizar serviços especializados como a oncologia, cardiologia e hemodiálise para diminuir as evacuações ao estrangeiro.

O Governo vai continuar a desenvolver esforços para garantir que todas as crianças e jovens têm acesso a um **ensino de qualidade**. Isto implica a agilização na introdução das políticas de educação, não só de currículos escolares e académicos, mas também o reforço da boa gestão administrativa e financeira, melhor coordenação institucional e infra-estruturas e recursos humanos qualificados e competentes.

Iremos continuar o projecto de construção e equipamento de cerca de 250 novas pré-escolas e a recuperação de todas as salas de aula degradadas, o que vai permitir que pelo menos metade das crianças entre os 3 e os 5 anos tenham acesso ao ensino pré-escolar, vamos ainda continuar a reabilitar as escolas de ensino básico e secundário em todo o país. Vamos dar condições para professores e docentes aumentarem as suas competências e formação contínua e exigir profissionalismo e empenho nesta classe profissional fundamental no nosso país.

A qualidade de ensino e aprendizagem, também no domínio da língua portuguesa, irá ser fomentada com metodologias pedagógicas e científicas que demonstrem resultados e com o apoio de materiais escolares adequados. Vamos ainda continuar a aumentar a capacidade das escolas secundárias, desenvolvendo também estrategicamente as Técnico-Vocacionais, para permitir saídas para o ensino superior ou para o mercado de trabalho mais de acordo com as necessidades dos sectores produtivos do país.

O Governo continuará a promover um sector de ensino superior eficaz, garantindo a avaliação e acreditação académica, a formação contínua de docentes, o desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino superior, e o início da construção dos três Institutos Superiores Politécnicos - engenharia do Suai, indústria de serviços em Lospalos e de agricultura em Same - e uma Academia de Pescas e Estudos Marinhos em Manatuto, e da Faculdade de Engenharia da UNTL em Hera.

No âmbito da **formação profissional e emprego**, continuaremos a dar ênfase ao Plano de Formação e Educação Técnica e Profissional, investindo na qualificação de jovens em áreas estratégicas nas indústrias de petróleo e gás, turismo e hospitalidade, agricultura, construção civil e marítima e automotora. Continuaremos o Compromisso Nacional com a Formação, acreditada e financiada, numa média de 2.500 posições de formação por ano, e com o programa de estágios profissionais. Este ano vamos enviar mais 250 trabalhadores

para a República da Coreia e Austrália no âmbito da política de criação de emprego. Também a formação de formadores, o desenvolvimento de instalações e materiais de formação bem como o estabelecimento de um novo Centro de Formação em Gestão das Finanças Públicas serão alvo de investimento.

A justiça social continuará a ser central neste programa de Governo. A **protecção social** aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes, crianças e aos nossos veteranos, honram os nossos ideias de liberdade e continuarão a ser apoiados, quer através de subsídios quer no apoio em espécie. Vamos, também, continuar a trabalhar no sentido de adaptar e alargar o actual regime transitório de segurança social num regime definitivo, obrigatório e contributivo, que seja sustentável e que garanta a segurança social a todos os trabalhadores e familiares dependentes.

A dignificação, homenagem e apoio aos **Combatentes da Libertação Nacional** mantêm-se como uma prioridade do Estado. Até 2017, iremos estabelecer um Conselho Nacional de Combatentes de Libertação Nacional, permitindo assim também a organização dos Conselhos dos Combatentes a nível dos municípios, iremos ainda continuar a atribuir bolsas aos seus filhos e aos filhos dos Mártires e apostar na preservação e promoção da História de Libertação Nacional, no ano em que se celebram os 40 anos dos nossos heróis das FALINTIL!

Vamos também apoiar as instituições de solidariedade social e a criação de Serviços de Atendimento Social, investindo na formação de futuros assistentes sociais. O compromisso para com os direitos e oportunidades das **mulheres** continua a ser central na actuação do Governo, promovendo a Política de Tolerância Zero à violência contra as mulheres e meninas.

Os **meios de comunicação social** e o reforço da nossa **identidade nacional** são fundamentais para o desenvolvimento do capital social. Vamos por isso continuar a desenvolver a diversidade e independência dos órgãos da comunicação social e a promover o acesso à informação e à educação cívica. Por outro lado, vamos valorizar o património e a cultura timorenses, através do processo de criação de instituições culturais de referência – a Biblioteca Nacional, o Museu e Centro Cultural e a Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais.

2. Sector de Infra-estruturas

Existe já um programa de investimento de infra-estruturas básicas integradas que queremos implementar com mais rigor e sustentabilidade. As estradas, pontes, portos, aeroportos, edifícios públicos, telecomunicações e conectividade são alicerces cruciais ao crescimento e diversificação económica.

Iremos continuar a implementar o Programa de Melhoramento de Estradas Nacionais, sobretudo nas ligações mais críticas do país. Desta forma, até ao final do mandato, iremos intervir nas seguintes ligações rodoviárias:

- Díli – Manatuto – Baucau
- Baucau a Lospalos (incluindo Lautem-Com), e Baucau-Viqueque

- Maubara-Carimbala, Loes-Mota Ain, Gleno-Ermera
- Manatuto - Laclubar
- Díli-Liquiçá, Tibar-Gleno, e Carimbala-Loes. Estes troços de estradas incluem também Tasi Tolu – Tibar, Maubara – Carimbala, Gleno-Ermera.

Iremos ainda reabilitar as estradas municipais, incluindo as estradas da Região Administrativa Especial do Oe-cusse Ambeno e de Ataúro e iniciar a construção do projecto rodoviário Díli – Aileu – Maubisse – Aituto – Ainaro – Cassa. Também implementaremos o Plano Mestre de Estradas Rurais e vamos estabelecer um programa de reabilitação e manutenção de estradas nacionais, urbanas e rurais. Contamos efectuar a manutenção de 1.426 km de estradas nacionais e municipais, reabilitar 268 km de estradas rurais e manter 521 kms de estradas rurais que já foram reabilitadas.

O Governo vai continuar a investir na gestão de recursos de água potável e de serviços de abastecimento de água e de **saneamento básico**. Entre 2015 a 2017, para aumentar o acesso a água nos lares rurais, serão instalados pelo menos 125 sistemas de água. Iremos ainda restaurar as infra-estruturas de água e saneamento urbanos, incluindo a construção de sistemas de recolha de esgotos, instalações de tratamento de águas residuais e destino final de resíduos sólidos urbanos. Isto será conseguido, até 2017, através de:

- Desenvolvimento de um Plano Geral para Centros Municipais, nomeadamente Baucau, Viqueque, Lospalos e Same.
- Desenvolvimento de soluções para abastecimento de água no Suai.
- Implementação dos Planos Gerais de Água para Manatuto e Oe-cusse.
- Reparação de furos, reabilitação de canos danificados e legitimação das ligações, bem como consolidação de novas fontes de água, construção de reservatórios e instalações de tratamento.
- Ligação de casas ao fornecimento canalizado de água.

Também em Díli, serão implementados os Planos Gerais de Saneamento e Drenagem, para conseguir melhorias faseadas de saneamento, bem como reabilitação de drenagens e separação da drenagem de águas residuais de águas pluviais.

As energias renováveis e a electrificação rural plena formarão os dois pilares da nossa agenda de **electricidade**, vamos por isso proceder a uma análise profunda sobre os custos e benefícios. Investiremos também, sobretudo para áreas remotas, em estudos com vista à instalação de facilidades de energia solar e eólica, que são mais baratos, fáceis de instalar e protegem o ambiente.

O desenvolvimento de **portos marítimos** que facilitem a importação e exportação de bens, continuam uma prioridade com o plano de construção de um porto nacional multifunções em Tíbar, que será começado em 2015, e a construção de um porto no Suai, que está na última

fase de concurso, para o estabelecimento de uma base logística para o sector petrolífero, cujas obras começarão em breve. Até final de 2017, vamos materializar os processos de pré-construção para o desenvolvimento de portos entre Laga e Lautem, Ataúro, Kairabela e Manatuto. Vamos ainda investir no desenvolvimento institucional e de infra-estruturas dos **transportes terrestres**, com prioridade para a melhoria do tráfego e de segurança rodoviária, e **transportes aéreos**, com a ampliação e modernização do Aeroporto Internacional e início de estudos de viabilidade de aeroportos municipais, em 2016.

As **telecomunicações** são fundamentais para o crescimento empresarial e melhor prestação de serviços, por isso vamos impulsionar o empreendimento de ligar Timor-Leste à fibra óptica terrestre e subaquática, numa rede nacional e internacional, cujas propostas de ligação estão já a ser estudadas.

3. Sector Económico

A sustentabilidade e a diversificação económica são cruciais no estágio de desenvolvimento actual de Timor-Leste. Não podemos continuar tão dependentes das receitas petrolíferas, sobretudo quando este recurso é limitado e quando o preço do petróleo tem vindo a baixar, deixando economias, como a nossa, extremamente vulneráveis.

O investimento inteligente nos sectores económicos como a agricultura, pescas, turismo, pequenas indústrias e indústria petroquímica, é fundamental e criador de emprego.

Vamos apostar mais seriamente num **sector agrícola** forte, com melhores práticas agrícolas, uso de novas tecnologias de produção e colheita, formação na aplicação de tecnologias adequadas e na melhor orientação dos agricultores tendo em vista as circunstâncias locais. Nesta estratégia é premente assegurar o aprovisionamento de água para a agricultura e investir na irrigação. Contamos assim aumentar a produção de arroz e milho e, também, melhorar a produção de café e baunilha, noz-moscada e óleo de coco.

As sementes, fertilizantes e pulverizadores, bem como equipamentos, continuarão a ser disponibilizados aos agricultores. A formação consistente e o apoio a agro-indústrias, bem como as campanhas de extensão terão uma cobertura mais ampla. O programa intersectorial de **criação de gado e animais de pequeno porte**, em áreas apropriadas, através do estabelecimento de cooperativas e promoção da agropecuária, bem como os cuidados básicos de saúde animal, com um novo programa piloto de vacinação para controlo da brucelose, melhora a segurança nutricional do país e gera rendimentos.

O Governo irá continuar a promover a exploração sustentável dos **recursos marinhos**, usando o potencial da nossa linha costeira, com benefícios nutricionais e económicos para cada um dos 11 Municípios costeiros. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura prevê o investimento no estabelecimento de aquacultura de peixes, tais como a tilapia e outras espécies de valor comercial e nutritivo, para abastecimento de peixe nas áreas centrais do país, e para melhorar a merenda escolar em proteínas.

O Governo já está a rever as actuais licenças de pesca comercial nas águas territoriais. Neste contexto, iremos também dar mais atenção ao patrulhamento e vigilância da nossa costa marítima, para proteger os nossos corais e recursos piscatórios da incursões ilegais no nosso mar.

O **sector do turismo** pode ser um manancial inesgotável de fontes de rendimento, se soubermos fazer uso da nossa riqueza natural, paisagística, cultural e histórica. O nosso potencial turístico pode ter a ganhar com a supremacia económica da Ásia, que está receptiva à oferta de novas atracções turísticas, se desenvolvermos uma estratégia intersectorial, que vise também os recursos humanos, as infra-estruturas e actividades promocionais.

O projecto de construção de um centro de formação em turismo e hotelaria em Díli e a elaboração do Plano Mestre do Turismo que foque as três zonas turísticas de excelência - oriental, central e ocidental -, bem como a projecção internacional, incluindo a participação na Exposição Universal Milão 2015, irão impulsionar este sector estratégico de desenvolvimento económico.

Vamos dedicar mais atenção ao sector do comércio, disponibilizando armazéns de trânsito e de conservação e de máquinas descascadoras por todo o país. A formação e capacitação empresarial em cooperação com o IADE e o apoio a estudos de mercado, desenvolvimento de estratégias de comercialização, formação e assistência técnica e desenvolvimento de tecnologias, produtos e financiamento irão também encorajar a criação de **agro-indústrias**.

Também o desenvolvimento de políticas comerciais, incluindo a gestão e organização de mercados municipais e a criação de facilidades e condições, para os programas de apoio à circulação dos produtos no interior e exterior do país, sustentam o nosso crescimento económico. O Plano de Gestão Florestal e a Política e Estratégia Nacionais de Comercialização do Bambu vão apoiar a nossa estratégia de diversificação económica, protegendo ao mesmo tempo os nossos recursos naturais.

O Governo continuará a aposta na **indústria petrolífera**, de modo a que esta ofereça alicerces sólidos para a transformação estrutural da economia de Timor-Leste. Para tal, continuaremos a formação de quadros nacionais para trabalharem neste sector – incluindo as áreas de geologia, a engenharia química e petrolífera, as finanças do petróleo e a gestão de projectos - o desenvolvimento da costa sul, e o compromisso inabalável de transparência na contabilidade de receitas a partir do sector petrolífero. Vamos ainda, desenvolver a indústria mineira com a aprovação do código mineiro e transformação da Autoridade Nacional de Petróleo para a Autoridade Nacional do Petróleo e Mineral e a criação da Companhia Nacional Mineira – MINAS DE TIMOR.

Para que o desenvolvimento sustentável do sector económico continuaremos a trabalhar num **cenário empresarial e de investimento** que envolva um sector privado diversificado. Continuaremos, por isso, a:

- Fortalecer a Câmara de Comércio e Indústria.
- Desenvolver o Balcão único – SERVE.
- Desenvolver as Parcerias Público-Privadas, conjugando financiamento com know-

how, nacional e estrangeiro.

- Estabelecer o Banco Nacional de Desenvolvimento e promover o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste para o acesso ao crédito às micro, pequenas e médias empresas, tanto nas áreas urbanas como rurais.
- Apoiar o desenvolvimento da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oecusse Ambeno e Ataúro.
- Alargar os Centros de Desenvolvimento de Empresas do IADE.
- Regularizar e registar a propriedade e a promover a aprovação da Lei das Terras.

Finalmente, porque só seremos uma economia desenvolvida se combatermos as assimetrias e as desigualdades em todo o país, continuaremos a dar prioridade às **políticas de descentralização**. Até 2017, o Governo implementará a Política de Descentralização Administrativa e de Instituição do Poder Local, reorganizando a Administração Local e desconcentrando competências e serviços. Para tal, prevemos iniciar projectos-piloto de instalação da descentralização em Aileu, Liquiçá e Ermera.

4. Sector de Boa Governação

Uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado são essenciais para evitar o desperdício e conseguir alcançar metas orientadas para resultados. Os planos de diversificação económica que acabei de referir, só serão passíveis de sucesso se, ao mesmo tempo, utilizarmos de forma eficiente e transparente as receitas do Estado, maioritariamente provenientes do Fundo Petrolífero. A essencial melhoria da prestação de serviços públicos obriga a um sector público mais sustentável e eficiente, e por esta razão a função pública requer um programa de reforma corajoso, que estamos determinados a executar.

Vamos investir em melhores políticas de **planeamento e investimento** estratégico, com maior racionalização de recursos financeiros e estudos de viabilidade, bem como levantamento de dados que permitam conhecer as condições reais do país, incluindo estudos sobre a pobreza e a realização do Censo 2015.

Também em termos de investimento estratégico, o Governo irá fazer contactos e estudos profundos, para aferir da possibilidade de apresentar propostas de planos de investimento do Fundo do Petróleo. Irá ainda continuar a apostar em processos de aprovisionamento com transparência e rigor, avaliação e monitorização dos projectos físicos e a admitir projectos plurianuais nos fundos especiais de investimento em infra-estruturas e capacitação de recursos humanos em sectores estratégicos.

Para facilitar a participação mais activa e responsável no processo de desenvolvimento e para a melhoria da prestação de serviços, vamos arrancar com a iniciativa de “**Governo Electrónico**”, plataforma entre o Governo e os cidadãos que facilite também a prestação de serviços através da internet.

Boa governação está também intrinsecamente ligada à promoção da paz e estabilidade e à promoção de um Estado de Direito. Assim continuaremos a dar prioridade máxima às reformas essenciais introduzidas no sector da **defesa e segurança**, cujos planos estratégicos continuaremos a implementar para assegurar a profissionalização, integridade, capacitação e capacidade das nossas Forças Armadas e da nossa Polícia Nacional.

Um país justo e desenvolvido é aquele em que a **justiça** e o direito são acessíveis e onde existe um quadro normativo conducente a um país moderno e progressista, para uma sociedade mais livre e igualitária. Continuaremos a melhorar o funcionamento das nossas instituições ao mesmo tempo que reforçamos as competências e capacidades dos nossos quadros. Iremos ainda proceder, no curto prazo, a uma avaliação profunda do sector da justiça e estabelecer um novo quadro de cooperação que se adequa às necessidades do país.

Finalmente o Governo irá continuar a promover os interesses fundamentais do povo timorense, salvaguardando a independência, a soberania e a integridade nacional da nossa Nação. Atentos aos efeitos da globalização mas, também, aproveitando a nossa localização altamente estratégica, poderemos fazer uso da diplomacia para garantir a nossa segurança e para proteger também os nossos recursos naturais.

A nossa **política externa** visa assim proteger e promover os interesses fundamentais do povo timorense, adoptando uma política de amizade e cooperação com todos os países do mundo e, em especial, com os países vizinhos e com os nossos parceiros de desenvolvimento. Iremos envidar esforços não só para fortalecer as relações bilaterais com os parceiros regionais mas também para intensificar o papel de Timor-Leste nas organizações e estruturas regionais e internacionais.

O Governo continuará empenhado na adesão de Timor-Leste à ASEAN e no cumprimento dos seus compromissos enquanto país que assume a Presidência Rotativa da CPLP, promovendo uma nova dinâmica desta organização com especial enfoque na cooperação económica e empresarial.

Ainda no âmbito da política externa, uma das nossas prioridades é, à luz do direito internacional, assegurar a definição das nossas fronteiras marítimas, terrestres e aéreas. O Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, irá envidar todos os esforços sobre esta matéria para que o Estado de Timor-Leste possa exercer efectivamente poderes de soberania sobre o seu território nacional.

Finalmente, vamos iniciar o processo de elaboração das linhas gerais de orientação da política externa de Timor-Leste que servirá como instrumento transitório até à elaboração do Livro Branco da Política Externa, a ser concluído até ao final do mandato deste Governo.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Senhoras e Senhores Deputados

O VI Governo Constitucional, através do seu Programa, apela ao envolvimento e empenhamento de todos, sem excepção, para que juntos possamos fazer parte do desenvolvimento sustentado e equilibrado do nosso país, em prol de todos e com todos, na construção do presente e futuro de Timor-Leste.

Imbuídos deste espírito de dever, responsabilidade e união, cada um de nós pode e deve dar o seu contributo e todos juntos podemos fazer a diferença. Isto começa já hoje com um debate construtivo sobre o Programa do Governo.

Muitos são já os progressos alcançados na nossa jovem nação e tenho a certeza que todos nós aqui hoje reconhecemos isso, com verdadeiro orgulho e seriedade. Mas os desafios são ainda muitos e a luta continua na causa de desenvolvimento nacional!

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
24 de Março de 2015

A verdadeira riqueza de Timor-Leste é a força do Povo Timorense.

Um Povo forte significa uma Nação forte, pelo que a melhoria dos serviços de saúde, educação e da qualidade de vida do povo timorense é essencial para a construção de uma sociedade justa e progressiva.



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

SETOR
SOCIAL



Legislação na área da saúde

Aprovámos os estatutos orgânicos do Ministério da Saúde, do Hospital Nacional Guido Valadares, do Hospital Regional Eduardo Ximenes (Baucau); o Estatuto do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos da Saúde (SAMES, I.P) e a regulamentação da importação, produção, comercialização e consumo do Tabaco.

Fizemos a revisão da Estratégia de Saúde Neo-Natal e Infantil, da Estratégia Nacional de Saúde Mental, da Estratégia de Promoção da Saúde e do Manual de Desenvolvimento de Políticas da Saúde. Iniciámos, também, a revisão da Política Nacional de Medicamentos e da Política Nacional da Estatística de Saúde.

Boa governação em saúde

Realizámos 49 ações de fiscalização e auditorias internas e 57 inspeções a clínicas privadas.

Desenvolvemos os Manuais de Gestão de Património da Saúde e Procedimentos Padrão para Gestão das Unidades de Saúde (SOPs) e, pelo Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade da Saúde, os formulários de Inquérito sobre a satisfação dos utentes.

Melhorámos os instrumentos de planeamento de forma detalhada, com a atualização e monitorização de despesas por programas de saúde e rubricas financeiras.

Este programa foi apoiado com mais de 0.5 milhões de dólares.

Programa Nacional Saúde na Família

Lançámos o Programa Nacional Saúde na Família que integra o Pacote Compreensivo de

Cuidados de Saúde Primários (CSP) e, desde julho de 2015, realizámos 177.147 visitas a domicílios/residências, tendo 213.717 famílias sido atendidas pelos profissionais de saúde na família, abrangendo 1.022.417 beneficiários em todo o território nacional. Para a implementação deste programa foi desembolsado quase 1 milhão de dólares.

Programa de Saúde

Materno-Infantil, Reprodutiva e de Crianças < 5 anos de idade

77.430 grávidas (78%) beneficiaram de cuidados ante natal durante a 1ª visita e 51.729 grávidas (52%) durante a 4ª visita.

58.566 mulheres (64.5%) beneficiaram de partos assistidos por um profissional de saúde.

46.243 mães e recém-nascidos (51%) receberam cuidados pós-natal durante a 1ª semana depois do parto.

43.196 mães e recém-nascidos (46,5%) foram atendidos nas primeiras seis semanas após o parto.

71% das crianças com menos de 1 ano de idade completaram as vacinas recomendadas pelo Plano de Vacinação.

Campanha Nacional de Imunização

Realizámos a Campanha Nacional de Vacinação contra a pólio e o sarampo, abrangendo 501.394 crianças (95,9%), melhorando significativamente a cobertura média regular da cobertura do sarampo para 73% e 75% contra o pólio.

80% de cobertura da vacina Pentavalente, o que corresponde a 101.048 crianças do sexo feminino e 106.123 crianças do sexo masculino vacinadas.

30% de cobertura da nova vacina introduzida contra a Hepatite B, que vacinou 6.550 bebês do sexo feminino e 6.234 do sexo masculino. 44% de cobertura de IPV, abrangendo 18.941 beneficiários (9.270 do sexo feminino e 9.670 do sexo masculino).

82% de cobertura da vacina contra a tuberculose (BCG), abrangendo 34.376 crianças do sexo feminino e 35.715 do sexo masculino.

19% de cobertura de TT, tendo sido vacinadas 59.567 mulheres grávidas.

No programa da Campanha Nacional de Vacinação foram gastos 2 milhões de dólares.

Programa de Nutrição

No programa de combate à má-nutrição, para crianças com idade inferior a 5 anos:

30% das crianças beneficiaram de um acompanhamento regular sobre crescimento, isto é, das 150.228 crianças registradas com LÍCIO, 60.925 foram acompanhadas regularmente.

59% da taxa de cobertura da Vitamina A, abrangeu cerca de 106.499 crianças entre os 6 e os 59 meses de idade.

84.969 crianças (53%) beneficiaram de tratamento contra a lombriga.

Controlo das doenças transmissíveis

Com o programa de Controlo das Doenças Contagiosas e o Fundo Global de Combate ao HIV-Sida, Tuberculose e Malária:

5.545 testes voluntários de HIV-SIDA foram realizados e, do total de 562 pessoas infetadas, 251 beneficiaram de tratamento Anti-Retro-Viral (M: 124 e H: 127).

4.297 pacientes (M: 1.932 e H: 2.365) com tuberculose foram tratados, correspondendo

a 91% dos casos identificados.

60.196 pessoas realizaram testes clínicos laboratoriais e 195.486 usufruíram dos Testes de Diagnóstico Rápido (RDTs) tendo sido registados 175 casos de malária confirmados nos últimos dois anos.

202 casos de lepra foram identificados e 30% de sucesso no tratamento.

Mais de 18 milhões de dólares foram utilizados para este programa.

Programa Nacional contra a Malária

Passámos para a fase de erradicação da malária depois de conseguir controlar a doença. Ao longo dos anos, o número de casos de malária tem vindo a diminuir drasticamente. Em 2006 registámos cerca de 223 mil casos que conseguimos fazer diminuir para 95 no ano de 2016. O número de mortes associadas a esta doença decresceu de 58 para 0 casos. Estamos, por isso, a iniciar o Plano Nacional Estratégico para a Eliminação da Malária 2017-2021.

Combate às doenças negligenciadas

O programa de combate às doenças negligenciadas atingiu uma cobertura de 66.65%, ou seja, beneficiou 777.100 pessoas, estando em curso a Campanha Nacional de Administração em Massa de Medicamentos (MDA) para combate integrado da lombriga e filaríasis.

Saúde Mental

Através do programa de Saúde Mental, que compreende o tratamento de pacientes que sofrem de doença mental e epiléptica a nível comunitário e hospitalar, foram tratados 2.021 pacientes com sintomas de

saúde mental (incluindo 3 novos) e 1.453 pacientes com epilepsia (11 novos casos diagnosticados).

Controlo das doenças não-contagiosas

O programa de controlo das doenças não-contagiosas permite aos profissionais da saúde realizarem rastreios às principais doenças crónicas e também à deteção precoce dos fatores de risco de doenças não-contagiosas causadas pelo uso do tabaco, álcool, inatividade física e dieta alimentar não-saudável.

Assim: 9.083 pacientes beneficiaram de diagnóstico de doenças não-contagiosas nos Hospitais e Centros de Saúde, entre os quais 4.022 com problemas de hipertensão arterial; 2.413 com asma bronquial; 2.085 pacientes com obstrução respiratória crónica; 559 com problemas cardiovasculares e 4 pacientes com cancro.

Estendemos o tratamento médico especializado no estrangeiro para 41 pacientes de cancro; 42 pacientes que sofrem de doenças cardiovasculares, 30 pacientes com deficiências renais, 15 em tratamento para operação a tumores e 4 pacientes beneficiaram de neurocirurgias.

Publicámos a Estratégia Nacional de Controlo de Doenças Não-contagiosas, definimos os indicadores de desempenho do programa e aprovámos a legislação de Controlo do Tabaco.

Cuidados de saúde secundária e terciária

Registámos 201.630 pessoas que realizaram visitas ambulatoriais aos Hospitais (OPD), em média 2 vezes ao ano, e uma média

de 28.594 pacientes que beneficiaram de tratamento em internamento.

Recolhemos dados que apontam para uma média de 6 dias de internamento dos pacientes nos hospitais (ALOS), para uma taxa média de mortalidade em emergência médica de 20 por cada 1.000 pacientes (NDR) e uma taxa média de mortalidade bruta de 37 por cada 1.000 pacientes (GDR). Estamos, também, a planear desenvolver uma Política de Atenção aos Cuidados de Saúde Secundários e Terciários para assegurar o acesso e a qualidade da saúde continuada a todos os níveis.

Com os cuidados de saúde secundária e terciária foram gastos cerca de 19.8 milhões de dólares.

Transferência de pacientes

438 pacientes beneficiaram de atendimento médico especializado no estrangeiro. A maioria das transferências médicas para o estrangeiro foi devido a doenças cardiovasculares, cancro e deficiências renais, para as quais foram desembolsados cerca de 9.7 milhões de dólares.

Brigada Médica Cubana

O protocolo de cooperação em saúde através da Brigada Médica Cubana (BMC) tem contribuído para a prestação de cuidados de saúde, formação contínua e académica em medicina. Contamos atualmente com 157 colaboradores da BMC em território nacional.

Assim, numa média anual, foram atendidas 636.215 pessoas e realizadas 2.349 grandes cirurgias; 4.935 pequenas cirurgias; 3.419 partos atendidos; 45.461 exames

laboratoriais; 30.801 exames de imagiologia (Raio X); 971 exames de patologia e 350 endoscopias.

Desenvolvimento dos Recursos

Humanos em Saúde

As ações de formação contínua e de formação académica são sustentadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano tendo sido realizadas 1.613 ações de formação contínua dirigidas aos profissionais de saúde, beneficiando 208 médicos, 165 enfermeiros e 157 parteiras e 120 técnicos.

1.423 estudantes beneficiaram de bolsas de estudos em Medicina e Ciências da Saúde para formação académica.

Gestão dos Transportes da Saúde

Através do Programa de Gestão dos Transportes da Saúde 7.166 pacientes beneficiaram de transferência interna entre os municípios e emergência médica para os hospitais.

Instalámos o *GPS tracking system* em 17 ambulâncias; adquirimos 12 novos veículos multifuncionais para substituição e suporte aos Centros de Saúde nos municípios e estabelecemos uma mini-oficina no INS e Centro de Ambulâncias para facilitar a inspeção-geral e manutenção preventiva das ambulâncias e dos veículos multifuncionais.

Infraestruturas de saúde

Construímos 57 novos Postos de Saúde nos Sucos: 4 em Aileu; 5 em Ainaro; 3 em Bobonaro; 4 em Covalima; 8 em Ermera; 8 em Lautem; 3 em Liquiça; 7 em Manatuto; 5 em Manufahi e 10 em Viqueque.

Reabilitámos 22 Centros de Saúde (do total

de 68 Centros de Saúde) nos seguintes municípios: 1 em Aileu; 3 em Ainaro; 5 em Baucau; 4 em Bobonaro; 1 em Covalima; 2 em Ermera; 4 em Manatuto e 2 em Manufahi.

Construímos 40 residências para profissionais de saúde: 6 em Aileu; 2 em Ainaro; 6 em Baucau; 3 em Bobonaro; 2 em Covalima; 2 em Díli; 2 em Ermera; 6 em Lautem; 3 em Liquiça; 3 em Manatuto; 1 em Manufahi e 4 em Viqueque. E construímos também 3 armazéns de materiais e consumíveis de saúde nos municípios de Ainaro, Bobonaro e Viqueque.

Inaugurámos o Hospital Regional Eduardo Ximenes, em Baucau, que vai servir o Município de Baucau e os municípios vizinhos de Viqueque, Manatuto e Lautem e conta atualmente com 227 funcionários, incluindo 25 médicos e especialistas, 98 enfermeiros e 22 parteiras.

13 Delegacias de Saúde (1 em cada Município), 5 Hospitais e 3 Centros de Saúde têm acesso à rede fixa de internet, e os restantes 65 Centros de Saúde usam 3G.

Outras estatísticas da saúde

20% de Escolas (125 escolas) receberam visitas de pessoal da saúde pelo menos uma vez por mês e 68 centros de saúde implementam ações de monitorização nas comunidades.

60% das pessoas com idade superior a 60 anos receberam uma visita de um profissional de saúde.

7.730 idosos atendidos pelos serviços ambulatoriais, emergência e internamento (o Censos de 2010 registou um total de 57.791 pessoas idosas no país).

94% das famílias registadas na ação de dispensarização; 56% Implementação do Programa de SISCa. 89,4% das Unidades de Saúde relatam regularmente o consumo de medicamentos essenciais, e entre estas registaram-se apenas 11% de roturas de stock.

Infraestruturas educativas

Construímos 15 novas pré-escolas, reabilitámos 518 escolas básicas e 30 escolas secundárias. Elaborámos os desenhos e BoQ para a reabilitação de 15 pré-escolas (EPE), 366 escolas básicas (EB), 8 escolas secundárias gerais (ESG) e 2 escolas de ensino secundário técnico-vocacional (ESTV) e para a construção de 25 novas pré-escolas e 9 novas escolas de ESTV. Executámos um orçamento de 27 milhões de dólares para esta atividade que beneficiou cerca de 120 mil estudantes em todo o território nacional.

Estatísticas da educação

Em resultado da implementação das políticas educativas, as taxas de acesso à educação, de abandono escolar e o rácio do número de alunos por professor tiveram progressos positivos.

No Ensino Pré-Escolar, a taxa líquida de acesso evoluiu de 13% para 15%, nos últimos 3 anos e o rácio de alunos por professor diminui positivamente de 72 alunos/prof. para 32 alunos/prof.

No Ensino Básico, a taxa líquida de acesso passou de 90% para uma média de 88% nos últimos 3 anos, podendo isto ser um indicador de que as crianças entre os 6 e os 15 anos estão corretamente matriculadas

face à sua faixa etária; a taxa de abandono escolar é 2.66% em 2015, tendo existido paridade de acesso; o rácio de alunos por professor diminui positivamente de 36 alunos/prof. para 28 alunos/prof.

O Ensino Secundário apresenta uma melhoria da taxa líquida de acesso de 26% a 32 %, nos últimos 3 anos; a taxa de abandono escolar é 2.66% em 2015, tendo existido paridade de acesso; o rácio de alunos por professor diminui positivamente de 28 alunos/prof. para 25 alunos/prof.

Mobiliário Escolar

Distribuímos 98.488 conjuntos de mesas e cadeiras, beneficiando o mesmo número de alunos, para as escolas dos ensinos básico e secundário em todo o território (94.068 unidades para o ensino básico, 4.150 para o ensino secundário e ainda 270 para o ensino politécnico), tendo gasto 500 mil dólares do orçamento.

Formação contínua de professores

Com um orçamento de 5.9 milhões de dólares: proporcionámos a formação contínua dos 10.769 professores da carreira docente da EPE, EB, ESG e ESTV, sobre os novos conteúdos curriculares, em períodos não letivos.

Realizámos formação de língua portuguesa de nível A1 a 2.122 professores de todos os níveis de ensino.

Cerca de 950 professores dos 13 municípios receberam formação em Ciências Naturais e Matemática para o 3.º ciclo do Ensino Básico. Mais de 980 professores, em 36 Postos Administrativos, tiveram formação de língua tétum.

Proporcionámos formação de língua inglesa para 34 professores (Ainaro e Manufahi). Realizámos formação em Educação Inclusiva para 60 professores (Díli, Lautém e Aileu).

Implementação do novo currículo nacional

Executando um orçamento de 6.7 milhões de dólares, elaborámos e distribuímos, nas línguas oficiais, os planos de aula dos novos currículos do 1º e 2º ciclos do ensino básico. Abrangemos 136 Escolas Básicas de 5 municípios (Liquiçá, Manatuto, Aileu, Viqueque e Díli) no programa de “mentoring” de apoio à implementação do novo currículo do 1º e 2º ciclos do ensino básico. Beneficiámos 234.546 alunos da EPE e dos 1º e 2º ciclos do EB.

Projeto-piloto da Educação Multilingue

Implementámos o projeto-piloto da educação multilingue em 5 pré-escolas e 5 escolas básicas dos municípios de Manatuto, Lautém e Oe-Cusse Ambeno, abrangendo 1.363 alunos. Realizámos ações de formação para 51 professores destes 3 municípios e o “EMBLI Endline Evaluation Study”.

Materiais didáticos

Imprimimos e distribuímos 957.179 manuais e materiais didáticos para os diversos níveis de ensino, beneficiando 368.584 alunos.

Média Educativa

Produzimos 52 programas da média educativa para emissão semanal na RTTL, dando cumprimento ao memorando assinado com a RTTL, em 2015.

Ensino Secundário Técnico-Vocacional

Reforçámos o Ensino Secundário Técnico-Vocacional implementando o programa de expansão em 21 escolas do ensino secundário alvo de conversão faseada, beneficiando 3.477 alunos.

Concluimos a implementação do novo currículo do ESTV, incluindo a realização de provas de aptidão profissional para os alunos finalistas do 12º ano, abrangendo um total de 13.762 alunos do ESTV, público e privado.

Criámos 4 cooperativas escolares nos municípios de Díli, Viqueque e Suai.

Implementação dos programas do Ensino Recorrente

Realizámos, na área do Ensino Recorrente, pesquisa sobre os resultados do Programa de Alfabetização “Sim, Eu posso”.

Contámos, durante 2 anos, com 4.032 participantes no Programa Alfabetização. Finalizámos o currículo do Programa Nacional de Equivalência ao Ensino Básico. Atribuimos certificados a 106 alunos que frequentaram o Programa de Equivalência ao Ensino Básico, que contou com 914 participantes.

Abertura de 3 novos Centros Comunitários de Aprendizagem, nos municípios de Manatuto, Aileu e Díli, para a implementação do Programa Nacional de Equivalência ao Ensino Básico.

Desenvolvimento do Ensino Superior Universitário

Reavaliámos 10 classes paralelas do Ensino Superior Universitário com estatuto probatório, tendo 3 sido licenciadas.

Definimos os mecanismos para a legalização dos diplomas dos cursos de pós-graduação ministrados por universidades estrangeiras.

Atribuímos subsídios no valor de 1.7 milhões de dólares para 10 Instituições Acreditadas de Ensino Superior Privado, com o objetivo de apoiar a formação académica de professores, a realização de pesquisas, a realização de cursos de língua portuguesa para docentes e alunos, e ainda para a atribuição de incentivos aos estudantes com melhor desempenho académico.

Abrangemos 58.476 alunos das instituições de ensino superior públicas e privadas.

Expansão do Ensino Superior Técnico

Estabelecemos o Instituto Politécnico de Betano (criámos a Comissão Instaladora, identificámos as necessidades de recursos humanos e materiais e finalizámos a elaboração dos currículos dos cursos), proporcionando a frequência de 260 alunos. Atribuímos 28 bolsas para a formação dos futuros docentes dos Politécnicos.

Bolsas de Estudo

Continuámos a financiar as bolsas a 592 estudantes no estrangeiro. Atribuímos 194 novas bolsas de estudo, 161 subsídios para filhos de veteranos e 1.372 subsídios a estudantes, beneficiando um total de 786 bolseiros e 1.533 estudantes com subsídio.

Merenda e concessões escolares

Com um orçamento de 36 milhões de dólares, distribuímos a merenda escolar em 1.505 escolas públicas, privadas e

católicas, beneficiando 314.788 alunos da EPE e EB, introduzimos o projeto-piloto do programa da merenda escolar (comida pré-preparada) em Ermera e realizámos transferências de concessões escolares para todas as escolas da EPE, EB e ES público e privado, abrangendo 368.584 alunos.

Centros de Aprendizagem e Formação Escolar

Implementámos as atividades dos 13 Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), com o apoio de 129 professores portugueses e 105 professores timorenses, abrangendo 6.632 alunos e 100 jovens recém-licenciados, suportado por um orçamento de 12.6 milhões de dólares.

Acreditação e Avaliação dos estabelecimentos de ensino

Concluámos o processo da 1ª acreditação das pré-escolas: 299 pré-escolas acreditadas; 3 pré-escolas com acreditação condicional; 1 pré-escola com acreditação suspensa, abrangendo 17.670 alunos da Educação Pré-Escolar.

Reacreditação de instituições de Ensino Superior

Reacreditámos 8 instituições de ensino superior em Díli e Baucau: UNTL; UNPAZ; IOB; DIT; ICR; IPDC; ISC e ICFP. No total, existem 58.476 alunos nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

Cursos do ensino superior

Avaliámos e registámos 79 novos cursos de bacharelato e licenciatura de 7 instituições: UNTL; UNPAZ; IOB; UNITAL; DIT; ISC e ETCL.

Os cursos registados pertencem às seguintes áreas: agricultura, direito, ciências sociais, economia e gestão, educação, engenharia, medicina, filosofia, ciência exatas, recursos naturais, negócios e turismo.

Elevámos o nível de 6 cursos de bacharelato a licenciatura da ETCI (nas áreas agroflorestal, agronomia, agronegócio e pós-colheita), do IPDC (na área de tecnologia de informação) e do ICFP (formação de formadores).

Licenciamento institucional

Avaliámos e atribuímos licenciamentos a 4 instituições em Díli e Aileu: ISFIT (Fatumeta), IFFS (Dom Bosco, Dili), Aileu Institute of Technology (ASTI), e Instituto Nacional da Saúde (INS).

Acreditação programática

Implementámos o processo de avaliação e acreditação programática a 11 cursos do ensino superior e a 11 instituições de ensino. Produzimos e finalizámos os manuais e instrumentos de avaliação que foram aprovados pelo Conselho Diretivo da ANAAA.

Estamos a trabalhar para, em 2017, realizar a avaliação e acreditação programática a 54 cursos de bacharelato e licenciatura (educação, economia e engenharia) e de 9 instituições de ensino superior.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Bolsas de estudo – FDCH

Atribuímos 2.383 bolsas de estudo (bolsas de continuação) a funcionários e público em geral (M: 1.264 e F: 1.119) nos níveis de diploma (672 bolseiros), licenciatura (1.417 bolseiros) mestrado (213 bolseiros) e especialista e doutoramento (81 bolseiros) nas áreas de saúde, informática, administração e finanças, contabilidade, engenharias, direito, piloto de avião, políticas públicas, turismo, entre outras. Do total geral, 640 bolseiros concluíram os estudos (M: 338 e F: 302) e foram atribuídas 490 (M: 339 e F: 151) bolsas novas. Do total geral 171 bolseiros são funcionários públicos. De notar que os bolseiros do MS e do MF são recrutados do público mas depois de concluírem os cursos são admitidos para trabalhar nesses ministérios. Para esta componente, desembolsámos mais de 43 milhões de dólares.

Formação profissional – FDCH

Financiámos formação profissional nas áreas de língua coreana, agricultura, alvenaria, fundação, eletricidade, mecânica, agricultura, pedreiro, construção, hidráulica, refrigeração, panificação, carpintaria, soldadura, canalização, costura, fabrico de tijolos, pintura, hospitalidade, aprovisionamento, artesanato, atendimento ao cliente, auditoria, advogados e serviços judiciais, magistrados e defensores públicos, conservadores e notários, administração e logística para 10.811 funcionários das instituições do Estado e público em geral (M: 2.107; H: 4.964

e 3.740 estão representados por grupos), tendo sido gastos mais de 21.5 milhões de dólares. Do total de beneficiários, cerca de 6.706 são do público em geral.

Formação técnica – FDCH

Mais de 9.200 funcionários públicos (M: 2.340 e H: 4.869 e N.D. 1.991) das instituições do Estado beneficiaram de formação técnica nas áreas de formação inicial e contínua de professores, línguas inglesa e portuguesa, administração, indução, liderança, gestão, segurança de edifícios públicos, informática, média, entre outras. Desembolsámos para tal cerca de 10.9 milhões de dólares.

Outros tipos de formação – FDCH

Beneficiámos 1.252 pessoas (M: 467 e H: 785), entre funcionários das instituições do Estado e público em geral, que usufruíram de formação nas áreas de administração geral, gestão de conflitos, código do processo penal, entre outras, e assistência aos estudos e subsídios para finalistas no valor total de mais de 6.2 milhões de dólares.

Avaliação de Resultados dos Programas de 2011-2014 – FDCH

Realizámos, em 2015, a Avaliação de Resultados dos Programas de 2011-2014 que incidiu sobre as ações de formação concluídas até ao final de 2014, nomeadamente cursos de formação profissional, de formação técnica para funcionários públicos, bolsas de estudo e outras ações de formação desenvolvidas nas diversas instituições do Estado, incluindo os setores da defesa, segurança e justiça, e também ao público em geral.

Mapeamento dos recursos humanos do setor público – FDCH

Analisámos e mapeámos os recursos humanos do setor público com o objetivo de apoiar o FDCH a identificar as prioridades de investimento e reforçar as competências nas áreas de maior necessidade, com vista a um crescimento estável das instituições do Estado.

Relatório do FDCH de 5 anos

Realizámos, em 2016, o relatório de cinco anos (2011 a 2015) que corresponde à primeira fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento com o objetivo de apresentar as principais realizações do FDCH, as dificuldades e desafios enfrentados ao longo destes 5 anos bem como identificar a contribuição do FDCH para as áreas identificadas como prioritárias no PED.

Levantamento de dados dos recursos humanos – FDCH

Identificámos e analisámos os recursos humanos existentes no país e sua distribuição em todo o território com o intuito de contribuir para uma melhor definição das políticas do Governo em várias áreas relacionadas com os recursos humanos. Prevê-se que os dados preliminares sejam divulgados em finais de julho de 2017.

Guiões de bolsas de estudo e de formação

Aprovámos os Guiões de bolsas de estudo e de formação para harmonizar os critérios de atribuição de bolsas de estudo e formação em todas as instituições registadas no FDCH.

Website do FDCH

Lançámos o *website* do FDCH, www.fdch.gov.tl, para facilitar o acesso à informação por parte da população que poderá encontrar informações relacionadas com as atividades do FDCH, tais como os relatórios e estudos realizados, boletins publicados, os programas financiados, notícias, eventos, anúncios, fotos e vídeos entre outras informações.

Antigos Combatentes da Libertação Nacional

O Governo continua a apoiar os nossos Combatentes da Libertação Nacional. Assim, o programa de pagamento de prestações pecuniárias beneficiou 7.742 pessoas, desde 2015, e o pagamento de pensões uma média de 25.507 pessoas por mês. O total destes apoios soma 248 milhões de dólares.

Apoio a famílias de mártires e enlutadas

Através da assistência com o carro funerário prestámos apoio a 5.745 beneficiários e a 3.010 famílias vulneráveis. Apoiámos também as famílias dos mártires através do levantamento de 145 restos mortais.

Jardim dos Heróis e outras infraestruturas

Realizámos 13 cerimónias de honras fúnebres, no Jardim dos Heróis em Metinaro, a Combatentes e Veteranos. Continuámos a realizar a manutenção do Jardim dos Heróis em Metinaro, assim como a construção da estrada, iluminação, sistema de drenagem e de campas também em Liquiça. Concluímos a construção do Jardim dos Heróis de LosPalos e a 2ª fase de construção do Jardim dos Heróis de Ainaro.

Construção de monumentos

Concluímos a construção do monumento em Luro, Lautem, e do monumento do Acontecimento de 10 de junho, em Díli. O monumento em Aifu, Ermera, está em fase de finalização, ficando concluído até ao final de 2017, assim como a construção do monumento dos Heróis, em Ataúro. Iniciámos, também, a 1.ª fase de construção do monumento em memória do Massacre de 12 de novembro, em Díli. Para estes projetos foram alocados mais de 695 mil dólares.

Bolsas de Estudo aos filhos dos mártires e Combatentes da Libertação Nacional

Atribuímos 472 (M: 216 e H: 256) Bolsas de Estudo, no valor total de mais de 403 mil dólares, aos filhos dos mártires e Combatentes da Libertação Nacional falecidos que frequentam o ensino básico (17), ensino pré-secundário (97), ensino secundário (111), ensino universitário em Timor-Leste (228) e no estrangeiro (19). Realizámos, também, o pagamento de 130 subsídios escolares, no valor de cerca de 168 mil dólares, aos filhos (M: 47 e H: 83) dos Combatentes da Libertação Nacional.

Regime Geral da Segurança Social

Aprovámos a Lei do Regime Geral da Segurança Social com um orçamento de cerca de 27 milhões de dólares para 2017 e criámos o Instituto Nacional de Segurança Social para gerir e executar o sistema de segurança social.

Regime não contributivo da Segurança Social

Atribuímos em média 313 pensões de velhice; 5 pensões de invalidez e 530 pensões de sobrevivência por ano, tendo beneficiado até ao momento mais de 2.540 pessoas com o montante de mais de 3.5 milhões de dólares.

Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos (SAII)

Através da atribuição do Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos (SAII), apoiámos em média 87.645 idosos por ano e uma média de 7.590 inválidos em cada ano, tendo gasto para o efeito cerca de 34.3 milhões de dólares anualmente.

Bolsa da Mãe

Através do programa Bolsa da Mãe, subsídio de apoio condicional, beneficiámos anualmente em média mais de 52.530 pessoas, atribuindo às famílias elegíveis uma prestação monetária, condicionada ao investimento na saúde e educação das crianças a cargo, e que por ano totaliza uma média de mais de 8.6 milhões de dólares.

Centros de Solidariedade Social (CSS)

Concluimos a construção dos edifícios e armazéns dos Centros de Solidariedade Social (CSS) nos municípios de Covalima, Lautem e Manatuto e a 1ª fase do CSS de Viqueque.

Serviço de Atendimento Social (SAS)

Criámos serviços de atendimento social de proximidade às comunidades, através dos Centros de Solidariedade Social dos Municípios. Em 2015 iniciámos com o

município de Díli, em 2016 estendemos ao município de Baucau e em 2017 abrangeu todo o território nacional. Realizámos 3.031 atendimentos sociais à população vulnerável e/ou em situação de carência económica e fizemos acompanhamento social a 377 famílias.

Programa de Apoio às Instituições de Solidariedade Social

Com este programa apoiámos em média 33 instituições de solidariedade social por ano. São instituições que prestam auxílio a crianças e jovens, famílias, idosos, mulheres vulneráveis, cidadãos portadores de deficiência, também na área de integração social e desenvolvimento comunitário, apoio de emergência em caso de desastres naturais, prevenção e reparação de situações de carência e dependência. Para este programa foram gastos mais de 1.3 milhões de dólares por ano.

Apoio a vítimas de VD e VBG

Prestámos apoio a 518 mulheres e 5 homens vítimas de violência doméstica (VD) e violência baseada no género (VBG), violação sexual, abandono e incesto, e protegemos mulheres em risco. Realizámos, ainda, formação em aconselhamento básico em 6 municípios.

Rede de Proteção de Crianças

Implementámos a Rede de Proteção de Crianças nos Postos Administrativos dos municípios de Bobonaro, Ainaro, Covalima, Viqueque e Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, beneficiando 579 crianças (M: 214; H: 365).

Programa Outreach – programa de reabilitação

Contribuímos, através do programa de reabilitação e de prestação de serviços e divulgação, para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência através da reabilitação especializada e integrada. Atendemos 2.082 pessoas, proporcionamos tratamentos de terapia ocupacional e da fala a 1.019 pessoas e distribuímos 727 cadeiras de rodas, próteses e ortóteses. Na reabilitação baseada na comunidade, identificamos 938 pessoas e monitorizamos 1.927 antigos utentes que usufruíram de tratamento.

Coesão social

Realizamos mais de 60 encontros, com um total de 12.608 participantes (M: 5.577; H:7.031 onde promovemos a segurança comunitária, o diálogo comunitário e o diálogo para a Paz e Segurança ao nível dos sucus, o diálogo em situações de conflito sobre os casos de partilha de terra, divisões de terrenos e outros problemas sociais. Fizemos, também, 36 ações de formação em resolução de conflitos para 995 (M:222; H:773) representantes dos líderes comunitários, Conselhos Suco e jovens.

Programa de Assistência Alimentar

Distribuímos um total de 97 mil sacas de arroz, equivalentes a 3.8 ton, distribuídas por 12 centros de solidariedade social em todo o território nacional e 25 Kg de arroz a famílias vulneráveis. Este programa, até agora financiado com mais de 1.2 milhões de dólares, destina-se a apoiar situações de emergência às vítimas de desastres

naturais, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e colégios e orfanatos, tendo beneficiado cerca de 102.500 pessoas.

Apoio às vítimas de desastres naturais

Distribuímos material de construção e subsídios para a mão-de-obra a cerca de 4.170 chefes de família vítimas de desastres naturais.

Ajuda humanitária e de emergência

Fornecemos aprovisionamento e materiais para armazenamento as 12 centros de solidariedade social em todos os municípios. Formamos 329 líderes comunitários de 5 municípios (Lautem, Baucau, Viqueque, Ermera e Manatuto) nos procedimentos a ter antes e depois da ocorrência de um desastre natural.

Comissão Nacional dos Direitos da Criança

Aprovamos e lançamos o Plano de Ação Nacional da Criança e fizemos a sua socialização nos municípios de Bobonaro, Lautem e RAEOA, onde participaram um total de 259 pessoas (M: 103 e H: 156). Realizamos também duas ações de sensibilização sobre os direitos e deveres das crianças, a Lei da Justiça Juvenil e o enquadramento legal para os pais, comunidades, autoridades locais e escolas, em 8 municípios. No total participaram 1.490 pessoas (M: 882 e H: 608). Em 2017, fizemos o acompanhamento e monitorização das campanhas eleitorais para minimizar o envolvimento de crianças e menores e protegê-las neste período.

Comissão Nacional de Combate ao HIV-Sida

Realizámos campanhas e seminários sobre a prevenção da transmissão do HIV-Sida em 9 municípios, tendo tido uma participação de 45.220 pessoas (M: 18.270 e H: 26.950).

Prestámos apoio a 30 (M: 13 e H: 17) pacientes da Casa de Recuperação da Saúde de Tibar providenciando uma alimentação adequada, medicamentos e outros cuidados de saúde. Apoiámos também 22 (M: 14 e H: 8) portadores de HIV-Sida com transporte e prestação de cuidados de saúde.

Realizámos workshops para 240 técnicos de saúde (M: 149 e H: 91), de 3 municípios, de forma a aprofundar os seus conhecimentos em relação ao tratamento dos pacientes. Proporcionámos encontros com os portadores de HIV-Sida da Casa de Recuperação da Saúde de Tibar para socializar sobre o estigma e discriminação, e encorajá-los a estarem integrados na comunidade, ao mesmo tempo que realizámos formação em artes manuais.

Empoderamento económico da mulher

Realizámos ações de formação sobre finanças, contabilidade e gestão de negócios que beneficiaram 550 pessoas (M: 400 e H: 150).

Promovemos a constituição de empresas entre 26 grupos liderados por mulheres, abrangendo 130 pessoas (M: 117 e H: 13).

Fundos de transferências públicas para grupos de mulheres

Financiámos:

- 71 Grupos de mulheres empresárias financiados para o desenvolvimento

económico, com um apoio de cerca de 140 mil dólares que beneficiaram cerca de 840 pessoas (M: 583 e H: 257);

- 5 ONG que trabalham na área de Empoderamento Económico da Mulher com um apoio de cerca de 24 mil dólares que beneficiaram cerca de 350 mulheres;
- 10 Associações de mulheres (“Feto Potencial Munisipiu”) com um apoio de cerca de 97 mil dólares que beneficiaram cerca de 800 pessoas (M: 650 e H: 150);
- 3 ONG que trabalham na área da participação das mulheres na política com um apoio de cerca de 167 mil dólares que beneficiaram cerca de 1.025 pessoas (M: 800 e H: 225);
- 2 ONG que trabalham na área de prevenção contra a violência baseada no género com um apoio de cerca de 13 mil dólares que beneficiaram cerca de 400 pessoas (M: 300 e H: 100);

Prevenção sobre violência doméstica e violência baseada no género

Realizámos campanhas, ações de formação, sensibilização sobre a violência contra as mulheres e a violência baseada no género que abrangeram 2.200 pessoas (M: 1.360 e H: 840).

Declaração de Maubisse

Assinámos a Declaração de Maubisse cujo enfoque assenta nas iguais oportunidades para a mulher, em termos de educação e formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e vida social e política.

Declaração de Díli

Realizámos a IV Reunião de Ministras da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da CPLP onde assinámos a Declaração de Díli e aprovámos o Plano de Ação da Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da CPLP para o biénio 2016-2018.

Planos de Ação Nacional sobre Género

Aprovámos o Plano de Ação Nacional sobre Violência Baseada no Género 2017-2021 (PAN VBG) e o Plano de Ação Nacional da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança.

Ações de sensibilização sobre género

Realizámos programas e ações de sensibilização sobre educação cívica eleitoral, igualdade de género, empoderamento económico da mulher, participação da mulher na política ao nível local e na liderança comunitária, Resolução 1325 da ONU, relatório da CEDAW e PAN VBG para mais de 16 mil pessoas a nível nacional.

Parlamento Foin Sa'e

Organizámos as campanhas eleitorais em 430 Sucos e as eleições em 65 postos administrativos, onde foram eleitos 130 novos membros (M: 65 e H: 65) do Parlamento Foin Sa'e (PFN). Facilitámos uma semana de formação em liderança básica, análise social, direito da juventude, debates públicos, e discurso público em relação à Convenção de Direitos Humanos para os membros do PFN, em todos os municípios e

RAEOA. Da sessão plenária do PFN resultou a criação de 5 comissões. Estabelecemos, ainda, o secretariado nacional da Rede do Parlamento da Juventude para a CPLP, composto por 6 membros.

Formação da Juventude

Proporcionámos formação em liderança; gestão organizacional; gestão financeira; educação cívica; saúde reprodutiva; monitorização e avaliação; administração; tecnologias de informação e comunicação (word, excel e power point) e em línguas inglesa e portuguesa para mais de 5.022 jovens (M: 2.200 e H: 2.822).

Apoiámos, também, 378 jovens (M: 114 e H: 264) no desenvolvimento de iniciativas nas áreas de horticultura, pecuária, aquicultura, cooperativa e carpintaria, permitindo que os jovens consigam obter rendimentos económicos suficientes no programa que realizam a nível municipal.

Conselho Nacional de Desenvolvimento da Juventude

Aprovámos, em maio de 2017, o estabelecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Juventude, dando cumprimento ao Plano Estratégico de Desenvolvimento, que coloca a Juventude como área prioritária para o desenvolvimento do país. Este diploma define as competências, a composição e o funcionamento deste órgão de aconselhamento, que irá assegurar a coordenação entre as diferentes entidades públicas e privadas envolvidas nesta área. A missão deste Conselho é garantir a preparação das políticas e a aplicação dos planos de ação nacionais relacionados com

as estratégias aprovadas na Política Nacional da Juventude.

Comissão Reguladora das Artes Marciais

Através da Comissão Reguladora das Artes Marciais (CRAM) socializámos a Lei das Artes Marciais a nível nacional, sobretudo nas escolas secundárias e universidades, abrangendo 2.552 estudantes (M: 1.377 e H: 1.175). A socialização vai continuar a ser feita através dos meios de comunicação social.

Centro de Treinamento de Futebol Juvenil

Apoiámos 591 jovens atletas distribuídos por 5 municípios (Díli, Baucau, Bobonaro, Covalima e Lautem). Registámos um aumento do número de jogadores registados na Liga de Futebol Amadora (LFA) sendo que, depois de completarem a formação, 75% dos jovens conseguem contratos com os clubes registados. Estabelecemos, ainda, o Centro de Formação em mais 2 municípios (Ermera e Liquiçá).

Desporto escolar, comunitário e cultural

Organizámos desporto escolar em cerca de 100 escolas secundárias, a nível nacional, que contaram com a participação de mais de 5.200 estudantes, e desporto comunitário em todos os municípios, de forma a promover o convívio e o divertimento social dentro das comunidades, e no qual participaram 16.266 pessoas (M: 9.237 e H: 7.029). Participámos, também, nos Jogos Universitários da ASEAN com 32 atletas (M: 5 e H: 27), de onde trouxemos 2 medalhas de prata e 2 medalhas de bronze

nas modalidades de futebol e atletismo, e organizámos o Festival Nacional de Desporto com 782 participantes nas competições de atletismo, voleibol, basquetebol e futebol.

Liga de futebol, voleibol e basquetebol

Registámos um aumento de 14 para 21 clubes que estão na Liga de Futebol Amador, dos quais 8 clubes jogam na 1ª divisão e os restantes 13 competem na 2ª divisão. Na Liga de Voleibol, registámos 17 equipas (10 equipas femininas e 7 equipas masculinas) na fase de apuramento, estando 10 clubes a competir na 1ª divisão e 7 na 2ª divisão. A Liga Nacional de Basquetebol tem inscritos 11 clubes, composto por 22 equipas (11 masculinas e 11 femininas), com um total de 220 jogadores (110 masculinos e 110 femininas).

Clínica mini-orquestra

Proporcionámos a aquisição de conhecimentos sobre a utilização de instrumentos musicais a 25 jovens. Constituímos a mini-orquestra com 5 violinos, 2 xilofones, 3 trombones, 5 pianos, 2 oboés, 2 saxofones, 2 clarinetes e 4 baterias/tambores. Durante 3 meses, realizámos formação para futuros instrutores musicais para 50 jovens.

Acampamento TIC

Realizámos o acampamento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em Liquiça, Aileu e Ainaro, onde também estabelecemos um novo centro de tecnologias de informação. Administrámos formação de informática na ótica do

utilizador, desenho gráfico e uso de novas tecnologias para a criação de negócios. Este programa apoia 8 municípios com internet gratuita e ajuda na produção do Jornal Foin Sa'e.

Levantamento de bens culturais

Realizámos o levantamento de dados sobre os bens culturais: Ai To'os (em Aileu, Manatuto e Ermera); Tais (em Manatuto, Bobonaro e Oe-Cusse Ambeno); Odamatan e o número de grupo de teatro (em Oe-Cusse Ambeno), artesãs e músicas tradicionais existentes no país. Registámos os dados numa base de dados e vamos continuar este levantamento nos restantes municípios.

Programa DOCTV e FICTV

Lançámos o programa da CPLP Audiovisual e realizámos o concurso de documentário DOCTV e de ficção FICTV, para o qual foram entregues 15 propostas de documentários e 1 proposta de ficção de produtores e cineastas timorenses.

Ratificação de Convenções da UNESCO

Ratificámos três Convenções: Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (de 1972); Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Material (de 2003) e a Convenção sobre a Proteção e a Promoção de Diversidade das Expressões Culturais (de 2005).

Legislação na área da cultura

Aprovámos a Lei de Base da Biblioteca e a Lei do Património Cultural que vão servir de guião para a implementação dos projetos da área da biblioteca e do património cultural.

Academia da Arte e Indústrias Criativas e Culturais

Estabelecemos a Comissão da Academia da Arte e Indústrias Criativas e Culturais com membros representantes do Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, e Ministério do Turismo, Artes e Cultura, Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e Secretaria de Estado das Artes e Cultura. Aprovámos, ainda, o Plano de Implementação da Academia o qual prevê a sua abertura em 2018.

Biblioteca Nacional

Fizemos o desenho da preparação do terreno e arranjo paisagístico da zona envolvente à futura Biblioteca Nacional, em HudiLaran, tendo já sido aprovado 1.5 milhões de dólares para o mesmo.

Investigação histórica sobre a Resistência

Realizámos o levantamento de dados históricos nos municípios de Liquiça, Bobonaro, Aileu, Ermera, Same, Ainaro e Díli. Este é um projeto de recolha de fontes orais que visa o levantamento de informações sobre a História Contemporânea de Timor-Leste para elevar o conhecimento acerca dos abrigos usados no período da Resistência; dos objetos do AMRT (exposição e reserva), que vai permitir a proximidade do objeto e a visualização de outros documentos relacionados; das diferentes visões da História da Luta da Resistência. Pretende-se com isto explicar, selecionar, organizar e produzir narrativas.

Abrigos subterrâneos da Resistência

Reabilitámos, reconstruímos e fizemos a manutenção de 10 abrigos subterrâneos da Resistência nos municípios de Liquiça, Ermera, Ainaro, Bobonaro e Díli. Neste momento, o AMRT está a preparar o mapeamento destes abrigos que em breve vão estar abertos ao público para visitas.

Localidades da luta de libertação

Identificámos 12 localidades espalhadas pelos municípios de Ermera (6), Bobonaro (1), Manatuto (1), Ainaro (1), Aileu (1), Díli (1) e Liquiça (1) onde decorreram eventos marcantes da luta pela libertação para divulgar melhor a nossa história e a luta da Resistência. Esta atividade contribuiu para a recolha de memórias das pessoas envolvidas na luta pela Independência de Timor-Leste e de informação sobre os abrigos usados naquele tempo.

Formação e trasladação de documentos

Ao abrigo do Acordo assinado entre o AMRT e a Fundação Mário Soares, capacitámos 4 funcionários em tratamento, digitalização e classificação de documentos e trasladámos 251 pastas de documentos sobre a Resistência de Lisboa para Díli.

Conferências internacionais e exposições itinerantes

O AMRT, com vista a recolher a memória escrita e oral dos intervenientes da luta pela libertação, realizou a II Conferência Internacional “Vozes da Resistência”, para recolher testemunhos para uma compilação em livro a ser lançado, a I Conferência Internacional sobre “Memória a Identidade

Nacional” para disseminar a história da Resistência pela nossa população e, sobretudo, pelos nossos jovens. Nos dois eventos estiveram presentes 2.350 pessoas.

Exposições permanentes, temporárias e itinerantes

Realizámos a exposição itinerante “A Independência de Timor-Leste é Uma Questão de Tempo”, nos municípios de de Liquiça, Manatuto, Ermera, Bobonaro e Viqueque durante 13 edições; fizemos 8 edições exposições temporárias no edifício do AMRT sobre a Cultura e a Resistência timorense e mantemos a exposição permanente “Resistir é Vencer”.

Recebemos 2.606 pessoas nas 125 visitas guiadas à exposição permanente; 108 visitas ao AMRT, das quais 36 escolas (4.346 visitantes estudantes) e 72 instituições (3.375 pessoas); e ainda 7.773 visitantes individuais, o que nos permitiu arrecadar mais de 5.710 dólares como receita.

Socialização da Lei da Comunicação Social

Socializámos a Lei da Comunicação Social, aprovada em 2014, pelas organizações de jornalistas (2), instituições de média (15), organizações não-governamentais e em todos os órgãos governamentais. Distribuímos, também, cerca de 100 livros pelas instituições do Estado, pela imprensa e pelas 19 rádios comunitárias.

Conselho de Imprensa

Criámos o Conselho de Imprensa que é um órgão independente regulador do setor da comunicação social, com um mandato de

mediador entre público e jornalistas e com poder disciplinar sobre os jornalistas, nos termos de regulamento próprio.

Agência de Notícias

Lançámos o portal eletrónico da ANTIL, embrião da agência noticiosa, que em fevereiro de 2017 se tornou na TATOLI, a agência de notícias de Timor-Leste, e que poderá consultar através do sítio de internet <http://www.tatoli.tl/>.

Disseminação da ação governativa

Produzimos cerca de 60 talkshows “Ita Nia Governu”, 15 documentários “Hare rasik”, 12 “Boletim do Governo” e mais de 400 publicações foram disseminadas através das rádios comunitárias.

Diversificação dos meios de comunicação social

Apoiámos o estabelecimento de 19 estações de rádios comunitárias espalhadas por todo o país e de 4 canais privados de televisão em Díli. Criámos o Conselho das Rádios Comunitárias, do qual fazem parte a própria comunidade de forma a estreitar a sua participação no desenvolvimento deste meio de comunicação.

Formação de jornalistas

Proporcionámos formação para mais de 70 jornalistas e editores na Indonésia e em Portugal e para cerca de 40 jornalistas em Timor-Leste.

Rádio e Televisão de Timor-Leste, E.P.

Financiámos a RTTL, E.P. com vista ao reforço

da gestão, dos recursos humanos e do desenvolvimento de plano de negócios, o que contribuiu para um aumento da qualidade e quantidade de informação divulgada, tendo também sido aprovado o SOP (*Standard Operating Procedure*).

Legislação ambiental

Desenvolvemos relevante legislação no setor ambiental e da biodiversidade, designadamente o Regulamento de controlo da poluição do ar, ruído e solo e poluição atmosférica dos gases emitidos pelos veículos; Decreto-Lei da Biodiversidade; preparámos a adesão do Protocolo de Nagoya ao Acesso à Partilha de Benefícios (*Access Benefit Sharing*); Plano de Ação de Biodiversidade Nacional e a Estratégia de Proteção de Animais Selvagens; o Plano de Ação para a diminuição da emissão de CFC e temos vindo a implementar gradualmente a Convenção de Viena sobre o Ozono.

Projeto de adaptação à alteração climática

No âmbito da convenção internacional UNFCCC (*United Nations Framework for Climate Change Convention*), cada Estado-membro deve proteger, conservar e preservar o ambiente, exercendo ações concretas para a diminuição da produção de gases de estufa que causam impactos prejudiciais na vida humana, animal e flora. Assim, através do financiamento de cerca de 65 mil dólares da UNFCCC, construímos 3 tanques de reservatório de água e 6.7 km de canalização de água potável nos municípios de Liquiça, Manatuto e Baucau,

possibilitando o acesso definitivo à água potável a 1.818 famílias.

Este projeto tem financiado, também, a realização de reflorestação e replantação de árvores de mangal, para recuperação de um terreno da costa marítima de 4.000 m² no litoral de Ulmera – Liquiça, beneficiando 40 famílias que trabalharam na sua implementação.

Produção de fogão de barro

Distribuímos fogões de barro por 289 famílias em Bobonaro, Suai e Díli, de forma a reduzir a utilização de lenha.

Escola Verde

Implementámos o programa “Escola Verde”, que introduz o conceito e prática de sustentabilidade ambiental junto das escolas de ensino primário e secundário no território nacional, como uma atividade extracurricular.

Assim, realizámos ações de disseminação de informação sobre a importância do envolvimento dos alunos e formação dos alunos sobre práticas de reverdeamento, reutilização de papéis de jornais, lixo e plásticos para a produção de diferentes produtos artesanais nas escolas de 7 municípios (Díli, Aileu, Covalima, Manatuto, Manufahi, Liquiça e Ermera), contando com a participação de 450 alunos.

Realizámos ainda ações de formação extracurricular sobre gestão de lixo em 9 municípios, onde participaram 650 alunos e também 70 professores, com o objetivo serem os próprios a continuar a implementação desse programa nas respetivas escolas.

Preservação do Meio Ambiente e Proteção da Biodiversidade

Emitimos 93 licenciamentos ambientais para as três categorias: categoria A (4 licenças para grandes projetos); categoria B (20 licenças para projetos de média escala) e categoria C (69 licenças para projetos de pequena escala).

Disseminámos as leis ambientais em todos os municípios, abrangendo cerca de 1.500 pessoas; implementámos o concurso “Suco saudável”, que abrangeu 442 sucos e contribuímos para ações de tara bandu, reverdeamento e escola verde. O objetivo é reduzir o número de erosões da terra realizadas pela população, encorajar a participação da comunidade nas atividades de proteção e conservação ambiental.

No concurso “Suco saudável”, foram avaliados critérios como a gestão do lixo; a gestão sanitária; o tratamento dos animais; o tratamento dos esgotos e as obrigações morais e sociais de proteger, conservar e preservar o ambiente. 4 Sucos foram qualificados com sucesso tendo recebido, como prémio, uma média de 2.750 dólares cada.

Financiámos 44 projetos de reverdeamento (relacionado com o projeto de Adaptação à Alteração Climática) foram apoiados pela UNFCCC (United Nations Framework for Climate Change Convention), abrangendo 63,4 hectares dispersos pelos 12 municípios, e onde foram transplantadas 21.125 novas plantas de 26 variedades. Com estes projetos contam-se mais de 434.800 beneficiários indiretos.

Declaração de Paris

Assinámos a Declaração Paris sobre a Implementação da Convenção das Mudanças Climáticas, e que visa conter a subida da temperatura do planeta a um limite de 2°C acima dos níveis anteriores à industrialização, através de uma redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa.

Para desenvolver a nossa Nação, construir uma economia moderna e produtiva e criar emprego, precisamos de construir infraestruturas adequadas. Contudo, a escala e o custo das nossas necessidades em termos de infraestruturas são consideráveis, pelo que há necessidade de planear e implementar o nosso programa de infraestruturas de uma forma eficaz e ponderada.

O VI Governo Constitucional definiu como prioridade exigir profissionalismo, melhor planeamento, controlo de custos e uma boa relação entre o preço e a qualidade.



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

SETOR DAS
INFRAESTRUTURAS



Memorando de Entendimento

Estabelecemos as bases para o Memorando de Entendimento com a CPLP para a criação de um Laboratório de Engenharia em Timor-Leste.

Protocolo de cooperação em infraestruturas

Aprovámos, em Conselho de Ministros, a assinatura do protocolo de cooperação em infraestruturas de obras públicas, urbanismo e desenvolvimento regional e urbano, entre o nosso Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Ministério das Obras Públicas e Urbanismo da República da Indonésia. Este protocolo vem atualizar os Memorandos de Entendimento assinados em 2011 e 2015 na área de cooperação em infraestruturas de obras públicas.

Política e Lei de Recursos Hídricos

Começámos a discutir, em Conselho de Ministros, a Política e Lei de Recursos Hídricos, a Política de Abastecimento de Água, estando a circular para apreciação o Decreto-Lei sobre as Águas Residuais.

Planos de Água e Saneamento

Finalizámos os Planos Mes`tres de Água e Saneamento para as capitais de Same, Baucau, Viqueque e Lospalos, com o objetivo de garantir à população o acesso a água potável.

Plano Mestre de Transportes

Finalizámos o Plano Mestre de Transportes que vai servir de base para os investimentos e melhorias planeados para o setor. Aguarda submissão ao Conselho de Ministros.

Plano Mestre e Investimento Estratégico para as Estradas Rurais

Finalizámos e aprovámos em Conselho de Ministros o Plano Mestre e Investimento Estratégico para as Estradas Rurais que vai melhorar os acessos e facilitar a deslocação das populações, contribuindo para aumentar a criação de emprego e facilitar o investimento privado nas regiões do interior do país. Estamos, também, a implementar o Programa de Desenvolvimento das Estradas Rurais.

Certificação de empresas de construção civil e consultoria técnica civil

Avaliámos e certificámos 217 empresas (1 internacional) em todo o território nacional. Destas, 195 receberam novos certificados.

Qualidade dos materiais de construção

Avaliámos, supervisionámos e monitorizámos a qualidade dos materiais usados na construção das infraestruturas.

Sistemas de abastecimento de água

Desenvolvemos e procedemos à manutenção dos sistemas de abastecimento de água em todo o território nacional. Atualmente, nas áreas rurais, 60% dos agregados familiares (111.161) têm acesso a um sistema de água que funciona total ou parcialmente e cujo tempo de acesso é inferior a 30 minutos. Procedemos, ainda, à formação de quase 1.079 grupos de gestão de água nas áreas rurais, onde 34% funcionam totalmente e 50% parcialmente.

Concluimos e inaugurámos o projeto de reabilitação e expansão do sistema

de abastecimento de água da capital do município de Manatuto, que vai abastecer com água potável, 24 horas por dia, os sucos de Sau, Ailili, Aiteas e Maabat. Neste sistema foram gastos 4.9 milhões de dólares e vai beneficiar 1.107 agregados familiares. A proposta de Operações e Manutenção para Manatuto está em fase de desenvolvimento, esperando ainda em 2017 avançar com o concurso público internacional e nacional de apoio à O&M de Manatuto e estamos a finalizar o estudo de viabilidade de PPP para as Operações & Manutenção do sistema de águas de Díli.

Lançámos os planos gerais dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Baucau, Viqueque, Same e Lautém e estamos em fase de revisão final do plano geral do Sistema de Abastecimento de Água de Díli.

Continuamos a construir o sistema de abastecimento de água em Pante Macassar, Oe-Cusse Ambeno, que apresenta um progresso de 67% e que vai abranger 2.400 agregados familiares.

78% das capitais municipais e Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno têm acesso a água canalizada, beneficiando cerca de 85 mil habitantes.

Instalámos, em Díli, um total de 344 novas ligações de abastecimento de água e produzimos cerca de 25.649,91 m³ de água. Conseguimos, ainda, resolver 1.688 queixas de um total de 4.175. O valor das receitas obtidas, até fevereiro, é de cerca de 344.150 mil dólares.

Gestão de recursos de água

Construímos 2 novas estações de

hidrologia em Pante Macassar e Passabe, em Oe-Cusse Ambeno, para colecionar dados pluviométricos. Os dados poderão ser usados a nível nacional e no caso de desenvolvimento de infraestruturas a nível municipal.

Realizámos o levantamento de dados de 3 novas fontes de água em Bobonaro, sendo estas localizadas em Bebuá, Maudeko e Fatu-laran.

Saneamento

Contribuímos para o melhoramento do acesso a instalações sanitárias de 27% da população rural em todos os municípios e Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, beneficiando cerca de 190 mil pessoas.

Desenvolvemos um estudo-piloto de output based aid para Manatuto (sistemas de saneamento para os centros municipais). Estamos neste momento na fase de revisão do documento e desenvolvimento dos próximos passos a seguir.

Realizámos o levantamento de dados de reassentamento do processo de drenagem de Díli, em Caicoli, canal de encosta e rio Kuluhum, abrangendo mais de 260 agregados familiares.

Construção e reabilitação de estradas

Existem 70 projetos de construção e reabilitação de estradas, tendo 7 projetos sido concluídos. Construímos 860 Kms de estradas nacionais; 53 Kms de estradas municipais; 80 Kms de estradas urbanas, em Díli, Ainaro, Lospalos, Manatuto, Same e Aileu.

Manutenção e reabilitação de estradas rurais

Existem 34 projetos, todos em curso, para manutenção e reabilitação de estradas rurais dos quais reabilitámos 100 Kms e fizemos a manutenção de 350 Kms em todos os municípios.

Controlo de cheias

Entre paredes de retenção e gabiões, construímos 4.800m de extensão total para o controlo de cheias em todo o território nacional.

Projetos de emergência de 2013 – pacote B

Dos 105 projetos de emergência de 2013, 7 estão concluídos, 28 em curso, 38 para pagamento final e 31 estão concluídos mas em fase de retenção.

Construção e reabilitação de pontes

Construímos 8 pontes, estando 2 projetos de construção/reabilitação em pagamento final (Ponte Dilor e Baer), 2 em retenção (Ponte Taroman e Lawanan Ermera) e outros 4 em curso (Arko Ponte Comoro 2, Villa Marai Hatulia Ermera, Fatuk Manaun Soibada e Waiono-Bocoli).

Estradas e pontes na RAEOA

Iniciámos a supervisão, manutenção e reabilitação de 5 projetos de estradas e pontes na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Autoestradas

Iniciámos a construção da Fase I da

autoestrada do Suai (Suai-Zumalai) que atingiu um progresso físico de cerca de 38%. Processo de compensação dos proprietários das terras concluído tendo sido pedido mais um terreno devido às condições geológicas das terras.

Programa de Eletrificação Nacional (PEN)

Instalámos 1.063 Km de novas linhas de Média tensão e 1.322 Km de Baixa tensão, beneficiando 43.625 pessoas.

Regularizámos as tarifas elétricas, comprámos 55.857 unidades de contadores de eletricidade pré-pagos e instalámos 41.156 contadores em todo o território nacional. As receitas das tarifas elétricas foram superiores a 58 milhões de dólares.

Construímos a central elétrica da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, com uma capacidade de 17MW que já está em funcionamento.

Implementámos o Programa de Eletrificação Nacional (PEN), em todos os municípios e na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, com um orçamento de mais de 96.5 milhões de dólares, chegando a cerca de 83% da população.

Transportes

Iniciámos a reabilitação do terminal de Tasi-Tolu, para acomodar os transportes públicos de Díli, Ermera, Maliana e Liquiça, tendo atingido um progresso de cerca de 40%.

Aeroportos

Concluimos a construção do aeroporto do

Suai, cuja inauguração está prevista para junho de 2017.

Lançamos a primeira pedra do aeroporto da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e que conta com um progresso físico de 21%.

Fibra ótica

Continuamos a avançar com as negociações para conseguir chegar a acordo e trazer para Timor-Leste a ligação através do cabo de fibra ótica, que vai garantir o acesso à internet de alta velocidade a todos os cidadãos e a preços acessíveis.

Parque Industrial de Tibar

Realizámos o estudo de viabilidade do Parque Industrial de Tibar, que se encontra em fase final. Este projeto vai garantir o armazenamento dos produtos para importação/ exportação bem como dos produtos locais, para substituir os produtos importados.

Comissão Nacional de Aprovisionamento

A Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA) apoiou as linhas ministeriais nos processos de aprovisionamento em todo o território nacional. Foram concluídos um total de 408 contratos de aprovisionamento dos tipos: Concurso Público Internacional ICB (22), Concurso Público Nacional (13), Solicitação de Manifestação de Interesse (1), Solicitação de Proposta (6), Solicitação de Cotações (12), Concurso Restrito (27) e Ajuste Direto (327) que permitiram uma poupança de cerca de 177 milhões de dólares.

Agência de Desenvolvimento Nacional

Através da Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), efetuámos a verificação prévia de 1.144 propostas e 10 Termos de Referência referentes a 445 projetos financiados pelo Fundo das Infraestruturas; 165 projetos do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Distrital (PDID) dos quais 3 barreiras/controlo de cheias, 3 de pontes, 5 de paredes de proteção), 49 de instalações comunitárias e edifícios públicos (4 de mercados, 3 de agricultura e irrigação, 4 de água potável, 40 de postos de saúde e residências para médicos, 54 para escolas); construção de 3.650 casas pré-fabricadas dos Objetivos de Desenvolvimento Milénio (MDG) – Suco; 316 projetos de Reabilitação do Património Comunitário (KTI) em que se contam 172 de escolas, 134 de saúde e 10 de outros; 89 Projetos Especiais sob o controlo direto da ADN; 106 projetos de infraestruturas do Estado; 13 projetos da Unidade de Apoio à Sociedade Civil e 2 projetos da ZEESM. A verificação prévia destas propostas representou uma poupança de mais de 91 milhões de dólares.

Inspeção de projetos

A ADN inspecionou 4.087 projetos relacionados com estradas e pontes, edifícios, sistemas de irrigação, portos e aeroportos, instalações públicas e proteção contras as cheias, nos doze municípios e Região Especial de Oe-Cusse Ambeno, e recomendou o pagamento de 3.310 pedidos e a emissão dos respetivos relatórios de inspeção.

Desenvolvimento dos padrões técnicos de construção civil

Lançámos o livro Timor-Leste – Métodos de Medição Padrão, que foi distribuído a empresas, agências governamentais, sociedade civil e agências internacionais, e fizemos formação em três municípios (Díli, Baucau e Bobonaro). A ADN registou melhorias na redação dos BoQs (*Bill of Quantities*) preparados pelas empresas.

FUNDO DE INFRAESTRUTURAS

O Fundo de Infraestruturas (FI) foi constituído, em 2011, para promover o desenvolvimento de infraestruturas estratégicas e potenciar o crescimento da economia de Timor-Leste através do financiamento para estradas, pontes, aeroportos, portos marítimos, fornecimento de eletricidade, abastecimento de água, educação, saúde, turismo e outros projetos de grande dimensão. Com orçamentos superiores a 1 milhão de dólares, os projetos neste Fundo têm impactos significativos no país, em particular no desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido, o FI é utilizado para implementar projetos de grande dimensão, plurianuais, e que representam um investimento em infraestruturas vitais para a melhoria da qualidade de vida da nossa população como também para a criação de melhores condições ao nível de produção agrícola e industrial, encorajando a criação de novos empregos em setores estratégicos. A criação do Fundo e os projetos em implementação decorrem pois da visão de desenvolvimento que consta no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-

2030 e estão igualmente alinhados com a visão internacional de desenvolvimento que agora se encontra refletida na Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os programas que fazem parte do FI abrangem todos os setores estratégicos e estão relacionados com as prioridades do Plano Estratégico de Desenvolvimento. A implementação dos programas do Fundo é uma continuação dos programas/projetos iniciados em anos anteriores, não existindo, em 2017, novos projetos.

Os principais resultados e concretizações dos investimentos já realizados incluem a melhoria da rede elétrica nacional, através da construção das centrais elétricas de Hera e Betano, projetos de irrigação de grande dimensão em áreas rurais, abastecimento de água e melhorias rodoviárias.

O orçamento do FI financia 21 programas através do Orçamento do Estado, empréstimos externos e parcerias público-privadas (PPP). Entre 2011-2016 o número total de programas do FI aumentou de 12 para 21. Atualmente existem 1.309 projetos sob o Fundo de Infraestruturas, nomeadamente 542 projetos concluídos (desde a criação do FI em 2011), 512 projetos em curso, 196 projetos por iniciar e 59 projetos que ainda não foram financiados.

As prioridades do Governo para o investimento do FI continuam a ser as infraestruturas básicas e vitais, incluindo fornecimento de eletricidade, abastecimento de água, sistemas de irrigação, estradas e pontes, as quais resultaram já num investimento de mais de 2 mil milhões de

dólares desde 2011, fundamental para o crescimento e diversificação económicos e para as mudanças sociais na educação, saúde, turismo, comércio, entre outros.

A implementação dos projetos trouxe já relevantes benefícios diretos e indiretos, não só no que respeita ao acesso e utilização das infraestruturas desenvolvidas, como também no impacto socioeconómico e no desenvolvimento da economia nacional, incluindo como fonte de criação de emprego. Apresentamos um resumo dos principais resultados atingidos através da implementação dos projetos do FI. Os resultados não são limitados ao mandato do VI Governo, pela natureza plurianual dos projetos, pelo que muitos resultados alcançados foram fruto da continuação dos projetos anteriores, assim como muito dos projetos em marcha atualmente serão concluídos durante as próximas legislaturas. Estes projetos são investimentos de longo prazo devido à preparação, construção e etapas de manutenção e operação que exigem compromisso de continuidade na sua implementação.

Assim sendo, os resultados apresentados nestes 21 programas cobrem o período desde o estabelecimento do FI até 2017.

Programa de Água e Saneamento

O FI tem 17 projetos no setor de água e saneamento, incluindo escoamento, reabilitação do abastecimento de água e desenvolvimento geral do sistema de escoamento e saneamento de Díli.

Atualmente existem 3 projetos do FI em curso, incluindo o Sistema de Abastecimento de Água de Díli, e 2

projetos ainda por financiar, estando a ser preparada a documentação para o projeto de “Construção e supervisão de instalações de água e saneamento” (projeto a nível nacional) e para o projeto de “Abastecimento de água em 10 distritos” (projeto em modalidade de PPP).

Programa de Agricultura

Os esquemas de irrigação são considerados pelo Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) como uma componente importante para se atingirem os alvos de autossuficiência em termos de colheitas alimentares base, sobretudo arroz e milho. Por isso, o FI conta com 17 projetos associados à irrigação.

Concluimos 8 projetos desde 2011, incluindo Raibere I e Rabibere II em 2015 a 2016 e a irrigação de Oebaba Fase II em 2015. A conclusão dos projetos veio permitir que 6.814 hectares fossem abrangidos pela irrigação, tendo contribuído para beneficiar 5.378 agricultores nas áreas rurais. Cerca de 430 pessoas foram contratadas localmente durante a construção.

Programa de Desenvolvimento Rural e Urbano

Finalizamos 2 projetos de grande dimensão: LiDAR e mapeamento Espacial em 2015, nos quais trabalharam 24 pessoas. Existem agora dados espaciais para regular o planeamento, habitação e o ordenamento das povoações em Timor-Leste.

Programa de Edifícios Públicos

Dos 36 projetos do FI, concluimos 6 projetos desde 2011: o Ministério de Solidariedade

Social, o edifício da Comissão Nacional de Eleições, o Ministério da Justiça, os Mercados de Taibessi e Manleuana Fase I & II, o Mercado de Manleuana Fase III, DDE do lugar de repouso na área de Loes, Liquiçá. Em consequência da implementação dos projetos, foram gerados 331 empregos.

Estão ainda em curso 11 projetos, incluindo o Edifício do Parlamento Nacional, a Comissão da Função Pública (CFP), a Comissão Anticorrupção (CAC), o gabinete de Investigação Criminal e o Tribunal (STJ, TSAFC, CSM) e o Banco Comercial. Com fundos disponíveis mas que ainda não tiveram início existem 7 projetos e 11 edifícios públicos requerem fontes de financiamento.

Programa de Sistemas Financeiros e Infraestruturas de Apoio

Este programa tem 10 projetos, sendo que 1 foi concluído: desenho conceptual, construção e supervisão de novo edifício para o Ministério das Finanças. Outros projetos estão em curso, tais como o sistema ASYCUDA e o Centro de dados informáticos, entre outros.

Durante a implementação deste programa, 3.064 pessoas estiveram empregadas.

Programa de Juventude e Desporto

Concluímos 3 projetos de instalações desportivas, incluindo o estádio em Baucau em 2016, o projeto de melhoramento do Estádio de Díli em 2015 (que inclui o Desenho Detalhado de Engenharia (DDE) para a reabilitação do Estádio de Futebol e bancadas), bem como DDE para o ginásio multiusos 2 (Estádio Nacional Coberto) em

2014. Em consequência da implementação destes projetos, 280 pessoas foram empregadas.

Programa de Educação

O programa é composto por 19 projetos sendo que 3 projetos já foram concluídos (construção de Escola de Referência em Oe-Cusse Ambeno, construção de Nova Casa Kobe da UNTL e o Plano Geral para o Campus da UNTL, em Hera). Estes projetos beneficiam mais de 2.500 alunos e a sua implementação empregou 298 pessoas.

Programa de Eletricidade

O programa de eletricidade é composto por 584 projetos, sendo que 338 projetos já estão concluídos desde o estabelecimento do FI. Os resultados e os benefícios principais deste programa são: as centrais elétricas com 267mw de energia em Hera, Betano e Oe-Cusse Ambeno, concluídas de 2011 a 2015; as Linhas de Transmissão de Alta Voltagem de 150kv, concluídas em 2014. Os depósitos de combustível das centrais elétricas em Betano e Hera, terminaram em 2014 e 9 subestações de 10 a 20mva e 63mva em 2012. Em consequência da implementação do programa, 1.323 pessoas foram empregadas e cerca de 120.700 casas tem acesso a eletricidade.

Programa de Informática

Existem 3 projetos de informática subordinados a este programa, visando assegurar que Timor-Leste oferece a capacidade e a qualidade que são exigidas por investidores nos setores social, comercial e industrial do país. Este

programa apoiou as fases III e IV do Projeto de Conectividade Nacional; a melhoria da Internet por Satélite de 20 Mbps para 60/80Mbps e também a instalação do sistema de FreeBalance.

Programa dos Objetivos de Desenvolvimento de Milênio

Concluimos 2 projetos nos 12 municípios. Em consequência do programa dos ODM, existem 3.009 novas casas que foram construídas até 2016 (82% do alvo final) em 27 locais espalhados pelos municípios. Em 2015 concluimos a instalação de painéis solares nas áreas rurais identificadas e também a instalação da estátua de Dom Boaventura, sob o projeto social. 228 pessoas foram empregadas durante a implementação destes projetos.

Programa de Saúde

Finalizámos 2 projetos do programa da saúde: a construção do Hospital de Referência de Baucau, com uma área de 2.500m² e capacidade para receber 200 pessoas por dia, e a reabilitação do antigo edifício do Palácio das Cinzas. Estes projetos geraram cerca de 154 empregos.

Programa de Segurança e Defesa

O investimento em equipamentos e infraestruturas policiais, incluindo alojamento para a polícia, veio melhorar a funcionalidade da força. Existem, porém, outros projetos de infraestruturas que precisam ser concluídos. Sob este programa existem 5 projetos em curso, 1 projeto ainda por iniciar e 20 projetos já concluídos. Na área da defesa, foram concluídos 16

projetos, incluindo a Caserna de Hera, a Residência Naval e a Construção da Instalação de Serviços de Apoio, Relações Públicas e Treino. Existem 6 projetos em curso: 1) Construção de postos das F-FDTL em Ataúro; 2-3) Centro de treino das F-FDTL em Metinaro; 4) Serviços de canalização em Tilomar; 5) DDE para o novo Campus do Instituto da Defesa Nacional; e 6) Desenho do novo edifício do Ministério da Defesa. Há 1 projeto pendente devido a questões relacionadas com terrenos.

Programa de Desenvolvimento de Tasi Mane

O desenvolvimento de Tasi Mane é um programa contínuo que foca em desenvolvimento de infraestruturas. O Estudo de Impacto Ambiental para o programa de costa sul de Tasi Mane foi concluído em 2013. Durante o processo da construção e supervisão da primeira fase em Debos e Beaço, Suai, Covalima, e durante a construção e supervisão em Camenassa, Suai, Covalima, foram gerados 439 empregos.

Programa de Estradas

O Programa de Estradas é um dos programas estratégicos mais importantes, englobando um total de 390 projetos (incluindo 46 do subprograma R4D). O FI apoiou e financiou 91 projetos desde 2011, dando emprego a mais de 4.700 pessoas.

Programa de Pontes

Existem 26 projetos de pontes, estando 12 concluídos (ponte Daudere, ponte Belulik, Bukoli, ponte Bazartete, ponte no

cruzamento de Laclubar e Manehat, Comoro I e II, reabilitação das pontes de Loes e Aisa e outros). Existem ainda 7 projetos em curso (Dilor, Taroman, Baer, Lawana em Ermera, construção da ponte I/II (ponte suspensa) e Comoro III, Mauchiga em Ainaro) e 7 projetos de pontes ainda não iniciados.

Programa de Aeroportos

Em consequência de implementação do projeto de reabilitação da pista do Aeroporto de Díli, concluído em 2016, 492 estiveram empregadas e 169 receberam formação. O projeto do Aeroporto de Suai criou emprego para 968 pessoas, desde 2015, e está previsto ser inaugurado em junho de 2017.

Programa de Portos

Os programas a curto prazo do FI incidirão nos projetos seguintes: 1. Desenvolvimento do Porto de Suai; 2. Reabilitação do Porto de Díli; 3. Melhoria das instalações de portos regionais em Com, Ataúro, Oe-cusse Ambeno e Vemasse; 4. Construção do Porto da Baía de Tibar; 5. Reabilitação do Porto de Hera.

Existem 6 projetos sob o Programa de Desenvolvimento de Portos do FI. Destes, 2 foram já concluídos: 1) Reabilitação do Porto de Díli desde 2013; e 2) Porto da Marinha em Hera. Existem 3 novos projetos de desenvolvimento de infraestruturas por financiar relativamente ao Porto de Díli. O projeto referente ao Porto da Baía de Tibar está a ser conduzido em regime de PPP e encontra-se na fase mais avançada do ciclo de projetos. Cerca de 176 pessoas estiveram empregadas na implementação destes projetos.

Programa de Turismo

Existem 13 projetos de turismo: 6 projetos já foram concluídos (5 projetos de reabilitação com caráter de emergência de vários Jardins e Monumentos “CPLP” e 1 projeto de esculturas, em Lifau, Oe-Cusse Ambeno). Estes projetos geraram 275 empregos.

Programa de Desenho e Supervisão de Novos Projetos

Existem 36 projetos subordinados a este Programa, sendo que 14 foram já concluídos, incluindo a preparação do Conceito, Estudo de Viabilidade e DDE para alguns projetos de infraestruturas para o Programa de Edifícios Públicos.

Programa de Manutenção e Reabilitação

O Programa de Manutenção e Reabilitação foi proposto pelo Governo durante a comissão de revisão orçamental em 2016, com o intuito de manter infraestruturas atuais em boas condições, como sejam infraestruturas rodoviárias e de abastecimento de água. Atualmente existem 96 projetos: 15 projetos de manutenção para o setor da água, 9 projetos para o setor das estradas e 72 projetos de reabilitação e manutenção relativos a estradas rurais. A implementação destes projetos gerou cerca de 10 mil empregos.

Programa de projetos financiados por empréstimos

Entre os resultados conseguidos a partir de projetos de empréstimos concluídos sob este programa estão 59 km de estradas de qualidade elevada entre Tibar e Liquiçá e entre Tibar e Gleno, que permitem a redução

dos tempos de viagem em 25% - 40%.
Até à data assinámos 7 Acordos de Empréstimo para o financiamento de projetos rodoviários, todos eles destinados à melhoria e reforço de estradas de ligação:

- Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (PMRR) entre Díli e Liquiçá e entre Tibar e Gleno (assinado pelo GTL e pelo BASD em 2012);
- Projeto de Melhoria Rodoviária entre Díli e Baucau (assinado pelo GTL e pela JICA em 2012);
- Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (PMRR) entre Manatuto e Natarbora (assinado pelo GTL e pelo BASD em 2013);
- Projeto de Proteção de Estradas Contra o Clima entre Díli e Ainaro (assinado pelo GTL e pelo BM em 2013);
- Projeto de Estrada com Duas Faixas em cada Sentido e Separador Central (assinado pelo GTL e pelo BASD em junho de 2015);
- Financiamento adicional para o Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária (PMRR) entre Baucau e Lautem, entre Maubara e Karimbala entre Atabae e Mota-Ain (assinado pelo GTL e pelo BASD a 4 de março de 2016);
- Trabalhos de construção e melhoria do escoamento em Díli (assinado pelo GTL e pela China a 18 de dezembro de 2015).

Existem outros projetos com potencial para serem financiados através de empréstimo e que se encontram atualmente em fase de

preparação (desenho e estudo e viabilidade) ou em fase de negociação com vista à assinatura dos acordos de empréstimo:

- Autoestrada da Costa Sul (primeira secção entre Suai e Mola);
- Estrada entre Aituto, Hatubuilico, Letefoho e Gleno;
- Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Díli;
- Desenvolvimento do Porto da Baía de Tibar;
- Estrada Nacional entre Baucau e Viqueque;
- Base Logística de Suai (SSB).

Foi proporcionado emprego a 2.264 pessoas durante a implementação dos projetos com empréstimos de 2015 a 2016.

	Nome do Projeto/Programa	Número de Projetos	Sumário dos resultados atingidos (2011 a 2016)	Local (nacional e municipal)	Orçamento gasto (2011-2016)
1	Programa de Água e Saneamento	17	12 projetos completos	Municipal	\$ 10,489,690
2	Programa de Agricultura	17	8 projetos completos	Municipal	\$ 31,082,473
3	Programa de Desenvolvimento Rural e Urbano	12	2 projetos completos	Nacional	\$ 18,110,507
4	Programa de Edifícios Públicos	36	6 projetos completos	7 Municípios	\$ 45,329,230
5	Programa de Sistemas Financeiros e Infraestruturas de Apoio	10	1 projetos completos	Díli	\$ 45,851,910
6	Programa de Juventude e Desporto	14	3 projetos completos	8 Municípios	\$ 4,679,240
7	Programa de Educação	19	3 projetos completos	8 Municípios	\$ 11,443,399
8	Programa de Eletricidade	584	338 projetos completos	Nacional	\$ 996,957,434
9	Programa de Informática	3	Em curso	Díli	\$ 17,454,500
10	Programa dos ODM	6	2 projetos completos	12 Municípios	\$45,480,618
11	Programa de Saúde	6	2 projetos completos	Baucau, Díli	\$ 8,430,340
12	Programa de Segurança e Defesa	49	36 projetos completos	11 Municípios	\$ 21,899,400
13	Programa de Desenvolvimento de Tasi Mane	7	1 projetos completos	4 Municípios	\$ 165,929,166
14	Programa de Estradas	335	91 projetos completos	Nacional	\$ 409,618,110
15	Programa de Pontes	26	12 projetos completos	7 Municípios	\$ 43,667,670
16	Programa de Aeroportos	7	Em curso	5 Municípios	\$ 31,323,536

	Nome do Projeto/ Programa	Número de Projetos	Sumário dos resultados atingidos (2011 a 2016)	Local (nacional e municipal)	Orçamento gasto (2011-2016)
17	Programa de Portos	6	2 projetos completos	Díli, Hera/Tibar	\$ 146,292,815
18	Programa de Turismo	13	6 projetos completos	4 Municípios	\$ 5,378,900
19	Programa de Desenho e Supervisão de Novos Projetos	34	14 projetos completos		\$ 5,678,520
20	Programa de Manutenção e Reabilitação	96	Em curso	Nacional	\$ 13,959,099
21	Programa de projetos financiados por empréstimos	12	3 projetos completos	7 Municípios	\$ 62,378,000
TOTAL		1.309	542 projetos completos		\$ 2,141,434,557

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNANÇA

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

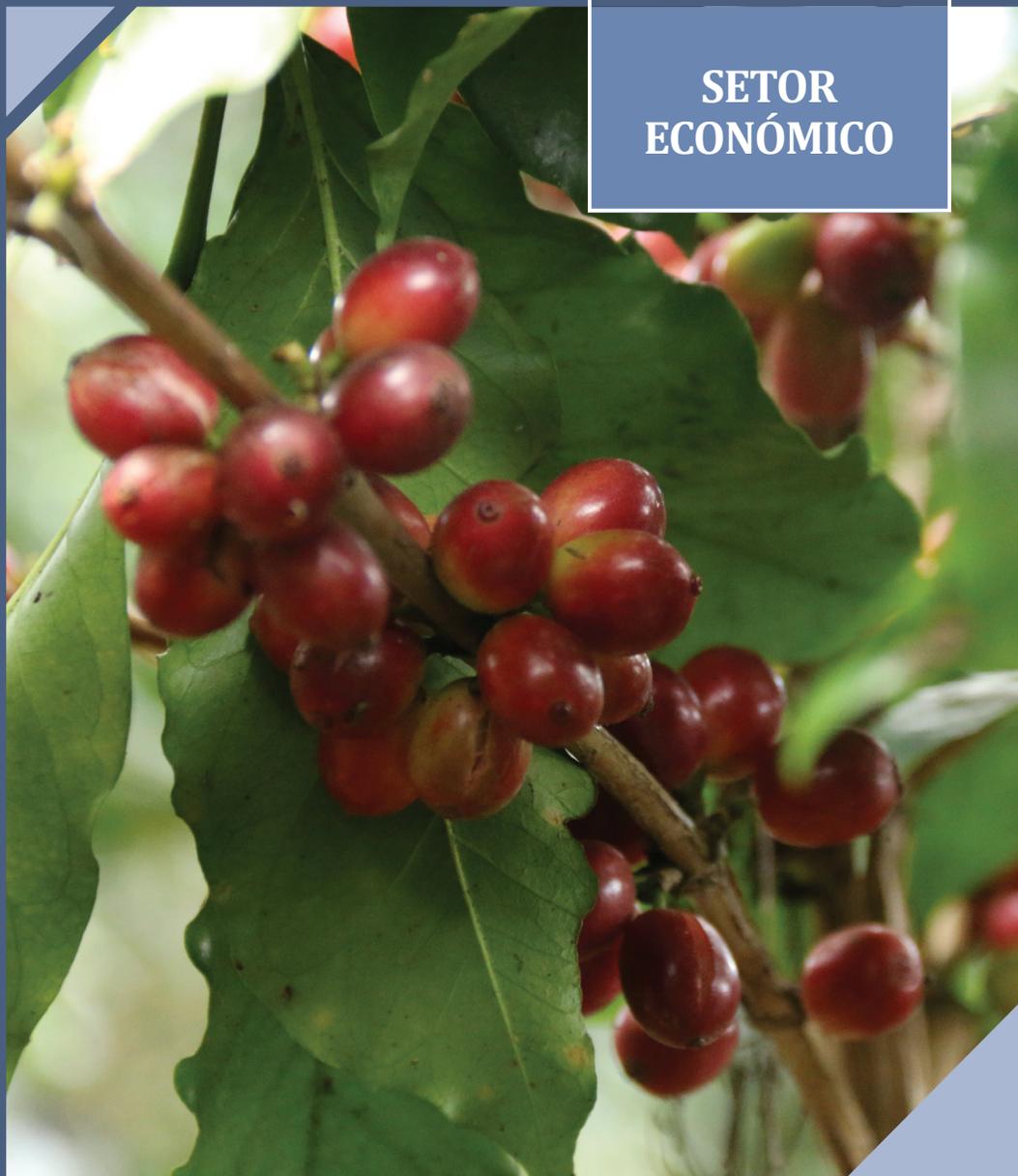
Timor-Leste é atualmente um país com baixos rendimentos. Todavia a nossa Nação possui oportunidades económicas consideráveis e um forte potencial para se tornar numa Nação com rendimentos médio-altos até 2030. O VI Governo Constitucional pretende desenvolver uma economia de mercado pujante, com um setor privado forte e capaz de criar emprego, garantindo também assim que todos os setores beneficiam dos recursos naturais do país.

Estamos igualmente a diversificar a nossa economia e a incidir no alargamento e modernização do nosso setor agrícola, ao mesmo tempo que construímos uma indústria de turismo dinâmica e que encorajamos níveis superiores de atividade do setor privado e de indústrias inteligentes, incluindo o crescimento e a expansão de pequenas e micro-empresas.



**RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]**

**SETOR
ECONÓMICO**



Subsídios aos agricultores

Adquirimos cerca de: 80 ton de sementes de arroz variedade Nakroma; 275 ton de sementes de arroz melhorado, variedade Nakroma; 15 ton de sementes de arroz para área de sequeiro; 100 ton de sementes de milho local; 65 ton de sementes de milho de alta produção; 175 ton de sementes de milho variedade Sele, Naí e Noi Mutin; 28 ton de fertilizantes orgânicos e an-orgânicos; 350.000 litros de combustíveis; 23.000 litros de pesticidas; 6 ton de batata europa; 20 ton de amendoim variedade Utamua; 5 ton de sementes de soja; 8 ton de feijão mungo; 30.000 pacotes e 1.1 ton de sementes vegetais.

Programa de “cintura hortícola”

Continuamos a implementar o programa de “cintura hortícola” anualmente em 8 Municípios (Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Dili, Ermera, Liquiçá e Manufahi) que abrange uma área com um total de 107 ha com legumes, vegetais e frutas e envolve 1.620 agricultores (M:810 e H:810).

Agricultura integrada

Estabelecemos a agricultura integrada nas áreas irrigadas de Oebaba, Raibere, Karau Ulun, Casa e Bonuk (municípios de Ainaro, Covalima e Manufahi), abrangendo um total de 960 ha, que beneficiou 1.020 agricultores (M: 357 e H: 663) e contamos, até final de 2017, atingir mais de 4.530 ha e beneficiar mais de 3.170 agricultores. Treinámos e capacitámos 483 agricultores através de escola campo.

Multiplicação de sementes

Produzimos sementes de variedades mãe e fundação de arroz (0.8 ton), de milho (3.4 ton), de amendoim (4 ton), de batata-doce (200.000 cortes), de mandioca variedade ailuka-2 e 4 (300.000 estacas).

Produzimos sementes certificadas de arroz (10 ton), milho (24 ton) e amendoim (22 ton) e sementes comerciais de arroz (327 ton), milho (298 ton) e amendoim (25 ton) e 200.000 estacas de mandioca variedade ailuka-2 e 4.

A multiplicação de sementes abrangeu os municípios de Aileu, Baucau, Bobonaro, Liquiçá, Manatuto e Manufahi, onde foram estabelecidas 107 associações de produtores de sementes comerciais e beneficiados 362 agricultores (M:142 e H: 220).

Continuamos a trabalhar para que em 2017 sejam produzidas:

Sementes de variedades mãe e fundação: 0.6 ton de arroz (Nakroma: 0.3 ton e Nakroma 0.3 ton); 1.7 ton de milho (Sele 1 ton e Noi mutin 0.7 ton); 0.6 ton de feijão mungo (variedade Lakateu 0.3 ton e Quikai 0.3 ton); 2 ton de amendoim variedade Utamua; 200.000 cortes de batata-doce variedade H1, H2, H3 e 300.000 estacas de mandioca.

Sementes certificadas: 14 ton de arroz variedade Nakroma; 13 ton de milho (variedade Sele = 7 ton, Noi Mutin = 5 ton e Nai = 1 ton); 0.6 ton de feijão mungo; 11 ton de amendoim variedade Utamua; 200.000 cortes de batata-doce variedade H1, H2, H3 e 300.000 estacas de mandioca.

Sementes comerciais: 356 ton de arroz (área de intervenção total de 178 ha), 358.5

ton de milho (área de intervenção no total de 239 ha) e 23.45 ton de amendoim (área de intervenção no total de 33.5 ha).

Estimamos treinar e capacitar 1.380 membros de associações, estabelecer 65 associações de produtores de sementes comerciais e que a produção seja de 2 ton/ha de arroz; 1.5 ton/ha de milho e 0.7 ton/ha de amendoim.

Apoio às iniciativas de grupos de jovens agricultores

Apoiámos as iniciativas de 226 grupos de jovens agricultores (M: 1.197; H: 2.634; Total: 3.836 pessoas), distribuídos por todo o território nacional, nas seguintes áreas:

- 66 grupos (M: 346 e H: 644) de hortícolas (66 ha utilizadas);
- 26 grupos (M: 258 e H: 477) de arroz (176.5 ha utilizadas);
- 49 grupos (M: 294 e H: 600) de milho (193.2 ha utilizadas);
- 25 grupos (M: 77 e H: 642) de aquacultura (estabelecidos 115 tanques onde foram deixados 69.000 alevinos de peixe);
- 24 grupos (M: 72 e H: 101) de suínos (100 cabeças adquiridas);
- 22 grupos (M: 110 e H: 115) de búfalo (160 cabeças adquiridas) e
- 14 grupos (M: 40 e H: 60) de cabras (100 cabeças adquiridas).

Continuamos a trabalhar para que, em 2017, sejam estabelecidos 5 grupos de

apicultura; 40 grupos de arroz e milho e 20 grupos de hortícolas, 255 ha (1.5 ha por grupo) utilizados; 50 grupos de suínos (180 cabeças adquiridas); 11 grupos de búfalo (60 cabeças adquiridas) e 20 grupos de cabras (100 cabeças adquiridas).

Programa SoL (Fini ba Moris)

Através do Programa SoL (Seeds of Life) realizámos pesquisa sobre arroz, milho, batata-doce, mandioca, amendoim e outras culturas locais com potencial e sobre a caracterização de morfologia de arroz. Finalizámos a pesquisa sobre os testes de identificação de produção dos animais ruminantes (Baucau e Lautem). Continuámos a pesquisa sobre a conservação e a melhoria de linhas de cultivo de milho e os testes de produção de alimentação animal com produtos locais (sago, mandioca e milho). Estamos a recolher os dados para a pesquisa sobre o impacto dos fertilizantes orgânicos na produção de arroz vermelho (Venilale).

Estabelecemos 1 unidade de conservação em Betano destinada à conservação de variedades genéticas locais, que é utilizada para continuar as atividades de pesquisa do programa Seed of Life (Fini ba Moris) para o arroz, milho, batata-doce, mandioca, amendoim, trigo e culturas locais potenciais. Vamos, ainda, realizar: 5 pesquisas sobre conservação e melhoramento e, no âmbito destas, realizar pesquisa sobre culturas (arroz, milho, batata-doce e recursos genéticos); 3 pesquisas sobre adaptação e, por estas abrangida, pesquisa a 5 culturas (trigo, legumes, batata europa, arroz

vermelho e arroz época sequeira) e, ainda, 6 pesquisas de solo.

Produção e plantação de espécies florestais de elevado valor comercial

Plantámos 54.500 pés de sândalo e 40.000 pés de turi, numa área total de 128 ha, e procedemos à manutenção de 6 ha desta plantação e também da plantação de gengibre (Covalima e Bobonaro). Registámos 80% de taxa de sobrevivência, depois de um ano das mudas de sândalo plantadas por agricultores.

Desenvolvemos viveiros de floresta em 12 municípios e produzimos 210.000 pés, fizemos a manutenção de 18 ha da plantação de madeira para uso como lenha (Liquiça) e de 5 ha área agroflorestal (Díli e Aileu).

Construímos 1 unidade de armazenamento de água.

Prevemos, ainda, produzir 20.000 pés de sândalo e 20.000 pés de sesbania para plantar numa área total de 50 ha; manter a plantação de sândalo numa área de 100 ha e recultivar 8.000 pés; estabelecer 27 ha de bambu e produzir 7.500 pés.

Nesta atividade foram abrangidos 525 agricultores.

Produzimos 24.000 pés de teca, 24.000 pés de mogno, 12.000 pés de saria e 6.650 pés de sombreamento, abrangendo 100 ha e 200 agricultores no município de Viqueque. Contamos, ainda, produzir 6.000 pés de teca, 6.000 pés de mogno e 8.000 pés de saria para plantar em 50 ha do município de Viqueque, beneficiando 100 agricultores, fazer a manutenção de teca, saria e mogno numa área de 100 ha e recultivar ainda 26.662 pés destes três tipos de madeira.

Plantação de café e plantas industriais

Reabilitámos 350 ha de café em Ermera e 150 ha em Liquiça. Expandimos 50 ha das plantações de café em Aileu, Ermera, Ainaro e Manufahi e diversificámos 100 ha de plantação de café em Ermera. A produção total de café, até final de 2017, é de cerca de 50.687 toneladas.

Fizemos a expansão de 1 ha de tabaco; 2 ha de kami'i; 6 ha de algodão; 2 ha de coco; 2 ha de cravinho; 4 ha de caju e de 2 ha de cacau. Efetuámos, ainda, a expansão de 6 ha de cultura intercalar de coco e algodão, 6 ha de coco e cacau e de 4 ha de algodão e tabaco.

Nestas atividades, foram beneficiados 989 chefes de família.

Temos previsto, ainda:

- a **reabilitação** de 450 ha de café, que vai abranger 700 chefes de família de cafeicultores, nos municípios de Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro, Ermera, Manatuto, Manufahi e Liquiça;
- a **expansão** de 100 ha de café; de 94 ha de plantas perenes e anuais em 11 municípios (14 ha de coco em Lautem; 14 ha de cacau em Viqueque; 10 ha de avelã/kami em Baucau e 5 ha em Ainaro; 8 ha de cravinho em Manatuto e 6 ha em Liquiça; 7 ha caju em Covalima e 7 ha em Bobonaro; 8 ha de pimenta em Aileu e 7 ha em Liquiça e 8 ha de baunilha em Ermera); e de 800.000 pés de mudas de café, 10.000 de pés de árvores de sombreamento e plantas industriais (cacau: 15.554 pés; coco: 1.722 pés; caju:

2.184 pés; baunilha: 10.000 pés; avelã/kami: 2,184 pés; cravinho: 4.018 pés e pimenta: 24.000 pés).

Alargamento das plantações de recreio

No Jardim Botânico (Remexio) recolhemos e identificámos 3.000 pés de espécies nativas, fizemos a manutenção de 4 ha com um total de 1.200 pés de espécies introduzidas e 28 espécies de amostras e expandimos 6 ha com espécies nativas num total de 3.000 pés e 103 amostras de espécies cultivadas. Vamos ainda desenvolver os desenhos dos *landscapes* e fazer a análise das amostras do solo e a manutenção de 100 ha.

No Parque Nacional “Nino Konis Santana”, preparámos 5 ha de terreno e cultivámos 10.000 pés de mudas de espécies nativas, e iremos proceder à manutenção de 5 ha.

Pastagem

Implementámos 12 ha de pastagem utilizando o método CFS (Crops Forage System) e pastagem nativa em Manatuto e desenvolvemos 8 ha de pastagem nativa em Bobonaro, Covalima, Lautem e Manufahi. Continuamos a trabalhar para estabelecer e desenvolver a pastagem comunal com 7 ha e melhorar 6 ha pastagem nativa.

Criação de cabras leiteiras, suínos e vacas

Fizemos a manutenção a 65 ha de forrageiras de cabras leiteiras; adquirimos 16 cabeças de vacas para apoiar o programa de engorda de vacas; 13 ton rações de cabras leiteiras;

101 ton de rações de cabras; 10 ton de rações de galinhas e 73 ton de rações de suínos. Adquirimos também 24 unidades de Silo com capacidade de 2 ton, para apoiar a redistribuição de vacas, abrangendo 100 agricultores (M: 8 e H: 92).

Contamos, ainda, recultivar 15 ha de forrageiras de cabras leiteiras, estabelecer o programa de engorda de vacas, adquirir material para apoiar a redistribuição de vacas, adquirir 180.000 kg de rações de suínos, 36.000 kg de rações para cabras leiteiras e 138.000 kg de rações para galinhas e examinar 200 sementes (straw) de vacas adquiridas e 300 vacas.

Vacinação de animais

Vacinámos um total de 2.188.591 de animais dos quais 678.848 cabeças de vaca, 447.190 cabeças de suínos e 1.062.553 bicos de galinhas.

Produção de tilapia e peixe de água doce

Lançámos a produção de tilapia em setembro de 2016 e estabelecemos 138 novos tanques de tilapia (8 em Ainaro; 17 em Baucau; 16 em Bobonaro; 7 em Covalima; 31 em Ermera; 10 em Lautem; 10 em Liquiça; 7 em Manatuto; 15 em Manufahi e 17 em Viqueque), abrangendo 50 aquicultores. Fizemos a primeira colheita de 2 ton de tilapia em março de 2017, que renderam cerca de 5.960 dólares (\$3/kg).

Identificámos 45 produtores de tilapia e vamos, ainda, estabelecer 64 novos tanques para a criação de tilapia e produzir 400.000 alevinos, produzir 389 ton de tilapia e desenvolver a criação de 10 ha de


 água doce (8 ha criação de tilapia e 2 ha criação de Catfish), adquirir 13 ton de peixe para apoiar 11 grupos ou 60 aquicultores, estabelecer 1 ha de viveiros de água salobra para produzir 3.200 kg de milkfish e estabelecer 1 ha de alga de água marinha para produzir 1.6 ton.

Sistemas de irrigação

Inaugurámos o sistema de irrigação de Buluto (janeiro de 2017) que vai permitir a irrigação de 780 hectares.

A construção da 2.^a fase da irrigação de Karau Ulun está prestes a estar concluída e vai irrigar um total de 1.030 hectares.

O sistema de irrigação de Larisula apresenta uma evolução física de 38% que, quando concluída, vai permitir a irrigação de 374 hectares.

Centro de Formação de Pescas

A construção do Centro de Formação de Pescas em Liquiça atingiu 40% e prevê-se que esteja concluído em setembro de 2017. Vai ser utilizado como centro de formação aos técnicos de pescas, pescadores, aquicultores e jovens, com o objetivo aumentar o seu conhecimento, além de preparar os trabalhadores nesta área para serem mais competitivos na prestação de serviços.

Escolas Técnicas Agrícolas

Contamos com 4 Escolas Técnicas Agrícolas (ETA) em Lautem, Manatuto, Bobonaro e Oe-Cusse Ambeno, onde lecionam 70 professores e 27 assistentes. Estas ETA têm uma média anual de 660 alunos, sendo que cerca de 317 frequentam o 10.^o ano, 164 o

11.^o ano e 179 o 12.^o ano anualmente (Oe-Cusse Ambeno só teve estudantes no ano letivo de 2015 e Lautem não tem estudantes no ano letivo de 2017).

Legislação aprovada - Setor Agrícola, Florestas e Pescas

Aprovámos os seguintes diplomas para apoiar a política de desenvolvimento do setor agrícola, florestas e pescas: o Sistema Nacional das Áreas Protegidas; o procedimento para apresentação de propostas para a classificação de área protegida; a criação do Jardim Botânico "*Francisco Xavier do Amaral*"; a criação do Parque Nacional "*Kay Rala Xanana Gusmão*"; a comissão técnica interministerial de Gestão das Bacias Hidrográficas; instituímos o Dia Nacional do Sândalo e das Florestas; procedemos à alteração da lista de espécies aquáticas protegidas e tamanhos mínimos de peixe; a Estratégia Nacional para a Gestão do Lixo Marinho; a Política Nacional de Segurança Alimentar; e o Regime Geral das Florestas, que está em discussão no Parlamento Nacional para a aprovação.

Formação formal nas áreas do petróleo e mineral

Atribuímos 76 bolsas de estudo para licenciaturas e 7 bolsas de estudo para mestrados nas áreas da geologia, geografia, química, geofísica, ambiente e minas. Os bolseiros estão a realizar os seus estudos na Austrália e Indonésia, tendo 27 bolseiros concluído o curso de engenharia (26 licenciaturas e 1 mestrado).

Pilotos e técnicos de aviação

Estamos a treinar 7 pilotos e técnicos de aviação para fazerem face às necessidades da indústria petrolífera. Destes, 1 recebe formação para avião comercial, 2 já concluíram a formação como instrutores de pilotos de avião comercial e estão já a trabalhar no Instituto Aeroflyer em Jacarta, e 4 continuam o curso para pilotos de helicóptero em APFT Kota Bharu Malaysia (1 piloto faltam 3 exames para terminar “PPL Flying”, 2 pilotos faltam dois exames para terminar “PPL Flying”, e 1 já completou o exame de “PPL Flying” e passou para o “CPL Helicopter training”).

Formação profissional nas áreas do petróleo e mineral

Cerca de 95 engenheiros timorenses recebem formação profissional de curta duração em “Processo, instrumentos e utilidade em operações de petróleo e gás”, inglês e “segurança e sobrevivência” na Malásia, Indonésia e Índia. Da primeira fase, 15 estudantes (46% são mulheres) concluíram a formação em novembro de 2016 e em agosto do mesmo ano foram enviados mais 20 estudantes (40% são mulheres). A segunda fase só estará concluída em 2018.

Capacitação de comunidades do projeto Costa Sul

Proporcionámos cursos de inglês, informática e de condução a mais de 1.430 habitantes das comunidades dos municípios de Covalima (Suai) e Viqueque (Beaço) que estão mais diretamente implicadas no projeto da Costa Sul.

Companhia Nacional Mineira – Murak-Rai Timor-Leste S.A.

Aprovámos a criação da empresa nacional mineira, Murak-Rai Timor-Leste S.A. (MRT), que vai zelar pelos interesses do Estado nas atividades de exploração dos recursos minerais do país. A MRT é uma instituição necessária para garantir o desenvolvimento de um setor económico de grande potencial e contribuir para a diversificação da economia, fundamental para Timor-Leste.

Relatórios ITIE

Produzimos o 5º (2012) e 6º (2013) Relatórios sobre a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE) que foram disseminados em seis postos administrativos para mais de 530 pessoas. Promovemos, ainda, a implementação da ITIE junto de 469 estudantes de ensino superior. Estamos a produzir o 7º e 8º Relatórios cujo esboço ficou concluído em abril, estando previsto o seu lançamento e publicação até ao final do mandato.

I Conferência de Energia para o Desenvolvimento da CPLP

No âmbito da Presidência Rotativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), presidimos à I Conferência de Energia para o Desenvolvimento da CPLP, em Portugal, e que constituiu uma oportunidade para refletir e aumentar o conhecimento da dimensão política e económica dos recursos energéticos dos países desta Comunidade.

Cooperação no setor de gestão de recursos naturais – São Tomé e Príncipe

Com base no Acordo assinado em 2010

entre Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, participámos no lançamento do primeiro relatório sobre a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE) deste país, com quem cooperamos no setor de gestão de recursos naturais, particularmente nas áreas de implementação da ITIE e na gestão da sua entidade reguladora.

Legislação para o setor petrolífero

Aprovámos o Decreto-Lei sobre as Operações Petrolíferas Offshore e o Diploma Ministerial sobre as Regras Específicas de Licenciamento de Atividades de Exploração Mineira.

Estamos a preparar o esboço da Lei da Transparência que estabelece o regime jurídico aplicável a todas as indústrias e setores económicos relacionados com recursos naturais, com vista a implementar um conjunto de princípios, regras e procedimentos de transparência a serem seguidos e adotados por todas as entidades e órgãos governamentais e por todas as sociedades privadas, entidades e indivíduos que desenvolvam atividades de exploração de recursos naturais em Timor-Leste.

Política de Turismo para Timor-Leste

Aprovámos a “Política de Turismo para Timor-Leste: Fazer Crescer o Turismo até 2030 – Fortalecer o Sentimento de Identidade Nacional”, que define o desenvolvimento do setor para o país tendo cinco temas centrais: o compromisso para uma prosperidade acrescida; espírito de gestão centrado na proteção dos recursos naturais e culturais do país e na segurança dos visitantes; parceria

onde todos os interessados tenham uma voz e partilhem responsabilidades; e reconhecimento de que as pessoas estão no centro da atividade turística e lhes deve ser inculcido conhecimentos, competências e comportamentos adequados.

Infraestruturas turísticas

Reabilitámos a Pousada de Maubisse e de Hatubelico, com inauguração prevista para breve, e reabilitámos e inaugurámos a pousada de Tutuala e o Forte de Baguia, infraestruturas que vão poder servir a comunidade local e os visitantes nacionais e estrangeiros. Atualmente as pousadas estão arrendadas a operadores turísticos privados que asseguram a exploração das mesmas.

Estamos a construir o Centro de Informações Turísticas em Díli, cujo progresso físico é de 40%, e que vai servir para prestar informações a todos os que visitam o nosso país.

Turismo Histórico

Aprovámos 1 milhão de dólares para realizar estudos de viabilidade e implementar projetos específicos em turismo histórico em Baucau (Matebian) e Lospalos (Paisau/Parque Nino Konis Santana) prevendo, ainda, a formação de 200 guias turísticos.

Formação na área do turismo

Oferecemos formação a 60 pessoas (M: 40 e H: 20) da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno na área de hospitalidade, que vão trabalhar em restaurantes e hotéis. Realizámos formação para 490 taxistas, com formadores vindos da aviação civil,

polícia de trânsito, transportes terrestres e ministério do turismo.

Sinalização de locais turísticos

Preparámos o material informativo, sinalizámos os locais e preparámos a matéria para formação dos guias nos municípios de Liquiça (Ulmera, Kasait, Lauhata, Maumeta, Liquiça Vila, prisão de Aipelo e Forte de Maubara), de Bobonaro (Be'e Malae, monumento de Balibo, pousada de Balibo e Marobo).

Identificámos, também, 3 locais com património arquitetónico de origem portuguesa, nomeadamente a residência do antigo administrador português em Liquiça, o forte de Maubara e a antiga Prisão de Aipelo, com o objetivo de os proteger e dar a conhecer a sua importância aos visitantes.

Eventos turísticos

Realizámos, anualmente, vários eventos turísticos, a nível nacional e internacional, onde participaram cidadãos de diversos países: o desfile de Carnaval em fevereiro; a regata Darwin-Díli em julho; o Tour de Timor e a Caravana Artística (divulgação de culturas e tradição timorense).

Realizámos, ainda, o Festival da Arte e Cultura e celebrámos o Dia Nacional da Cultura, em 2016, do qual fizeram parte mais de 300 representantes dos 12 municípios nas atividades culturais e artísticas promovidas (palestras, poesia, pintura, danças e músicas tradicionais).

Participámos na Expo Milão, em 2015, onde estiveram presentes mais de 119 países. Durante os 6 meses da exposição, de maio

a outubro, o pavilhão de Timor-Leste foi visitado por mais de 616 mil pessoas.

Website do Turismo

Lançámos o *website* www.timorleste.tl para a promoção internacional do turismo, que disponibiliza informação acerca do país bem como de acomodação, das diversas atividades e planeamento de viagens em todo o território nacional.

Promoção do turismo e cultura

Produzimos 32.500 materiais de promoção do turismo tais como brochuras sobre o turismo em geral, DVD's de Turismo Marinho e de Turismo Cultural e Histórico e brochuras sobre turismo na ilha de Ataúro, que estão a ser distribuídos pelos operadores turísticos e em todos os locais com grande afluência do público.

Promovemos a divulgação dos objetos culturais materiais e imateriais, através da impressão de 2.000 exemplares sobre o Tais de Covalima e Lautem, e realizámos a exposição de objetos culturais da "Coleção Antoulas" na Expo Milão.

Programa de Turismo Comunitário

Implementámos o Programa de Turismo Comunitário através da atribuição de 200.000 dólares a 8 projetos provenientes de 5 Municípios (Baucau, Manatuto, Aileu, Liquiça e Maliana) e 3 em Oe-Cusse Ambeno. Alguns dos projetos apoiados, entre locais de descanso, minimercados, reabilitação do mercado artesanal, já estão concluídos e outros terminam em 2017.

Legislação na área da Indústria

O esboço da Política Nacional de Desenvolvimento da Indústria está em processo de consultas técnicas e públicas para proceder o seu aperfeiçoamento e subsequente submissão ao Conselho de Ministros para apreciação e aprovação.

Feiras nacionais e internacionais

Realizámos 96 edições do *Dili Weekend Market* onde participaram cerca de 40 comerciantes que promoveram o artesanato, a tecelagem, medicamentos tradicionais e a culinária.

Participámos, também, em 6 feiras internacionais em Milão, Indonésia, China e Portugal, onde promovemos o café orgânico, a canela e o sândalo, além de divulgar informações acerca da produção de tais.

Gestão do mercado de Taibessi

Implementámos o regulamento de gestão do mercado de Taibessi e construímos um parque de estacionamento para 500 viaturas de forma a facilitar os comerciantes e os consumidores.

Registo de micro negócios

Desconcentrámos o processo de licenciamento de atividades económicas e emitimos cerca de 5.400 licenças, aumentando a participação dos agentes económicos registados em micro negócios nos municípios e ZEESM.

Produção de sal

Através do fundo de subvenções públicas, financiámos a utilização de 22 hectares

de terreno no litoral de Atabae, onde construímos talhões de processamento de água salgada do mar para a produção de sal matéria-prima, de forma a abastecer as necessidades de matéria-prima da empresa NPM, Unip. Lda. (em Tíbar) na produção comercial de sal de consumo.

Com a produção de sal em Atabae foram envolvidos 165 pessoas que estão a beneficiar do aumento de rendimento e melhoria de vida económica das suas famílias. Do primeiro ano de produção (2016) resultou uma colheita de 70 ton, vendidas para a empresa NPM, Unip. Lda..

Atualmente as necessidades de matéria-prima da fábrica da empresa NPM, Unip. Lda. são abastecidas pela produção do sal em Ulmera, Manatuto, sal cristal de Laga e de Atabae. Da produção de sal de consumo, a maioria dos produtos são vendidos nos mercados locais, sendo que em 2016 foram exportadas 25 toneladas para o mercado de Singapura.

Produção de café em pó

Apoiámos financeiramente, com equipamentos e assistência técnica, o empacotamento de café em pó, levando à produção de 25.000 saquetas por dia (60 Kg) e dando emprego a 18 pessoas em Liquiça.

Produção de óleo de coco e sabão

Apoiámos a produção de 600 litros de óleo de coco por semana e de 3.000 pacotes de sabão por mês. Conseguimos exportar 200 garrafas por mês para os mercados da Austrália, Indonésia e Japão e estamos a identificar outros mercados para exportação.

Centro de processamento de produtos agrícolas

Construímos e equipámos o Centro de Apoio Técnico de Processamento de Produtos Agrícolas, em Natarbora, que realiza cursos de formação profissional e empresarial sobre processamento industrial de produtos agrícolas; dá apoio técnico sobre marketing; desenvolve ações de acompanhamento e consultoria aos micro e pequenos empresários locais; incentiva os agricultores locais a melhorar a produtividade e aumentar a produção agrícola. Mais de 150 pessoas, pertencentes aos grupos de indústrias caseiras e agricultores locais, beneficiaram de formação empresarial. Pretende-se que este Centro funcione, no futuro, como uma incubadora empresarial e industrial de excelência para todo o território nacional.

Desenvolvimento da plantação de bambu

Estabelecemos 17 centros de viveiro para o desenvolvimento de plantação de bambu (Betun e Betar, etc) em Aileu (1), Ermera (4), Liquiça (5), Lautem (1), Baucau (2), Viqueque (1), Manatuto (1), Same (1) e Ainaro (1). Plantámos 58,642 sementes de bambu em cerca de 489 hectares, beneficiando 410 agricultores (M: 95 e H: 315).

Centro de coleta e processamento de bambu

Estabelecemos 4 novos centros de coleta e processamento de bambu (Liquiça, Baucau, Lautem e Viqueque) que já beneficiaram 38 pessoas (M: 4 e H: 34).

Aquisição de matérias-primas de bambu

Adquirimos 539.766 tiras de bambu betun a 285 agricultores (M: 20 e H: 265) e 17.394 troncos de bambu betar a 92 agricultores (M: 11 e H: 81). Destas, produzimos mais de 5.150 m² de tábuas de bambu que serviram para fazer outros produtos desta matéria. Fizemos um investimento de cerca de 95 mil dólares e até final do mandato prevemos arrecadar cerca de 265 mil dólares com os rendimentos de produtos de bambu.

Gestão e manutenção de bambu

Realizámos 13 atividades de socialização das quais resultaram 567 agricultores (M: 117 e H: 450) informados e qualificados na gestão e manutenção de bambu.

Indústria da água engarrafada

Apoiámos 2 empresas produtoras de água mineral engarrafada com 68 mil dólares, estando as mesmas a produzir cerca de 530 garrações de água por dia, empregando 21 pessoas e beneficiando 500 consumidores.

Indústria de reciclagem de plástico

Com o programa nacional “Política de zero plástico” em todo o território, estamos a instalar as máquinas de reciclagem, demos emprego a 33 pessoas, tendo já sido recolhidas 64 ton de plásticos em Díli e exportadas 22 ton para a Coreia do Sul e Indonésia. A inauguração da fábrica de reciclagem de plástico está prevista para o mês de julho.

Computorização *online* para cooperativas de créditos

Melhorámos o sistema de acesso ao crédito (poupança e levantamento) de 3 cooperativas, em Díli e Maliana, através da introdução do sistema de computorização *online* que vem facilitar o atendimento técnico e administrativo das cooperativas de crédito aos seus membros.

Centro de gestão de crocodilos

Construímos o centro de gestão de crocodilos em Hera, para onde já recolhemos 3 crocodilos, de forma a reduzir o risco de ataques.

Segurança Alimentar

Através do Centro de Logística Nacional (CLN), importámos 12.800 ton de arroz, no valor total de 6.4 milhões de dólares, para assegurar adequada reserva de stock alimentar nacional. Este produto serviu para apoiar programas como a Merenda Escolar, vítimas de desastres naturais e a população vulnerável identificada pelo MSS.

Contamos, em 2017, importar 2 mil toneladas de arroz, contando com um financiamento de 1 milhão de dólares.

Comprámos ainda mais de 2.866 ton de neli e 561 ton de milho aos agricultores de 5 municípios, tendo sido gasto um orçamento de 1.5 milhões de dólares com o objetivo de incentivar os grupos de produtores locais a disponibilizar arroz no mercado doméstico.

Em 2017, juntamente com o MAP, vamos comprar 1 ton de arroz local com o financiamento de 400 mil dólares.

Normalização do preço de arroz

Vendemos mais de 9.535 ton de arroz no

programa de normalização do preço a nível nacional, o que resultou em cerca de 2.8 milhões de dólares de receita.

Certificado de origem de Café Timor

Emitimos 203 certificados de origem de Café Timor para exportação que equivalem a mais de 3.800 toneladas de café certificado.

Subvenções públicas para apoio à indústria e cooperativas

Financiámos 76 grupos de indústrias de produção de sal, água potável engarrafada, produção artesanal de tais de diferentes modelos, processamento artesanal de pedras preciosas, e produção de produtos aperitivos. Foram estabelecidas novas indústrias de reciclagem de plástico (Díli) e de óleos sujos (Liquiça). Contam-se 585 beneficiários diretos, através da oportunidade de autoemprego, e mais de 1.000 agricultores beneficiários indiretos.

394 grupos de cooperativas na área da criação de caprinos, suínos, bovinos e aves, produção horticultura, aquicultura e pesca nas águas marítimas foram financiados, beneficiando 2.810 membros das cooperativas.

Apoiámos 466 micro e pequenos empresários na área do comércio (quiosques, compra e venda de vegetais nos mercados de Taibessi e Manleuana).

Prestámos financiamento a empresas na área da produção, distribuição e venda de produtos hortícolas (criou 150 empregos); recolha de lixo e reciclagem de plástico (que criou 33 postos de trabalho) e reparação e manutenção de veículos (gerou 15 empregos). Financiámos 3 Lojas Frigoríficas, beneficiando

150 pessoas (135 fornecedores de produtos agrícolas e 15 fornecedores de carne em Ainaro, Manufahi e Ermera) que se tornaram fornecedores permanentes destas lojas.

Inspecção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar

Criámos a Autoridade de Inspecção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar – AIFAESA, cujo objetivo é controlar a qualidade, as condições de transporte e de salubridade dos géneros alimentares e dos locais de produção e comercialização, como forma de diminuir ou prevenir riscos para a saúde pública. A AIFAESA concentra as atividades de inspecção e fiscalização que se encontravam a cargo do MAP, MS e MCIA.

Com início de funções em fevereiro de 2017, a AIFAESA realizou 40 ações de formação para apoiar as atividades operacionais aos estabelecimentos, registou estabelecimentos e produtos e elaborou fichas de fiscalização a restaurantes e produtos.

A AIFAESA inspecionou: 245 estabelecimentos de restauração e comércio dos quais 168 estavam em situação regular e 77 com licenças irregulares; 11 estações de combustíveis e 94 máquinas (nozél) das quais 88 estavam fora de validade e 6 precisam de ser recalibradas com o padrão; 38 estabelecimentos comerciais (supermercados e lojas) onde foram registados 1.027 produtos embalados em infração, sem estarem devidamente etiquetados.

No total, a AIFAESA emitiu 170 autos de notícia por contraordenações, tendo

já notificado 125 infratores e estando 45 por notificar; ouviu 86 infratores em sua defesa e instruiu 86 processos de contraordenações, a 38 foi-lhes aplicada uma coima cuja notificação para pagamento já receberam, sendo que 22 estão em incumprimento. Além disto, 2 empresas que produziam “tempe” foram temporariamente encerradas (90 dias) por utilizarem formaldeído.

Movimentação de navios

Mais de 1.560 navios de carga geral, navios “tanker” e navios “non solas” entraram no nosso porto, o que nos permitiu recolher receitas superiores a 4.4 milhões de dólares, estando ainda mais de 869 mil dólares pendentes de pagamento.

Contentores de importação e exportação

Registámos mais de 52 mil contentores transacionados, sendo 26 mil contentores para exportação e os restantes contentores importados.

Berlin Nakroma

O Berlin Nakroma, nas viagens entre Díli-Ataúro e Oe-Cusse Ambeno, transportou cerca de 49.200 passageiros e mais de 580 ton de carga, representando mais de 672 mil dólares de receitas. Procedemos, ainda, à manutenção anual do navio, assegurando a sua substituição. Durante esse período, o navio substituto transportou mais de 15.500 passageiros e 19 ton de carga.

Infraestruturas portuárias

Reabilitámos o parque de contentores, reabilitámos os sinais luminosos do farol e

de dois pontos junto ao Palácio do Governo, o edifício da Polícia Marítima, o posto de segurança das operações da APORTL e um antigo edifício dos correios, em Comoro, para venda de bilhetes para passageiros.

Programa Nacional Desenvolvimento Suco (PNDS)

Transferimos subsídios de infraestruturas para financiar 745 projetos em 240 Sucos e fundos operacionais e de capacitação para financiar atividades de formação em 202 Sucos, no valor de quase 19.5 milhões de dólares.

Capacitámos mais 19 mil pessoas divididas por equipas de gestão de Suco e comunidades nas áreas de planeamento, técnica financeira, liderança, operação e manutenção.

Monitorizámos os progressos de 745 projetos na área da saúde (26 projetos com progresso físico de 90%); água e saneamento (308 projetos com progresso físico de 90%); educação (63 projetos com progresso físico de 90%); agricultura (25 projetos com progresso físico de 90%); estradas (322 projetos com progresso físico de 90%) e um projeto de reabilitação de rampa, que já está concluído. Todos estão concluídos em 2017.

Realizámos encontros de coordenação do PNDS, ao nível nacional e dos municípios, para 350 pessoas.

Beneficiámos quase 500 mil pessoas com o Programa Nacional Desenvolvimento Suco.

Guia de Reforma e Fomento Económico (GRFE)

Aprovámos o Guia de Reforma e Fomento

Económico (GRFE), principal referência de orientação de reformas económicas ancoradas no Programa do Governo e no Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O GRFE, com benefícios para o setor privado do país e para todos os cidadãos, contempla as bases para promover a diversificação económica, atrair o investimento e criar empregos sustentáveis, envolvendo várias linhas ministeriais.

I Fórum Económico Global da CPLP

Realizámos o I Fórum Económico Global da CPLP, numa coordenação entre o MPIE, MCIA, MNEC e a Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJET), no qual recebemos mais de 600 participantes vindos dos 5 continentes, especialmente dos países-membros da CPLP.

Deste Fórum resultaram parcerias entre empresas timorenses e empresas internacionais, que poderão concretizar a estratégia de posicionamento de Timor-Leste como destino atrativo do Investimento Direto Estrangeiro (IDE).

III Conferência dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP

Organizámos a III Conferência dos Ministros dos Assuntos do Mar onde aprovámos o Plano de Ação para a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos; criámos o website da CPLP para os Assuntos do Mar; lançámos a campanha nacional “Praia Limpa, ambiente saudável”, destinada a combater o lixo marinho; realizámos um workshop de sensibilização sobre os problemas associados ao lixo marinho; preparámos os Termos de Referência para a

criação da distinção da CPLP para o Mar e os Termos de Referência para a elaboração de um Manual de Boas Práticas sobre o Lixo Marinho.

Desenvolvimento do investimento privado

Realizámos 2 Mesas Redondas entre o setor público e o setor privado, promovendo o diálogo permanente para um melhor alinhamento das medidas de política pública, com vista a promover o papel de liderança da economia do setor privado.

Tomámos medidas de apoio ao desenvolvimento do investimento privado: simplificámos o sistema de concessão de vistos de trabalho, capitalizámos o BNCTL, aprovámos a Lei do Investimento Privado e demos formação ao setor privado.

Investimento no BNCTL

Investimos 5 milhões de dólares no BNCTL de forma a apoiar o crescimento económico através de empréstimos. Como resultado, foram concedidos 49.466 empréstimos, que representam um montante total de quase 122 milhões de dólares em crédito.

Protocolo de cooperação com a CCI-TL

Assinámos protocolo de cooperação com a Câmara de Comércio e Indústria de Timor-Leste (CCI-TL) de forma a:

- a) facilitar a divulgação, ao tecido empresarial timorense, das medidas económicas e fiscais implementadas no âmbito da Reforma e Fomento Económico e da Reforma Fiscal;
- b) estabelecer mecanismos céleres de

comunicação institucional entre o Governo e o setor privado para identificar a melhor forma das medidas da Reforma e Fomento Económico e da Reforma Fiscal assegurarem a participação do setor privado nacional no desenvolvimento da Nação, contribuindo assim para o crescimento e o desenvolvimento do setor privado;

- c) criar as bases para o estabelecimento de uma estreita cooperação em áreas como a formação em contabilidade e gestão de empresas, destinadas a contribuir para o sucesso da implementação da Reforma e Fomento Económico e da Reforma Fiscal e que simultaneamente, facilitem a adaptação e a modernização do tecido empresarial nacional;
- d) facilitar e promover a criação de um ambiente de negócio e de investimento atrativo em Timor-Leste.

Formação a agentes económicos

No âmbito do apoio ao desenvolvimento do investimento privado, realizámos 7 ações de formação ao setor privado, em 9 municípios, sobre a elaboração de planos de negócio para facilitar o acesso ao crédito. Cerca de 230 participantes beneficiaram desta formação.

Através do IADE, prestámos formação empresarial a 2.327 participantes (50% mulheres) sobre ideias de negócio (BIN); simulação de negócios para analfabetos (JFL); como iniciar um negócio (KIN); como melhorar o negócio (HIN); formação sobre gestão de empreiteiros e como melhorar competências. A formação foi ministrada em 12 Centros de Desenvolvimento Empresarial

nos 12 municípios.

Prestámos acompanhamento e aconselhamento a 543 empresários (35% mulheres) em matérias como cálculo de custos, planeamento financeiro e comercialização. Contamos, ainda, prestar aconselhamento a mais 200 empresários que já têm negócios.

Através do Instituto de Bambu, proporcionámos formação aos técnicos de bambu sobre construção mobiliário e acabamentos (6 pessoas na Indonésia); cultivo, processamento e comercialização de bambu (12 pessoas, das quais 2 são mulheres e 10 são homens, na China); desenvolvimento de bambu e rattan (7 pessoas na China); artesanato e gravura (2 pessoas na Indonésia). Realizámos também formação em artesanato, no próprio Instituto do Bambu, para 22 agricultores de bambu.

Programa de Subvenções Públicas para o tecido empresarial

Atribuímos, através do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE), mais de 560 mil dólares em financiamentos para 133 pequenas e médias empresas em áreas como: pescas, pecuária, fruticultura, aquacultura, florestas, agronegócios, horticultura, floricultura e construção civil, incluindo infraestruturas para turismo histórico desenvolvido por veteranos. O programa das subvenções públicas tem como objetivo o reforço e consolidação do setor privado ao nível nacional, procurando dinamizar a economia timorense.

Atualmente estamos a analisar os relatórios da implementação da 1ª e 2ª

fases da atribuição do financiamento e a monitorizar todos os projetos financiados nos municípios.

Organização Mundial de Comércio

Timor-Leste obteve o estatuto de Membro Observador da Organização Mundial de Comércio, objetivo que faz parte de uma iniciativa política para acelerar o crescimento e dar apoio à diversificação económica sendo, também, um contributo para a participação económica na região.

Modernização do subsector dos transportes aéreos

Com vista à sua modernização, procedemos à análise e revisão do setor da aviação civil, num grupo de trabalho interministerial, e aprovámos em Conselho de Ministros a Política Nacional de Aviação Civil. Sendo os transportes aéreos um fator crucial para o desenvolvimento económico do país, estamos em conversações com as entidades relevantes para promover sinergias que garantam a segurança, competitividade e promoção como oportunidade de investimento em Timor-Leste.

Legislação para a diversificação económica

Aprovámos vários diplomas legais, no âmbito da implementação do Guia da Reforma e Fomento Económico (GRFE), que concorrem para diversificar a economia, atrair o investimento privado e criar empregos sustentáveis, nomeadamente: a Lei do Investimento Privado (em discussão no Parlamento Nacional); o reforço da Agência de Promoção de Investimento e

Exportação de Timor-Leste (TradeInvest) transformada em Janela Única do Investimento Privado; a Lei da Promoção das Exportações; a Lei sobre Arbitragem Mediação e Conciliação; a Lei do Regime Geral das Contraordenações; a Lei das Sociedades Comerciais (já aprovada no Parlamento Nacional) e a transformação do SERVE em Instituto Público.

Estamos a redigir o esboço do Decreto-Lei sobre Insolvência (que já teve uma primeira discussão pública e que até ao final do mandato deverá ser apresentada em Conselho de Ministros) e o Decreto do Licenciamento Comercial (SERVE). Aprovámos a Política Legislativa do Código Comercial que aguardar a redação do articulado do Código Comercial.

Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030

Elaborámos a Estratégia Nacional de Emprego, envolvendo todas as partes interessadas (setor público e setor privado), focada na preocupação do aumento do emprego formal e da produtividade da força de trabalho existente, a qual foi já discutida em Conselho de Ministros.

Concurso Nacional de Aptidões

Realizámos o Concurso Nacional de Aptidões no qual participaram 26 Centros de Formação Profissional nas áreas de Hotelaria e Turismo; Construção Geral e Automecânica, tendo-se apresentado 184 concorrentes (M: 77 e H: 107) e 922 participantes.

Formação Profissional

Apoiámos, com mais de 2.3 milhões de

dólares, 65 Centros de Formação Profissional, em todo o território nacional, acreditados e registados nas áreas de hotelaria e turismo, construção geral, automecânica, agricultura, aquacultura, administração e informática desde os níveis I, II, III e IV, beneficiando 3.393 formandos (M: 1.714 e H: 1.679).

CNEFP Becora

Através do Centro de Formação Nacional de Emprego e Formação Profissional de Becora adaptámos o programa Standard de Qualificação Nacional estabelecido pelo INDMO como o Currículo Nacional para todos os Centros de Formação em Timor-Leste; realizámos formação para 8 Formadores (8 homens) da área de Construção Civil e 2 Formadoras da Área de Costura e Literacia concluíram a Formação e Avaliação (Cert. III).

Realizámos formação dos formadores nas áreas de Formação e Avaliação (Cert. III) para 8 formadores (H=7, M=1) e Formação e Avaliação (Cert. IV) para 5 formadores (H=2, M=3).

CNEFP Tíbar

Através do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tíbar realizámos formação na área de Construção Civil nível I até IV, de acordo com a Qualificação Nacional; encaminhámos 138 beneficiários para estágio curricular e 58 beneficiárias para estágios profissionais nas áreas da Hospitalidade, Alvenaria, Canalização e Administração; realizámos feiras nos distritos com o objetivo de divulgar as opções profissionais e beneficiámos 1.038 formandos.

Formação de Formadores

Realizámos o programa de formação de formadores para mais de 251 formadores (M: 77 e H:174) em construção geral (pedreiro, canalização, eletricidade, carpintaria), automecânica, soldadura, e pedagogia.

Mobile Training

Implementámos atividades de *Mobile Training* nas áreas de construção civil, produção de tijolos (kesi), operação de máquinas de cortar pedras, produção de telhas, agricultura e pescas, hotelaria e turismo, formação em língua inglesa. Estas atividades abrangeram 357 pessoas (M: 141 e H: 216) dos municípios de Lospalos, Oe-Cusse Ambeno, Liquiça, Ermera, Baucau, Bobonaro e Díli. Para este programa foram gastos mais de 1.2 milhões de dólares, nos quais se inclui também a construção de 9 postos de trânsito e de polícia, 12 saneamentos públicos e 2 centros de informação turística.

Programa Nacional de Estágios

Proporcionámos 902 estágios (M: 502 e H: 400), em todo o território nacional, nas áreas de administração, informática, hotelaria e turismo, eletricidade, canalização, automecânica, pedreiro, costura, refrigeração, carpintaria, panificação, informática, agricultura, e soldadura.

Aconselhamento profissional

Prestámos aconselhamento profissional a 9.274 estudantes (M: 3.234 e H: 6.040) de 32 escolas visitadas em Díli, Covalima e Oe-Cusse Ambeno.

Exposição de carreiras profissionais

Realizámos anualmente a Exposição de Carreiras Profissionais, com foco de facilitar aos finalistas do ensino secundário acesso à informação acerca das necessidades e oportunidades de emprego no mercado de trabalho, que contou com a participação de 37.326 estudantes (M: 18.067 e H: 19.259).

Programa do Emprego no Exterior

Mais de 1.437 trabalhadores timorenses (M:221 e H:1.216) foram trabalhar para a Austrália e Coreia do Sul para indústrias nas áreas de hotelaria, turismo, horticultura e pescas e também para fábricas. Estima-se que estes trabalhadores tenham enviado remessas no valor de cerca de 18 milhões de dólares.

Formação em língua coreana

4.604 Formandos (M: 1.650 e H: 2.954), oriundos de Díli, Baucau, Bobonaro, Manatuto, Lautem e Covalima, receberam formação em língua coreana, requisito essencial para poder ingressar no mercado de trabalho coreano, antes de viajar para aquele país.

Programa de Emprego Rural

Implementámos 42 projetos físicos (construção, reabilitação e manutenção das estradas rurais, turismo comunitário, pontes e construção de valetas e barreiras) e 125 projetos de mão-de-obra intensiva, que abrangeram 14.174 beneficiários. Este programa contou com um orçamento de cerca de 14 milhões de dólares.

Programa de Autoemprego

Aprovámos das 205 propostas para a estruturação de pequenos negócios da comunidade em geral, 18 propostas de pequenos negócios e de empreendedorismo e 5 propostas de grupos portadores de deficiência, o que corresponde a um total de 2.139 beneficiários (M: 695 e H: 1.444).

Infraestruturas de formação profissional

Construímos 2 Centros de Formação Profissional, na área de construção civil, em Viqueque e Oe-Cusse Ambeno, onde vão ser instalados os equipamentos para terem início os programas de formação profissional.

Oportunidades de formação profissional e emprego

Registámos um total de 21.317 pessoas (M: 9.343 e H: 11.974) que procuram oportunidades em programas de formação profissional e emprego.

Legislação na área da formação profissional e emprego

Aprovámos e fizemos alterações a 9 diplomas, entre os quais se destacam: o Decreto-Lei do Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra (INDMO); o Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT); o Diploma Ministerial que cria o Cartão de Evidência; a Revisão da Lei do Trabalho e o Diploma que cria a lista das atividades perigosas para os trabalhadores de menor idade (<17 anos de idade).

Reconhecimento de Competências

Através do Instituto Nacional de

Desenvolvimento de Mão-de-Obra (INDMO) implementámos o Reconhecimento de Competências na área da construção, hotelaria e turismo e a socialização por vários grupos.

Fizemos a revisão das qualificações dos níveis I e II em Construção Geral (das competências: Eletricidade, Canalização, Soldadura, Carpintaria, e Pedreiro) dos 6 Centros de Formação Profissional como CTC Salele, DIT Baucau, CNEFP Tibar, Dom Bosco, CNFP Becora e STVJ Camea.

Elaborámos e implementámos o método de ensino de pedagogia, especificamente, na área de educação, formação e avaliação nos centros de formação profissional acreditados (STVJ Comoro, SDRA, STVJ Camea, e DIT Dili).

Relações do Trabalho

Realizámos 1.645 visitas a empresas (708 locais e 937 estrangeiras) no âmbito da proteção nas áreas do trabalho, envolvendo 11.783 trabalhadores (M: 4.306 e H: 7.343 timorenses; e M: 266 e H: 868 estrangeiros). Registámos 471 casos de disputas laborais dos quais 212 foram resolvidos; 178 processados; 28 cancelados; 38 bipartidos e 15 arbitrários.

Promoção das condições dignas no local de trabalho

Realizadas 2.884 visitas de inspeção do trabalho, no domínio da promoção da melhoria das condições de trabalho, no domínio da prevenção de riscos profissionais, da colocação de emprego e proteção do desemprego e no domínio da segurança social e proteção social, beneficiando 36.632 trabalhadores.

Emissão de autorizações de trabalho

Emitimos 4.550 autorizações de trabalho a trabalhadores e empregadores estrangeiros.

Acordos especiais de investimento

Celebrámos acordos especiais de investimento para a implementação de importantes projetos de desenvolvimento: a TL Cement, com a produção de cimento em Baucau, onde há reserva estimada para 400 anos de exploração (investimento de 400 milhões de dólares); e o Pelican Paradise, cuja construção do primeiro *resort* turístico de dimensão internacional na bacia do Tasi Tolu está na fase final de negociações (investimento de 310 milhões de dólares).

Plano de Investimento Florestal

Aprovámos o Plano de Investimento Florestal para o desenvolvimento deste setor, que começou a ser implementado em abril.

O Plano de Investimento Florestal vai promover e acelerar o desenvolvimento de um património nacional de árvores comerciais e, através do cultivo destas em pequenas propriedades e em sistemas agroflorestais, criar emprego rural e receitas para os agricultores, municípios e Estado. As árvores comerciais concorrem para a diversificação da economia.

Plano de Desenvolvimento do Café

Aprovámos e estamos a implementar o Plano de Desenvolvimento do Café, com o principal objetivo de aumentar o rendimento das famílias timorenses que se dedicam ao cultivo e comercialização do café.

Constituímos a Associação Nacional do

Café, para fortalecimento e promoção da fileira do Café Timorense, e continuamos a trabalhar para posicionar o Café Timorense no mercado internacional como produto orgânico de primeira qualidade.

Registo empresarial

Através do Serviço de Registo e Verificação Empresarial registámos 9.745 negócios e sociedades, incluindo Empresários em Nome Individual (ENIN: 5.332); Unipessoal, Lda. (2.856); Lda. (1.473); S. A. (28); E. P. (3) e Representação Permanente (R. P.: 53).

Website do SERVE e TradeInvest

Lançámos o *website* do SERVE, www.serve.gov.tl, e da TradeInvest, I.P., <http://www.investtimor-leste.com/>, para facilitar o processo de divulgação dos serviços ao público nacional e internacional.

Fórum Empresarial

Realizámos duas vezes o Fórum Empresarial com o objetivo de socializar e divulgar ao público a importância de ter os documentos comerciais (incluindo Certidão e Certificado de Registo Comercial, Autorização para Exercício de Atividades Económicas e Licença Comercial), emitidos pelo SERVE de acordo com a lei. Participaram 120 pessoas, entre as quais diretores, chefes e técnicos de aprovisionamento, administração e finanças e tesouro e empresários timorenses e estrangeiros.

Registo de empresários

Através do IADE registámos 3.870 clientes (51% são mulheres) na base de dados. Muitos são jovens que querem iniciar novos

negócios e pequenos e médios empresários que já têm negócios.

Registámos 1.843 empresas, com maior número nas áreas de construção, transformação de alimentos e bebidas, cujos empresários vão receber assistência em matéria de informação, concursos, exposições, entre outras.

Plano de Negócio Inovador

Realizámos duas edições do concurso Plano de Negócio Inovador para as quais se inscreveram 493 pessoas (40% mulheres), tendo sido atribuído um prémio de 35 mil dólares a seis vencedores.

Incubadora de Negócios

Recebemos 66 propostas para acesso ao financiamento de negócios, sendo que apenas 3 cumpriram os critérios definidos e receberam financiamento. As propostas financiadas são negócios na área do comércio de peixe, carne e plantação de fruta.

Estudos de Mercado

Realizámos um estudo de mercado para quatro produtos (arroz e milho; cabra local, carpintaria e alga marinha) e até ao final do ano vai ser feito outro estudo para mais dois produtos. Segundo o estudo, há uma grande procura de algas, as matérias-primas para a carpintaria são caras, são necessárias máquinas de moagem de arroz e milho e a carne de cabra não é muito procurada pelos restaurantes.

Fizemos um estudo de impacto sobre a assistência técnica fornecida pelo IADE a mais de 340 pessoas (40% mulheres) onde cerca de 40% passaram a ter melhor

conhecimento dos materiais de formação depois de receberem a formação em HIN; 75% dos empresários demonstrou ter adquirido mais conhecimento sobre o planeamento e controlo dos seus negócios e 95% indicou ter passado a ter mais compradores depois de receber formação comercial com o IADE.

Sistema de Informação de Tenderização

Cerca de 5.600 empresas receberam, através de SMS ou email, informações acerca dos concursos do Governo e agências. Os concursos anunciavam projetos de reabilitação do abastecimento de água e sistemas de irrigação, de fornecimento de material de escritório, compra e manutenção de veículos, fornecimento de combustível e serviços de limpeza, entre outros.

Feiras e exposições – empresários

Realizámos 3 eventos – *Timor-Leste International Building and Construction Expo 2015*; *Exposição Carpintaria 2015* (Baucau) e a *Exposição de Construção 2016* – onde estiveram presentes 56 expositores, 34 empresários estrangeiros e 22 empresários nacionais.

Estes eventos deram a conhecer novos produtos e tecnologias no setor da construção e permitiu que os empresários nacionais e internacionais estreitassem relações entre as empresas.

I Conferência Internacional de Investimento

Realizámos a I Conferência Internacional de Investimento de Timor-Leste onde participaram mais de 120 pessoas de

empresas nacionais e estrangeiras. Na Conferência promoveram-se as potencialidades e oportunidades de investimento e exportação do nosso país.

TradeInvest em eventos internacionais

Participámos na Feira Macau 2016, Feira Franquia em Macau, 5ª Conferência Ministerial em Macau, e em vários eventos de promoção de investimento e exportação nas Filipinas, Malásia, Singapura, China, Austrália e Portugal.

Estivemos presentes na primeira reunião das agências de promoção de investimento, exportação e comércio dos países de língua portuguesa, onde foi criado o Fórum de Promoção de Investimento e Comércio dos Países da CPLP e do qual somos membro.

Marcámos, ainda, presença no *Business Forum* e no Seminário sobre Potencialidades de Investimento que se realizaram na Austrália, na Malásia, nas Filipinas, na China e em Portugal.

Protocolo de Cooperação Técnica

Assinámos um Protocolo de Cooperação Técnica com a União de Exportadores da CPLP, com a MDF (Austrália) e com a AICEP (Portugal). Este protocolo visa desenvolver a capacidade técnica, partilhar informações, promover a potencialidade do país para investimento externo.

Guia de Investimento de Timor-Leste

Criámos o primeiro Guia de Investimento de Timor-Leste, cujo lançamento foi no dia 21 de maio, no evento paralelo à Conferência Internacional sobre os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável dedicado à diversificação económica. O Guia foi aprovado com base no padrão internacional pela Autoridade de Aprovação Internacional da Ernst and Young de Portugal.

Base de dados de exportadores

Criámos uma base de dados onde registámos os exportadores e os produtos locais de Timor-Leste.

Atração do investimento privado

Através da TradeInvest Timor-Leste atribuímos 18 Certificados de Investimento, cujos projetos de investimento se localizam nos municípios de Díli, Baucau, Liquiça, que contribuem para diversificar a nossa economia, e melhorar a qualidade de vida da população, e que se estima que criem mais de 5.200 empregos sustentáveis.

Desenvolvimento económico sub-regional trilateral

Através do Grupo de Trabalho Timor-Leste – Indonésia – Austrália (TIA-GT), realizámos 3 Fóruns Empresariais (Díli, Kupang e Darwin) que contaram com a participação de cerca de 135 representantes de empresas, cooperativas, câmaras de comércio, indústria, entre outros, por sessão.

Fizemos reuniões com potenciais investidores do setor privado bem como com entidades governamentais, ambos nacionais e estrangeiros. Realizámos o Fórum de Integração Sub-Regional: os Triângulos de Crescimento como a fase prévia da integração regional

(ASEAN), onde participaram mais de 100 pessoas do setor privado empresarial, universidades e membros do Governo, com o objetivo de refletir sobre os caminhos de desenvolvimento do país. Organizámos 6 *workshops* sobre cooperação económica sub-regional e estamos a preparar o 7.º *workshop*, que se realizará no próximo mês de agosto em Díli.

Elaborámos a minuta de um Memorando de Entendimento trilateral para a constituição da plataforma de desenvolvimento económico integrado sub-regional e formalização da estratégia para o triângulo de crescimento, que está a ser analisada pelos três países.

A boa governação e um setor público profissional, capaz e responsável são essenciais para a prestação de serviços governamentais. O nosso setor público será o principal motor de crescimento económico a médio prazo, devendo estabelecer as bases para o progresso da nossa Nação, através do desenvolvimento dos nossos recursos humanos e da gestão do nosso programa de infraestruturas.



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

SETOR DA
GOVERNAÇÃO



Reforma Fiscal

Criámos a Comissão para a Reforma Fiscal e aprovámos o plano para a sua implementação, cujo principal foco de trabalho incidiu nas reformas tributárias e aduaneiras. A primeira prioridade foi examinar a base tributária e identificar potenciais aumentos de receitas e novas fontes de receitas. Estamos a desenvolver estudos sobre incentivos fiscais e a sustentabilidade/efetividade da Lei de Investimento e iniciámos uma revisão da política tributária para identificar as lacunas no sistema fiscal. Começámos a preparar o quadro para a introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que se pretende introduzir até 2019.

Na perspetiva da receita, aprovámos ainda, em Conselho de Ministros, o Código Aduaneiro; a Declaração de Arusha; a Lei da Autoridade Tributária; a Lei da Autoridade Aduaneira e um MdE entre o Governo e a Câmara de Comércio e Indústria. Aguarda aprovação em Conselho de Ministros a Lei Tributária e a Lei do IVA. Realizámos consultas sobre os projetos de Lei Tributária e política e legislação em matéria de IVA e Código de Procedimentos Aduaneiros com o Parlamento, Gabinete do Presidente, setor privado e sociedade civil.

Do lado da despesa, implementámos a primeira fase da Orçamentação por Programas, a qual abrangeu 10 órgãos governamentais e 15 serviços e fundos autónomos no âmbito do OGE de 2017. A revisão da estrutura programática e de atividades destas instituições permitiu uma atualização da Estrutura de Contas e respetiva integração no Sistema de Gestão Financeira. Foi concretizada assim, e pela primeira vez, a ligação entre o Plano e o Orçamento. Para

apoiar este exigente processo, convidámos a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - entidade internacional com elevada experiência e reputação nesta área, a apoiar o Governo na elaboração de um Roteiro da Orçamentação por Programas para Timor-Leste, o qual foi elaborado e aprovado em Conselho de Ministros, depois de um amplo processo de consulta com o Governo, Comissão C do PN, Sociedade Civil, Parceiros de Desenvolvimento, Académicos, Meios de Comunicação Social e Setor Privado. Iniciámos, entretanto, a 2.ª fase da Orçamentação por Programas a qual vai abranger, para o OGE de 2018, 10 órgãos governamentais, 8 serviços e fundos autónomos e os 12 municípios.

Foi igualmente aprovado, em sede de CdM, a criação de um grupo de trabalho para a Gestão das Finanças Públicas o qual irá coordenar a implementação do referido Roteiro e cuja primeira reunião de trabalho teve já lugar.

No âmbito da implementação do Roteiro, foi já concretizada uma missão conjunta da Universidade Victoria de Wellington e de funcionários do Governo da Nova Zelândia para a produção de um estudo que contribuirá para a elaboração de um documento de política sobre os benefícios e custos de passar da contabilidade de caixa para a contabilidade de base de acréscimo no médio longo prazo.

Aumento das receitas

No âmbito do programa de aumento das receitas, realizámos o registo de contribuintes conduzindo os processos para contribuintes novos e atuais, tendo registado 26.877 contribuintes ativos e 46.312 contribuintes inativos.

Nos Serviços das Alfândegas, aprovámos o novo Código Aduaneiro, que compila os 6 Decretos-Lei existentes que regulam os serviços alfandegários, e estamos a finalizar a proposta de Código de Sistema de Harmonização de 2007 para 2017 para ser submetida à apreciação do Conselho de Ministros. Este Código trata de *flow charts*, procedimentos operacionais padrão e das políticas para a sua implementação. Para a implementação da indústria da cerveja Heineken foram desenvolvidas políticas e procedimentos, metodologias e métodos de controlo e de reportagem.

Lançámos, também, o piloto do programa “Auto de Avaliação” em três despachantes oficiais (SVD, LEA e Naroman) com um elevado volume de clientes, com o objetivo de facilitar o comércio. Realizámos um estudo sobre o tempo que demora o processo de desalfandegamento, verificando-se que de 2015 para 2016 o tempo no canal verde desceu de 4,19 dias para 1,37 dias, ao passo que o tempo no canal vermelho desceu de 5,27 dias para 2,27 dias.

Estamos a desenvolver a atualização do A++ para o ASYCUDA World (AW). O programa está dividido em três fases; 1) Protótipo; 2) Implementação; e 3) Alargamento a todos os sistemas. O protótipo atingiu os 95%, tendo havido 3 missões que apresentaram relatórios contendo recomendações sobre a implementação. A equipa nacional do projeto, os despachantes e as agências transportadoras receberam formação a respeito do manifesto. A implementação teve início em março 2017 e o AW em abril de 2017.

Melhoria de processos de despesa

No âmbito do processo de descentralização de funções do Ministério das Finanças para os órgãos da administração direta e indireta do Estado assegurámos o apoio e a monitorização do processo de execução da despesa do OGE de acordo com o grau de autonomia das instituições, designadamente ministérios, serviços e fundos autónomos e municípios. Ao simplificarmos os processos e ao atribuímos maior autonomia e responsabilidade às instituições, contribuímos para uma melhor prestação de serviços.

Oficina de manutenção de veículos

Com a oficina de manutenção de veículos, que abrange 12 linhas ministeriais, procedemos à reparação de 849 veículos do Estado. Segundo a avaliação de desempenho da oficina, os custos de manutenção dos veículos reduziram cerca de 40%.

Inventário, registo e alienação de ativos

Concluimos a recolha e identificação de dados com vista à descentralização de ativos estatais aos 12 municípios e implementámos a alienação de bens móveis, com 158 veículos automóveis, 227 motorizadas, outros equipamentos e sucata a serem enviados para leilão. O valor total gerado em leilão foi de cerca de 635 mil dólares, estando a ser preparado outro leilão público com mais de 200 itens.

Estatísticas oficiais

Lançámos o Relatório das Prioridades Nacionais segundo o Censo Populacional e Habitacional em Timor-Leste realizado em

2015, o terceiro Estudo Demográfico e de Saúde em Timor-Leste realizado em 2016 e o Estudo sobre os Níveis de Vida em Timor-Leste realizado em 2014.

Produzimos, ainda, outras publicações regulares e que podem ser consultadas no sítio oficial (www.statistics.gov.tl), tais como: o Relatório sobre o Índice de Preços ao Consumidor emitido regularmente; “Timor-Leste em números”; “Municípios em Números”; dados mensais e anuais sobre comércio; estatísticas criminais; registo semestral da população; pesquisa empresarial; contas nacionais.

Lançámos, também, o Relatório do Sensus Fo Fila-Fali 2015, em março de 2017, estando previsto que os resultados sejam disseminados aos sucros.

Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa

Aprovámos a Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa de Timor-Leste, que define como o apoio internacional para o desenvolvimento deve ser dado a Timor-Leste, garantindo a apropriação do mesmo, o alinhamento com os programas do Governo, a promoção de responsabilidade mútua, tendo em vista a obtenção de resultados que melhorem a vida do povo.

Legislação e políticas na área das finanças

Elaborámos e socializámos a legislação e as políticas na área das finanças tais como: alteração ao Decreto do Governo sobre a execução do OGE para 2016 e 2017; a Lei sobre o Orçamento Retificativo de 2016; a Lei do OGE para 2017 e o Decreto-Lei sobre o 13^o

mês de salário. Elaborámos, ainda, diplomas na área da gestão das finanças públicas; a Lei Tributária e a Lei do IVA; o Código de Conduta para os Profissionais de Gestão das Finanças Públicas, os Padrões de Competência e Teste de Diagnóstico. Desenvolvemos, também, o Regulamento Financeiro em relação ao Tesouro, Orçamento, Gestão de Recursos e Relato Financeiro para dar suporte legal às operações de tesouraria e aos controles de governança, conforme detalhado no Manual do Tesouro.

Formação em Gestão das Finanças Públicas

Realizámos um teste de diagnóstico em Gestão das Finanças Públicas (GFP), para 2.600 pessoas, que abrangeu a áreas gerais, funções essenciais, áreas especializadas e funções de apoio de GFP e tecnologias de informação. Os testes foram realizados para três níveis: nível 1 (funcionários); nível 2 (chefes de departamento/secção ou equivalentes) e nível 3 (Diretores-Gerais, Diretores Nacionais ou equivalentes).

Estamos a desenvolver o currículo de formação em GFP cobrindo 7 áreas, incluindo competências matemáticas, tendo sido selecionados quatro (4) potenciais Prestadores de Serviços de Formação em Parceria que começaram a ministrar formação em maio. Mais de 1.660 profissionais de GFP vão receber formação nesta área a fim de serem certificados ainda no decorrer do presente ano.

Estabelecemos um mecanismo de certificação, “ABC – Avaliação com Base em Competências”, que será implementado até final do ano. Desenvolvemos vários padrões

de competências para abranger todas as áreas fundamentais de GFP (planeamento, orçamentação e gestão de contratos, gestão de ativos e de frotas, pagamentos, contabilidade e reporte financeiro e auditorias internas), áreas especializadas de GFP (Alfândegas, impostos, investimento, estatística, política económica, eficácia da ajuda, PPPs e empréstimos, SIIGF) e áreas gerais (URH, gestão de registos, administração, comunicação e liderança e administração).

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Finalizámos o primeiro projeto de Parceria Público-Privada (PPP), Porto da Baía de Tibar, em 2015. Concluímos as negociações em meados de 2016, com um Acordo de Concessão a 30 anos que foi assinado a 3 de junho de 2016. O projeto visa a construção de um porto internacional moderno e de referência na Baía de Tibar. O plano de ação de realojamento está a ser implementado e o EIA, os estudos e o Desenho Detalhado de Engenharia estão em curso. A Unidade de Gestão do Projeto foi estabelecida no início de 2017, estando já cerca de 129.45 milhões de dólares numa conta caução, a serem desembolsados para a construção, que deverá ter início na segunda metade de 2017.

Estamos a concluir um estudo de viabilidade sobre o projeto de abastecimento de água em Díli e concluímos o estudo de pré-viabilidade sobre diagnósticos médicos, ambos na modalidade de PPP.

Empréstimos

Concluímos as 5 negociações para o

financiamento dos projetos rodoviários através de empréstimos:

- Estrada entre Tasitolu e Tibar: assinámos o acordo de empréstimo (11.8 milhões de dólares) com o BASD, em junho de 2015, tendo o projeto sido iniciado;
- Escoamento em Díli: assinámos o acordo de empréstimo (50 milhões de dólares) com o Banco Exim da China, em dezembro de 2015, estando a sua implementação a aguardar a decisão do Tribunal de Contas;
- Estrada entre Baucau, Lautém, Maubara, Carimbala, Atabae e Motain: assinámos o acordo de empréstimo (76,22 milhões de dólares) com o BASD, em março de 2016, estando a sua implementação a aguardar a decisão do Tribunal de Contas;
- Estrada entre Manatuto e Baucau: assinámos o acordo de empréstimo (49,65 milhões de dólares) com o BASD, em dezembro de 2016, e o projeto já teve início;
- Estrada entre Laulara e Solerema: assinámos o acordo de empréstimo (35 milhões de dólares) com o BASD, em março de 2017.

Gabinete de Coordenação de Assistência Técnica

Estabelecemos o Gabinete de Coordenação de Assistência Técnica (GCAT) e desenvolvemos todas as Políticas e Procedimentos em antecipação da implementação piloto no Ministério das Finanças, servindo de guia para a implementação gradual em quatro (4) entidades governamentais ainda em

2017, seguidas por 9 outras entidades governamentais entre 2018 e 2020.

Assim, desenvolvemos uma base de dados e os seus Termos de Referência; o plano da força laboral; o manual operacional; o manual de integridade de dados; a Norma Operacional de Procedimento (NOP) para gestão e reporte de dados e para o plano de trabalho de Assistência Técnica (AT) e plano de capacitação das contrapartes; o plano de projeto com vista à implementação incremental do GCAT a todas as entidades governamentais ao longo de um período de 5 anos e desenvolvemos Planos de Trabalho Individuais (em inglês, IWPs) e Planos Individuais de Capacitação (em inglês, ICBPs) para todos os funcionários do GCAT.

Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação

Criámos a Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação (UPMA) com a missão de coordenar, organizar e supervisionar o processo de planeamento, monitorização e avaliação das políticas e programas de todo o Governo e do Orçamento Geral do Estado. A UPMA, em articulação com todos os órgãos governamentais, melhorou os instrumentos de planeamento e monitorização, tendo assegurado formações na área do planeamento, do aprovisionamento e da monitorização a todos os órgãos do Estado. Produzimos os relatórios de desempenho, a cada três meses e anuais, os quais foram submetidos à apreciação do Parlamento Nacional e do Tribunal de Contas.

Realizámos a avaliação da 1.ª Fase de implementação do Plano Estratégico de

Desenvolvimento, que abrange o período de 2011 a 2015, o qual foi apresentado e acolhido pelo Governo em Reunião do Conselho de Ministros.

Com o apoio da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – elaborámos o Roteiro da Orçamentação por Programas para Timor-Leste, o qual foi aprovado e já se encontra em implementação.

Legislação – Administração Estatal

Aprovámos um conjunto de diplomas de apoio à implementação da descentralização administrativa, tais como: Estatuto dos Presidentes das Autoridades Municipais e dos Administradores Municipais; Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa; 1ª Alteração ao DL 6/2014, sobre os Recursos Materiais e Incentivos Financeiros das Lideranças Comunitárias; 1ª Alteração ao DL 11/2013, sobre o Regime Jurídico de Aprovisionamento do PDID; DL 37/ 2016 sobre o Regime Transitório de Provimento dos Cargos de Direção e de Chefia das Autoridades Municipais e das Administrações Municipais durante a fase da desconcentração administrativa; e a 1ª Alteração ao Decreto-Lei Nº 4/2012 sobre o Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal.

Aprovámos, também, o diploma que cria o Grupo de Trabalho para a Desconcentração Administrativa; sobre a Delegação de Competências nos Presidentes das Autoridades Municipais e nos Administradores Municipais e assinámos um Acordo de Cooperação para desenvolver

e reforçar as relações de amizade e de cooperação entre as populações dos municípios de Penafiel e de Lautem.

Com vista à execução da política da descentralização administrativa territorial, prevista no DL 3/2016, elaborámos o Contrato Administrativo Interorgânico de Delegação de Competências entre 8 órgãos governamentais (ME; MS; MSS; MJ; MCIA; MAE; MOPTC e MAP) e aprovámos um conjunto de diplomas para o funcionamento das Autoridades e Administrações Municipais e dos Postos Administrativos.

Descentralização Administrativa e Poder Local

Disseminámos o Decreto-Lei sobre o Estatuto Orgânico dos Administradores Municipais e das Autoridades Municipais a 1.493 participantes dos 12 municípios e 61 postos administrativos.

Finalizámos o Plano Estratégico de Desenvolvimento para os 12 municípios e o processo de desconcentração administrativa a todos os municípios.

Transferimos os subsídios de infraestruturas e operacionais para mais de 10.450 membros do conselho de Suco e capacitámos 442 Chefes de Suco e 442 pessoas de apoio à administração dos Sucos.

Apresentámos o Plano de Investimento Integrado Municipal (PIIM) e prestámos formação aos quadros municipais.

Administração eleitoral

Registámos 726.017 eleitores, em 2015, e 746.319 eleitores, em 2016, com a atualização da base de dados. Preparámos as atividades para o recenseamento eleitoral

no estrangeiro que permitiu o registo de 1.393 eleitores em Portugal e na Austrália para as eleições presidenciais.

No âmbito das eleições presidenciais para 2017, contratámos 1.121 oficiais eleitorais para apoio às eleições ao nível de estação de voto, 850 brigadas para os centros de votação, 195 contratados para apoio técnico, 12 recrutados para apoio na administração e finanças no STAE nacional e nos STAE municipais, incluindo assessores técnicos.

Reorganizámos os armazéns dos STAE nacional e municipais, construímos novos edifícios em Baucau, Lautem, RAEOA, e elaborámos a proposta para os restantes edifícios do STAE.

Organizámos a Eleições de Suco, abrangendo 442 Sucos, tendo sido eleitos os membros do Conselho dos Sucos para 2016.

Ordenamento do Território

Aprovámos a Lei de Bases do Ordenamento do Território estando o Plano Nacional do Ordenamento do Território (PNOT), e respetiva legislação, em fase final. A Lei de Bases prevê a existência de dois grandes tipos de instrumentos de planeamento territorial: os de âmbito nacional e os de âmbito municipal. A sua aprovação permite definir especificamente os princípios orientadores e objetivos da Administração, identificar os diversos interesses públicos com dimensão territorial, utilizar os instrumentos de planeamento territorial como meio de intervenção da Administração Pública, bem como definir a tipologia e os objetivos a que os mesmos devem seguir a médio e longo prazo.

Plano de Ordenamento do Território da Ilha de Ataúro

Aprovámos o Plano de Ordenamento do Território da Ilha de Ataúro, que é um instrumento de gestão territorial indispensável ao desenvolvimento económico e social e à sustentabilidade e utilização da ilha de Ataúro que permita a concretização dos objetivos que presidiram à criação das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste (ZEESM TL). O Plano define, ainda, uma estratégia de ordenamento, uso, conservação e gestão, que proporcione a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável, económico e social, e de conservação e valorização do património cultural, natural e ecológico daquele território.

Organização urbana

Aprovámos a legislação sobre toponímia para a cidade de Díli, o regime jurídico da toponímia e numeração da polícia ao nível municipal e a legislação sobre higiene e ordem pública e disseminámos a legislação em todo o território nacional.

Realizámos o levantamento dos dados dos arruamentos em todos os municípios e implementámos o projeto-piloto topónimo para 3 Sucos (Vila Verde, Bidau Lecidere e Bidau Acadiruhun) do município de Díli, atribuindo nomes a cerca de 128 arruamentos (avenidas, ruas, travessas e becos).

Atribuímos numeração a 1.559 casas e 75 placas de arruamentos nos Sucos de Grincefor, Colmera e Motael, na cidade de Díli.

Implementámos o projeto de placas de

arruamentos no Posto Administrativo de Dom Aleixo e Vera Cruz e em 8 Sucos no município de Díli.

Executámos o programa de limpeza de valetas e esgotos em 16 Postos Administrativos e o Fundo dos Sucos para a Limpeza Urbana em 31 Sucos, que beneficiou 667 pessoas, espalhados por todo o território nacional.

Procedemos à manutenção de 13 jardins públicos e colocámos 16 contentores de lixo no município de Díli.

Apoiámos a implementação de 21 projetos de, sobretudo, construção de estradas rurais, instalação de água potável, construção de irrigação e outras infraestruturas de pequena escala para a mudança climática, financiados pelo PNUD-SSRI (*UNDP Small Scale Resilient Infrastructure Project*), com um orçamento de mais de 4 milhões de dólares, que beneficiou as comunidades dos municípios de Baucau, Ermera e Liquiça.

Preservação e conservação dos documentos de valor histórico

Identificámos, classificámos e inventariámos 996 metros lineares de documentação do fundo da administração indonésia e portuguesa. Digitalizámos 996 metros lineares de documentos do arquivo permanente.

Assinámos um Protocolo de Cooperação na área do Património Arquivístico com o Governo de Portugal (Torre do Tombo, Universidade do Porto e Universidade de Coimbra) o qual vai contribuir para a transferência de conhecimento e de formação na área arquivística e para a digitalização de documentos relacionados com a história comum entre os dois países. Em junho deste

ano 10 funcionários técnicos vão receber formação em preservação e conservação.

Guia da Reforma da Administração Pública

Aprovámos o Guia de Reforma da Administração Pública que está assente em quatro pilares fundamentais: fortalecimento institucional, fortalecimento da função pública, reforma e capacitação do INAP e reforço do controlo da gestão administrativa, financeira e patrimonial do Estado através da Inspeção-Geral do Estado.

Em cada um dos pilares, aprovámos um conjunto de diplomas e medidas que vão permitir uma melhor prestação de serviços e o fortalecimento das instituições do Estado, entre os quais: o Decreto-Lei sobre o Padrão de Competências para os cargos de Direção e Chefias na função pública; o Decreto-Lei sobre a atribuição de louvores na função pública; o Regime dos Profissionais Seniores e o Diagnóstico da força de trabalho na Administração Pública. Efetuámos um ajuste aos salários dos funcionários do Regime Geral das Carreiras e, até final do ano, vamos implementar programas de desenvolvimento de competências para todos os gestores seniores como um dos requisitos exigidos para a progressão na carreira. Mantemos reuniões regulares com os Diretores-Gerais como implementadores da política do Governo.

Coletânea de legislação – Administração Pública

Produzimos e distribuimos 4.000 exemplares coletâneas de legislação, compostas por 4 volumes, com a compilação da legislação

aprovada desde julho de 2012 a julho de 2015. Estas publicações já foram distribuídas por todos os municípios, de forma a chegarem a todos os postos administrativos e sucros e aumentar o conhecimento das leis por parte dos cidadãos.

Plano Estratégico da CFP 2015 – 2030

Estamos a elaborar o Plano Estratégico da CFP 2015-2030, que está em fase de consolidação, e estará pronto no fim de junho, a fim de servir como referência para toda a Administração Pública.

Revisão / Redação dos Quadros Regulatórios da Função Pública

Aprovámos o Regime Geral das Carreiras; o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública; as Distinções e prémios na Administração Pública; os Procedimentos de Pagamento de Pessoal da Função Pública; o Regime de Carreira dos Profissionais Seniores da Administração Pública; as Regras e condições para composição do júri de recrutamento, seleção e promoção de pessoal; as Competências funcionais dos gestores de Recursos Humanos da Função Pública e o Processo de seleção por mérito para os cargos de Direção e Chefia na Administração Pública.

SIGAP

Concluimos o desenho do módulo do sistema de interligação do SIGAP (Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública), com o objetivo de tornar os serviços mais rápidos, transparentes, com maior eficiência e eficácia, estando muitas das instituições a utilizar este sistema de recrutamento eletrónico.

Diagnóstico da força de trabalho da Função Pública

Realizámos o diagnóstico da força de trabalho da Função Pública com o objetivo de avaliar e atualizar a capacidade institucional relacionada com a quantidade e a colocação de funcionários e agentes, bem como a qualidade do seu desempenho. O diagnóstico vai permitir determinar as estratégias de reforma administrativa e o perfil de pessoal adequado a cada instituição da Administração Pública.

O diagnóstico foi realizado em todas as instituições do Estado (total de 52) e Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA). Destas, 25 instituições já submeteram o relatório para apreciação, estando o da RAEOA em fase de conclusão. Fizemos, ainda, a revisão do formato do Mapa de Pessoal para o ano 2018.

Padrão de Competências para Cargos de Direção e Chefia na Função Pública

Aprovámos e estamos a implementar o Padrão de Competências para Cargos de Direção e Chefia na Função Pública, que é parte integrante (anexo) do Decreto - Lei n.º 25/2016, de 29 de junho - "Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública". Efetuámos, ainda, a validação da tipificação dos padrões de competências, com a participação dos detentores de cargos de Direção e Chefia das Instituições Públicas.

Sistema de Remuneração - Ajustamento Remuneratório

Efetuámos um ajuste aos salários dos funcionários do Regime Geral das Carreiras de forma a reajustar os salários destes

trabalhadores à inflação acumulada desde 2008 e tendo em consideração a aprovação da contribuição para o regime de pensões e aposentações.

Traje Nacional da Função Pública

Aprovámos o traje nacional da Função Pública com o objetivo de dignificar o exercício da Função Pública, ressaltar o seu elevado espírito de nacionalismo e contribuir para o desenvolvimento do espírito de corpo dentre os funcionários públicos.

Caderneta do funcionário público

Aprovámos a caderneta do funcionário público que contém toda a informação ligada à sua vida funcional, desde o seu concurso de recrutamento até ao final da sua carreira. Já foram impressas e distribuídas 2.000 cadernetas e a trimestralmente serão impressas 1.500.

Processo de avaliação de desempenho

Continuamos a implementar o processo de coordenação e consolidação anual do processo de avaliação de desempenho de mais de 34.000 funcionários públicos e agentes da Administração Pública, com o registo na base de dados e a consequente progressão de escalão nas carreiras dos regimes gerais e especiais em vigor na Função Pública.

Instituto Nacional de Administração Pública

Realizámos cursos de formação em várias áreas de gestão e finanças, administração geral, liderança, planeamento e monitorização, protocolo, línguas, informática e arquivo, entre outras, que

beneficiaram mais de 4.600 funcionários públicos.

Atribuímos 313 bolsas de estudo a funcionários públicos para frequentarem os cursos de DIII (56 pessoas), licenciatura (1 pessoa) e mestrado (256 pessoas).

Prestámos, ainda, assistência ao estudo de 261 pessoas: 253 funcionários públicos e 8 funcionários do INAP.

Diagnóstico para o fortalecimento institucional

Realizámos o diagnóstico nacional para o fortalecimento institucional em sete órgãos governamentais (MOPTC, MS, MAP, MCIA, SEPFOPE, MSS e PNTL) e apresentação dos resultados para cerca de 420 pessoas. Produzimos 600 livros sobre os resultados, que identificaram 24 recomendações e 8 propostas concretas, e que foram disseminadas às instituições do Governo e ao Parlamento Nacional.

Política do fortalecimento institucional

Aprovámos a Política do Fortalecimento Institucional e realizámos seminários para divulgação da mesma para cerca de 1.000 participantes. Foi, também, aprovada a Estratégia para Implementação da Política do Fortalecimento Institucional.

Curso de governação local

Ministrámos o Curso Básico em Governação Local para 160 funcionários com cargos de chefia e direção em 8 municípios (Aileu, Ermera, Bobonaro, Baucau, Viqueque, Lautem, Manatuto e Liquiça) e demos continuidade à formação com o mesmo curso mas direcionado para 177 funcionários que

não ocupam estes cargos. O módulo do Curso Básico em Governação Local – Planeamento Participativo Integrado tem uma duração de 5 dias (40h).

Realizámos também o piloto do Curso Avançado em Governação Local para 19 funcionários, que não ocupam cargos de chefia e direção, em Liquiça.

Controlo das instituições públicas

Realizámos auditorias, inspeções e investigações a 45 instituições públicas em Díli e produzimos os respetivos relatórios.

Formação de inspetores e auditores

Formámos 70 inspetores e auditores, oriundos do IGE, IG e linhas ministeriais, com certificação em Auditoria Interna Qualificada.

Atividades de prevenção de corrupção

Realizámos ações de formação em “Boa governação e prevenção da má Administração nas Instituições Públicas” para 613 profissionais de saúde (M: 213 e H: 400) em todo o território nacional.

Participámos na VI Conferência Anual dos OECI-CPLP, onde foi aprovada a alteração ao Guião de Boas Práticas para a Prevenção e Combate à Corrupção na Administração Pública. Realizámos, em Díli, a VII Conferência Anual dos Organismos Estratégicos de Controlo Interno da CPLP (OECI-CPLP), aprovámos o Guião de Procedimentos para o controlo da Contratação Pública e as Linhas Orientadoras para a Atividade dos OECI-CPLP e assinámos o compromisso para a realização da Conferência Anual dos OECI-CPLP em Timor-Leste.

Portal eGOV para os PALOP-TL

Juntamente com os países pertencentes aos PALOP, participámos no desenho e gestão de um portal de governação eletrónica que visa melhorar a interação dos Governos com os cidadãos e disponibilizar o acesso a serviços públicos, através de tecnologias digitais, de forma mais rápida. O Portal está acessível através do endereço <http://www.pasp-paloptl.org>.

Tecnologias de Informação e Comunicação e Governo Eletrónico

Desenvolvemos e aprovámos a Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicação e criámos o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação que terá a missão de gerir a rede informática do Governo e de outras entidades públicas com vista à modernização do Estado e a melhorar o funcionamento e a prestação de serviços das instituições públicas.

Reuniões do Conselho de Ministros

Realizámos cerca de 105 Reuniões do Conselho de Ministros (81 ordinárias e 24 extraordinárias), prestando simultaneamente apoio jurídico e fazendo a coordenação do processo legislativo. Aprovámos cerca de 290 diplomas legislativos.

Portal do Governo

No sítio institucional do Governo, e o meio oficial de comunicação, divulgámos cerca de 2.200 publicações em três línguas (tétum, português e inglês), entre as quais notícias, discursos e documentos. Ao longo do mandato, o Portal do Governo recebeu cerca de 821.297 visitas, uma média de

6.272 visitas por semana, tendo sido acedido em 225 países. Recebemos, ainda, mais de 420 contactos e/ou pedidos de informação sobre várias áreas.

Comunicados de Imprensa do Governo

O Governo, através do seu Porta-Voz e de outras comunicações oficiais, comunica à população as suas ações e atividades em diversas áreas. Durante o mandato, publicámos e disseminámos cerca de 275 Comunicados de Imprensa do Porta-Voz e 138 Comunicados de Imprensa da Presidência do Conselho de Ministros, que incidem sobretudo no resultado das Reuniões do Conselho de Ministros e outras informações de natureza jurídica.

CEFTEC

Em 2015 e 2016, realizámos o Curso de Formação em Comunicação e Média (Qualificação Nacional certificada pela INDMO), em 5 unidades de formação, para 68 formandos (M: 31 e H: 37) e o Curso de Formação de Comunicação e Novas Tecnologias, em 7 unidades de formação, para 107 formandos (M: 43 e H: 64). Em 2017 temos um total de 173 candidatos inscritos em ambos os cursos. Os formandos que frequentaram os cursos são funcionários públicos, contratados a prazo mas também funcionários do setor privado e estudantes do ensino superior que desenvolvem atividade de alguma forma relacionada com a área da comunicação.

Imprensa Nacional de Timor-Leste (INTL)

Criámos a Imprensa Nacional de Timor-

Leste, que irá suceder à Gráfica Nacional. Esta instituição passa também a desempenhar serviços de produção gráfica para entidades privadas. No âmbito da sua reestruturação e modernização, investimos 5 milhões de dólares com equipamento gráfico de alta tecnologia.

Publicámos 3.743 atos no Jornal da República (JR); produzimos 6.525 JR; 3.243 livros; 25.000 jornais e revistas; 73.700 cartões de identificação, 85.409 outros produtos e pela primeira vez fizemos a impressão dos boletins de voto e cadernos eleitorais para as Eleições Presidenciais de 2017. O número de produtos vendidos fez a INTL arrecadar cerca de 45 mil dólares.

Coletâneas jurídicas

Produzimos 3.000 coletâneas jurídicas que foram distribuídas por todos os órgãos de soberania, membros do Governo, diretores-gerais e nacionais e na Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

Biblioteca jurídica da INTL

No apoio e promoção da política legislativa do Governo, instalámos e equipámos a Biblioteca Jurídica da Imprensa Nacional de Timor-Leste que está em pleno funcionamento e aberta ao público.

Apoio aos assuntos parlamentares

Prestámos apoio às 148 reuniões plenárias, 173 reuniões das comissões e 68 das bancadas parlamentares.

Disseminação dos assuntos do Parlamento Nacional

Elaborámos conteúdos para 72 edições do

programa “Habelar informação, hametin desenvolvimento, haburas democracia” no Centro de Rádio Comunidade, realizámos 77 entrevistas a membros do Governo, deputados, diretores nacionais e sociedade civil, de forma a proporcionar ao público informação e a possibilidade de participar na vida política do país.

Unidade de Apoio à Sociedade Civil

Apoiámos, através da Unidade de Apoio à Sociedade Civil (UASC), 228 projetos comunitários (nas áreas da formação e informação educativa, social e técnica, cultural, saúde, agricultura/horticultura) e religiosos (a nível da formação académica e técnica de recursos humanos, da formação educativa, do apoio pastoral, da execução de infraestruturas, do apoio no âmbito da ação social e do apoio humanitário/caritativo) nos 13 municípios. Os projetos, financiados em mais de 28 milhões de dólares, contribuíram para o desenvolvimento de atividades sócio-educacionais, culturais e económicas sustentáveis, as quais promovem a melhoria das condições de vida das comunidades, em particular, as mais carenciadas.

Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Criámos o Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que integrou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados pelo Parlamento Nacional, nas políticas, planos de ação e orçamento do Governo. Estabelecemos, para o ano de 2017, os Objetivos 2 (segurança alimentar e nutrição), 4 (educação básica)

e 9 (infraestruturas) como prioridade e alocámos 36% do orçamento para programas com estes relacionados, sendo outros 25% do orçamento destinado aos outros objetivos.

Organizámos, ainda, a “Conferência Internacional sobre a Agenda 2030: Roteiro para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Estados Frágeis e Afetados por Conflitos” onde aprovámos o “Roteiro para a implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que reflete o compromisso do Governo na aplicação da nova Agenda das Nações Unidas e emitimos o Comunicado de Díli, onde estão refletidos alguns dos principais temas abordados nos debates que tiveram lugar na conferência.

Unidade de Auditoria Social

Criámos a Unidade de Auditoria Social, para dinamizar a relação entre o Governo, as Organizações da Sociedade Civil e a sociedade em geral, e realizar atividades de auditoria social nas áreas de educação, saúde, infraestruturas básicas e agricultura. Registámos 116 casos, tendo conseguido tratar com sucesso 97, estando 19 ainda em processo.

Realizámos a I Conferência Nacional sobre Auditoria Social, onde participaram cerca de 130 pessoas, e um workshop nacional onde mais de 200 pessoas marcaram presença. Assinámos, também, um Memorando de Entendimento com a FONGTIL.

Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas

Estabelecemos o Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras

Marítimas para que haja finalmente uma definição das fronteiras marítimas nacionais, o que é uma prioridade para que possa ser atingida a plena soberania do nosso território marítimo. Lançámos o Portal do Gabinete das Fronteiras Marítimas: www.gfm.tl.

Iniciámos o processo de Conciliação Obrigatória com a Austrália ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) e, em janeiro deste ano, ambos os Governos concordaram em negociar uma fronteira marítima permanente. Organizámos a Conferência Internacional de Díli sobre Fronteiras Marítimas e lançámos o Documento Político sobre as Fronteiras Marítimas de Timor-Leste. Em agosto de 2015, acordámos com a Indonésia promover discussões bilaterais sobre as fronteiras terrestres e marítimas. Essas discussões ainda estão em curso.

Apoio aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional

Criámos uma unidade de prestação de serviços de saúde no HNGV específica para prestar consultas aos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional (VCLN).

Comemorações do ANZAC Day

Mais de 100 Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional de Timor-Leste, respetivamente da Frente Armada, Frente Clandestina e da Frente Diplomática, participaram anualmente nas cerimónias do ANZAC Day, em Sydney, Perth, Albany, Adelaide, Brisbane, Melbourne, Hobart, Townsville e Darwin. De igual forma, também a RSL (Returned Services League – Liga dos

Veteranos) participou nas comemorações do dia das FALINTIL, em Díli. Os VCLN tiveram oportunidade de se familiarizar com as estruturas de todos os níveis da RSL, partilharam experiências de ordem histórica e organizacional entre as duas organizações e aprofundaram laços de amizade.

Conferência Nacional dos Veteranos

Em março de 2016, organizámos a Conferência Nacional dos Veteranos onde participaram mais de 600 Veteranos e Combatentes da Libertação de Timor-Leste, provenientes das estruturas da Resistência de 5 regiões assim como da Frente Externa (Macau, Portugal, Sydney e Melbourne).

O projeto de Decreto-Lei que cria o Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional, aprovado em Conselho de Ministros em janeiro de 2017, foi discutido e aprovado nesta Conferência da qual também resultou a proposta de criar o Dia Nacional dos Veteranos e Combatentes da Libertação Nacional no dia 3 de março. Esta proposta já foi aprovada pelo Parlamento Nacional.

Timor Awakening

O programa *Timor Awakening* – iniciativa conjunta da “Veterans Care Association”, da RSL Queensland e do Gabinete do Primeiro-Ministro – surge para endereçar os problemas enfrentados pelos veteranos Australianos em situações pós-guerra. Timor-Leste foi o país escolhido como um lugar de possível cura psicológica para os Veteranos Australianos, com problemas de stresse, sobretudo aqueles que estiveram no país no período da INTERFET.

O programa teve início em julho de 2016,

tendo já sido realizadas 4 visitas (Díli-Baucau; Viqueque–Manufahi; Aileu-Liquica e Maliana–Bobonaro). Estas visitas abrangeram 7 municípios e 10 postos administrativos, todos locais de valor histórico relacionados com a II Guerra Mundial e com a Luta de Libertação Nacional.

Monumento em honra das Forças Australianas para a Manutenção da Paz

O Governo doou 100 mil dólares ao Governo australiano para a construção de um monumento em honra dos milhares de Australianos que serviram nas guerras, conflitos e operações de manutenção da paz, incluindo em Timor-Leste. O monumento vai ser inaugurado a 14 de setembro de 2017 (70º aniversário das Forças Australianas de Manutenção da Paz), em Camberra.

Este monumento é um símbolo de parceria pela paz entre os dois Governos e representa, também, as estreitas relações entre o povo timorense e australiano, servindo ainda como um elemento de grande importância para o turismo histórico, quer para a Austrália como para Timor-Leste.

Divulgação cultural – Veteranos

Elaborámos um livro que ilustra as visitas efetuadas pelos VCLN, em 2015, a 6 Estados da Austrália e produzimos 1.000 exemplares, tendo alguns sido distribuídos pela própria RSL junto dos seus membros. Estamos a preparar um CD com músicas da Resistência, que vai ser gravado com a banda da Associação dos Veteranos e dos Combatentes de Libertação Nacional de Timor-Leste, juntamente com o grupo timorense “Sol Nation” (baseado

em Melbourne) e um músico timorense residente em Sydney. Vão ser produzidos 1.000 exemplares desse disco.

Secretariado Técnico Pós-CAVR

No âmbito da prestação de apoio ao Governo na continuação da divulgação na comunidade nacional e internacional do relatório final elaborado pela CAVR, o Secretariado Técnico Pós-CAVR produziu 1.000 relatórios CHEGA! (5 volumes) em língua indonésia, 1.200 exemplares em língua inglesa e 1.000 em língua portuguesa. Do relatório em língua indonésia, 750 exemplares foram distribuídos em todo o território indonésio (órgãos governamentais, bibliotecas e organizações da sociedade civil) e 250 exemplares em todo o território nacional (12 municípios, 13 postos administrativos e 24 sucus), e também pelas instituições governamentais, universidades e instituições religiosas. Os relatórios em língua inglesa (até agora 600) foram distribuídos em Timor-Leste, pelas Embaixadas de Timor-Leste no estrangeiro, por organizações internacionais dos Direitos Humanos e pela Austrália, Tailândia e Filipinas. Os relatórios em português vão ser distribuídos pelos países da CPLP, estando previsto o seu lançamento antes do final do mandato.

Secretariado Permanente da Comissão Interministerial de Segurança (SpeCiS)

Criámos o Secretariado Permanente da Comissão Interministerial de Segurança (SpeCiS) que faz a coordenação do Sistema Integrado da Segurança Nacional (SISN) através da Comissão Interministerial

de Segurança (CIS). No âmbito das suas tarefas de coordenação, foi aprovado o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança; estabeleceu-se a estrutura da Autoridade Marítima e da Autoridade Nacional de Proteção Civil; foi dinamizado o Grupo de Trabalho para o Tráfico Humano e o Grupo de Trabalho para as Artes Marciais; concluído o Plano Estratégico do Serviço Nacional de Inteligência e a estrutura do SISN, através da criação do Centro Integrado de Gestão de Crises.

O SpeCiS, através do mecanismo de auditoria social, contribui ainda para a discussão e monitorização das atividades da Sociedade Civil na área da segurança nacional, tendo também contribuído para a recente aprovação do Decreto-Lei das Artes Marciais e Armas Brancas e dando continuidade à prática da filosofia de policiamento comunitário (visibilidade, envolvimento e profissionalismo).

Assegurar a soberania nacional

De forma a garantir a soberania nacional, assegurámos a presença diária de cerca de 250 efetivos das F-FDTL, em todo o território nacional. Os elementos das F-FDTL realizaram operações de patrulha e de apoio à população, prestaram apoio às forças e serviços de segurança e autoridades locais, fizeram o patrulhamento marítimo e apoiaram o reforço da vigilância junto da fronteira, em apoio às forças de segurança.

“Operação Hanita”

As F-FDTL participaram e conduziram a “Operação Hanita” de forma a garantir a ordem interna. A operação decorreu durante

6 meses (de março a agosto de 2015) na região de Baucau e contou com a participação de cerca de 600 efetivos das F-FDTL.

Infraestruturas e equipamentos táticos e operacionais das F-FDTL

Construímos os edifícios da Componente de Apoio e Serviço (CAS), da Componente de Formação e Treino (CFT), o posto militar de Ataúro e a cozinha e refeitório para a CAS de Metinaro. Finalizámos a terceira fase da edificação do posto da Polícia Militar em Díli, iniciámos a construção do posto militar de Oe-Cusse Ambeno.

Adquirimos 12 viaturas táticas Isuzu, maquinaria e camiões de engenharia e equipamentos individuais para todos os efetivos (cantis, fardamento, mochilas, e outros). Recebemos do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico 3 camiões.

Sistema Integrado de Segurança Nacional

No âmbito do Sistema Integrado de Segurança Nacional, e em apoio e reforço das forças de segurança, realizámos ações de patrulhamento durante a realização de grandes eventos nacionais, nas atividades de apoio à realização das eleições e outras com especial enfoque na ação de grupos de artes marciais.

Operações de Manutenção de Paz da ONU

Destacámos 3 militares para integrarem a Missão de Observadores Militares na Missão de Manutenção de Paz da Organização das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). A participação nesta Missão representa o contributo de Timor-

Leste na construção da paz no Sudão do Sul, contribuindo também para a projeção do nosso país e para o reforço da credibilidade internacional.

Apoio às populações

Através das F-FDTL prestámos apoio às populações contribuindo para a melhoria de instalações escolares (Díli e Ermera) e hospitalares (Liquiçá). Prestámos apoio médico sanitário junto das populações, facilitando as visitas dos navios MERCY (Pacific Partnership) e do navio hospital da Indonésia Gatot Subroto, que permitiram a realização de consultas e exames médicos a cerca de 1.500 cidadãos, pessoal da administração e das F-FDTL.

Exercícios Combinados Internacionais

Participámos no exercício AACAP, na Austrália, com 30 militares da Companhia de Engenharia em apoio das populações indígenas, e no exercício FELINO da CPLP, em Portugal e Cabo Verde, o que contribuiu para o aumento da capacitação das F-FDTL e para o reforço das relações bilaterais e multilaterais com os parceiros.

Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional

Aprovámos o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional que define os aspetos fundamentais da estratégia global do Estado para o cumprimento dos objetivos da Política de Defesa Nacional, no quadro da Política de Segurança Nacional.

Unidade de Forças Especiais

Iniciámos o levantamento de informação

para a criação de uma Unidade de Forças Especiais e desenhámos o seu estatuto, que aguarda aprovação em Conselho de Ministros.

Apoio à política externa do Estado

No âmbito da diplomacia de Defesa, participámos em fóruns internacionais de defesa e segurança (Shangri-La Dialogue, Xiangshang Forum, Tokyo Defense Forum), cultivámos as relações multilaterais no âmbito sub-regional da ASEAN e da CPLP, participámos em diferentes seminários e reuniões do Fórum Regional da ASEAN, e acolhemos a XVIII Reunião de Ministros da Defesa Nacional da CPLP. Realizámos, também, diversas visitas oficiais a países amigos (Brasil, Indonésia, Japão, Malásia, Portugal, República Popular da China, República da Coreia). Por fim, no âmbito das relações bilaterais de defesa, recebemos as visitas de navios de França, República Popular da China e Japão, para além dos já referidos dos EUA e Indonésia. No apoio à política externa, o reforço das relações bilaterais na área da Defesa, entre Timor-Leste e os outros países, é um contributo para a arquitetura regional de segurança, para a paz e estabilidade regional e para a projecção regional de Timor-Leste.

Acordos na área da Defesa

Assinámos 2 acordos de implementação na área da Defesa, com o Japão e a China. Assinámos, em maio de 2017, o novo Programa Quadro de Cooperação Técnico-Militar entre Portugal e Timor-Leste. Estão a ser negociados diferentes acordos com a China, as Filipinas, a Indonésia, e a Malásia.

Formação militar

Realizámos formação quadros e tropas através do Curso de Formação Inicial de Praças (M: 29 e H: 208); Curso de Promoção a Cabo (30); Curso de Promoção a Oficial Superior (16); Cursos de qualificação (Curso de Estado-Maior) com 3 participantes; cursos de especialização (Curso de Combate em Áreas Edificadas, Cursos de Operações de Apoio à Paz, elementar e avançado, Cursos de Segurança, Cursos de Liderança, Comunicações), nos quais participaram 183 militares. Fizemos, ainda, formação no exterior, em países com os quais temos acordos de cooperação (Austrália, Brasil, China, Estados Unidos, Japão, Índia, Malásia, Indonésia, Portugal, Nova Zelândia, Coreia do Sul), num total de 250 militares em diversas áreas do conhecimento militar (academia militar, engenharia eletrotécnica, formação de oficiais, operações de paz, mergulho).

Exercícios militares

Realizámos 6 exercícios, conjuntos (envolvendo várias componentes) e internos de cada de componente, com a finalidade de treinar diversos tipos de operações militares e mostrar a presença das forças armadas, através do contacto com as populações e procurando melhorar as suas condições. Destes, destacam-se os exercícios da série COBRA, MATE BIAN, TUBARÃO e exercício de Campo dos Fuzileiros. Realizámos, também, 5 exercícios combinados (envolvendo a Austrália, os Estados Unidos da América, o Japão e a Nova Zelândia) para a melhoria da capacidade das F-FDTL em diversas áreas de emprego, operações navais, operações terrestres, operações de apoio à população.

Destacam-se os exercícios CROCODILO, HARI HAMUTUK E PACIFIC PARTNERSHIP, CARAT. Os exercícios internos, conjuntos e de componente, destinam-se principalmente a desenvolver as capacidades técnicas e táticas das forças, para garantir a capacidade de execução das missões que lhe estão atribuídas. Os exercícios de apoio à população, são exercícios que têm atividades planeadas e executadas para melhorar a qualidade de vida das populações (melhoramento de instalações sanitárias, escolas, clínicas ou posto médico, vias de comunicação, instalações em bases militares, entre outros).

Curso de Promoção a Oficial Superior

Realizámos o 2º Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) para um total de 16 formandos (F-FDTL: 10 e PNTL: 6), contribuindo para o desenvolvimento do pensamento estratégico nacional e para qualificar os recursos humanos das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança.

O 3º CPOS teve início no mês de março, no qual estão a frequentar um total de 19 formandos, 10 das F-FDTL e 9 da PNTL. Tendo em conta o Plano do Curso, decorrem atualmente as duas primeiras unidades curriculares: Curso Intensivo de Língua Portuguesa e o Curso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Conferências nacionais e internacionais sobre Defesa e Segurança

Organizámos o 2º ciclo de conferências sobre o tema “Interesse nacional, soberania, e desenvolvimento: o mar como recurso estratégico para Timor-Leste”,

que incluiu 10 palestras. Fomos, ainda, coorganizadores, juntamente com o MNEC e a UNTL, das palestras sobre “Operações de Paz e Segurança Internacional” e “Direito Internacional do Mar”, que potenciam o conhecimento científico sobre estes temas.

2º Curso Elementar de Estado-Maior Conjunto e Integrado

Ministrámos a 2ª edição do Curso Elementar de Estado-Maior Conjunto e Integrado para 4 oficiais das F-FDTL, 5 oficiais da PNTL e 4 civis de instituições da administração pública.

Curso de Gestão de Informação Estratégica

Organizámos, em parceria com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, a primeira edição do Curso de Gestão de Informação Estratégica no qual participaram 17 auditores oriundos das F-FDTL, PNTL, Presidência da República, Procuradoria-Geral da República, Direção das Alfândegas, Proteção Civil e Ministério da Defesa.

1º Curso de Resiliência Nacional

Realizámos a 1.ª Edição do Curso de Resiliência Nacional (CRN) com 40 (dirigentes da Administração Pública e jovens quadros da Administração Pública) e estamos a preparar a 2ª edição do CRN.

Infraestruturas para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)

Construímos 4 bairros sociais, para alojamento dos membros da PNTL e respetivas famílias (200), nos municípios

de Ermera, Manufahi, Liquiça e Oe-Cusse Ambeno. A construção do bairro social no município de Aileu atingiu um progresso físico de 57 %, prevendo-se que beneficie 50 famílias. Concluímos, ainda, a construção de 6 edifícios de apoio para alojamento nas Esquadras do Comando Distrital de Manufahi, beneficiando 12 famílias.

Construímos 4 novos edifícios nos Comandos Distritais e Esquadras da PNTL nos municípios de Baucau (2) e Lautem (2) para ajudar a PNTL no cumprimento da sua missão.

Reforçámos a capacidade de transmissões e comunicações entre Unidades e Serviços dando início à construção de 5 torres de transmissões e comunicações de rádio nos municípios de Díli (Ataúro), Lautem (Tutuala), Manatuto (Laclubar), Bobonaro (Lepho) e em Oe-Cusse Ambeno (Passabe), que vão possibilitar melhorar a prevenção e o desenvolvimento das operações.

Este programa foi financiado com mais de 5.5 milhões de dólares.

Sistema de videovigilância

Implementámos o sistema de videovigilância em Díli, operado e monitorizado pelo Comando Nacional de Operações da PNTL. Este sistema integra 50 câmaras de videovigilância colocadas em 45 pontos estratégicos na capital do país. Com este sistema reforçámos a capacidade de prevenção criminal e a monitorização do trânsito uma vez que permite a visualização de imagens que podem detetar qualquer evento ou incidente em tempo real e conhecer as suas causas, contribuindo para melhorar a segurança com carácter preventivo.

Policimento comunitário

Colocámos 117 Oficiais de Polícia de Suco nos 442 Sucos, em todo o território nacional, devidamente equipados com 320 motorizadas e 442 computadores.

Cursos de formação da PNTL

Realizámos dois Cursos de Formação de Agentes da PNTL e formámos e integrámos nos Quadros da PNTL um total de 516 novos agentes.

Elaborámos e aprovámos o Regulamento do Concurso de admissão ao Curso de Formação de Sargentos da PNTL e realizámos o primeiro concurso de admissão ao Curso de Formação de Sargentos da PNTL, o qual tendo por objetivo preencher 157 vagas para o posto de Sargento permitiu, de entre 1349 candidatos, considerar aptos 114 elementos para iniciar o 1.º Curso de Formação de Sargentos da PNTL.

Elaborámos e aprovámos o Programa de Formação, a Estrutura Curricular e o Regulamento do Curso de Formação de Sargentos da PNTL, e realizámos o 1.º Curso de Formação de Sargentos da PNTL, com a presença de alunos de outros Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nomeadamente da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Com a realização deste Curso de Formação de Sargentos, não só formámos 107 novos Sargentos da PNTL, como contribuímos para a formação de 7 Sargentos de Forças de Segurança de outros Estados-membros da CPLP, nomeadamente 4 de São Tomé e Príncipe e 3 da Guiné-Bissau.

Controlo e fiscalização de entradas, permanências e saídas de cidadãos no território de Timor-Leste

Atualizámos a documentação relativa ao controlo e fiscalização de entradas, permanências e saídas de cidadãos em território nacional através da produção de novas vinhetas de vistos, formulários de entrada e saída e recibos das taxas cobradas.

Plano de Ação Nacional (PAN) – Género

Lançámos o Plano de Ação Nacional (PAN) da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança e realizámos ações de disseminação em 8 municípios e RAEOA com um total de 727 participantes (M: 248 e H: 479). Realizámos, ainda, ações de sensibilização da população para as questões do PAN sobre Violência Baseada no Género em 6 municípios e RAEOA, onde participaram 423 pessoas (M: 163 e H: 260).

IV Reunião de Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP

Assumimos a presidência e organizámos a IV Reunião de Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP. Realizámos também, no âmbito desta reunião, a X Reunião do Conselho de Chefes de Polícia da CPLP, a XI Reunião do Conselho de Diretores de Migração, Estrangeiros e Fronteiras da CPLP e a IV Reunião do Conselho de Comandantes Nacionais/Diretores Nacionais e Presidentes de Salvação Pública/Proteção Civil e Bombeiros da CPLP.

Aprovámos a Declaração de Díli, onde constam várias decisões tomadas em três áreas principais: Polícia; Migração,

Estrangeiros e Fronteiras; e Salvação Pública, Proteção Civil e Bombeiros.

Medidas de Contraterrorismo

Criámos a Secção Antiterrorismo (SAT) na Unidade Especial de Polícia da PNTL, de forma a termos uma estrutura capaz de dar uma resposta qualificada e eficaz às atuais responsabilidades no combate ao terrorismo, destinada especificamente à intervenção tática e operacional no combate a ações terroristas. 23 elementos desta Secção receberam formação em Portugal, frequentando o Curso de Contraterrorismo ministrado pela GNR.

Segurança Rodoviária

Criámos a Direção Nacional de Segurança Rodoviária, na estrutura orgânica do Ministério do Interior, como serviço responsável pelo planeamento, coordenação e execução da Política Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária, bem como pela aplicação do direito contraordenacional rodoviário.

Realizámos o Diagnóstico da Segurança Rodoviária, que permitiu identificar os principais desafios existentes no âmbito da prevenção e segurança rodoviárias e definir as ações a realizar, nomeadamente em termos de harmonização da legislação rodoviária, a elaboração de um novo Código da Estrada e legislação complementar, bem como a elaboração de um Plano Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária.

Realizámos 22 ações de sensibilização e informação no âmbito da Prevenção e Segurança Rodoviárias para a comunidade em geral, abrangendo também a comunidade

escolar, nomeadamente 2.136 estudantes do ensino primário, pré-secundário, secundário e universitário (M: 1.144 e H: 992) em 7 municípios e RAEOA.

No âmbito das preocupações relativas à prevenção de acidentes e disciplina do trânsito nas vias rodoviárias de Timor-Leste, afetámos ao serviço de trânsito um total de 240 membros da PNTL colocados nos Comandos Distritais desta Força de Segurança distribuídos ao longo de todo o território de Timor-Leste.

Legislação – Segurança Interna

Elaborámos e aprovámos um conjunto de diplomas legais relativos à segurança interna: a Orgânica do Ministério do Interior, com a criação de novos órgãos, de onde se destacam a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Direção Nacional de Segurança Rodoviária; o Regime de nomeação e colocação de Oficiais de Ligação do Ministério do Interior e o Regime de participação das Forças e Serviços de Segurança e Agentes da Proteção Civil em missões internacionais; o Regulamento de Avaliação do Mérito dos membros da PNTL para efeitos de utilização nos processos de promoção por escolha; a aprovação dos aparelhos alcoolímetros qualitativos e quantitativos, para o controlo e fiscalização do trânsito; e o Regime de controlo de circulação de veículos, à entrada e à saída do território nacional, não sujeitos a qualquer regime aduaneiro.

Elaborámos, ainda, a nova Lei de Migração e Asilo, com uma nova política referente à atribuição de vistos e de autorizações de residência; o quadro normativo que estabelece as medidas nacionais necessárias para dar

cumprimento às obrigações decorrentes da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua destruição; e iniciámos a preparação do Estatuto dos membros da PNTL, do novo Regulamento Disciplinar da PNTL e da sua nova Orgânica.

Colaborámos também na elaboração do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional e do Regime jurídico relativo à prática de artes marciais, rituais, armas brancas, rama ambon e quinta alteração ao Código Penal.

Equipamentos de segurança

Adquirimos equipamentos de segurança para a PNTL, no âmbito das operações de segurança para as eleições presidenciais e parlamentares e também para a prevenção criminal e manutenção da ordem pública, contribuindo para um ambiente de estabilidade e segurança. Foram gastos 2.5 milhões de dólares em equipamentos de segurança.

Educação cívica e prevenção de conflitos comunitários

Realizámos, ainda, 11 ações de educação cívica sobre os perigos das drogas, álcool, tráfico humano e violência doméstica, dirigidas a estudantes de 10 escolas secundárias e 1 escola pré-secundária nos municípios de Díli e Baucau, contando com 1.586 participantes (M: 743 e H: 843). Fizemos a mediação de 122 casos de conflitos comunitários em todo o território nacional, beneficiando 3.256 pessoas (M: 1.149 e H: 2.107).

Proteção Civil

Criámos a Autoridade Nacional de Proteção Civil, na estrutura orgânica do Ministério do Interior, como órgão central com a missão de planear, coordenar e executar a Política de Proteção Civil, designadamente na prevenção e reação a acidentes graves e catástrofes, na proteção e socorro de populações, na definição, planeamento e coordenação das necessidades nacionais na área do planeamento civil de emergência com vista a fazer face a situações de crise, na fiscalização das disposições legais no âmbito da proteção civil, bem como na direção da atividade dos bombeiros.

Elaborámos um Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para as condições adversas provocadas por El Niño e realizámos um Exercício de Decisão, com a participação dos vários agentes de proteção civil, no âmbito da resposta a preparar pelo Governo face às condições adversas provocadas por aquele fenómeno climatérico.

Adquirimos equipamentos para os Bombeiros, designadamente: 1 viatura ATP, 3 viaturas ATM, 2 viaturas PSL, 3 viaturas autoescada, 1 viatura auto-comando e 7 motorizadas, no sentido de aumentar a sua capacidade operacional.

Construímos, ainda, 3 poços de captação de água na cidade de Díli, nomeadamente em Comoro, Taibessi e Becora.

Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)

Reforçámos a eficácia da investigação criminal com a entrada em funções da PCIC e realizámos o 2º Curso de Investigadores Criminais em parceria com a Escola

da Polícia Judiciária Portuguesa. Neste momento, na área da investigação criminal, contamos com 37 investigadores e 9 investigadores-chefe, e na área forense, com 4 especialistas superiores e 25 especialistas de laboratório. Atualmente existem 30 candidatos a investigadores criminais a frequentar o curso da Escola da Polícia Judiciária Portuguesa, cujo termo está previsto para agosto de 2017.

Comissão da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça

Criámos a Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça (CRL) para adequar e desenvolver legislação em áreas prioritárias, incluindo o setor da justiça. Neste sentido, fizemos um levantamento do quadro legislativo em vigor por setor, efetuámos uma avaliação preliminar da aplicação judicial da Lei Contra a Violência Doméstica, levámos a cabo um diagnóstico sobre os sistemas de resolução de conflitos e desenvolvemos estudos e pesquisas de normas específicas da legislação penal, civil, comercial, acompanhando as propostas legislativas em curso e realizando também alguns estudos comparativos.

Produzimos e divulgámos vários relatórios especializados sobre as referidas áreas, a partir dos quais elaborámos um Relatório de Análise Legislativa e do Setor da Justiça de Timor-Leste. A par disto, produzimos também três relatórios semestrais e um relatório final de avaliação.

No final do mandato, apresentámos uma Proposta de Política Pública e Estratégia da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça que contém as bases e os alicerces principais de

uma agenda e programa para a reforma a implementar a curto, médio e longo prazo.

Trabalhámos em colaboração com instituições de pesquisa internacionais, como por exemplo o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), a Universidade de Leiden (Holanda) e a DFAT em termos de assistência técnica, como nacionais, entre os quais se conta a UNTL e também os protocolos celebrados com organizações da sociedade civil para as áreas da justiça formal e informal.

Portal da CRL

Criámos o Portal da CRL, <http://www.crl.gov.tl> para tornar a informação mais acessível ao público. O Portal disponibiliza informação sobre as atividades da CRL e é, ao mesmo tempo, um arquivo eletrónico organizado.

Reforço do quadro legal das áreas da Justiça e do Direito

Aprovámos em Conselho de Ministros um conjunto de leis estruturantes para o setor da justiça, de entre as quais se destacam a Lei que estabelece o Regime Especial sobre a Titularidade dos Bens Imóveis (denominada “Lei das Terras”), a Lei de Combate ao Tráfico de Pessoas, a Lei de Combate ao Tráfico e Consumo Ilícito de Droga, a Lei sobre o Procedimento de Concessão do Indulto, a Lei sobre a Expropriação por Utilidade Pública, o Novo Regime do Passaporte, o Novo Regime da Defensoria Pública, o Regime de Utilização das Línguas Oficiais do setor da Justiça e o Regime das Atividades de Formação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária. A “Lei das

Terras” foi recentemente, no início de junho, promulgada pelo Presidente da República.

Lei que estabelece o Regime Especial sobre a Titularidade dos Bens Imóveis

Aprovámos a Lei que estabelece o Regime Especial sobre a Titularidade dos Bens Imóveis (denominada “Lei das Terras”), a qual constitui uma lei fundamental para a garantia dos direitos dos cidadãos e uma âncora para o desenvolvimento do país, trazendo maior certeza e segurança jurídica à titularidade dos direitos e ao respetivo comércio jurídico. Esta lei permitirá identificar e atribuir os primeiros direitos de propriedade sobre bens imóveis, reconhecer os direitos anteriores mercedores de tutela jurídica e, assim, assegurar a distribuição e o acesso dos direitos sobre bens imóveis.

Lei da Expropriação por Utilidade Pública

Aprovámos a Lei da Expropriação por Utilidade Pública, publicada sob a Lei n.º 8/2017, de 27 de abril, passando a estar regulados os termos em que o Estado, por motivos de interesse público, mediante os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade e o pagamento de uma justa indemnização, pode proceder à expropriação de bens imóveis que se encontrem no domínio da propriedade privada. A lei limita a expropriação aos casos rigorosamente necessários e estabelece ainda critérios claros para determinação do valor justo das indemnizações a pagar.

Passaporte Eletrónico

Adotámos e implementámos o novo Passaporte Eletrónico de Timor-Leste (PETL), com o objetivo principal de reforçar a segurança dos documentos oficiais de viagem. O PETL encontra-se em conformidade com os mais elevados padrões internacionais no que respeita à segurança dos documentos de viagem. Entre 2015 e 2017, antes de estabelecemos o novo PETL, o Ministério da Justiça através de serviços da DNRN anteriormente, foram emitidos cerca de 37,194 cadernetas de passaporte aos beneficiários de cidadãos de nacionalidade timorense, com uma taxa de cerca de 788 mil dólares.

Clínicas de acesso à Justiça

Criámos as clínicas de acesso à justiça, no âmbito de serviços de assistência jurídica da Defensoria Pública, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos, sobretudo aos que residem nas áreas mais remotas, o acesso à justiça e ao direito. Atualmente contamos com dois projetos-piloto em Baucau e Covalima, esperando-se que, nos próximos 3 anos, o projeto possa abranger os demais municípios. Através destes serviços foram atendidos cerca de 760 casos.

Centro de Formação Jurídica e Judiciária

Capacitámos e formámos os profissionais do setor da justiça, dotando o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) de novas regras de organização das suas atividades e de melhores condições para desempenhar o seu papel de escola de direito. Realizámos cursos de formação de advogados, de notários e conservadores e de magistrados, tendo

sido formados 27 advogados, 14 notários e conservadores e 17 juizes, 16 procuradores e 14 defensores. Neste momento, encontra-se a decorrer o VI Curso de Formação de Magistrados, no âmbito do qual foram admitidos 50 formandos.

Reforço da Política de Línguas no setor da Justiça

Aprovámos o Regime de Utilização das Línguas Oficiais no setor da justiça, que visa a adoção de um modelo bilingue em três domínios fundamentais: a elaboração de atos normativos, os processos judiciais e o procedimento administrativo dos serviços de justiça. Assim, cumprimos um dos objetivos estratégicos da política do Governo para este setor com o objetivo de promover o acesso ao direito e à justiça, a boa administração e a defesa dos direitos dos cidadãos.

Monitorização dos Direitos Humanos no Sistema das Nações Unidas

Realizámos uma consulta nacional e apresentámos o Relatório de Timor-Leste em sede do 2º ciclo da Revisão Periódica Universal (UPR) do Conselho dos Direitos Humanos, em Genebra.

Capacitação e reforço de competências dos profissionais do setor da justiça

Realizámos formação para guardas prisionais (181), advogados privados (59), oficiais de justiça da Defensoria Pública (16) e Conservadores e Notários (15). Realizámos, também, formação específica em áreas de relevo, destacando-se a formação em Direitos Humanos, questões de género e violência doméstica, que

abrangeu 406 (M: 99 e H: 307) agentes do Estado a nível nacional.

Acesso aos serviços da justiça

Descentralizámos os serviços de registos, através da criação das repartições das Conservatórias de Registos nos municípios, que asseguram os serviços de registo e emissão de certidões de nascimento, óbito e casamento. Registámos cerca de 63.040 atos de registo (28.666 nascimentos do sexo masculino e 25.486 nascimentos do sexo feminino; cerca de 4.441 óbitos masculinos e 2.237 óbitos femininos e 2.210 casamentos).

Projeto de apoio aos serviços públicos

Assinámos o protocolo de cooperação entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., a Direção Nacional dos Registos e do Notariado e Presidência do Conselho de Ministros. Timor-Leste participa na implementação do Projeto de Apoio à Melhoria da Qualidade e Proximidade dos Serviços Públicos nos PALOP/Timor-Leste (PASP/PALOP-TL) financiado pela União Europeia. O programa nacional de Timor-Leste denominado alargamento da Emissão do Bilhete de Identidade a todos os municípios, está a ser implementado com o apoio do PASP/PALOP-TL. Este projeto tem como objetivo geral a melhoria e profissionalização dos serviços de atendimento público dos serviços de registo e notariado e de emissão de Bilhete de Identidade. Atualmente, o PASP/PALOP-TL está a apoiar a implementação em seis municípios em Timor-Leste: Aileu, Ainaro, Liquiçá, Manatuto, Manufahi e Viqueque.

Bilhete de Identidade

Lançámos o programa de emissão do Bilhete de Identidade online e offline em todos os municípios e emitimos cerca de 136.505 bilhetes de identidade no sistema online e 8.496 bilhetes de identidade no sistema offline, num total de 145.001 bilhetes de identidade.

Levantamento cadastral

Através do programa de levantamento cadastral, em parceria com o Sistema Nacional de Cadastro (SNC), realizámos o levantamento cadastral esporádico de 2.772 parcelas e o levantamento cadastral sistemático que abrangeu 140 mil parcelas.

Sensibilização de leis e direitos

Realizámos ações de divulgação de leis e direitos junto da comunidade, promovendo o acesso à informação e à justiça. Fizemos 17 ações de divulgação de leis junto da comunidade, que abrangeram 2.669 pessoas (M: 1.523 e H: 1.146) e 9 ações de formação em Direitos Humanos em 9 postos administrativos (Lequidoe, Turiscai, Natarbora, Hatudo, Lolotoe, Maucatar, Fatuberliu, Hatobuilico e Bobonaro).

Reabilitação de infraestruturas do setor da justiça

Reabilitámos o estabelecimento prisional do Suai e demos início ao projeto para a construção de novos edifícios e residências da Defensoria Pública em Bobonaro e Ermera.

Cooperação bilateral na área no setor da justiça

Reforçámos a cooperação bilateral com os

países da CPLP, tendo sido estabelecidos protocolos na área da justiça com Portugal, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Brasil. Estes protocolos abrangem a formação de recursos humanos, as assessorias técnicas e jurídicas, o apoio ao funcionamento das instituições da justiça, intercâmbios, estágios, a partilha e troca de informações jurídicas, entre outros. Realizámos a XIV Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa (CMJPLP), no âmbito da qual se realizaram importantes atividades no domínio dos direitos à terra, dos direitos da criança e do combate e prevenção ao tráfico de seres humanos.

Regularização das terras e propriedade do Estado

Regularizámos situações de ocupação das propriedades do Estado que contribuíram para garantir e assegurar o património do Estado, o investimento do país, melhorar a gestão do uso de terras e propriedades do Estado e as receitas do Estado. Realizámos 2.965 contratos de arrendamento de propriedades, 185 atribuições de propriedades, 428 notificações, 14 ordens de despejo administrativo e renovámos 664 contratos de arrendamento, o que permitiu depositar nos cofres do Estado cerca de 8.2 milhões de dólares.

Levantamento cadastral sistemático

Com o Sistema Nacional de Cadastro (SNC), realizámos o levantamento cadastral sistemático de 140 mil parcelas, em todo o território nacional e na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, o que permitiu a recolha de dados

para efeitos de identificação de parcelas de terras, resolução de disputas e posterior registo dos títulos.

Mediação de disputas de terras e propriedades

Identificámos e cadastrámos, através do levantamento cadastral esporádico, 3.128 parcelas, registámos 1.108 disputas de terras e propriedades, mediámos 182 casos, 164 foram resolvidos, 87 ainda estão pendentes, 839 estão em processo de disputa e 18 seguiram para Tribunal. A mediação, além de procurar uma solução, também previne conflitos entre comunidades, garantindo a paz e estabilidade entre as comunidades.

Procedemos, ainda, ao levantamento de dados do uso de solo no Posto de Administrativo de Railaco, ao levantamento de dados de toponímia no Posto Administrativo de Atabae e ao levantamento sobre nomes das estradas em Díli e nas capitais dos restantes municípios.

Pontos de Referência da Rede Geodésica

Identificámos 56 pontos de referência Ordem IV nos municípios de Baucau e Bobonaro e 70 pontos de referência na linha de fronteira terrestre. Estabelecemos, ainda, Pontos de Referência da Rede Geodésica em todo território de Timor-Leste: 10 marcos de geodésica de ordem I; 100 marcos de geodésica de ordem II; 202 marcos de geodésica de Ordem III; 1000 marcos de geodésica de ordem IV e observação de 10 marcos de geodésica de ordem I.

Sensibilização da legislação sobre terras e propriedades

Realizámos ações de sensibilização sobre terras e propriedades em 35 Sucos espalhados por todo o território nacional, identificados como tendo mais propensão para o conflito, abrangendo mais de 10 mil participantes. Verificámos que o número de disputas reduziu cerca de 85%, tendo sido celebrado contrato de arrendamento com o Estado.

Formação técnica e profissional de cadastro e cartografia

Proporcionámos formação técnica de cadastro a 47 funcionários e de cartografia a 38 funcionários. A formação profissional abrangeu 68 funcionários: 15 na área da mediação; 24 no confronto interno; 3 em gestão administrativa e 26 funcionários em registo predial, sistemas de arquivo, planeamento, entre outras.

Livro Branco da Política Externa

Estamos a finalizar o Livro Branco da Política Externa, cuja conclusão está prevista para antes do final do mandato. Realizámos duas reuniões do Conselho de Coordenação, onde produzimos o documento base das linhas gerais da política externa de Timor-Leste que serviu como referência para a elaboração deste livro.

Apoio a candidaturas das Nações Unidas

No âmbito do fortalecimento das relações diplomáticas, apoiámos as candidaturas a vários órgãos e agências especializadas da Organização das Nações Unidas: CEDAW, Comité para o Direito das Crianças, Presidente

da Assembleia Geral da ONU, Conselho de Segurança da ONU, Comité dos Direitos Humanos e Comissão de Direito Internacional.

Apoio financeiro a países amigos

Pelos princípios fundamentais de solidariedade para com os povos, consagrados na Constituição da RDTL e a necessidade do fortalecimento das relações diplomáticas com os países amigos, concedemos os seguintes apoios financeiros:

- À República Portuguesa para combater os incêndios florestais (2 milhões de dólares);
- Atribuição do direito de superfície à Santa Sé no terreno contíguo à Igreja de Motaal;
- Às vítimas do tremor de terra no Nepal (500 mil dólares);
- Aos deslocados internos da República Centro Africana (1.5 milhões de dólares);
- À República da União do Myanmar, pelas perdas de vidas humanas e danos materiais ocorridos provocado pelas fortes chuvas (1 milhão de dólares);
- Às vítimas do ciclone Pam, no Vanuatu (1 milhão de dólares).

Acordos sobre a supressão de vistos

Para facilitar a movimentação de pessoas entre Timor-Leste e alguns países, incrementando dessa forma a livre circulação de pessoas e bens, assinámos acordos de isenção de vistos com a União Europeia e para os titulares de Passaporte Diplomático e de Serviço com o Reino do Camboja.

Estamos em fase de conclusão do acordo

sobre a isenção de vistos para os titulares de Passaporte Diplomático e de Serviço com o Reino da Tailândia, prevendo-se a assinatura até final do mandato, e em fase de negociação o mesmo acordo com o Vietname.

Concordata

Assinámos a Concordata, o acordo que estabelece o quadro jurídico das relações entre a República Democrática de Timor-Leste e a Santa Sé e a Igreja Católica. No âmbito deste acordo, cedemos um terreno à Santa Sé e estabelecemos o “Acordo para a Implementação do acordo entre a República Democrática de TL e a Santa Sé”, já ratificado pelo Parlamento Nacional. O Governo vai atribuir à Conferência Episcopal Timorense um financiamento de mais de 15 milhões de dólares a adjudicar a atividades de caráter educativo, social e outras.

Embaixadas de Timor-Leste

Nomeámos os Embaixadores de Timor-Leste para a República Popular da China, Reino da Bélgica e União Europeia, Brasil, Singapura, China, Coreia do Sul, Japão, Indonésia, Tailândia, Nova Iorque e Brunei. Nomeámos, ainda, os Cônsules Gerais em Bali e Sidney, o Cônsul em Kupang e o Agente Consular em Atambua.

Continuámos a reforçar as relações bilaterais e a cooperação com os países da ASEAN e abrimos 4 novas embaixadas no Laos, Camboja, Myanmar e Brunei Darussalam.

Visitas oficiais a Timor-Leste

Organizámos visitas oficiais de dignitários estrangeiros: Ministro Coordenador Político, Direito e Segurança da República

da Indonésia; Ministro da Defesa do Japão; Presidente da República da Indonésia; Governador-Geral da Austrália; ex-Governador-Geral da Nova Zelândia; Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Sul; Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal; Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Indonésia; Primeiro-Ministro do Camboja, Sua Eminência o Cardeal Pietro Parolin e Ministro da Defesa de Portugal.

Visitas de Estado

Acompanhámos S.E. o Presidente da República nas visitas de Estado a 4 países: Japão, Cuba, Brasil e Portugal.

Visitas oficiais e de trabalho

Realizámos 11 visitas oficiais: Turquemenistão, Guiné-Bissau, Filipinas, Indonésia, Laos, Vietname, Austrália, Nova Zelândia, Portugal, China e Índia.

Através de visitas de trabalho, participámos em 8 eventos: I Encontro da Comissão-Mista Interministerial entre Timor-Leste e a China na cooperação económica e comercial; Fórum Económico Global em Davos, Suíça; NAO/RAO, ACP-Pacific Group Meeting com o tema “Cooperação Sul-Sul e Triangular e g7+”; Participação na ASEAN World Economic Forum na Malásia; XVI Cimeira de Chefes de Estado e do Governo do Movimento dos Não Alinhados, na ilha de Margarita, Venezuela; Assembleia Geral das Nações Unidas; Coreia do Sul e *International Conference ASEAN Political Parties*.

Agência de Cooperação de Timor-Leste (ACTL)

Reafirmámos a importância da política externa de Timor-Leste na Guiné-Bissau através da contribuição para o restabelecimento da ordem democrática naquele país e acompanhámos a sua evolução da situação política e a concertação e interação com os Governos, parceiros regionais e internacionais, designadamente, as Nações Unidas, a CEDEAO, a União Africana e a CPLP.

A ACTL forneceu 8 equipamentos agrícolas, 3 ambulâncias hospitalares e a montagem de um sistema de radiocomunicações para as forças armadas.

Presidência rotativa da CPLP

Assumimos a Presidência rotativa da CPLP para o biénio 2014-2016 tendo sido realizadas quase todas as reuniões setoriais; realizámos o I Fórum Económico Global da CPLP que atraiu delegações de mais de 20 países, proporcionando reais oportunidades para os países da CPLP desenvolverem os seus negócios na região da Ásia-Pacífico; e discutimos a iniciativa da criação de uma plataforma de cooperação na área dos hidrocarbonetos e os mecanismos de financiamento.

Adesão à ASEAN

Em relação ao processo de adesão de Timor-Leste à ASEAN, conduzimos as avaliações do Grupo de Trabalho da ASEAN dos três pilares da Comunidade: i) Política e Segurança, ii) Económico e iii) Sociocultural. Participámos em vários eventos internacionais e prestámos

informação aos funcionários do Estado e à população em geral sobre a visão geral da ASEAN e a adesão de Timor-Leste.

Desde 2015, as Declarações da Cimeira da ASEAN têm mostrado “compromisso” com a prestação de assistência ao processo de capacitação de Timor-Leste. Em 2016, vários organismos setoriais da ASEAN começaram a explorar a possibilidade da participação de Timor-Leste nas suas respetivas atividades para o processo de capacitação.

Participação em fora internacionais

Participámos em diversos *fora* internacionais:

- 8.^a Cimeira da UE/ACP sob o tema: “*Reaffirms Commitment to Sustainable Development Goals*” na Papua Nova Guiné;
- Reunião internacional dos países da África, das Caraíbas e Pacífico em Timor-Leste;
- Pacific Island Forum, tendo Timor-Leste finalizado em 2016 o processo de adesão ao Grupo PDIF;
- *Southwest Pacific Dialogue* (SWPD) em Malásia e Laos. Timor-Leste aderiu à SWPD para fortalecer os laços de amizade e desenvolver parcerias genuínas com os países membros do grupo com o objetivo promover a discussão dos nossos interesses estratégicos.

Realizámos, ainda, estudos de viabilidade e impacto sobre o processo de adesão de Timor-Leste ao *Asia-Europe Meeting* e ao *Secretariat Pacific Community*.

g7+

Continuamos a apoiar a organização intergovernamental g7+, atualmente composta por 20 países. Com sede em Díli, o Secretariado do g7+ mantém o seu relevante papel de assessoria política e de coordenação na implementação das decisões do Fórum Ministerial, assumindo agora um relevante papel na monitorização da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Instituto de Estudos Diplomáticos

O Decreto-Lei que aprova o estatuto do Instituto de Estudos Diplomáticos (IED) aguarda a sua discussão em Reunião do Conselho de Ministros. As instalações estão equipadas e funcionais tendo já sido aprovado o currículo de formação, incluindo módulos curriculares e módulos de ensino para o inglês, o português e a diplomacia. Concluimos, ainda, alguns acordos com instituições de ensino terciário e instituições de formação para apoio.

Negociação de fronteiras com a Indonésia

Intensificámos as atividades de negociação com a Indonésia para a resolução da questão dos segmentos de Oben/Bijael Sunan e Citrana. Efetuámos visitas às zonas em questão e concluímos quatro rondas de consulta e negociação com a Indonésia, bem como duas rondas de consulta e aprovação dos Termos de Referências para a negociação das fronteiras marítimas. Concluimos, ainda, os trabalhos técnicos de produção do Joint Border Map com a Indonésia e construímos 99 marcos de

fronteiras (71 marcos em Covalima e 28 em Oe-Cusse Ambeno).

Acordos, Protocolos e Memorandos de Entendimento

Assinámos inúmeros Acordos, Protocolos e Memorandos de Entendimento com vários países, e em diversas áreas, e ratificámos Convenções:

CONVENÇÕES

Título	Ratificação
Constituição da Organização Internacional do Trabalho	RPN n.º 5/2015, de 13 de maio
Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho, sobre Discriminação em matéria de Emprego e Profissão	RPN n.º 11/2015, de 5 de agosto
Convenção n.º 100 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres por Trabalho de Igual Valor	RPN n.º 12/2015, de 5 de agosto
Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial	RPN n.º 6/2016, de 18 de maio
Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural	RPN n.º 7/2016, de 18 de maio
Convenção da UNESCO sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais	RPN n.º 8/2016, de 18 de maio
Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)	RPN n.º 10/2016, de 15 de junho
Acordo para a Criação da Organização de Cooperação para a Floresta Asiática	Assinado a 20 de junho de 2016
Convenção para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados	RPN n.º 14/2016, de 31 de agosto
Convenção Internacional contra a Dopagem no Desporto	RPN n.º 2/2017, de 1 de fevereiro
Constituição da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Desporto	RPN n.º 3/2017, de 1 de fevereiro

ACORDOS

Título	Ministério	Assinatura e/ou aprovação
Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, visando a criação da Escola Portuguesa de Díli	ME	RPN n.º 9/2015, de 5 de agosto
Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a União Europeia sobre a Isenção de Visto para as Estadas de Curta Duração	MNEC	RPN n.º 10/2015, de 5 de agosto
Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Santa Sé	PM	RPN n.º 18/2015, de 11 de novembro
Acordo de Doação para o Projeto de Construção da Ponte de Comoro entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional	MNEC	Assinado a 30 de novembro de 2015
Acordo-Quadro sobre a Cooperação Económica e Técnica entre Timor-Leste e o Camboja	MNEC	Assinado a 20 de agosto de 2016
Acordo sobre a Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos e de Serviço entre Timor-Leste e o Camboja	MNEC	Assinado a 20 de agosto de 2016
<i>Amendment to the Agreement on Prosecutorial and Law Enforcement Cooperation</i>	MNEC	Assinada a 29 de setembro de 2016

Título	Ministério	Assinatura e/ou aprovação
Acordo de Cooperação Económica e Técnica relativo à Ajuda Gratuita entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da República Popular da China para a construção das Instalações de Depósito de Cereais	MECAE	Assinado em outubro de 2016
Acordo Entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Nova Zelândia Relativo ao Estatuto das Forças Visitantes	MNEC	RPN n.º 4/2017, de 8 de março
Acordo entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo do Reino da Tailândia para a Isenção de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos e de Serviço	MNEC	Assinado a 19 de maio de 2017
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da Austrália	MNEC	Assinado a 26 de maio de 2017

MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

Título	Ministério	Assinatura e/ou aprovação
Memorando de Entendimento entre a Procuradoria-Geral da República Democrática de Timor-Leste e a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde	PGR	15 de julho de 2015
Memorando de Entendimento entre a Procuradoria-Geral da República Democrática de Timor-Leste e a Procuradoria de São Tomé e Príncipe	PGR	15 de julho de 2015
Memorando de Cooperação no domínio do Turismo entre o Ministério de Hotelaria e Turismo da República de Angola e o Ministério do Turismo, Arte e Cultura da República Democrática de Timor-Leste		15 de julho de 2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação Técnica no âmbito do Sector Florestal	MECAE	26 de agosto de 2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação Agrícola	MECAE	26 de agosto de 2015
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação no âmbito dos Assuntos Marinhos e das Pescas	MECAE	29 de agosto de 2015
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações da República Democrática de Timor-Leste e a Agência de Meteorologia, Climatologia e Geofísica da República da Indonésia sobre Cooperação no domínio da Meteorologia, Climatologia e Geofísica	MNEC	26 de janeiro de 2016
Memorando de Entendimento entre o Arquivo Nacional da República Democrática de Timor-Leste e o Arquivo Nacional da República da Indonésia sobre a Cooperação na área dos Arquivos	MAE	26 de janeiro de 2016

Título	Ministério	Assinatura e/ou aprovação
Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério da Juventude e Desporto da República da Indonésia sobre a Cooperação na Área da Juventude	SEJD	26 de janeiro de 2016
Memorando de entendimento entre o Ministério do Petróleo e Recursos Minerais da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério da Energia e Recursos Minerais da República da Indonésia no domínio dos Recursos Energéticos, Petrolíferos e Minerais	MNEC	26 de janeiro de 2016
Memorando de Entendimento entre a República Popular da China e a República Democrática de Timor-Leste sobre o Estabelecimento da Comissão Mista sobre Comércio Bilateral e Cooperação Económica	MNEC	18 de março de 2016
Memorando de Entendimento relativo à cooperação no Domínio Laboral entre Timor-Leste e o Camboja	MNEC	20 de Agosto de 2016
O Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano da República de Moçambique relativo ao Programa de Cooperação Educacional	ME	setembro de 2016
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional de Moçambique	ME	setembro de 2016
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação de Timor-Leste e a Universidade Eduardo Mondlane	ME	setembro de 2016
Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva entre a China e os Países de Língua Portuguesa	MECAE	outubro de 2016

PROTOCOLOS

Título	Ministério	Assinatura e/ou aprovação
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte	ME	10 de janeiro de 2015
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e a Universidade Federal dos Vales de Joquitinhonha e Mucuri	ME	10 de fevereiro de 2015
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e a Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho"	ME	12 de fevereiro de 2015
Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Educação da República Democrática de Timor-Leste e a Universidade Federal de Uberlândia	ME	
Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República de Moçambique na área da Justiça	MJ	RG n.º 33/2015, de 9 de setembro
Protocolo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República de Cabo Verde na Área da Justiça	MJ	RG n.º 32/2015, de 9 de setembro

OUTROS

Título	Ratificação
Ajuda Financeira as vítimas da erupção vulcânica em Cabo Verde	RG n.º 1/2015, de 7 de janeiro
Ajuda as vítimas das cheias na Malásia	RG n.º 2/2015, de 7 de janeiro
Ajuda as vítimas das cheias na Tailândia	RG n.º 3/2015, de 7 de janeiro
Solidariedade com a Indonésia	RG n.º 4/2015, de 7 de janeiro
Acordo de Financiamento entre Timor-Leste e a União Europeia	Assinado a 24 de fevereiro de 2015
Ajuda financeira às vítimas do ciclone Pam em Vanuatu	RG n.º 15/2015, de 8 de abril
Ajuda financeira às vítimas do terramoto no Nepal	RG n.º 19/2015, de 29 de abril
Apoio financeiro a São Tomé e Príncipe	RG n.º 23/2015, de 15 de julho
Ajuda financeira à República da União do Myanmar	RG n.º 31/2015, de 26 de agosto
Apoio aos processos referendários e eleitorais na República Centro-Africana	RG n.º 39/2015, de 21 de outubro
Apoio ao processo de recenseamento eleitoral em São Tomé e Príncipe	RG n.º 40/2015, de 21 de outubro
Missão de Apoio Técnico ao Processo de Recenseamento Eleitoral em São Tomé e Príncipe	RG n.º 7/2016, de 17 de fevereiro
Apoio à candidatura de António Guterres a Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas	RPN n.º 4/2016, de 27 de abril
Donativo a Portugal para reforço da capacidade de resposta no combate aos incêndios e no socorro às populações	RG n.º 21/2016, de 10 de agosto
Contribuição financeira ao Gabinete do Presidente da 71.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	RG n.º 25/2016, de 24 de agosto
Apoio aos deslocados internos na República Centro Africana	RG n.º 28/2016, de 21 de setembro
Contribuição financeira para a Organização Mundial da Saúde para a Região do Sudeste Asiático	RG n.º 35/2016, de 19 de outubro
Plano de Ação da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2017-2019)	Assinado a 12 de outubro de 2016
Donativo à Representação Permanente da República Árabe Sarauí Democrática	RG n.º 13/2017, de 15 de março
Contribuição para a Organização da Mesa Redonda para a Ásia e Oceânia no âmbito do Projeto do Club de Madrid “Democracia da Geração Futura”	RG n.º 14/2017, de 15 de março

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

O VI Governo Constitucional, além de dar continuidade aos programas anteriores, empenhou-se na definição das fronteiras marítimas e avançou com um conjunto de reformas que vão dinamizar a diversificação da economia de Timor-Leste. Além disso, veio também dar ênfase ao compromisso de promover o acesso a serviços de saúde ao mesmo tempo que abraçou os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Saiba mais sobre:

- Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas.
- Programa Nacional Saúde na Família.
- Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Guia de Reforma e Fomento Económico de Timor-Leste.
- Reforma Fiscal.
- Reforma da Administração Pública.
- Reforma Legislativa e do Setor da Justiça.
- Região Administrativa Especial Oe-cusse Ambeno e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

Sabia que...





Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas

O Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas foi estabelecido em 2015 e as suas competências redefinidas em março de 2016, também com vista a refletir a nomeação de Sua Excelência Kay Rala Xanana Gusmão, pelo Conselho de Ministros, para Chefe da Equipa de Negociação de um Tratado para a delimitação das fronteiras marítimas com a Commonwealth da Austrália e com a República da Indonésia.

O Conselho tem como principal missão mobilizar esforços para assegurar a soberania plena de Timor-Leste que, desde a sua independência, legitimamente aspira a exercer plenos poderes de soberania sobre o território nacional, incluindo o território marítimo que, nos termos do direito internacional, se encontra sobre a sua jurisdição. No âmbito das suas funções, destacamos as seguintes realizações do Conselho:

- Estabelecimento e consolidação do **Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas**, incluindo a sua orgânica de funcionamento e a gestão de recursos físicos, financeiros e humanos;
- Lançamento do **Portal do Gabinete das Fronteiras Marítimas**, a 29 de fevereiro de 2016 (<http://www.gfm.tl/>);
- Organização da primeira **Conferência Internacional sobre Fronteiras Marítimas e o Direito do Mar**, que teve lugar em Díli, a 19 de maio de 2016;
- Publicação do **Documento Político sobre as Fronteiras Marítimas**, lançado em Díli e em Haia, a 29 de agosto de 2016;
- Produção de inúmeros **documentos técnicos, legais e políticos**, fundamentais para a tomada de decisão da liderança timorense sobre a estratégia de fronteiras marítimas;
- Realização de 9 reuniões do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, presididas pelo Primeiro-Ministro, Dr. Rui Maria de Araújo, e cujos restantes membros são personalidades eminentes da Nação e membros do Governo;
- Realização de vários **encontros estratégicos** e políticos com individualidades e organizações internacionais e **participação em eventos internacionais**, por forma a sensibilizar a comunidade internacional e a garantir o seu apoio para a delimitação de fronteiras marítimas de Timor-Leste;

- Início das **discussões bilaterais sobre fronteiras marítimas com a República da Indonésia**, em finais de 2015.

Finalmente, e de importância fundamental, Timor-Leste com o apoio do Conselho iniciou, a 11 de abril de 2016, o processo de **Conciliação Obrigatória com a Austrália ao abrigo do Anexo V da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**.

No âmbito deste mecanismo, que foi acionado pela primeira vez na história mundial, têm vindo a realizar-se várias reuniões confidenciais que irão continuar até que as partes cheguem a acordo sobre a delimitação de fronteiras, ou até à conclusão do processo, previsto para o próximo dia 19 de setembro, data em que a Comissão deverá emitir o seu relatório com recomendações para o Secretário-Geral das Nações Unidas. O processo de Conciliação Obrigatória, até à data, contribuiu para que:

- Em janeiro de 2017, historicamente e publicamente, a Austrália concordasse em negociar uma fronteira marítima permanente com Timor-Leste, sob os auspícios da Comissão de Conciliação;
- A 10 de janeiro de 2017, Timor-Leste notificasse a Austrália da sua intenção de denunciar unilateralmente o Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (CMATS), depois desta decisão ter sido aprovada por resolução do Parlamento Nacional;
- O referido tratado provisório de partilha de recursos deixasse de estar em vigor três meses após a data de notificação, ou seja, a 10 de abril de 2017, com a concordância das partes de que o Tratado do Mar de Timor de 2002 e o seu respetivo quadro regulador manter-se-ão em vigor na sua forma original, garantindo também a segurança necessária aos investidores petrolíferos enquanto se determinam fronteiras definitivas;
- Timor-Leste retirasse as duas arbitragens em curso contra a Austrália ao abrigo do Tratado do Mar de Timor, contribuindo para as negociações de boa-fé entre os dois países.



Programa Nacional Saúde na Família

O Programa Nacional Saúde na Família foi lançado a 22 de julho de 2015, para dar continuidade aos esforços encetados, pelos anteriores governos, para garantir o acesso universal a cuidados de saúde gratuitos ao povo de Timor-Leste.

Este programa consubstancia o compromisso do VI Governo Constitucional perante os valores e princípios universais de igualdade e de justiça social, cumprindo a sua responsabilidade de promover o acesso generalizado a serviços de saúde de qualidade, e conta com o apoio de organizações internacionais, particularmente, a Brigada Médica Cubana, a Organização Mundial de Saúde e a UNICEF.

Este programa que começou a ser, primeiramente, implementado em Díli, foi estendido aos outros 11 municípios de Timor-Leste e à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, com vista a cobrir os cerca de 206.483 agregados familiares, que vivem nas 2.225 aldeias de Timor-Leste, em conformidade com os resultados dos censos de 2015.

Inspirado no sistema de cuidados de saúde primários cubano, este programa tem como principal objetivo providenciar um “Pacote de Serviços Abrangentes de Cuidados de Saúde Primários” aos agregados familiares timorenses, através de visitas domiciliárias, consultas clínicas, tratamentos e recomendações, por equipas de profissionais de saúde, bem como através do registo do historial médico de cada agregado familiar, incluindo cada um dos membros individualmente, passando estes dados a estarem inseridos num sistema de base de dados informático de registo médico integrado.

Reconhecendo que os cuidados de saúde primários são a melhor estratégia para alcançar a saúde para todos, criando condições para o fortalecimento do sistema de saúde através da provisão de cuidados de saúde abrangentes e de forma racional e equitativa, esta iniciativa está ainda alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de “não deixar ninguém para trás” ao chegar a um grande número de pessoas que ainda estão a ser “deixadas para trás” em Timor-Leste, no que respeita ao acesso aos cuidados de saúde.

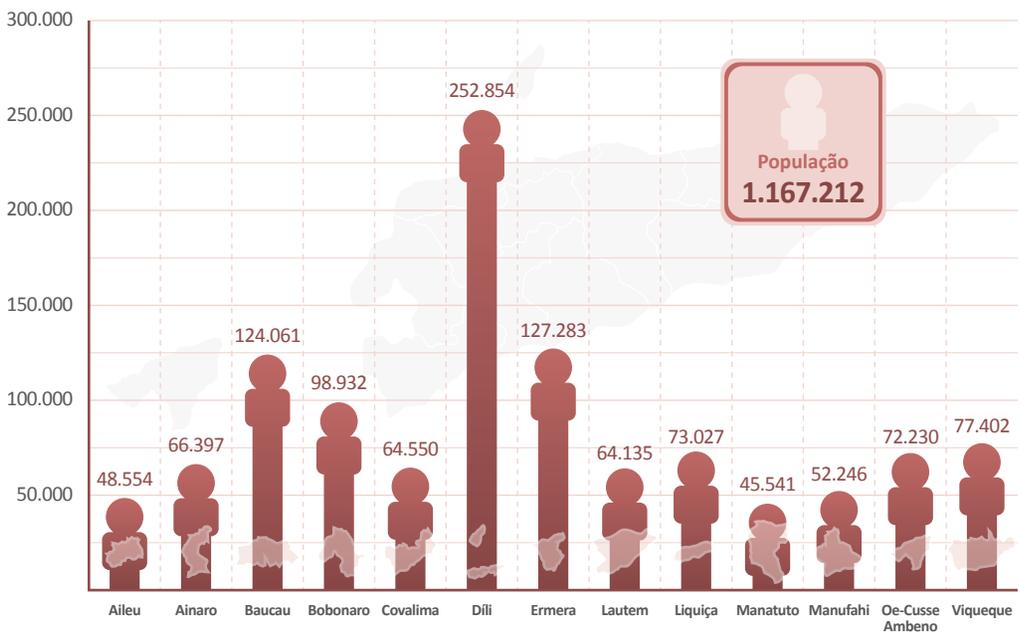
A implementação do Programa Nacional Saúde na Família consiste em duas etapas: na primeira, são realizadas visitas domiciliárias sob a forma de “dispensarização”; e, na segunda, são efetuadas visitas regulares para identificar o perfil de saúde do agregado familiar, incluindo a aferição de aspetos ambientais e outros fatores sociais determinantes

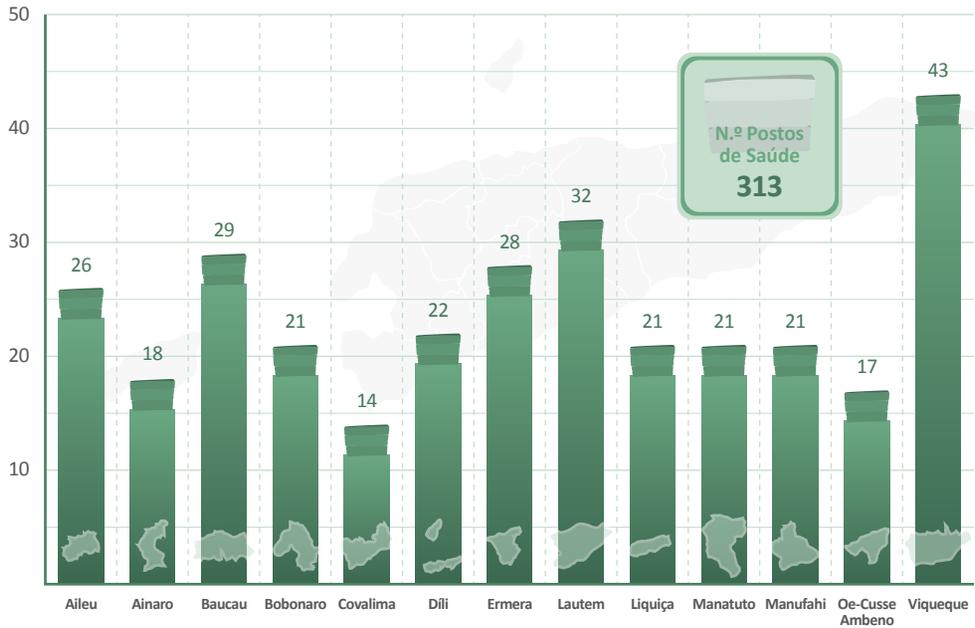
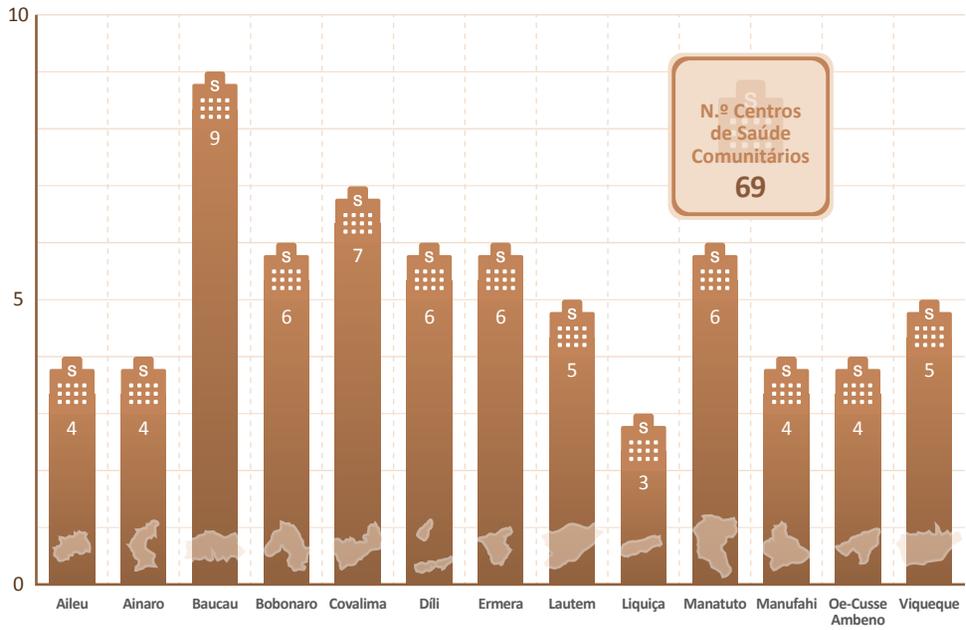
que podem afetar as condições de saúde da família. O objetivo é reunir informação suficiente para permitir intervenções, diretas e indiretas, adequadas às reais necessidades de cada membro da família.

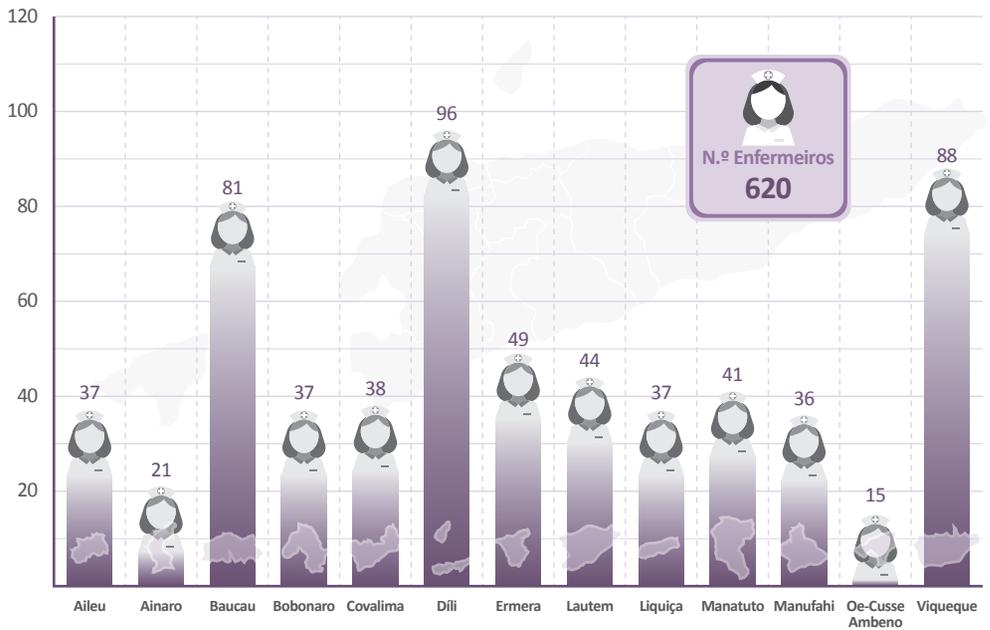
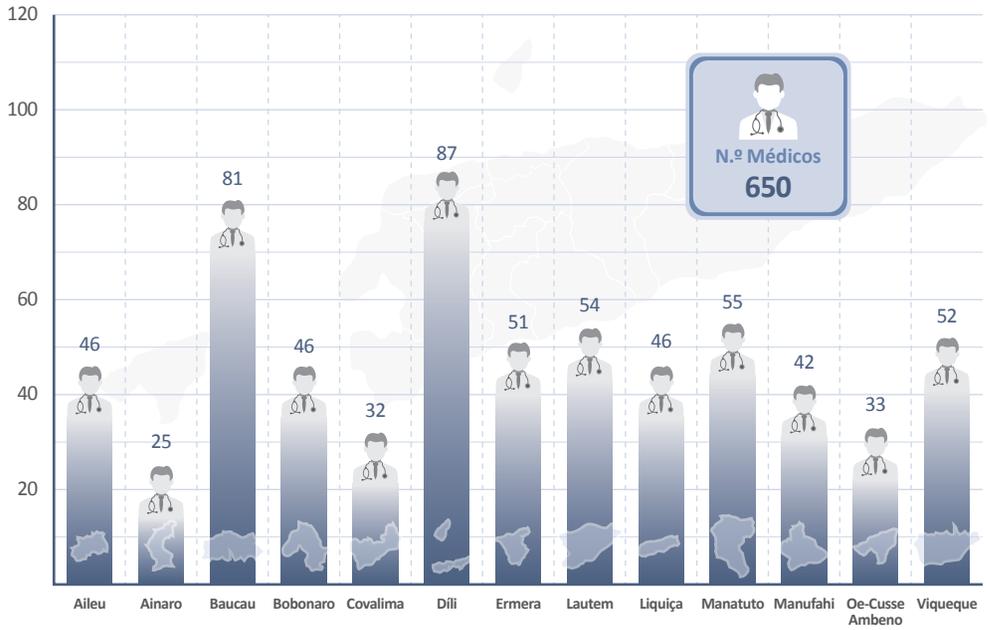
Esta é uma iniciativa pioneira no país, já que permite que as equipas integradas de profissionais de saúde (incluindo um médico, uma parteira e um enfermeiro) estejam mais perto das famílias e das comunidades, sobretudo aquelas que vivem em áreas rurais, permitindo não só a educação para os aspetos promotores de saúde, como a prevenção sobre as principais doenças que afetam as famílias mais vulneráveis.

Decorrido mais de um ano sobre a implementação do “Saúde na Família”, foi já possível reconhecer que estão a ser criadas as necessárias pontes entre os profissionais de saúde e os beneficiários do programa, sendo que a confiança entre as duas partes é uma condição fundamental para conduzir à redução das taxas de morbilidade e mortalidade de crianças e mulheres grávidas, bem como permitir o aumento da cobertura de imunização, reduzir as taxas de má-nutrição e, ainda, prevenir doenças transmissíveis e não transmissíveis, contribuindo para melhorar o estado de saúde geral dos timorenses.

Você sabia que?







DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

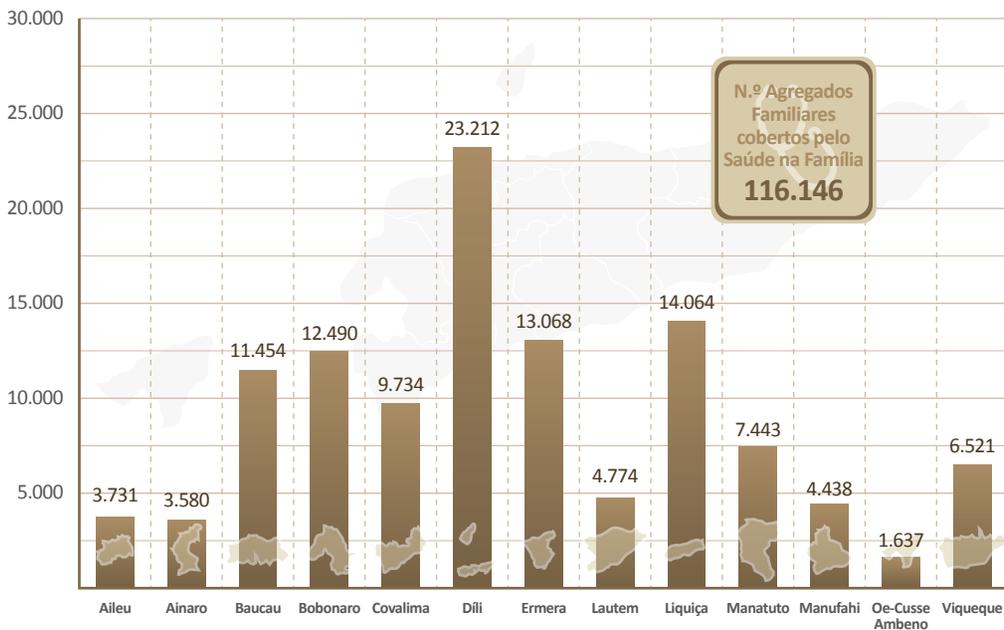
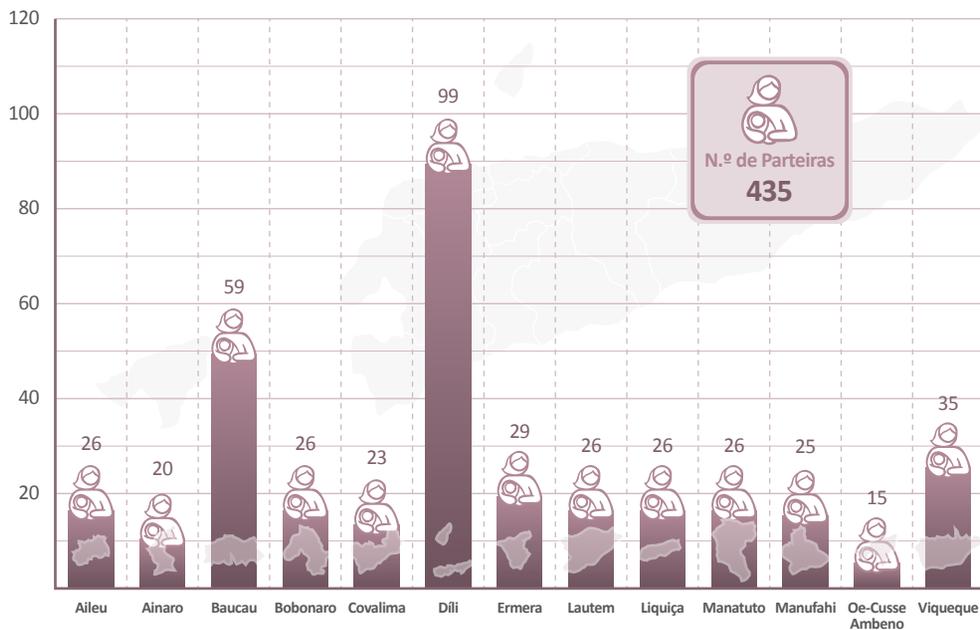
ECONÓMICO

GOVERNANÇA

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO





Grupo de Trabalho dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Governo de Timor-Leste adotou a Agenda para 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através da Resolução Governamental N.º 34/2015, de 23 de setembro; dois dias antes da sua adoção formal pelas Nações Unidas na Assembleia Geral. Esta Resolução mandou igualmente a criação de um grupo de trabalho com vista à implementação dos ODS, a ser presidido pelo Gabinete do Primeiro-Ministro. Posteriormente, a adoção da Agenda para 2030 e dos ODS foi ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional N.º 19/2015, de 18 de novembro. Esta Resolução recomendou que o Governo de Timor-Leste alinhe os seus sistemas de planeamento e orçamento com os ODS.

O Governo criou, através do Despacho N.º 038/2015/XII/PM, de 22 de dezembro, estabelecendo o Grupo de Trabalho dos ODS. Emitiu igualmente o Decreto do Governo N.º 1/2016, de 1 de fevereiro, determinando que os ODS sejam refletidos nos planos e orçamentos anuais. Este Grupo de Trabalho foi encarregue de identificar formas de harmonizar os novos Objetivos Globais da Agenda para 2030 com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 e de os integrar no Programa do VI Governo Constitucional, que tomou posse a 16 de fevereiro de 2015.

O Grupo de Trabalho dos ODS é presidido pelo Gabinete do Primeiro-Ministro, com forte representação dos Ministérios e unidades responsáveis pelo planeamento, orçamentação, monitorização e implementação do PED. O Grupo de Trabalho identificou igualmente instituições governamentais responsáveis por cada uma das 169 metas dos ODSs, assim como outros Ministérios e instituições que partilharão responsabilidade pela concretização das metas.

O Grupo de Trabalho dos ODS avaliou o alinhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento com os objetivos e alvos de Desenvolvimento Sustentável e identificou pontos fortes de consistência e convergência. Ficou claro que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 a 15 estão bem alinhados com os objetivos do PED. O Objetivo 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e o Objetivo 17 (Parcerias) são consistentes com a abordagem de implementação do PED. As análises conduzidas para procurar ligar os ODS ao quadro de desenvolvimento nacional mostram que o PED é consistente com as aspirações da Agenda para 2030.

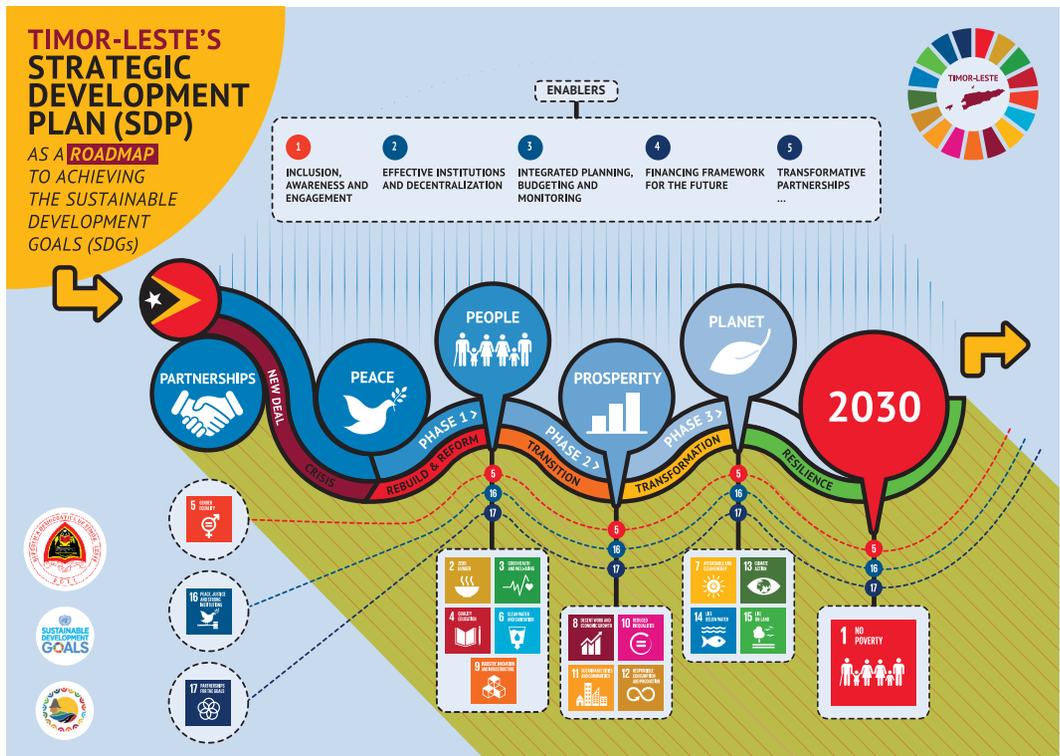
Desenvolvimento do Roteiro de Timor-Leste para a implementação dos ODS: Em 2017 o Governo de Timor-Leste encetou um processo de desenvolvimento de um roteiro nacional com vista à concretização dos ODS, enquadrado na Agenda para 2030 e nos objetivos e alvos dos ODS. O roteiro descreve os planos e estratégias que moldaram as aspirações de desenvolvimento do país, bem como os sistemas, políticas e estruturas institucionais estabelecidos para possibilitar e manter o progresso. O roteiro oferece a abordagem e a experiência de Timor-Leste como um quadro para a partilha de ideias e experiências com o resto do mundo, incluindo um leque de lições aprendidas que podem ser úteis a outros países que procurem sair de situações de fragilidade.

O Roteiro de Timor-Leste para a implementação dos ODS assenta no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, que estabelece a articulação de objetivos e prioridades de desenvolvimento nacional tal como descritos durante as consultas nacionais para o desenvolvimento do PED (“O que” aspiramos) e reflete a aspiração dos cidadãos timorenses. O PED faz ainda a sequenciação de objetivos e alvos, em linha com a situação de desenvolvimento e com as necessidades prioritárias do país. Isto enquadra o que o país precisa fazer para concretizar os ODS.

A nível global, Timor-Leste defendeu a implementação da Agenda desde o início, por exemplo através da participação do Primeiro-Ministro no Grupo de Alto Nível sobre a Implementação dos ODS, constituído no dia seguinte ao da adoção da Agenda para 2030 em Nova Iorque. Juntamente com os líderes de África do Sul, Alemanha, Brasil, Colômbia, Suécia, Tanzânia e Tunísia, o Primeiro-Ministro Dr. Rui Maria de Araújo comprometeu-se a trabalhar ativamente para reunir apoio com vista à implementação dos ODS e para mobilizar “compromissos concretos e envolvimento sustentado, a todos os níveis, durante o curso desta Agenda.” Os esforços para partilhar experiências e apoiar a cooperação “frágil para frágil” relativamente aos ODS, através da rede do g7+, são igualmente parte integral deste compromisso.

Timor-Leste, na sua qualidade de anfitrião do Secretariado do g7+, é um dos pioneiros do trabalho de fundo que levou à inclusão do ODS 16 e à promoção do ‘New Deal’. Uma das razões principais para a criação do grupo g7+ é a partilha de lições aprendidas e de boas práticas a nível de consolidação da paz e construção de Estados, de modo a reforçar os objetivos comuns de estabilidade, paz e boa governação e a promover a cooperação entre países membros.

O Governo da República Democrática de Timor-Leste orgulha-se de ter organizado a “Conferência Internacional sobre a Agenda 2030: Roteiro para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Estados Frágeis e Afetados por Conflitos” nos dias 22 e 23 de maio de 2017, em Díli. A conferência foi organizada em parceria com membros do Grupo informal de Alto Nível de Apoio aos ODS e com o Secretariado do g7+. Reuniu decisores de alto nível de Governos, Parceiros de Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil, constituindo uma plataforma para a discussão de desafios e para a partilha de lições e melhores práticas relativamente à implementação da Agenda 2030 em Estados frágeis e afetados por conflitos.



A conferência organizou, igualmente, uma reunião técnica sobre a melhor abordagem com vista ao fortalecimento de um mecanismo de cooperação entre Estados frágeis e afetados por conflitos rumo à implementação dos ODS, fazendo uso da experiência global de Estados frágeis e da cooperação sul-sul. Na sua qualidade de anfitrião da conferência em Díli, Timor-Leste ofereceu as suas experiências na partilha de lições aprendidas.

De igual modo, e seguindo o lema dos ODS “Implementar a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável em 2030: Apelo a Ação – Ninguém será deixado para trás”, o gabinete do Primeiro-Ministro abraçou a ideia de utilizar a promoção de micro, pequenas e médias empresas como um meio efetivo de acelerar o progresso do desenvolvimento sustentável em Timor-Leste e de melhorar o crescimento económico, criar emprego e aliviar a pobreza na jovem nação. Os serviços de desenvolvimento de empresas utilizam as garantias de empréstimos recém-estabelecidas para financiar PMEs (com um valor total de 4 milhões de dólares no orçamento para 2017)ⁱ. A criação do fundo e o endosso da política surgiram no seguimento da realização com sucesso de uma sessão de trabalho entre o gabinete do Primeiro-Ministro e o setor privado sobre o acesso de PMEs a financiamento, em coordenação com o Banco Central. Esta sessão de trabalho teve lugar em março de 2016.

O gabinete do Primeiro-Ministro organizou dois eventos com o intuito de, pela primeira vez, ligar os jovens nos municípios a um debate em direto. Esta “cimeira do bem social” foi difundida pela televisão nacional e serviu para discutir desafios a nível de emprego e dos ODS.

As consultas com os jovens continuaram através do fórum da juventude, no qual o Primeiro-Ministro anunciou o **Prémio do Primeiro-Ministro** para Jovens Empreendedores, com o objetivo de distinguir contributos excecionais para a agenda nacional de desenvolvimento e para os ODS por parte de jovens empreendedores timorenses, melhorando o bem-estar das suas famílias e comunidades. Este prémio servirá também para motivar futuros empreendedores a dar o melhor de si para contribuir para o desenvolvimento e o impacto social.

ⁱ Em setembro o Governo de Timor-Leste implementou uma política sobre acesso de PME a financiamento, permitindo a criação do fundo nacional de garantia de empréstimos. Este será administrado pelo Banco Central e desembolsado através de bancos comerciais. A garantia de empréstimos dá continuidade à fase inicial da parceria de projetos SB entre o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente e o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL), com o ROK a atribuir financiamento no valor de 480 mil dólares.



Guia de Reforma e Fomento Económico

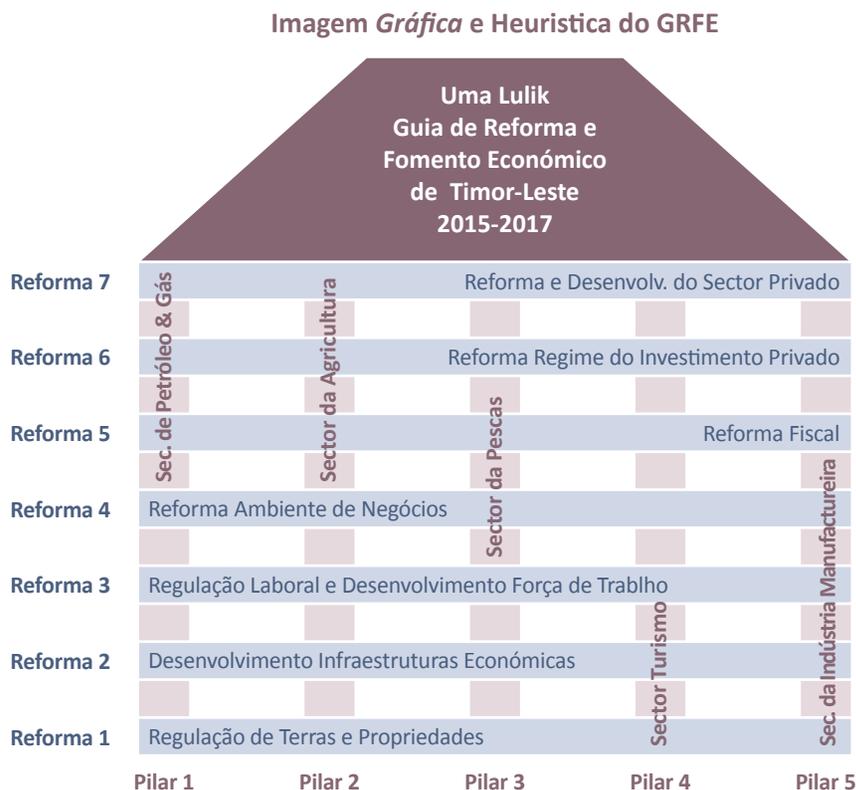
A economia de Timor-Leste depende hoje principalmente das receitas do setor de petróleo e gás, e é também caracterizada pelas atividades do setor agrícola, que absorvem cerca de 70% da força de trabalho, bem como pelo peso considerável do setor público. No entanto, as receitas petrolíferas do campo de exploração em curso estão em declínio e o país precisa diversificar a sua economia e as fontes de receita para a sua população, independentemente das pesquisas em curso para a exploração de outros campos petrolíferos.



Respondendo a esta necessidade, em Novembro de 2015, o VI Governo Constitucional aprovou, em Conselho de Ministros, o Guia de Reforma e Fomento Económico (GRFE), que está a ser implementado pelo Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos (MECAE), Ministérios e Agências sob a coordenação desse Ministro de Estado. O GRFE prioriza a implementação de medidas económicas estruturais em cada uma das áreas prioritárias identificadas no Plano de Desenvolvimento Estratégico (PED) de Timor-Leste para 2011 - 2030 e no Programa do Governo 2015 - 2017. Os objetivos do GRFE são o de facilitar o investimento privado, promover a diversificação económica e criar empregos sustentáveis.

Timor-Leste tem muitos pontos fortes, recursos e riquezas. No entanto, ainda existem desafios importantes que impedem o crescimento do setor privado. O investidor privado espera e exige um quadro seguro, previsível e transparente, apoiado por legislação e regulamentação e infraestruturas adequadas para facilitar o investimento e apoiar a atividade comercial.

O GRFE organiza-se de forma matricial, composto por cinco pilares setoriais prioritários e seis intervenções transversais. Os pilares setoriais são os anunciados direta ou indiretamente no PED, a saber: (1) Petróleo e Gás, (2) Agricultura, (3) Pescas, (4) Turismo, e (5) Indústria Manufactureira. De acrescentar, ainda, a Indústria Mineira. As intervenções transversais que alavancam todos os pilares setoriais prioritários, a começar pela base da estrutura são: (1)



Regulação de Terras e Propriedades, (2) Desenvolvimento de Infraestruturas Económicas, (3) Regulação Laboral e Desenvolvimento da Força de Trabalho, (4) Reforma do Ambiente de Negócios, (5) Reforma Fiscal, (6) Reforma do Regime de Investimento Privado e (7) Reforma e Desenvolvimento do Setor Privado.

Com exceção da Reforma Fiscal (sob a responsabilidade do Ministério das Finanças) e da Regulação de Terras e Propriedades (sob a responsabilidade do Ministério da Justiça), todas as demais cinco reformas enquadram-se no âmbito da competência de coordenação do MECAE. Não obstante a autonomia política e executiva desses dois Ministérios, as referidas intervenções são implementadas em estreita colaboração e articulação com o GRFE, nomeadamente em sede de uma Estrutura de Coordenação Económica do Governo.

Timor-Leste está totalmente empenhado em tornar-se membro de pleno direito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) até 2020 e o GRFE, bem como o resto das reformas governamentais implementadas pelo VI Governo Constitucional, estão totalmente alinhadas com as diretrizes dessas duas organizações.

O ambiente do setor privado em Timor-Leste será grandemente melhorado e substancialmente

mais atrativo a curto e médio prazo, permitindo que os investidores nacionais e estrangeiros beneficiem da ampla gama de oportunidades que Timor-Leste oferece: recursos minerais e agrícolas, e ecossistemas marinhos ainda virgens, isto é, sem ação humana, clima favorável ao cultivo de produtos de alto valor comercial, grande potencial turístico, riqueza cultural, boa localização na região do Sudeste Asiático, entre outras valências.

Algumas das principais intervenções e legislação no âmbito do GRFE são:

- Planos de desenvolvimento para o setor agricultura (café, silvicultura, pecuária, entre outros);
- Quadro de Reforma de Investimentos em Timor-Leste, incluindo a Política de Investimento e a Lei do Investimento Privado;
- Política de Turismo de Timor-Leste;
- Política de Aviação Civil de Timor-Leste ;
- Lei de Terras e Propriedades;
- Criação da Agência de Investimento e Exportação (TradeInvest);
- Lei de Promoção de Exportações;
- Lei das Sociedades Comerciais;
- Legislação sobre o Registo Comercial (regulamentação de licenças e atividades comerciais);
- Lei sobre a Insolvência e Recuperação de Empresas;
- Lei da Concorrência;
- Lei da Proteção do Consumidor;
- Revisão da Estratégia Nacional de Emprego de Timor-Leste.



Reforma Fiscal

“Concretizar o potencial: reforma fiscal para uma economia sólida e diversificada”

Sobre a Comissão da Reforma Fiscal

A Comissão da Reforma Fiscal (CRF) foi criada pelo VI Governo Constitucional e aprovada pelo Parlamento Nacional. O seu objetivo é ajudar a garantir o futuro de Timor-Leste através da existência de diversas fontes de receitas. A CRF é um órgão técnico e não político. Existe para servir todo o Governo e o povo de Timor-Leste e está mandatada para avaliar e reformar as atuais fontes de receitas, introduzir novas fontes de receitas e reformar despesas. As reformas irão facilitar o comércio por via do apoio aos negócios e da atração de investimentos.

Como primeiro passo para o processo de reforma foram redigidas novas políticas e leis tributárias e aduaneiras. De modo a apoiar a transparência e a integridade, estas propostas de lei foram partilhadas com membros do Governo, a sociedade civil, a comunidade empresarial e outros intervenientes, através de consultas públicas ao longo do processo. Não obstante isto, as reformas não se prendem apenas com alterações às leis. Visam igualmente melhorar a forma como o Governo cobra e administra impostos. Isto passa pela instalação de novos sistemas informáticos, desenvolvimento de uma cultura de prestação de serviços, aumento da integridade dos agentes governamentais, estabelecimento de responsabilização e provisão de formação considerável a funcionários tributários e aduaneiros.

Na sua totalidade as reformas levarão cinco anos a implementar. Ao longo dos próximos cinco anos serão criados novos sistemas e a estrutura dos gabinetes tributários e administrativos será alterada de modo a apoiar as leis. Foi já criada uma nova Autoridade Tributária e uma nova Autoridade Aduaneira, a fim de implementar as reformas conduzidas pela CRF. A CRF irá igualmente fornecer informações ao público e à comunidade empresarial de modo a garantir que todos têm conhecimento das mudanças e que conhecem os seus direitos e obrigações ao abrigo das novas leis.

As reformas em curso terão impactos abrangentes em Timor-Leste. Vão modernizar o país, melhorar as condições de vida de todos os cidadãos e fazer crescer a economia. Isto vai ser feito por meio do aumento das receitas domésticas para cobrir as despesas do Estado e da estabilização e apoio ao crescimento económico através da facilitação do comércio.

Projeções de receitas

A reforma fiscal pretende criar as condições necessárias para que o Estado aumente as suas receitas domésticas para 450 milhões de dólares ao ano até 2020, de modo a conseguir cobrir os custos operacionais do Governo. Isto ajudará a que o Fundo Petrolífero dure mais tempo.

Legislação e resoluções aprovadas pelo Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros aprovou diversos documentos legislativos, tais como o Código Aduaneiro, a Lei Orgânica da Autoridade Tributária e a Lei Orgânica da Autoridade Aduaneira. A Lei Tributária e a Lei do IVA estão atualmente em Conselho de Ministros; o Código de Procedimento e de Processo Tributário está a ser concluído e será apresentado ao novo Governo; e está a ser trabalhada a proposta de Regime Especial para os Funcionários que exercem funções para a Autoridade Tributária e para a Autoridade Aduaneira.

Resoluções e acordos

Por Resolução do Governo, foram aprovadas a criação da Comissão da Reforma Fiscal e o seu mandato; a adoção da Declaração de Arusha Revista; a implementação do ASYCUDA World e a apresentação sobre o Balcão Único da CPLP a países membros da CPLP. Foi também assinado o Memorando de Entendimento (Mde) entre o Governo e a CCI-TL e elaborado o esboço de Mde entre as Alfândegas e o Ministério da Agricultura e Pescas.

Documentos políticos concluídos a nível de reforma fiscal, reforma tributária e reforma aduaneira

- Plano de Reforma Fiscal aprovado em Conselho de Ministros a 21 de setembro de 2015
- Estratégias de formação para a Autoridade Tributária e para a Autoridade Aduaneira
- Avaliação dos requisitos informáticos da Administração Tributária
- Plano de recrutamento para a nova Autoridade Tributária e para a nova Autoridade Aduaneira
- Plano de implementação para criar a Autoridade Tributária e a Autoridade Aduaneira e a sua estrutura funcional
- Liderança da preparação do Memorando para Regime Comercial (MRC) para a Organização Mundial de Comércio
- Estudos sobre tempos de desembargo para as Alfândegas
- Apoio à TradeInvest na condução de uma auditoria aos Certificados de Investidor
- Opções de Política Tributária para Crescimento Sustentável em Timor-Leste (IVA)
- Programa de reforma da Administração Tributária
- Reforma Tributária em Timor-Leste: Recomendações para Debate
- Estratégia de Reforma Tributária recomendada para Timor-Leste

- Opções Tributárias para Oe-Cusse Ambeno
- Documento 'Futuros Mais Risonhos'
- Nota Conceptual sobre a reforma da GFP
- Estratégia de Comunicação

Política para melhoria da prestação de serviços

Atualmente está a ser elaborada a Avaliação de Diagnóstico dos Perfis Jurídicos e Operacionais de Atuais Agências Autónomas e Empresas Estatais e, com o apoio do Banco Asiático de Desenvolvimento, está a ser preparado o quadro político para (1) determinar e cobrar taxas e pagamentos referentes a serviços públicos; e (2) estabelecer o funcionamento das Agências Públicas Autónomas.

Em curso

Estão a ser preparados documentos como: um estudo geral sobre o reforço do quadro de taxas e pagamentos; os requisitos técnicos para criar o Balcão Único da CPLP (a ser apresentado na reunião da CPLP de outubro de 2017) e uma análise sobre impacto no bem-estar.

Criação de uma nova Autoridade Tributária

Como parte do programa de reforma fiscal foi criada uma nova Autoridade Tributária para dar resposta às necessidades crescentes da população e da economia. Ao longo dos próximos cinco anos a administração tributária será completamente reformada. A base jurídica para as reformas foi criada através de novas leis e procedimentos tributários. Novos sistemas informáticos farão com que seja mais fácil cobrar e pagar impostos, sendo que os agentes tributários vão receber formação no uso dos novos sistemas. Por fim, o recrutamento de novos agentes tributários garantirá que a Autoridade Tributária possui recursos humanos qualificados suficientes para implementar as reformas.

De modo a mostrar a importância do desenvolvimento dos recursos humanos para as reformas, os atuais agentes tributários vão receber formação ao longo dos próximos dois anos para entenderem os novos processos e leis e desenvolverem capacidades a nível de auditoria, serviços aos contribuintes, gestão de riscos e processamento de declarações fiscais. A formação incluirá uma combinação de formação prática e sessões de trabalho conduzidas por peritos tributários nacionais e internacionais.

Criação de uma nova Autoridade Aduaneira

Como parte do programa de reforma fiscal foi criada uma nova Autoridade Aduaneira para garantir que o país consegue dar resposta a quatro desafios críticos que terão impacto na

prosperidade futura do país; (a) garantir que as receitas são cobradas de forma adequada, eficaz e transparente; (b) garantir que Timor-Leste consegue proteger as suas fronteiras contra bens ilegais e perigosos; (c) facilitar o comércio; e (d) gerir o cada vez maior número de pessoas que entram e saem do país. A nova Autoridade Aduaneira irá assegurar que as alfândegas cumprem normas internacionais rigorosas.

Desde finais de 2014 tem havido muitas alterações nas Alfândegas, com o intuito de melhorar o seu funcionamento. Estas alterações incluem a atualização das leis que regem as atividades aduaneiras, a implementação de novos sistemas informáticos para modernizar e automatizar a forma como se processam mercadorias e como se cobram receitas, e a garantia de que os agentes aduaneiros possuem as qualificações certas para desempenhar devidamente as suas tarefas. Em outubro de 2016 o Conselho de Ministros aprovou o novo Código Aduaneiro e a Declaração de Arusha Revista, os quais estabelecem as bases jurídicas para as reformas e incutem integridade em todos os processos. Por fim, o recrutamento de novos agentes aduaneiros e a formação dos agentes atuais vão garantir que a Autoridade Aduaneira possui recursos humanos qualificados suficientes para implementar as reformas.

Balcão Único Nacional

Timor-Leste começou a assentar os alicerces para o desenvolvimento de um Balcão Único Nacional como parte do programa de reforma fiscal para estabelecer uma Autoridade Aduaneira moderna e profissional e para melhorar a facilitação do comércio. O primeiro passo foi a atualização do sistema informático da Alfândega para o ASYCUDA World, de modo a automatizar processos aduaneiros e criar o Balcão Único Aduaneiro.

O ASYCUDA World é um sistema informático de gestão integrada que permite a modernização das alfândegas. Estão em curso programas piloto com vista a alargar gradualmente o uso do sistema ASYCUDA World a empresas transportadoras e despachantes, para que estes possam entregar os seus manifestos por via eletrónica. A fase piloto possibilitou também o recrutamento de informáticos nacionais e a formação dos mesmos no ASYCUDA World. Continuará a haver capacitação prática e técnica à medida que o sistema vai chegando a mais utilizadores do setor público e do setor privado.

O próximo passo consiste em ter os portos, aeroportos e os serviços de quarentena a utilizar o sistema para processar todas as informações e transações relacionadas com comércio. As Alfândegas estão também a trabalhar com o Banco Central e com os outros bancos no sentido de introduzir pagamentos eletrónicos utilizando o sistema ASYCUDA. Progressivamente serão incluídos outros utilizadores, de modo a facilitar o comércio. Teremos um Balcão Único Nacional quando todos os comerciantes e instituições públicas e privadas envolvidas em importações e exportações estiverem a utilizar o sistema ASYCUDA World.

Timor-Leste está atualmente a promover e a trabalhar com países membros da CPLP com vista a criar um Balcão Único da CPLP que integre procedimentos comerciais entre países da

CPLP, tendo em vista a ligação da CPLP à região da ASEAN. A visão a longo prazo para Timor-Leste passa pela concretização do seu potencial como ligação entre o mercado da ASEAN e o mercado da CPLP.

As reformas em curso a nível aduaneiro, tributário e comercial ajudarão também Timor-Leste na sua integração futura com estados membros da ASEAN e com outros países regionais que possuem acordos comerciais com a ASEAN, como sejam a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Índia e a Nova Zelândia. Isto coloca Timor-Leste numa posição única para ligar um mercado global de mais de 2.4 mil milhões de pessoas.

Próximos passos

A Comissão de Reforma Fiscal continuará o trabalho em curso para implementar o plano de reforma fiscal aprovado em Conselho de Ministros a 21 de setembro de 2015, desenvolver políticas e legislação sobre reforma a nível de taxas e pagamentos, continuar a reforma tributária e aduaneira e supervisionar o desenvolvimento do balcão único nacional.

A CRF está ainda mandatada para funcionar como Secretariado da Comissão Instaladora na criação da Autoridade Tributária e da Autoridade Aduaneira. Na qualidade de Secretariado, a CRF irá implementar as Autoridades de acordo com a lei. Isto inclui: o recrutamento de graduados técnicos para cada Autoridade; a implementação de novos sistemas informáticos e administrativos; a supervisão de requisitos de formação e as comunicações internas e externas sobre novas Autoridades.



Reforma da Administração Pública

A Administração Pública assume um papel crucial na construção da Nação e no desenvolvimento da boa governação. Melhorar a liderança, a gestão e a capacidade de desempenho, a transparência e a responsabilização vai traduzir-se numa melhor prestação de serviços que conduz a um aumento da confiança nas instituições do Estado, garantindo ao mesmo tempo que os interesses do povo.

No panorama atual, e num universo de 29.873 funcionários públicos, existe uma desproporcionalidade de género entre o número de funcionários: 20.652 são do sexo masculino e apenas 9.221 são do sexo feminino.

A maioria dos funcionários encontra-se na faixa etária entre os 30 e os 44 anos (cerca de 64%) e na faixa etária de entre os 45 e os 65 anos (cerca de 30%). Grande parte dos funcionários públicos estão classificados na categoria administrativa, seguida pela categoria profissional.

Um dos desafios é colmatar o baixo nível de escolaridade que se regista entre os nossos funcionários públicos. Cerca de 7.235 funcionários tem habilitações ao nível do ensino superior, 19.450 funcionários completou o ensino secundário e 2.463 têm apenas habilitações ao nível do ensino básico (dados de dezembro de 2015).

Importa iniciar um novo ciclo de Reforma da Administração Pública indutora de mais e melhores serviços públicos para os cidadãos. Um setor público mais sustentável, eficiente e eficaz ao mesmo tempo que mais responsável, que promova a igualdade de género, mais transparente e produtivo é fundamental para a construção de uma relação de confiança da sociedade nas instituições do Estado.

Foi com base nesta realidade que iniciámos uma nova fase da Reforma da Administração Pública, criámos a Comissão Nacional para a Reforma da Administração Pública e aprovámos o Guia de Reforma da Administração Pública 2015-2017 (GRAP).

O Guia está assente em quatro pilares:

- a) Fortalecimento Institucional
- b) Fortalecimento da Função Pública
- c) Reformar e capacitar o Instituto Nacional da Administração Pública

d) Reforçar o controlo da gestão administrativa, financeira e patrimonial do Estado através da Inspeção-Geral do Estado

A Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional (SEFI), a Comissão da Função Pública (CFP), o Instituto Nacional da Administração Pública (INAP) e a Inspeção-Geral do Estado (IGE) têm vindo a trabalhar em conjunto de forma a identificar as metas prioritárias e, em particular, toda a legislação considerada mais importante em cada um dos pilares, com vista a analisar as metas previstas e o cronograma de legislação prioritária.

Assim, e no que concerne ao pilar do **Fortalecimento Institucional**, aprovámos a Política do Fortalecimento Institucional e estamos a rever a matriz organizacional das instituições; elaborámos o esboço do Decreto-Lei para a Organização da Administração Pública e a Política para a padronização do programa de desenvolvimento das capacidades em todo o funcionalismo público.

Na componente da modernização administrativa, aprovámos a Proposta de Lei que define o Padrão de Competências para os candidatos a cargos de direção e chefia e concluímos o Guia de estilo em toda a Administração Pública (com o objetivo de uniformizar procedimentos administrativos em todo o funcionalismo público) que será ainda alvo de discussão do grupo de trabalho.

Relativamente ao pilar do **Fortalecimento da Função Pública** aprovámos o Regime dos Cargos de Direção e Chefia, com o objetivo assegurar a harmonização do sistema de carreiras em vigor; o Padrão de Competências para os candidatos a cargos de direção e chefia; a segunda alteração ao Regime Geral das Carreiras da Administração Pública, que atualiza o sistema remuneratório dos funcionários públicos; o Decreto-Lei sobre as Distinções e Prémios na Administração Pública; as Resoluções do Governo que aprovam o Dia Nacional da Função Pública, o Traje Nacional e a Caderneta do Funcionário Público; e o Decreto-Lei sobre a Carreira dos Profissionais Seniores na Administração Pública.

Fizemos a padronização dos contratos de agentes da Administração e distribuímos às linhas ministeriais um modelo de contrato de trabalho a celebrar com os agentes da Administração Pública e outros colaboradores.

Estamos, também a realizar um diagnóstico da força de trabalho nas instituições do Estado, com o intuito de ajustar o mapa de pessoal em cada uma das organizações, e contamos apresentar as suas conclusões ainda no decorrer deste ano.

No âmbito do terceiro pilar, **Reformar e capacitar o Instituto Nacional da Administração Pública**, aprovámos uma Proposta de Lei da Nova Orgânica, que altera o Decreto-Lei nº 25/2012 de 3 de julho, e que adequa as atribuições do INAP à sua missão, dotando-o dos aspetos organizativos, funcionais e financeiros necessários à sua afirmação como centro de referência na formação profissional da Administração Pública. Aprovámos, também, o quadro remuneratório dos formadores do INAP e estamos a fazer a reavaliação do regime de

atribuição de bolsas. Estamos a reavaliar o regime de atribuição de bolsas e, ainda este ano, vamos implementar programas de desenvolvimento de competências para todos os gestores seniores como um dos requisitos exigidos para a progressão na carreira.

Por último, no pilar que vem **Reforçar o controlo da gestão administrativa financeira e patrimonial do Estado através da Inspeção-Geral do Estado**, concluímos a Proposta de Lei da Segunda Alteração ao Decreto-Lei nº 22/2009 sobre o Estatuto da Inspeção-Geral do Estado e a Proposta de Lei sobre o Sistema Nacional de Controlo para a Administração Pública, que vão ser submetidos à apreciação do Conselho de Ministros até ao final do mandato.

O Guia da Reforma da Administração Pública (GRAP) envolve vários aspetos das competências de diferentes instituições do Estado. Pretende, ainda, ser um documento de referência e que represente uma visão estratégica a longo prazo, uma vez que a sua completa implementação extrapola a vigência do mandato deste Governo, indo ao encontro da visão que está definida no nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.



Reforma Legislativa e do Setor da Justiça

A Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça (CRL) foi criada por Resolução do Governo a 26 de agosto de 2015, para adequar e desenvolver legislação em áreas prioritárias, incluindo o sector da justiça.

Constituída pelo Presidente e por dois Comissários Permanentes e um Comissário Não-Permanente, a Comissão tomou posse em dezembro de 2015.

A Comissão é uma nova estrutura, estabelecida pelo VI Governo Constitucional, com o objetivo de emitir recomendações, avaliar a implementação das leis e ajudar a harmonizar a legislação. O trabalho da Comissão é parte integrante de um pacote de programas de reforma, iniciado este ano pelo Governo, para uma melhoria da eficácia e eficiência na prestação de serviços e promover a boa governação e desenvolvimento institucional.

A CRL catalisa, dinamiza, promove e desenvolve estratégias, pareceres, relatórios, estudos e recomendações para uma reforma legislativa e do sector da justiça, integrada, articulada e coerente com os objetivos do Estado de Timor-Leste.

Desde a tomada de posse dos Comissários que a CRL têm vindo a realizar diversas auscultações sobre as necessidades e prioridades para a reforma, envolvendo instituições do Sector da Justiça, do Governo, da Sociedade Civil e Parceiros de Desenvolvimento.

A participação na reforma é orientada no estrito respeito pela tutela, independência e autonomia de cada uma das instituições competentes. O relacionamento com o Parlamento Nacional, o Governo, o Ministério da Justiça, o Conselho de Coordenação para a Justiça, os Tribunais, o Ministério Público e a Defensoria Pública, bem como, o relacionamento com os Advogados, as ONG locais, entre outras entidades são chave na reforma. A assistência técnica e cooperação dos Parceiros de Desenvolvimento revelam-se igualmente necessárias no processo da reforma legislativa.

Entre as suas principais atividades, no âmbito da análise geral do estado da legislação, a CRL produziu:

- Metodologia de exame do estado da legislação (Termos de Referência, questionário e relatório setorial);
- Resolução do Governo N^o 38/2016, de 23 de novembro;
- Levantamento sobre a legislação setorial;
- Relatório sobre a análise legislativa.

Na área da análise do processo legislativo a nível do Governo, a CRL elaborou o Relatório sobre a Análise do Processo Legislativo do Governo.

No tocante à adequação e desenvolvimento da lei penal substantiva, foi redigido o Relatório Especializado sobre o Direito Penal Substantivo em Timor-Leste.

Em relação à política de resolução de conflitos centrada na sociedade, são produtos da CRL: o Relatório Especializado sobre a Justiça Formal em Timor-Leste (que também inclui a Avaliação Preliminar da Aplicação Judicial da Lei contra a Violência Doméstica e a Avaliação do Direito Processual Penal em Timor-Leste) e o Relatório Especializado sobre a Justiça Informal em Timor-Leste.

Sobre a reforma do Código Civil relacionada com as iniciativas em curso, foi elaborada a Nota Conceptual sobre o Quadro Legal de Terras e Propriedade em Timor-Leste e a Nota Conceptual sobre o Quadro Legal de Família e Casamento em Timor-Leste.

Na área da adequação e desenvolvimento das leis comerciais, foi produzido o Relatório Especializado sobre o Quadro Legal da Atividade Comercial/Económica em Timor-Leste.

No âmbito do apoio institucional e legal à continuidade da reforma legislativa e do sector da justiça, foi elaborada um Proposta de Suporte Institucional e Legal à Continuidade da Reforma Legislativa e do Setor da Justiça.

Por último, na área da formulação de uma agenda e programa de reforma legislativa e do setor da justiça, foi produzida uma Proposta de Política Pública e Estratégica para a Reforma.

No contexto das suas competências, a CRL promove ações orientadas para a elevação da consciência jurídica dos cidadãos, encorajando a divulgação e disseminação das leis pelas respetivas instituições, em razão da sua responsabilidade social e aceita e analisa submissões por parte de cidadãos e organizações, na perspetiva de uma possível melhoria legislativa. Recebe ainda propostas por parte de peritos que, encorajados a colaborar, ampliam a capacidade de reforma num processo transversal. Pode acompanhar os progressos da CRL através do sítio www.crl.gov.tl.



Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado

Enquadramento legal

Dando cumprimento ao mandato constitucional, que previa um especial estatuto económico para o enclave de Oe-Cusse Ambeno e Ilha de Ataúro, foi criada em 2014 a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e estabelecida a Zona Especial de Economia Social e de Mercado (ZEESM) cujo enquadramento se encontra vertido na Lei n.º 3/2014, de 18 de junho.

Por decreto do Presidente da República, n.º 22/2014, de 25 de julho, foi nomeado como Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno o Dr. Mari Alkatiri.

Objetivos

O estabelecimento da Região, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem como objetivo central o desenvolvimento inclusivo e sustentável de Oe-Cusse Ambeno, que promova o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da sua população. Para este fim, setores estratégicos como a agricultura, a saúde e a educação, o turismo e demais atividades económicas relevantes, a par do desenvolvimento de infraestruturas básicas e estratégicas, constituem áreas de intervenção fundamentais.

Principais resultados 2015-2016

1) Infraestruturas

O modelo de implementação defendido pelo Presidente da Autoridade assenta em três fases – desenho, construção e manutenção – e a qualidade como condição essencial à viabilização dos projetos. Para o efeito, a fiscalização não é descurada, sendo componente essencial à monitorização da execução e do cumprimento dos contratos estabelecidos.

Principais projetos em curso	Estado de implementação e Orçamento aprovado
Projeto estradas Pacote I	58% Executado, 41 milhões de dólares
Projeto estradas Pacote II	58% Executado, 35 milhões de dólares

Principais projetos em curso	Estado de implementação e Orçamento aprovado
Projeto Ponte Noefefan Tono Pacote III	Concluído, 17 milhões de dólares
Projeto Central Eletricidade	Concluído em novembro de 2015, a fornecer eletricidade a 17.819 consumidores de 18 sucos, 31 milhões de dólares
Projeto Sistema de Irrigação de Tono	97.63% Executado, 11.5 milhões de dólares
Projeto de Perfuração e Sistemas de Água Potável	Instalados 94 sistemas de água, 5 furos de água de 60m (hospital, clínica, casernas da PNTL, edifício BPU/PNTL e Edifício Administrativo e Residencial). Fornecimento de água à Vila Pante Makasar (2 furos de 80m), cerca de 4.9 milhões de dólares
Projeto de Aeroporto Internacional	21.11%, 119.9 milhões de dólares
Avião ZEESM TL	Aquisição concluída, já em operação, 7.2 milhões de dólares
Navio de passageiros “Haksolok”	Concluído, 13.3 milhões de dólares
Projeto Hotel Ambeno	62.32%, 9.4 milhões de dólares
Projeto Jardim e parque Desportivo 30 de Julho	Concluído, 1.5 milhões de dólares
Projeto de reabilitação do Hospital Regional e construção dos serviços primários	Construção/reabilitação da enfermaria especial / VIP, unidade de cuidados intensivos, banco de sangue, armazém dos medicamentos/ consumíveis, maternidade, postos de saúde, residenciais para profissionais de saúde.
Projeto de novas construções escolas/bibliotecas	Contratos assinados e construção para breve de 21 Escolas e 5 bibliotecas

2) Educação e Solidariedade Social

Para além do investimento na construção e/ou reabilitação de novas infraestruturas para escolas, bibliotecas e residências de professores, foi assegurada a distribuição de materiais escolares em 86 escolas e a monitorização da implementação do Programa de Merenda Escolar em 82 escolas, a atribuição das concessões escolares e assegurada a monitorização do processo de ensino aprendizagem no nível básico e escolas ETV.

Foi também implementado o programa de Formação Técnica Profissional que já abrangeu 100 funcionários SRESS.

Outros programas de cariz nacional como Programa de Emprego Rural, Apoio Social, Bolsa da Mãe, fornecimento de arroz foram assegurados em estreita parceria com os órgãos governamentais responsáveis.

3) Ordenamento do Território e do Cadastro

Realizadas atividades essenciais de identificação e levantamento cadastral de propriedades cujos proprietários/comunidades foram afetadas por projetos de infraestruturas e resolução dos casos. Realizado trabalho ao nível do ordenamento do território e da melhoria do sistema e de gestão da terra e património imobiliário do Estado.

4) Saúde

Em total alinhamento com os objetivos e política para o setor, foram realizados esforços com vista à cobertura universal de saúde na Região e à aproximação dos serviços de saúde à população. Foram igualmente investidos recursos na melhoria das infraestruturas do setor que se encontram em curso.

5) Agricultura e Desenvolvimento Rural

Foram desenvolvidos programas e atividades na área da horticultura organopónica (sistemas de hortas orgânicas), criação de centros e viveiros, produção de animais, entre outros. O desenvolvimento e produção de sementes e apoio aos agricultores, através do fornecimento de materiais, ações de socialização e iniciativas para prevenção de desastres com as produções, foram igualmente realizadas.

A proteção das florestas, o tratamento e prevenção de doenças animais, ações de formação profissional e seminários tiveram ainda lugar e fizeram parte das atividades centrais de apoio e promoção do desenvolvimento do setor agrícola e rural.

6) Turismo Comunitário

Associando diversas áreas como comércio, indústria, cooperativas, ambiente, desenvolvimento empresarial, entre outras, foram implementadas diversas atividades relevantes para a promoção socioeconómica da região. Foi assegurada a devida monitorização ao serviço realizado pelo Centro de Desenvolvimento Empresarial que tem a competência de registar empresas e micro-negócios. Foi promovida a participação das mulheres na área da indústria, monitorizados grupos asseguradas formações diversas na área do género, das cooperativas, indústria, turismo, entre outras. Foram trabalhados conteúdos de audiovisual para promoção da Região os quais foram divulgados no exterior, por exemplo, no Festival de Artes e Filmes de Arrábida (Portugal). Eventos desportivos e culturais foram organizados, como por exemplo a corrida internacional de iates Darwin-Díli-Oe-Cusse Ambeno e bazares, entre outras atividades.



Presidência *pro tempore* da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Presidência *pro tempore* [julho de 2014 a novembro de 2016]

Timor-Leste assumiu, pela primeira vez, a presidência *pro tempore* da CPLP no biénio 2014 a 2016. Tendo sido também a primeira vez que a Presidência foi organizada e conduzida na Ásia, procurámos inovar e promovemos o envolvimento de todos os Estados-membros, designadamente através de dois périplos realizados pelos países da CPLP, incluindo a Guiné Equatorial, e ainda através da criação de uma comissão de preparação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a qual incluiu representantes de todos os Estados-membros e do Secretariado Executivo da CPLP.

Foi, pois, num trabalho conjunto entre os V e VI Governos Constitucionais, a Presidência da República de Timor-Leste, e a participação ativa e empenhada de todos os Estados-membros e do Secretariado Executivo da CPLP, que foi possível reunir contributos e auscultar expectativas para uma presidência que se quis inclusiva, ambiciosa, e aberta para discutir os desafios emergentes ao nível nacional e internacional.

Presidência de Timor-Leste

Sob o tema “A CPLP e a Globalização” desenvolvemos um plano de ação ambicioso, focado nas vertentes económica e empresarial, sem prescindir no entanto dos temas estruturantes para a Comunidade como a promoção e difusão da língua portuguesa, a concertação política e diplomática, a mobilidade e/ou a segurança alimentar.

O programa da Presidência timorense focou-se assim em 4 eixos prioritários:

1) A concertação político-diplomática

Centrámos os nossos esforços no acompanhamento da situação da Guiné-Bissau e procurámos contribuir para uma ação mais coordenada e efetiva para a estabilização e regresso à ordem constitucional deste país irmão. Foi realizada com sucesso, em 2015, uma Conferência Internacional de Doadores à Guiné-Bissau. Numa perspetiva mais geral aproveitámos a participação nos fora internacionais para reforçar o diálogo e a concertação com vista a reforçar a posição e coordenação dos Estados membros em matérias relevantes no sistema internacional. Não deixámos de aproveitar a oportunidade de promover a CPLP e a sua agenda na região da ASEAN e do continente asiático.

2) A cooperação para o desenvolvimento

Sendo este um eixo estratégico de cooperação entre os Estados-membros, promovemos a organização das reuniões técnicas e setoriais. Em estreita colaboração com o Secretariado Executivo da CPLP, continuámos a dar o necessário apoio aos projetos de cooperação e a outras iniciativas relevantes face às carências e necessidades em algumas áreas chave dos setores social e económico.

3) A cooperação económica e empresarial

Sendo uma prioridade da nossa presidência, apostámos na dinamização da cooperação económica e empresarial com algumas iniciativas inovadoras das quais destacamos a organização do I Fórum Económico Global. Este evento contribuiu para dar a conhecer e sobretudo fomentar o empreendedorismo do seio da Comunidade. Trabalhámos ainda em estreita colaboração com a Confederação Empresarial da CPLP e com a União de Exportadores da CPLP com os quais foi possível promover um contínuo programa de atividades com vista a reforçar a cooperação, a promover a internacionalização e, sobretudo, a usar o espaço privilegiado da CPLP como plataforma privilegiada para o desenvolvimento económico.

4) A promoção da língua portuguesa

Dando continuidade às iniciativas previstas nos planos de ação de Brasília de 2010 e de Lisboa de 2013, organizámos em Díli, em 2016, a 3.ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, na qual participaram países da região com interesse crescente na Língua Portuguesa. Procurámos ainda contribuir para o fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), principal estrutura que visa a promoção da nossa língua comum. Foi ainda no período da nossa presidência que o Parlamento Nacional ratificou a revisão dos Estatutos do IILP em mais um importante passo para reforçar a missão desta instituição.

X Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP

Neste encontro de alto nível, realizado a 23 de julho de 2014, em Díli, foram aprovadas 21 Resoluções e 6 Declarações.

Concertação político-diplomática:

1. Resolução sobre a Adesão da República da Guiné Equatorial à CPLP;
2. Resolução sobre a criação do Grupo de Trabalho para a Definição de uma nova Visão Estratégica da CPLP, a Globalização”;
3. Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP;

4. Resolução sobre a Recomendação da Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à Geórgia;
5. Resolução sobre a Recomendação da Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à República da Namíbia;
6. Resolução sobre a Recomendação da Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à Turquia;
7. Resolução sobre a Recomendação da Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP ao Japão;
8. Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP.

Cooperação e Língua Portuguesa:

9. Resolução sobre a Declaração do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);
10. Resolução sobre o Programa Indicativo de Cooperação da CPLP no Pós 2015;
11. Resolução sobre os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da CPLP;
12. Resolução sobre a continuidade, até 2025, do tema Segurança Alimentar e Nutricional na agenda da CPLP;
13. Resolução sobre a Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP;
14. Resolução sobre a Cultura na Agenda para o Desenvolvimento Pós 2015;
15. Resolução sobre a Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Inovação na Agenda para Desenvolvimento Pós 2015;
16. Resolução sobre a Educação na Agenda para o Desenvolvimento pós 2015;
17. Resolução sobre a Confederação Empresarial da CPLP;
18. Resolução sobre a criação de um grupo técnico de estudo para a exploração e produção conjuntas de hidrocarbonetos no espaço da CPLP;
19. Resolução sobre os Relatórios de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Secretariado Executivo da CPLP no ano de 2013 e do IILP no ano de 2012;
20. Resolução sobre o orçamento de funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o exercício de 2015; e
21. Resolução sobre o Orçamento de Funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) para o exercício de 2015.

Ao longo do seu mandato, o VI Governo Constitucional realizou mais de uma centena de Reuniões do Conselho de Ministros onde foram aprovados 439 diplomas entre Propostas de Lei (43), Decretos-Lei (133), Decretos do Governo (48), Resoluções do Governo (129) e outras deliberações (86).



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

Legislação
aprovada



Propostas de Lei

2015

1	Proposta de Lei do Poder Local e da Descentralização Administrativa
2	Primeira alteração à Lei da Divisão Administrativa do Território
3	Proposta de Lei que aprova a Primeira Alteração à Lei n.º 6/2014, de 30 de dezembro, que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2015
4	Proposta de Lei sobre o recenseamento geral da população e da habitação
5	Proposta de Lei do Poder Local e Descentralização Administrativa
6	Proposta de Lei que aprova a primeira alteração à Lei da Divisão Administrativa do Território
7	Proposta de Lei do Recenseamento Eleitoral
8	Proposta de Lei Eleitoral Municipal
9	Proposta de Lei que aprova a primeira alteração à Lei sobre Partidos Políticos
10	Segunda alteração à Lei dos Órgãos da Administração Eleitoral
11	Proposta de Lei sobre o Combate ao tráfico de droga
12	Proposta de Lei sobre o Combate ao tráfico de seres humanos
13	Proposta de Lei sobre a Criação da Ordem dos Advogados de Timor-Leste
14	Proposta de Lei sobre a primeira alteração à Lei das Lideranças Comunitárias e Sua Eleição
15	Proposta de Lei sobre a Migração e Asilo
16	Proposta de Lei sobre o procedimento de concessão de indulto
17	Proposta de Lei dos Sucos

2016

19	Primeira alteração à Lei n.º 10/2005, de 10 de agosto, relativa aos Feriados Nacionais e Datas Oficiais Comemorativas
20	Proposta de Lei sobre o Regime Contributivo da Segurança Social
21	Proposta de Lei sobre o Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens Imóveis
22	Proposta de Lei sobre a Expropriação por Utilidade Pública
23	Proposta de lei sobre o regime geral das contraordenações
24	Proposta de lei sobre Promoção das Exportações
25	Proposta de Lei das Sociedades Comerciais
26	Proposta de lei sobre a 1ª alteração à Lei n.º10/2009, de 5 de agosto (Estatuto Remuneratório dos Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público e Agentes da Defensoria Pública)

27	Proposta de Lei para a Primeira alteração à Lei n.º 1/2016, de 14 de janeiro, que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2016
28	Proposta de nova Lei do Investimento Privado
29	Proposta de Lei do Código Mineiro
30	Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico das associações públicas profissionais
31	Aprovada a Segunda Alteração à Lei n.º 11/2009, de 7 de outubro (Divisão Administrativa do Território)
32	Proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2017
33	Proposta de alteração à Lei n.º 7/2007, de 25 de julho, sobre o Estatuto dos Titulares dos Órgãos de Soberania
34	Proposta de Lei que aprova o Orçamento da Segurança Social para 2017
35	Proposta de lei sobre a arbitragem, mediação e conciliação
36	Propostas de Lei que aprova o regime de controlo, à entrada e saída do território nacional, de veículos de passageiros, motociclos, ciclomotores e transportes de mercadorias
37	5.ª Alteração à Lei n.º 7/2006, de 26 de dezembro (Lei Eleitoral para o Presidente da República) e 4.ª Alteração à Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional
38	Proposta de Lei sobre o Regime Geral das Florestas

2017

39	Proposta de Lei sobre os crimes de fabrico, importação, transporte, venda, cessão ou porte de rama ambon (instrumento portátil destinado a lançar lâminas, flechas, virotões ou setas), utilização de armas brancas para prática de crimes e de prática ilícita de artes marciais e de rituais
40	Proposta de Lei sobre a criação do Gabinete de Recuperação de Ativos e do Gabinete de Administração de Bens
41	Proposta de Lei de Proteção da Criança
42	Proposta de Lei de Autorização Legislativa em matéria de recuperação de empresas e insolvência
43	Proposta de Lei sobre Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho

Decretos-Lei

2015

1	Decreto-Lei que aprova o Estatuto da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
2	Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico do Currículo Padrão Mínimo do Ensino Superior
3	Decreto-Lei que aprova o Regulamento das Medalhas de Condecoração da Defesa e das F-FDTL
4	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do VI Governo Constitucional
5	Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico dos contratos de trabalho a termo certo na Administração Pública
6	Decreto-Lei que aprova as ajudas de custo por deslocação em serviço ao estrangeiro
7	Decreto-Lei que aprova as competências dos profissionais de gestão de finanças públicas
8	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2011, de 16 de março, que regulamenta o Fundo das Infra-estruturas
9	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de março, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
10	Decreto-Lei que aprova a criação do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas
11	Decreto-Lei sobre o Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional
12	Decreto-Lei que aprova o Sistema Nacional de Pagamentos
13	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Ministério da Administração Estatal
14	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Ministério da Defesa
15	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Ministério da Saúde
16	Decreto-Lei que aprova a extinção do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde, E.P. (SAMES)
17	Decreto-Lei que aprova a criação do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde, I.P. (SAMES)
18	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas
19	Decreto-Lei que aprova as Férias Judiciais
20	Decreto-Lei que aprova a Orgânica das secretarias do Ministério Público
21	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Ministério da Justiça
22	Decreto-Lei sobre Planeamento, Orçamento, Monitorização e Avaliação
23	Decreto-Lei que Aprova a Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
24	Decreto-Lei que aprova a estrutura orgânica da Comissão Anti-Corrupção
25	Decreto-Lei que aprova a carreira de Especialistas Anti-Corrupção
26	Decreto-Lei que aprova a orgânica da Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego

27	Decreto-Lei que estabelece a orgânica do Ministério do Interior
28	Decreto-Lei que estabelece a orgânica do Ministério do Turismo, Artes e Cultura
29	Decreto-Lei que estabelece a orgânica do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
30	Decreto-Lei que cria o Conselho de Imprensa e aprova o seu Estatuto
31	Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2003, de 8 de outubro, sobre Regulamento de Tarifas dos Portos de Timor-Leste
32	Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2012, de 15 de fevereiro, sobre o Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal
33	Primeira Alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2013, de 26 de junho, sobre o regime geral do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS)
34	Decreto-Lei que estabelece a orgânica do Ministério da Solidariedade Social
35	Decreto-Lei que aprova a orgânica do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente
36	Decreto-Lei que estabelece a Orgânica do Ministério das Finanças
37	Decreto-Lei que define o regime de nomeação e colocação de oficiais de ligação do Ministério do Interior, bem como o regime de participação das forças e serviços de Segurança e agentes da Proteção Civil em missões internacionais
38	Decreto-Lei que estabelece a Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros
39	Decreto-lei que aprova a orgânica da Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional
40	Decreto-Lei sobre licenciamento de importadores de arroz
41	Decreto-Lei que Estabelece o Registo Nacional de Embarcações e Navios de Timor-Leste
42	Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico da Parceria Público Privada para o Porto de Tibar
43	Decreto-Lei sobre o Regime de Controlo do Tabaco
44	Decreto-Lei sobre o pagamento extraordinário de um mês de salário base ao setor público
45	Primeira alteração ao Decreto-Lei que criou a Autoridade Nacional do Petróleo
46	Decreto-Lei sobre a Distinção e Prémios na Administração Pública
47	Decreto-Lei que aprova o Processo sobre Licenciamento, Exploração e Controlo da Atividade de Jogos Sociais, de Diversão, Tradicionais e Máquinas
48	Decreto-Lei que estabelece a Orgânica do Ministério da Educação

2016

49	Decreto-Lei que aprova o Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa
50	Decreto-Lei que aprova o Estatuto dos Presidentes das Autoridades Municipais e dos Administradores Municipais

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

51	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 2/2009, de 15 de janeiro, sobre o Regime Jurídico Especial de Aprovisionamento do Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos de Saúde, EP (SAMES)
52	Decreto-Lei que aprova o Plano de Ordenamento do Território da Ilha de Ataúro
53	Decreto-Lei que regulamenta o Fundo das Infraestruturas
54	Decreto-Lei sobre o Sistema Nacional de Áreas Protegidas
55	Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico da Toponímia e Numeração de Prédios
56	Decreto-Lei sobre o Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas
57	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2003, de 13 de novembro, sobre a Moeda Legal em Timor-Leste
58	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 1 de dezembro, sobre o Estatuto da Inspeção Geral do Trabalho
59	Decreto-Lei sobre o estatuto da carreira diplomática
60	Decreto-Lei sobre a Orgânica da Secretaria de Estado da Promoção Socio-Económica da Mulher
61	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 17/2009, de 8 de abril (Regulamentação da Lei do Serviço Militar)
62	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2014, de 24 de fevereiro, sobre os recursos materiais e incentivos financeiros das lideranças comunitárias
63	Decreto-Lei que regulamenta o Fundo das Infraestruturas
64	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2013, de 7 de agosto, que aprovou o Regime de Aprovisionamento do PDIM
65	Decreto-Lei sobre Operações Petrolíferas Offshore
66	Decreto-Lei sobre o Regulamento do Licenciamento de Energia Elétrica e Tarifas
67	Decreto-Lei sobre o regime das atividades de formação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária
68	Decreto-Lei sobre a orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
69	Decreto-Lei sobre a Lei de Bases do Ordenamento do Território
70	Decreto-Lei sobre a 1ª alteração à Lei Orgânica da Provedoria dos Direitos Humanos e da Justiça
71	Decreto-Lei sobre a Orgânica da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto
72	Decreto-Lei sobre o processo de licenciamento de mensagens publicitárias
73	Decreto-Lei sobre a Orgânica da Biblioteca Nacional
74	Decreto-Lei sobre o regime jurídico do Depósito Legal de publicações em Timor-Leste
75	Decreto-Lei que aprova o currículo do Programa Nacional de Equivalência do Ensino Básico
76	Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico do Licenciamento e Funcionamento das Agências de Viagens e Turismo
77	Decreto-Lei sobre o Regime Jurídico da Classificação dos Parques de Campismo

78	Decreto-Lei de alteração do Decreto-Lei n.º 11/2012, sobre Hospitais do Serviço Nacional de Saúde	DISCURSOS
79	Decreto-Lei do Estatuto do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV)	
80	Alteração ao Decreto-Lei n.º 42/2008 que transforma a Rádio e Televisão de Timor-Leste em Empresa Pública	SOCIAL
81	Decreto-Lei sobre a Orgânica do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	
82	Decreto-Lei sobre o Regime dos Gabinetes Ministeriais	INFRAESTRUTURAS
83	Decreto-Lei que cria a Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, IP	
84	Decreto-Lei sobre regras relativas ao acesso e classificação de documentos oficiais	ECONÓMICO
85	Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 27/2008 sobre o Regime Geral das Carreiras da Administração Pública	
86	Decreto-Lei sobre o Regime dos Cargos de Direção e Chefia na Administração Pública	GOVERNAÇÃO
87	Decreto-Lei sobre a 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2014, de 12 abril, sobre o Estatuto dos Militares das Forças Armadas	
88	Primeira alteração ao Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)	SABIA QUE
89	Decreto-Lei que aprova o regime transitório de provimento dos cargos de direção e de chefia das autoridades municipais e das administrações municipais durante a fase da desconcentração administrativa	
90	Decreto-Lei que cria a Comissão Instaladora da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, IP	LEGISLAÇÃO
91	1ª Alteração ao Decreto-Lei que criou a Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste	
92	Decreto-Lei sobre as regras relativas ao acesso e classificação de documentos oficiais	ORÇAMENTO
93	Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 29 de outubro, que aprova o Estatuto do Laboratório Nacional de Saúde	
94	Decreto-Lei que cria o Instituto Politécnico de Betano e aprova os seus Estatutos Provisórios	
95	Revogou, por proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Decreto-Lei n.º 40/2012, de 5 de setembro, sobre o Programa de Eletrificação Nacional	
96	Decreto-Lei sobre o regime jurídico dos passaportes	
97	Decreto-Lei do novo Código Aduaneiro	
98	Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 1/2012, de 1 de fevereiro	
99	Proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 33/2014, de 3 de dezembro, que cria o Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	
100	Decreto-Lei que cria o Centro Nacional Chega, IP	
101	Decreto-Lei que cria o Instituto Nacional de Segurança Social, IP	
102	Decreto-Lei que nomeia os pontos focais e técnicos por setores para a Reforma Legislativa	

103	Decreto-Lei que aprova as Orgânicas das Autoridades Tributária e Aduaneira, propostas pelo Ministério das Finanças, juntamente com a Comissão da Reforma Fiscal
104	Alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2005
105	Decreto-Lei sobre o pagamento extraordinário de um mês de salário base ao setor público

2017

106	Decreto-Lei que aprova o Estatuto orgânico do Arquivo Nacional de Timor-Leste
107	Decreto-Lei que aprova a Orgânica do Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)
108	Decreto-Lei que aprova o estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização
109	Decreto-Lei sobre a carreira dos profissionais séniores na Administração Pública
110	Decreto-Lei sobre a política nacional de segurança alimentar e nutricional
111	Decreto-Lei que estabelece a estrutura jurídica do Conselho dos Combatentes da Libertação Nacional
112	Decreto-Lei sobre o regime de estacionamento de duração limitada
113	Decreto-lei sobre o Serviço de Registo e Verificação Empresarial (SERVE)
114	Decreto-Lei sobre o regime de utilização das línguas oficiais no setor da Justiça
115	Decreto-Lei sobre o novo estatuto da Defensoria Pública
116	Decreto-Lei que cria a Imprensa Nacional de Timor-Leste
117	Alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o novo regime dos passaportes
118	Alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2008, de 5 de março, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO)
119	Decreto-Lei sobre os estatutos do Hospital Regional Eduardo Ximenes (Baucau)
120	Decreto-Lei que aprova o Regime Jurídico das Pensões de Invalidez e Velhice no âmbito do Regime Contributivo da Segurança Social; o Regime Jurídico de Proteção na Maternidade, Paternidade e Adoção e o Regime Jurídico das Prestações por Morte
121	Decreto-Lei que aprova a atribuição de subsídio extraordinário para os membros dos órgãos de Administração Eleitoral em Timor-Leste
122	Decreto-Lei sobre o regime jurídico do património cultural timorense
123	Decreto-Lei que aprova a criação da TATOLI – Agência Noticiosa de Timor-Leste, IP
124	Decreto-Lei que aprova o regime de inscrição e obrigação contributiva
125	Decreto-Lei do Registo Comercial
126	Decreto-Lei sobre a criação dos aglomerados populacionais

127	Decreto-Lei que aprova criação da empresa nacional mineira denominada Murak-rai Timor-Leste, SA
128	Decreto-Lei que aprova a primeira alteração à Orgânica dos Serviços Técnicos e Administrativos da Procuradoria-Geral da República
129	Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da proteção e conservação da biodiversidade
130	Decreto-Lei que aprova o Regime de Inscrição e Obrigação Contributiva no Âmbito do Regime Contributivo da Segurança Social
131	Decreto-Lei que estabelece as competências, composição e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Juventude
132	Decreto-Lei que cria o Instituto de Tecnologias de Informação e Comunicação, IP – TIC Timor
133	Decreto-Lei que cria o sistema de garantia de crédito para Pequenas e Médias Empresas

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

Decretos do Governo

2015

1	Decreto do Governo que aprova a remuneração do Governador e Vice-Governadores do Banco Central
2	Decreto do Governo sobre Luto Nacional em Honra de Fernando La Sama de Araújo
3	Quinta alteração ao Decreto do Governo n.º 2/2007, de 1 de agosto, que regulamenta o estatuto dos titulares dos órgãos de soberania
4	Decreto do Governo sobre o pagamento suplementar aos funcionários afetos ao processo de Orçamento Geral do Estado para 2016 e fecho da Conta do Estado 2015
5	Decreto do Governo sobre o Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública

2016

6	Decreto do Governo que aprova a execução do Orçamento Geral do Estado para 2016
7	Decreto do Governo sobre alteração ao Decreto n.º 1/2016, de 1 de fevereiro (Execução Orçamental)
8	Decreto do Governo sobre o Procedimento Especial de Seleção dos Presidentes das Autoridades Municipais e dos Administradores Municipais
9	Decreto do Governo sobre o Regime de Avaliação de Desempenho Profissional dos Presidentes das Autoridades Municipais e dos Administradores Municipais
10	Decreto do Governo sobre a remuneração e estatuto protocolar dos Presidentes das Autoridades Municipais e dos Administradores Municipais
11	Decreto do Governo sobre a remuneração dos membros dos gabinetes de apoio técnico aos Presidentes das Autoridades Municipais e aos Administradores Municipais
12	Decreto do Governo sobre as regras de denominação de origem
13	Decreto do Governo sobre o Regimento do Conselho Superior de Defesa Militar
14	Decreto do Governo sobre o Conselho Nacional do Trabalho
15	Decreto do Governo que aprova e regula a atribuição de incentivos especiais a educadores da Educação Pré-Escolar e professores do Ensino Básico e Secundário, no âmbito do desenvolvimento do currículo e da formação contínua e especializada de docentes
16	Alteração ao Decreto do Governo sobre a Execução Orçamental do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2016
17	Decreto do Governo que aprova os modelos de formulários do recenseamento eleitoral
18	Decreto do Governo que fixa as datas de realização das reuniões das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco no âmbito dos processos de eleição dos dirigentes comunitários
19	Decreto do Governo sobre remuneração dos Órgãos da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar IP
20	Decreto do Governo sobre a alteração das datas das reuniões das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco no âmbito dos processos de Eleição dos Líderes Comunitários

21	Decreto do Governo que estabelece o regulamento de eleição dos membros dos órgãos dos Sucos
22	Decreto do Governo que aprova procedimentos técnicos para a realização e atualização da base de dados do recenseamento eleitoral
23	Decreto do Governo que regulamenta o processo de abertura de contas bancárias de natureza “escrow” (contas dedicadas) e celebração de contratos de depósito “escrow”, no âmbito da execução da Parceria Público Privada para o Porto de Tíbar
24	Primeira Alteração ao Decreto do Governo n.º 1/2016, de 1 de fevereiro, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2016
25	Decreto do Governo sobre o subsídio aos membros da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Betano
26	Decreto do Governo sobre o sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos de Díli
27	Decreto do Governo sobre o pagamento suplementar aos funcionários afetos ao processo de Orçamento Geral do Estado para 2017 e fecho da conta do Estado relativa a 2016

2017

28	Decreto do Governo que aprova a execução orçamental para o ano de 2017
29	Decreto do Governo de melhoria das infraestruturas rurais
30	Decreto do Governo que regula o regime de transição dos quadros do MNEC para a carreira diplomática
31	Decreto do Governo sobre o Subsídio Extraordinário e Temporário de Irredutibilidade Remuneratória
32	Decreto do Governo sobre os procedimentos técnicos para realização das eleições presidenciais no estrangeiro
33	Decreto do Governo que regula a realização da campanha eleitoral
34	Decretos do Governo que regula a organização e funcionamento dos centros de votação e das estações de voto e o que regula a realização dos procedimentos de votação, contagem dos votos e apuramento dos resultados
35	Decretos do Governo sobre a realização de fiscalização do processo eleitoral, bem como o das atividades de cobertura jornalística do processo eleitoral
36	Decreto do Governo sobre o processo de votação nos hospitais e nos estabelecimentos prisionais
37	Decreto do Governo sobre a presença, a título excecional, das Forças da PNTL nos centros de votação
38	Decreto do Governo sobre o procedimento para apresentação de propostas para a classificação de área protegida
39	Decreto do Governo que aprova o regime remuneratório dos órgãos dirigentes do Centro Nacional Chega! Da Memória à Esperança
40	Decreto do Governo sobre os Atos e Procedimentos Administrativos relativos ao acesso a documentos oficiais
41	Decreto do Governo que fixa as datas para a realização das reuniões das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco no âmbito dos processos intercalares de eleição dos dirigentes comunitários

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

42	Decreto do Governo que aprova o regulamento sobre a apresentação de candidaturas para a eleição de deputados ao Parlamento Nacional
43	Decreto do Governo que regulamenta as atividades de fiscalização, observação e de cobertura mediática da eleição dos deputados ao Parlamento Nacional
44	Decreto do Governo que aprova os procedimentos técnicos para a realização das eleições parlamentares no estrangeiro
45	Decreto do Governo que regulamenta a organização e o funcionamento dos centros de votação e os procedimentos de votação, contagem dos votos e de apuramento dos resultados
46	Decreto do Governo que aprova o regulamento sobre a campanha e propaganda eleitorais
47	Decreto do Governo que aprova a segunda alteração do Decreto do Governo n.º 2/2005, de 6 de julho, sobre tarifas de licenças de pesca, inspeções e serviços relativos a atividades de pesca
48	Decreto do Governo que aprova a primeira alteração ao Decreto do Governo n.º 1/2017, de 9 de janeiro, sobre a Execução do Orçamento Geral do Estado para 2017

Resoluções do Governo

2015

1	Aprova a atribuição de ajuda financeira às vítimas da erupção vulcânica em Cabo Verde	DISCURSOS
2	Aprova a atribuição de ajuda financeira às vítimas das cheias na Tailândia	
3	Aprova a atribuição de ajuda às vítimas das cheias na Malásia	
4	Compromisso de Quebra de Juramento Prestado às Artes Marciais	SOCIAL
5	Manifestação de Solidariedade para com a Indonésia	
6	Resolução do Governo que aprova a nomeação dos Administradores do Conselho de Administração da Autoridade Nacional das Telecomunicações	
7	Resolução do Governo que aprova a desagregação da dotação orçamental para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro	INFRAESTRUTURAS
8	Efetivação da transferência de funções, meios e recursos para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	
9	Resolução do Governo que aprova a nomeação dos membros da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	ECONÓMICO
10	Resolução do Governo que aprova a atuação conjunta da PNTL e das F-FDTL, após os incidentes em Baguia	
11	Resolução do Governo que Aprova as regras de Empenhamento para as Forças Operacionais	
12	Resolução do Governo que aprova a ajuda financeira às vítimas do ciclone Pam em Vanuatu	GOVERNAÇÃO
13	Resolução do Governo que aprova a atribuição de terreno à Santa Sé	
14	Resolução do Governo que aprova a nomeação do Comando da PNTL	
15	Resolução do Governo sobre Condecoração Póstuma de Sua Excelência Reverendíssima Dom Alberto Ricardo da Silva	SABIA QUE
16	Resolução do Governo que aprova dia de luto nacional em honra de Sua Excelência Reverendíssima Dom Alberto Ricardo da Silva	
17	Resolução do Governo que aprova a criação da Comissão de Organização da Comemorações dos 500 anos da Afirmação da Nova Identidade Timorense	
18	Resolução do Governo que aprova a atribuição de terreno à Santa Sé	LEGISLAÇÃO
19	Resolução do Governo que aprova a ajuda financeira às vítimas do tremor de terra no Nepal	
20	Resolução do Governo que aprova a nomeação dos membros da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	
21	Resolução do Governo que aprova a nomeação dos três Comissários e o Presidente da Comissão da Função Pública	
22	Resolução do Governo que aprova o Acordo entre a RDTL e a UE sobre a Isenção de Vistos em Estadias de Curta Duração	ORÇAMENTO

23	Resolução do Governo que aprova a concessão de Apoio Financeiro a São Tomé e Príncipe
24	Resolução do Governo sobre o Dia Nacional da Função Pública
25	Resolução do Governo que reconhece o Escutismo e a União Nacional dos Escuteiros de Timor-Leste
26	Resolução do Governo sobre investimentos em prospeção e pesquisa em Timor-Leste
27	Resolução que cria a Comissão para a Reforma Fiscal
28	Resolução que aprova o ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os governos de Timor-Leste e do Brasil para a implementação do Programa de Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste
29	Resolução que nomeia os membros do Comité de Revisão Político
30	Proposta de Resolução para aprovação da Convenção Internacional da UNESCO contra a Dopagem no Desporto
31	Resolução do Governo que aprova a transferência das competências relativas à prestação de serviços e respetivo orçamento para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
32	Resolução do Governo que aprova o Protocolo de Cooperação com a República de Cabo Verde na área da Justiça
33	Resolução do Governo que aprova o Protocolo de Cooperação com a República de Moçambique na área da Justiça
34	Resolução do Governo que estabelece a Comissão para a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça
35	Resolução do Governo para atribuição de ajuda financeira à República da União do Myanmar
36	Proposta de Resolução que ratifica o Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Santa Sé
37	Resolução do Governo que extingue a Operação Hanita
38	Resolução do Governo que aprova o Regimento da Comissão Interministerial de Segurança
39	Resolução do Governo que nomeia os membros do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, IP.
40	Resolução do Governo sobre os objetivos para um Desenvolvimento Sustentável
41	Resolução do Governo sobre o Hospital Guido Valadares
42	Resolução do Governo que cria o Jardim Botânico Francisco Xavier do Amaral
43	Resolução do Governo sobre cedência de terreno para a construção de um complexo hoteleiro
44	Resolução do Governo sobre a participação da TIMOR GAP, E.P. em operações petrolíferas na área exclusiva de Timor-Leste
45	Resolução do Governo sobre o projeto de investimento numa unidade de extração de calcário e produção de cimento em Baucau
46	Resolução do Governo que cria a Estrutura de Coordenação Económica
47	Resolução do Governo sobre a importância do sândalo como planta emblemática de valor nacional
48	Resolução do Governo que cria o Parque Nacional Kay Rala Xanana Gusmão

49	Resolução do Governo que aprova a Lista de Topónimos para a cidade de Díli
50	Resolução do Governo que aprova o Protocolo entre o Ministério das Finanças de Portugal e o Ministério das Finanças de Timor-Leste relativo ao Programa Integrado de Parceria em Assistência Técnica na área das Finanças Públicas e respetivos anexos e adenda
51	Resolução do Governo que Renova o Mandato do Presidente do Conselho de Administração da TIMOR-GAP, E.P.

2016

52	Resolução do Governo que aprova os protocolos de assistência técnica e administrativa entre o Governo e a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
53	Resolução do Governo que aprova a nomeação do novo Reitor da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)
54	Resolução do Governo que aprova a criação do portal de notícias, embrião da futura agência de notícias de Timor-Leste
55	Resolução do Governo que aprova a Política Nacional da Juventude
56	Resolução do Governo que aprova a nomeação do Diretor Executivo da Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, IP
57	Resolução do Governo sobre a designação dos vogais que compõem o Conselho Superior do Ministério Público
58	Resolução do Governo sobre a designação do Negociador Principal da Equipa de Negociação de um Tratado para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas
59	Resolução do Governo que determina a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Segurança Rodoviária
60	Resolução do Governo sobre a missão de apoio técnico ao processo de Recenseamento Eleitoral em São Tomé e Príncipe
61	Resolução do Governo que cria a Comissão Nacional para a Facilitação do Comércio
62	Resolução do Governo que aprova o Guia de Reforma da Administração Pública
63	Resolução do Governo sobre a Criação da Comissão da Reforma da Administração Pública
64	Proposta de Resolução do Parlamento Nacional que aprova os Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)
65	Resolução do Governo sobre a Nomeação dos Membros da parte Timorense para a Comissão Conjunta entre a República Popular da China e a República Democrática de Timor-Leste para a Cooperação Bilateral em matéria Económica e Comercial
66	Resolução do Governo que autoriza a Gráfica Nacional a produzir e vender para o setor público e privado
67	Resolução do Governo sobre a Comissão Nacional Científica Independente para a História da Luta de Libertação Nacional
68	Resolução do Governo sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

69	Resolução que aprova a nomeação do Director Executivo da Agência de Cooperação de Timor-Leste
70	Resolução do Governo que cria a Comissão Interministerial para a implementação do Acordo com a Santa Sé
71	Proposta de Resolução ao Parlamento Nacional: aprovação da Constituição da UNESCO
72	Proposta de ratificação da Convenção para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de outros Estados
73	Resolução do Governo sobre a Estratégia Nacional para a Mitigação do Lixo Marinho
74	Proposta de Resolução para a Ratificação do Acordo entre o Timor-Leste e Indonésia relativa Atividades de Cooperação na área da Defesa
75	Proposta de Resolução do Parlamento para aprovação do acordo na área do Comércio entre Timor-Leste e o Vietname
76	Resolução do Governo sobre o traje da Função Pública
77	Alteração da Resolução do Governo n.º 10/2014, de 9 de abril, que cria a Comissão Nacional para a Implementação das Medidas Destinadas ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
78	Resolução do Governo que atribui o nome ao Hospital de Referência do Município de Baucau
79	Resolução do Governo sobre as ações prioritárias para melhoria da gestão dos recursos humanos da Educação
80	Proposta de Resolução sobre a Adesão à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
81	Resolução do Governo que aprova o calendário das operações de recenseamento eleitoral
82	Proposta de Resolução sobre a adesão à Organização Mundial de Saúde Animal
83	Resolução do Governo sobre a nomeação dos membros do Comité de Revisão Político
84	Resolução do Governo sobre a Política de Fortalecimento Institucional (2016-2030) e cria o grupo de trabalho para acompanhar e avaliar a execução desta política
85	Resolução do Governo sobre a estratégia de investimento para a gestão dos resíduos sólidos urbanos de Díli
86	Propostas de Resolução de ratificação do Acordo relativo ao Estatuto das Forças Visitantes, entre os Governos da Nova Zelândia e da República Democrática de Timor-Leste, e de aprovação do Tratado de Cooperação Comercial entre os Governos da República Democrática de Timor-Leste e do Estado do Kuwait
87	Resolução do Governo que revoga a Resolução n.º 34/2014, de 5 de novembro
88	Proposta de ratificação do Acordo de Paris no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
89	Resolução do Governo sobre a reserva da pesquisa e extração de materiais de construção a empresas de Timor-Leste detidas por cidadãos timorenses
90	Proposta de Resolução do Governo para assinatura do acordo de cooperação com Portugal em matéria de Segurança Interna

91	Resolução do Governo e o projeto de Contribuições Nacionais
92	Proposta de Resolução do Governo sobre a recondução dos oficiais em exercício nos cargos de Chefe de Estado-Maior-General das F-FDTL e o Vice-Chefe de Estado-Maior das F-FDTL
93	Proposta de adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC)
94	Proposta de resolução sobre o Acordo de Criação da Organização de Cooperação para a Floresta Asiática (AFOCO – Asian Forest Cooperation Organization)
95	Resolução do Governo que aprova a Entrada do Estado no capital social da sociedade comercial TL Cement
96	Resolução do Governo que cria a Comissão Técnica Interministerial de Gestão das Bacias Hidrográficas
97	Resolução do Governo sobre o Conceito Estratégico de Defesa e Segurança
98	Resolução do Governo sobre a subdivisão Área de Contrato do Bloco de Exploração
99	Resolução do Governo que aprova o calendário das operações de recenseamento eleitoral no estrangeiro

2017

100	Resolução do Governo que cria um Comité orientador da pesquisa e documentação do papel da juventude timorense na luta pela libertação nacional
101	Resolução do Governo sobre a marcha da Função Pública
102	Resolução do Governo sobre a Política Nacional de Educação Inclusiva
103	Resolução do Governo sobre aquisição de equipamentos e materiais eleitorais para as presidenciais
104	Resolução do Governo sobre a recuperação de bens móveis que integram o património do Estado pelo Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tibar
105	Resolução do Governo sobre o Dia Nacional da Saúde
106	Proposta de Resolução do Governo ao Parlamento Nacional sobre isenção de vistos com a República de Cabo Verde
107	Resolução do Governo: Governo compromete-se na execução do Plano de Ação Nacional para a Criança 2016-2020
108	Resolução do Governo que aprova o Plano de Ação Nacional contra a Violência Baseada no Género para 2017-2021
109	Resolução do Governo que aprova o Roteiro para a Orçamentação por Programas e criação do grupo de trabalho para a gestão das finanças públicas
110	Resolução do Governo que aprova o dia 13 de janeiro Dia Nacional do Sândalo e das Florestas
112	Resolução do Governo sobre a adesão à Convenção Internacional que cria a Organização Mundial da Propriedade Intelectual
113	Resolução do Governo que aprova a Política Nacional do Turismo de Timor-Leste

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

114	Resolução do Governo que aprova a atribuição de um donativo à representação permanente da República Árabe Saaraui Democrática na República Democrática de Timor-Leste
115	Resolução do Governo que aprova a Política de Gestão da Eficácia da Ajuda Externa
116	Resolução do Governo que designa Inês Maria de Almeida e Francisco Dionísio Fernandes para o Conselho de Administração do Centro Nacional Chega, da Memória à Esperança
117	Proposta de Resolução do Parlamento Nacional para adesão ao Acordo que cria o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
118	Proposta de Resolução do Parlamento Nacional para ratificação da Convenção Internacional para a Vida Humana no Mar, de 1974
119	Proposta de Resolução do Parlamento Nacional para ratificação da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, de 1973
120	Proposta de Resolução do Parlamento Nacional para ratificação da Convenção Internacional sobre Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, de 1978
121	Resolução do Governo que aprova a realização do Censo Agrícola e criação da estrutura de apoio
122	Resolução do Governo que aprova a atualização do recenseamento eleitoral no estrangeiro para a eleição do Parlamento Nacional a realizar em 2017
123	Resolução do Governo que aprova a adoção do sistema informático Asycuda World como plataforma para implementação da Janela Única Eletrónica de Timor-Leste
124	Resolução do Governo que aprova a nomeação de membros do Conselho Geral da Universidade Nacional Timor Lorosa'e
125	Resolução do Governo que aprova o Roteiro para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, em Timor-Leste
126	Resolução do Governo que aprova a atribuição de verba para a Construção da Biblioteca Nacional
127	Resolução do Governo que aprova o efetivo a incorporar nas F-FDTL em 2018
128	Resolução do Governo que designa as datas comemorativas na Educação
129	Resolução do Governo que aprova a Política Nacional de Aviação Civil

Outras deliberações do Conselho de Ministros

2015

1	Programa do VI Governo Constitucional
2	Aprovação do Acordo de Cooperação entre a República Democrática de Timor-Leste e a República Portuguesa, visando a criação da Escola Portuguesa de Díli
3	Proposta de acordo entre a Santa Sé e a República Democrática de Timor-Leste
4	Documento sobre o Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento de Timor-Leste e Documentos – Programa dos Planos de Ação para Timor-Leste da UNICEF, PNUD e FNUAP
5	“Development Objective Agreement”
6	Plano da Reforma Fiscal
7	Estatuto de Pessoal da Presidência da República
8	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P. – Tradeinvest
9	Decisão de interposição de recurso do Acórdão da Câmara de Contas que recusou o Visto Prévio ao contrato de conceção e construção da Base de Abastecimento do Suai
10	Primeira alteração à Orgânica dos Serviços de Apoio aos Tribunais.
11	Resolução sobre o apoio ao processo de recenseamento eleitoral da República Democrática de São Tomé e Príncipe
12	Resolução sobre o apoio aos processos referendário e eleitoral na República Centro Africana
13	Proposta Orçamento Geral do Estado 2016
14	Recomendação para a recondução dos Senhores Chefe de Estado Maior General e Vice-Chefe de Estado Maior General das F-FDTL

2016

15	Projeto de reabilitação rodoviária
16	Acordos entre a República Democrática de Timor-Leste e a República de Cuba para a formação de professores
17	Extensão do Projeto de apoio técnico à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e à Câmara de Contas
18	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste para e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento de uma Comissão Conjunta para a Cooperação Económica e Comercial
19	Proposta de Escritura de Transmissão para a Santa Sé do Direito de Superfície sobre um imóvel do Estado para a construção da Nunciatura Apostólica em Díli
20	Aprovou a interposição do recurso contencioso de anulação da decisão de exoneração do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Vice-Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

21	Aprovou a proposta de revisão do desenho e do quadro de quantidades e preços (em Inglês: BoQ – Bill of Quantities) do aeroporto de Oe-Cusse Ambeno
22	Projeto de investimento da TL Cement e minuta de Acordo Especial de Investimento
23	Nomeação dos membros do Conselho de Administração do Instituto de Gestão de Equipamento de Timor-Leste
24	Plano de Ação Nacional para aplicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Mulheres, Paz e Segurança)
25	Plano Estratégico Nacional de Combate ao Branqueamento de Capitais/ Financiamento do Terrorismo
26	Acordo técnico sobre “Desenvolvimento de empreendimentos de pequenos empresários de pecuária em Timor-Leste”
27	Acordo-Quadro de Contribuição Financeira da República Democrática de Timor-Leste à Igreja Católica
28	Nomeação dos membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE)
29	Assinatura de acordos com quatro entidades de ensino superior estrangeiras
30	Constituição de uma equipa para negociar os termos do acordo sobre o SAPIP, projeto de melhoria da produtividade em agricultura sustentável
31	Proposta para a realização de uma pesquisa geofísica aérea detalhada
32	Deslocalização do mercado de fim de semana de Díli
33	Relatório do Segundo Ciclo da Revisão Periódica Universal
34	Constituição de um grupo de trabalho para a revisão das propostas orçamentais apresentadas pelos ministérios, com vista à reorientação de verbas para os orçamentos municipais
35	Propostas de nomeação dos novos comandantes das componentes das Forças Armadas
36	Pagamento dos projetos executados no âmbito do Programa de Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal
37	Apoio à Comissão Organizadora do Tour de Timor e a Maratona de Díli
38	Doação de 2 milhões de euros à República Portuguesa para o combate aos incêndios que assolam aquele país e para reforço da capacidade de resposta no terreno
39	Aprovada a assinatura de dois acordos e um Memorando de Entendimento com Reino do Camboja
40	Guiões de bolsas de estudo e de formação
41	Autorizou o Ministério das Finanças a dar início ao processo de Adesão de Timor-Leste ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
42	Aumento de subsídio para os colaboradores da Brigada Médica Cubana em Timor-Leste
43	Aquisição de um imóvel para a Chancelaria e Embaixada de Timor-Leste em Singapura
44	Projeto de construção do novo terminal de passageiros do porto de Díli

45	Reforço da cooperação bilateral com Moçambique e Cabo Verde, na área da Educação, através da assinatura de três Memorandos de Entendimento	DISCURSOS
46	O Ministro da Defesa, Cirilo Cristóvão, e a deputada Carmelita Moniz foram reconduzidos como vogais (efetivo e suplente, respetivamente) do Conselho Superior da Magistratura Judicial	
47	Concessão de apoio financeiro aos deslocados internos da República Centro Africana	SOCIAL
48	Realização de atividades de divulgação sobre o recenseamento eleitoral e de levantamento das condições existentes para a sua realização no território nacional e no estrangeiro	
49	7ª adenda ao contrato de construção de novas casas, programa que se insere nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	INFRAESTRUTURAS
50	Protocolo de Cooperação com Portugal sobre o projeto de formação de profissionais de comunicação social denominado Consultório da Língua para Jornalistas	
51	Acordo geral com o Reino do Camboja sobre cooperação técnica e económica	ECONÓMICO
52	Acordo com o Reino do Camboja sobre isenção de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço	
53	Concessão de apoio financeiro à Organização Mundial de Saúde da Região do Sudeste Asiático	GOVERNAÇÃO
54	Propostas de execução dos projetos de melhoramento e manutenção das estradas que ligam Maubara a Karimbala, Atabae a Mota Ain e Baucau a Lautém	
55	Memorando de Entendimento com o Ministério do Interior da República da Coreia para aplicação do projeto-piloto de desenvolvimento rural e erradicação da pobreza em Timor-Leste	SABIA QUE
56	Assinatura de um acordo de empréstimo com o Banco de Desenvolvimento Asiático para financiamento do troço de estrada Manatuto-Baucau, do projeto da Estrada Nacional 1 (Díli-Baucau)	
57	Abertura e termos da conta “escrow” no âmbito da execução da parceria público-privada para o Porto de Tíbar	LEGISLAÇÃO
58	Protocolo entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo da República Popular da China sobre o envio de uma equipa médica chinesa para servir no HNGV durante dois anos	
59	Acordo de Cooperação entre o Ministério da Saúde Pública da República de Cuba e o 50Ministério da Saúde da República Democrática de Timor-Leste, relativo à assistência técnica e profissional que o Governo de Cuba tem vindo a fornecer a Timor-Leste, através do Programa de Saúde	ORÇAMENTO
60	Plano Estratégico de Negócios para a RTTL [Rádio e Televisão de Timor-Leste] para o período de 2017-2021	
61	Acordo com o Banco Asiático de Desenvolvimento para reabilitação de estradas municipais	
62	Memorando de Entendimento com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI/ WIPO)	
63	Proposta de nomeação de Sabino Rua para o cargo de Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	
64	Acordo de Financiamento entre a República Democrática de Timor-Leste e a União Europeia para o Programa de Florestação e Agricultura Sustentável e para o programa de Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas	

65	Memorando de Entendimento com a União Europeia relativo ao envio de observadores
66	Política Nacional para as Tecnologias de Informação e Comunicações para o Período de 2017 a 2019
67	Adenda ao Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de Timor-Leste em matéria de igualdade de género
68	Proposta acerca da posição de Timor-Leste sobre as recomendações recebidas na sessão do segundo ciclo da Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
69	Relatório de avaliação da implementação da primeira fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2015
70	Acordo de Serviços Aéreos entre Timor-Leste e a Austrália
71	O Governo apoia a organização, em Timor-Leste, da Mesa-redonda para a Ásia e Oceânia no âmbito do projeto do Clube de Madrid sobre “Democracia da Futura Geração”
72	Aprovada a subscrição adicional de quotas do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)
73	Aprovadas as propostas sobre a alteração ao acordo de empréstimo para financiamento do projeto rodoviário Manatuto-Baucau, para diminuir o risco das flutuações cambiais; e a renovação do contrato com a empresa FreeBalance, de prestação de serviços na área dos sistemas de informação financeira
74	Aprovada uma contribuição financeira para o Security Council Report
75	Assinatura do Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional de Combate ao VIH/SIDA de Timor-Leste e a Comissão Nacional de Combate ao VIH/SIDA da Indonésia
76	Assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Administração Estatal da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério da Cultura da República Portuguesa para salvaguarda e divulgação do património arqueológico
77	Assinatura do protocolo de cooperação entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações da República Democrática de Timor-Leste e o Ministério das Obras Públicas e Edificações da República da Indonésia sobre cooperação em infraestruturas de obras públicas, edificação e desenvolvimento regional e urbano
78	Assinatura do acordo entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo do Reino da Tailândia para isenção de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço
79	Adjudicação do contrato de fornecimento de combustível leve para as centrais elétricas da EDTL para os anos de 2017 e 2018
80	Atribuição de licenciamento de investidor a Li Tjien Development para a construção do Projeto Timor Fortuna Central Plaza
81	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Democrática de Timor-Leste e o Governo de Victoria (Austrália) sobre amizade e cooperação
82	Emissão da carta de plenos poderes para a Assinatura do Programa Quadro de Cooperação no Domínio da Defesa entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República Democrática de Timor-Leste para o período de 2017-2021

83	Assinatura do Memorando de Entendimento com a República da Índia na área dos Cuidados de Saúde e Saúde Pública
84	Assinatura do Memorando de Entendimento com a República da Indonésia na área da Saúde
85	Posição de Timor-Leste face à candidatura ao Cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde
86	Assinatura do Acordo sobre Cooperação Económica e Técnica com o Governo da República Popular da China

DISCURSOS

SOCIAL

INFRAESTRUTURAS

ECONÓMICO

GOVERNAÇÃO

SABIA QUE

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

Durante os dois anos e meio de mandato, o Primeiro-Ministro apresentou ao Parlamento Nacional várias Propostas de Lei do Orçamento Geral do Estado, submetendo ao escrutínio deste órgão de soberania a utilização do erário público para a implementação das políticas do Governo em prol do desenvolvimento do povo timorense e de Timor-Leste. Todas as propostas de orçamento de Estado foram aprovadas pelo Parlamento Nacional por unanimidade.

- Apresentação da Proposta de Lei de Orçamento Retificativo de 2015
- Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2016
- Nova Apreciação do Decreto do Parlamento Nacional Nº 20/III – Orçamento Geral do Estado para 2016
- Debate da Proposta de Lei Nº 41/III (4ª) – Primeira Alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2016
- Apresentação da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2017



RETRATO DO
VI GOVERNO
CONSTITUCIONAL
[2015-2017]

Discursos sobre
Orçamento
Geral do Estado



**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI
DE ORÇAMENTO RECTIFICATIVO DE 2015**

Parlamento Nacional, Díli
1 de Abril de 2015

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas
Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores
Povo Timorense,

É com elevada honra que me dirijo, uma vez mais e num tão curto espaço de tempo, a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os distintos Deputados do Parlamento Nacional, para apresentar a Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo para 2015.

O Orçamento Rectificativo para o ano de 2015 consubstancia a forma como este Governo pretende executar no curto prazo o Programa do Governo que, na passada semana, os senhores distintos Deputados tiveram oportunidade de apreciar, num debate construtivo e democrático.

O Programa do VI Governo é um programa de continuidade, não só porque pretende dar seguimento às políticas definidas no Governo anterior mas também porque emana do Plano Estratégico de Desenvolvimento, que define a nossa visão até 2030. Esta é uma visão de longo prazo porque aspiramos transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos e com uma população próspera, instruída e saudável, pois sabemos que fortalecendo o Povo, fortalecemos a Nação.

Os Governos antecessores têm vindo a definir as prioridades para Timor-Leste e a implementar, com sucesso, muitas políticas e programas que colocam hoje o país numa situação de estabilidade social e política, onde se vive em ambiente de paz e segurança. É inegável que estes são factores cruciais para o crescimento e desenvolvimento da nação.

E porque se tem vindo a trabalhar nessas e para essas prioridades, muitos objectivos foram já alcançados. Todos podemos atestar as conquistas que, em tão poucos 13 anos como país independente, conseguimos alcançar.

Hoje temos uma população que vive de forma estável, tranquila e segura, e temos famílias com um maior poder de consumo, no que respeita a bens e serviços, com um aumento de cerca de 38% entre 2007 e 2012. O apoio concedido aos nossos heróis da libertação nacional e os apoios aos mais vulneráveis, mães, viúvas, idosos, deficientes e crianças, contribuíram para estes resultados e vão continuar a ser uma prioridade para o VI Governo.

Registámos também, nos últimos anos, o aumento de 66%, em 2007, para os 92% de crianças que, em 2013, frequentam a escola; a queda de mais de 50% da taxa de mortalidade infantil e mortalidade em crianças com menos de 5 anos, entre 2001 e 2009; e a diminuição de 46% para 38%, entre 2001 e 2013, da taxa de malnutrição infantil em crianças, com menos de 5 anos, que tinham peso abaixo do normal. Em 2014, a Organização Mundial de Saúde reconheceu o esforço de Timor-Leste na implementação do Programa Nacional de Controlo da Malária quando atingimos este Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, com uma incidência de malária de menos de 1 caso por cada 1000.

Estes são dados estatísticos que atestam a melhoria dos indicadores sociais do país. Orgulhamo-nos de os ter alcançado!

O VI Governo irá continuar a criar as condições básicas para melhorar a vida dos timorenses e para gerar outros tipos de riqueza, que não só as provenientes dos nossos recursos naturais. Por esta razão, sabemos que precisamos de produzir mais mas precisamos de construir primeiro a capacidade de produzir!

Os Fundos Especiais estabelecidos, como o das Infra-estruturas e do Desenvolvimento do Capital Humano, vieram contribuir para melhorar, quantitativamente e qualitativamente, infra-estruturas essenciais e recursos humanos que permitem iniciar o nosso objectivo de diversificação da economia.

No final de 2014, através do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, contávamos com mais de 2.800 bolsas de estudo atribuídas. Destas, cerca de 718 na área da educação e outras 1.600 na área da saúde, contribuindo assim para desenvolver estes sectores determinantes para a Nação. O plano integrado de desenvolvimento de infra-estruturas básicas, que inclui a construção de redes rodoviárias, será também fundamental para o incremento dos sectores produtivos do país.

No passado recente houve melhorias muito significativas no acesso à electricidade, sendo que se em 2007 apenas 22% das famílias tinha acesso à electricidade, em 2014 houve um aumento

para 71%. O programa de electrificação do país, com a construção de duas novas centrais eléctricas, constitui o maior investimento do Estado até ao presente e visa providenciar a geração, transmissão e distribuição fiáveis de electricidade a todo o território, para benefício dos cidadãos e, também, para o desenvolvimento de empresas e indústrias. Está ainda em curso a construção de uma central eléctrica em Oe-cusse, infra-estrutura fundamental para esta região.

As taxas médias de crescimento económico de cerca de 12,5% ao ano, entre 2007 e 2011, e de cerca de 7% nos últimos três anos, não teriam sido possíveis sem as importantes reformas no âmbito da gestão das finanças públicas e do montante investido nos sectores de desenvolvimento do país. Entidades como a Câmara de Comércio e Indústria, a Agência Especializada de Investimento, o “Balcão Único – SERVE” e o Banco Comercial de Timor-Leste irão continuar a ser desenvolvidos de forma a apoiar o tecido empresarial, incluindo as pequenas e médias empresas, cooperativas e grupos industriais e comerciais.

Excelência, Senhor Presidente

Excelências, Senhores Vice-Presidentes

Excelências, Senhores Deputados,

Reconhecemos, porém, que se muito foi feito, muito falta fazer. Temos, ainda, de percorrer muito caminho para conseguirmos que todas as nossas crianças frequentem a escola e que estejam bem nutridas. Para conseguirmos que todos os cidadãos tenham acesso a serviços e bens que lhes proporcionem uma vida digna. Muito caminho falta percorrer para alcançarmos as nossas aspirações a um crescimento diversificado, inclusivo e sustentável.

Para tal, é essencial o investimento em vários sectores de actividades. Investimento este que tem que ser ponderado, equilibrado e transversal! O VI Governo está verdadeiramente empenhado no crescimento e diversificação da nossa economia, tornando-a cada vez mais independente do Fundo Petrolífero.

E se já temos o roteiro para alcançar este objectivo, retratado no Plano Estratégico de Desenvolvimento, que detalha os programas e as políticas necessárias para atingir a visão de desenvolvimento, cabe agora ao VI Governo acrescentar a esta herança uma nova dinâmica de actuação. O desafio que se apresenta ao VI Governo é, portanto, atingir uma maior eficiência na implementação do investimento e na execução de programas. Como? Alcançando mais resultados nos sectores produtivos e exigindo uma melhor prestação de serviços do sector público, e também privado, conduzindo uma despesa pública mais gerativa, mais coordenada e mais transparente.

Senhoras e Senhores,

O Plano Estratégico reconhece que é necessário haver uma etapa inicial de desenvolvimento em que o sector público assume a dianteira. Nessa etapa a despesa pública aumenta, são construídas infra-estruturas essenciais e o sector público conduz o crescimento económico.

Timor-Leste conseguiu este desenvolvimento conduzido pelo sector público entre 2008 e 2012, aumentando para mais do dobro o investimento público durante este período. Isto contribuiu para taxas de crescimento económico muito elevadas e concentradas na reforma da administração pública e no sector da construção civil.

No entanto, esta seria uma primeira etapa de desenvolvimento de forma a contribuir para a construção da capacidade de produzir. A longo prazo, o Governo não pode continuar a conduzir o crescimento através do aumento significativo da despesa pública, uma vez que isso poderá hipotecar o Fundo Petrolífero. Devemos, portanto, passar para uma segunda etapa conduzida pelo sector privado, onde os sectores da agricultura, do turismo e da indústria petroquímica crescem e dão lugar a uma economia produtiva onde as pessoas são mais capacitadas e trabalharão com afinco para produzir bens.

Gostaria de destacar aqui que nos encontramos actualmente na transição para a segunda etapa de desenvolvimento. Isto significa que as taxas de desenvolvimento do crescimento do PIB não-petrolífero irão descer, porém o crescimento económico será de melhor qualidade devido a quatro razões:

- i) o crescimento económico será cada vez mais conduzido pelo sector privado e não apenas pelo investimento público, com investimentos produtivos que nos permitirão começar a produzir bens no país. O recente acordo assinado com a empresa Heineken, com um investimento de 40 milhões de dólares e a criação de 200 postos de trabalho directos e 800 indirectos, são um exemplo disto.
- ii) a inflação continuará a ser baixa e terá níveis inferiores aos registados nos últimos anos, mantendo-se a previsão de não ultrapassar os 4% a 6%, o que pode representar um aumento do poder de compra dos cidadãos e contribuir para a redução da pobreza. Este é um benefício que se vai igualmente reflectir entre os investidores na medida em que conduzirá a uma redução dos custos das empresas, permitindo que Timor-Leste se torne mais competitivo a nível internacional e, conseqüentemente, possa aumentar as exportações e o investimento.
- iii) o consumo médio das famílias continuará a crescer. Este consumo das famílias constitui uma melhor forma de medir o nível de vida do que o PIB não-petrolífero.
- iv) os frutos do crescimento económico serão partilhados de forma ampla entre todos os timorenses, não ficando apenas concentrado em Díli, e combatendo assim as desigualdades.

Por estas razões, embora o crescimento económico possa ser mais baixo, será mais sustentável e o nível de vida das pessoas melhorará de forma mais rápida. O Governo anterior, ao diminuir o orçamento de 2015 em 13% relativamente ao orçamento de 2012, reconheceu que Timor-Leste estava a caminhar para a segunda etapa de desenvolvimento, praticando assim uma política fiscal conservadora, cortando o volume do orçamento em vez de o aumentar.

O VI Governo está empenhado em continuar esta tendência. Como tal, continuaremos a moderar o nível de despesa pública, apostando numa maior qualidade e sustentabilidade da economia.

Excelência, Senhor Presidente

Excelências, Senhores Vice-Presidentes

Excelências, Senhores Deputados

O Governo está, portanto, empenhado em tornar o investimento público mais eficiente. Isto significa moderar a despesa pública a médio prazo, ao mesmo tempo que melhora a prestação de serviços. Os Distintos Deputados podem perguntar, e bem, de que forma nos propomos a consegui-lo. Pois bem:

O primeiro passo é o presente orçamento rectificativo, o qual aumenta a eficácia através da optimização da estrutura do Governo, com uma administração mais pequena, mais produtiva e eficiente, tornando-a mais capaz de desempenhar as suas funções e com uma gestão mais responsável dos dinheiros públicos. Esta optimização do Governo inclui igualmente uma maior coordenação entre ministérios, também no planeamento transversal e na formulação e implementação de políticas.

O segundo passo consiste numa revisão da despesa. Iremos rever cada item, linha e programa de despesa governamental, e cortaremos todas as despesas supérfluas. Uma revisão com estas características é uma tarefa considerável que requer análises detalhadas e que não pode ser apressada, pelo que será conduzida ao longo do ano e as suas recomendações utilizadas para informar o processo do OGE 2016.

Excelência, Senhor Presidente,

Excelências, Senhores Vice-Presidentes,

Excelências, Senhores Deputados,

A Proposta de Lei de Orçamento Rectificativo de 2015 que hoje apresento, mantém o total inalterado de 1.570,000 milhões de dólares. Este investimento, será financiado pelas receitas domésticas, pelo Rendimento Sustentável Estimado e pelos levantamentos acima deste. Também o saldo de dinheiro e os empréstimos não sofreram alterações em relação ao orçamento de 2015.

O Orçamento Rectificativo para 2015 vai, portanto, responder sobretudo à nova estrutura governamental com uma administração mais focada na prestação de serviços e nos resultados, e às exigências de um Governo que intenta fazer mais e melhor, investindo o mesmo e evitando gastos supérfluos, para obter um crescimento económico com mais qualidade.

É sabido que para a implementação efectiva das políticas do Governo é essencial uma coordenação estreita entre ministérios. O estabelecimento de três novos Ministros de Estado Coordenadores para os sectores social económico e administrativo, e a criação do Ministério do Planeamento e

Investimento Estratégico, são o primeiro passo efectivo rumo à eficácia e à responsabilização do Governo para implementar a estratégia de desenvolvimento com o máximo de rigor e exigência. Por outro lado, o Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, viu reforçadas as suas competências, sendo responsável pela coordenação da preparação e organização do trabalho governamental e a implementação de reformas, como é o caso do sector da justiça.

O presente Orçamento de Estado reduz assim consideravelmente a dimensão do Governo mas aumenta substancialmente a sua organização e eficácia. As nossas reformas incidem, por isso, em melhores métodos de implementação e execução e não tanto nos conteúdos programáticos, que são de continuidade com metas a longo prazo. Temos então:

- A melhoria da coordenação entre ministérios;
- O fortalecimento do planeamento a longo prazo e uma melhor relação de qualidade-custo nos investimentos em infra-estruturas e qualidade das obras;
- A redução da complexidade e da dimensão da administração pública, para que seja mais eficiente e sustentável. Isto inclui uma maior responsabilidade e responsabilização dos servidores públicos, também com a revisão profunda das necessidades, contratações e promoções da função pública;
- A harmonização das leis, para termos ordenamentos jurídicos instrumentais, onde os timorenses se identifiquem, promovendo ao mesmo tempo o acesso à justiça e a certeza jurídica aos potenciais investidores.

Ao Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros que coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do Governo, caberá, também, coordenar a reforma do sector da justiça e a reforma da uniformização das leis, estando previsto um novo orçamento neste Ministério de 400 mil dólares para este efeito. O orçamento atribuído à Presidência do Conselho de Ministros é agora de 137,7 milhões de dólares. A maioria deste montante está, no entanto, afecto ao valor da transferência pública para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

O Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais terá a seu cargo a responsabilidade de coordenar e implementar políticas sociais eficazes com vista a melhorar a prestação de serviços e o acesso a bens indispensáveis ao desenvolvimento humano. Isto exige, por exemplo, uma estreita colaboração com as linhas ministeriais da área da saúde, educação, formação profissional e solidariedade social. O orçamento para este Ministro de Estado é de 1,9 milhões de dólares.

O sector económico é crucial ao desenvolvimento de Timor-Leste pelo que urge uma forte coordenação nesta área, delegada no Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Económicos. O orçamento para esta área é de 5,3 milhões de dólares que serão utilizados para promover um forte impulso nos sectores agrícola, do turismo, comércio e indústria, a par do desenvolvimento do tecido empresarial.

Com um orçamento de cerca de 2 milhões de dólares, o Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos da Administração do Estado e da Justiça é responsável por uma governação mais sólida, democrática e eficaz, também dos recursos do Estado, através do fortalecimento das instituições estatais. O processo de descentralização administrativa e o projecto de criação de municípios, sob a coordenação deste Ministro, serão factores fundamentais para uma melhor e mais justa distribuição de recursos públicos, acesso a serviços nas áreas rurais e remotas e combate às desigualdades.

Os países com planos económicos a longo prazo detalhados e bem especificados desenvolvem-se mais rapidamente que os restantes países. O Governo irá desenvolver políticas mais detalhadas e integradas, custeando e definindo prioridades para todos os projectos físicos com uma melhor racionalização de recursos e assegurando que os projectos são implementados de forma mais célere e com uma melhor relação qualidade-custo. O novo Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico terá um orçamento de 76,5 milhões de dólares para alcançar estes objectivos.

Neste sentido, irá ser possível gerir melhor o ciclo de investimento integrado, no qual os grandes projectos de infra-estruturas são propostos, analisados, orçamentados, concebidos, aprovados, avaliados e fiscalizados. Isto irá permitir uma maior eficiência do investimento público neste sector que é a espinha dorsal do desenvolvimento. Também neste contexto, este Ministério irá proceder a avaliações e revisões profundas aos programas do PDID e do PNDS, para que haja uma melhor proporcionalidade entre os custos e os resultados, que devem ser mais satisfatórios e sustentáveis.

Finalmente, e porque considero que os sectores da Defesa e da Segurança são absolutamente fundamentais num Estado de Direito Democrático, não posso deixar de mencionar a criação do Ministério do Interior e do Ministério da Defesa, com uma melhor divisão de funções e responsabilidades que visam promover a nossa segurança interna e a protecção da nossa soberania.

A paz e a estabilidade serão sempre uma prioridade para o Governo. A provisão para as operações de estabilidade nacional serão suportadas com 2 milhões de dólares, na categoria de dotações para todo o Governo, mantendo a visão de que sem paz e segurança, não podemos inspirar confiança aos investidores e nem sequer ao próprio povo timorense.

Excelência, Senhor Presidente,
Excelências, Senhores Vice-Presidentes,
Excelências, Senhores Deputados,

Como já foi referido o orçamento rectificativo não altera o orçamento do Fundo Consolidado de Timor-Leste, comparativamente ao Orçamento de Estado original de 2015. Existem, no entanto, alterações entre categorias de dotação, uma vez que o montante poupado com a optimização do Governo será utilizado em novas medidas políticas importantes, que são

sistematizadas da seguinte forma:

- Salários e Vencimentos, diminui 1,5 milhões de dólares para 177,5 milhões.
- Bens e Serviços, aumenta 0,7 milhões de dólares, passando para 515 milhões.
- Transferências Públicas, diminui 4 milhões de dólares, passando para 454,4 milhões.
- Capital Menor, aumenta 3,4 milhões de dólares, passando para 31 milhões.
- Capital de Desenvolvimento, aumenta 1,5 milhões de dólares, passando a 391 milhões.

Destas novas medidas, gostaria de destacar o aumento do orçamento previsto para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno e o projecto-piloto da Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro, que contará com uma transferência adicional de 51,5 milhões de dólares, perfazendo agora um total de 133,4 milhões de dólares. Para este projecto de desenvolvimento integrado, liderado pelo Dr. Mari Alkatiri e em quem depositamos a nossa total confiança, é crucial financiar o desenvolvimento de infra-estruturas básicas e outras condições que sejam um motor de arranque para o crescimento económico e social desta região. Ainda neste programa, estão incluídos 1,5 milhões para as celebrações dos 500 anos da chegada dos Portugueses a Timor-Leste. Estas celebrações irão contar com a presença de convidados internacionais, pretendendo também assim contribuir para a dinamização e crescimento desta região.

A cooperação para o desenvolvimento é uma forte componente da nossa política externa. A nossa História recorda-nos que sempre contámos com a amizade, ajuda e solidariedade de outros países. Timor-Leste pretende, também, participar no processo de desenvolvimento de outros povos irmãos, como a República da Guiné-Bissau. Com vista a continuar a reforçar o sector da defesa e segurança, crucial para a estabilização e desenvolvimento deste país, a Agência de Cooperação de Timor-Leste contará com 4,5 milhões de dólares.

O Governo irá ainda continuar o compromisso com a dignificação, homenagem e apoio aos Combatentes da Libertação Nacional. Neste orçamento rectificativo, consta também como medida nova uma provisão para os custos operacionais dos Conselhos de Veteranos, no valor de 250 mil dólares, por forma a estabelecer um Conselho Nacional de Combatentes de Libertação Nacional. Foram ainda alocados cerca de 150 mil dólares para financiar o programa de intercâmbio entre os Veteranos de Timor-Leste e da Austrália.

Finalmente, e no âmbito da Boa Governação e porque consideramos fundamental a já referida reforma da administração pública, está também previsto a alocação de 300 mil dólares no Gabinete do Primeiro-Ministro para dar início ao processo de melhoria da eficácia e eficiência da Função Pública. Com 500 mil dólares iremos também começar a desenvolver o nosso programa de “Governo Electrónico”, procurando facilitar a participação mais activa e responsável de todos no processo de desenvolvimento e a prestação de serviços através da internet.

Excelência, Senhor Presidente,

Excelências, Senhores Vice-Presidentes,

Excelências, Senhores Deputados,

No contexto que acabo de descrever, não podemos deixar de ambicionar encerrar o ano financeiro como uma execução orçamental elevada mas, mais importante que isso, de qualidade e que beneficie todos os timorenses. Superando assim, se possível, os 91.6% de execução orçamental, do anterior Governo, relativo ao OGE de 2014.

O VI Governo Constitucional está preparado para os desafios que o país enfrenta e implementar uma política fiscal sustentável e uma despesa pública coerente com o que foi planeado, reduzindo desperdícios e aumentando resultados mensuráveis e de qualidade. Sobretudo num momento em que os preços de petróleo têm vindo a baixar, deixando economias como a nossa numa situação de vulnerabilidade, a diversificação económica deve começar a ganhar outra dinâmica através dum investimento inteligente nos sectores que constituem uma mais valia para Timor-Leste e com o aumento de receitas domésticas.

Só assim poderemos defender os interesses nacionais e honrar os nossos Combatentes da Libertação Nacional e todos aqueles que se sacrificaram, incluindo os nossos idosos, mulheres, jovens e crianças, para que o nosso Timor-Leste fosse um país livre e soberano.

Antes de terminar, não posso deixar de salientar o espírito de cooperação dos Distintos Deputados do Parlamento Nacional que, com a constituição da Comissão Eventual, operou com maior flexibilidade os trabalhos parlamentares de apreciação inicial da Proposta de Lei do Orçamento Rectificativo, por forma a dar mais celeridade aos trabalhos sem comprometer o rigor e a eficácia do processo de apreciação deste Orçamento.

Acreditamos que o debate de hoje será igualmente construtivo e democrático, pois confiamos que com o empenhamento de todos, sem excepção, podemos alcançar um desenvolvimento sustentado e equilibrado do nosso país. Este é o nosso compromisso para com o Povo de Timor-Leste, para com a nossa Nação!

Muito obrigado.

1 de Abril de 2015

Dr. Rui Maria de Araújo

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2016**

Parlamento Nacional
1 de dezembro de 2015

Sua Excelência
Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Suas Excelências
Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Excelências
Senhoras e Senhores Deputados

Caros colegas Membros do Governo
Senhoras e Senhores
Povo de Timor-Leste,

É com verdadeira honra e sentido de Estado que tenho o privilégio de me dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e distintos deputados desta Magna Casa, para apresentar o Orçamento Geral do Estado para 2016.

Esta Proposta que hoje venho aqui apresentar e defender, representa os programas e as políticas financeiras, económicas e sociais que são cruciais para o VI Governo Constitucional conduzir o país de forma a elevar as condições de vida do nosso povo. Neste sentido gerir com eficiência os dinheiros públicos, cumprir o Programa do Governo e, conseqüentemente caminhar para que se cumpra também o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, constituem estratégias determinantes.

No passado mês de abril, estive pela segunda vez perante esta mesma ilustre audiência com a responsabilidade de apresentar o Orçamento Retificativo para 2015, que foi aliás um Orçamento de continuidade. Hoje, com esse mesmo sentimento, submeto para discussão ao mais alto nível, o primeiro Orçamento Geral do Estado do VI Governo Constitucional.

O ato de orçamentar nunca foi um exercício fácil ou célere. Antes pelo contrário, decidir as

políticas, as prioridades e a sua orçamentação em prol de um melhor rumo para o país e para o povo, implica uma redobrada responsabilidade, minuciosidade e rigor, tanto mais quando a esse ato se associa o de monitorar e avaliar se as orçamentações anteriores já teriam, ou não, atingido os resultados esperados.

Os membros do VI Governo Constitucional empenharam-se em todas as suas fases de preparação, avaliaram e reavaliaram os meios para atingirem os fins que tinham assumido como compromisso, tendo também em conta as capacidades de cada um em conseguir resultados nas orçamentações anteriores. Fomos exigentes e focados na entrega de uma melhor prestação de serviços ao povo, na eliminação de despesas supérfluas e, ao mesmo tempo, não descurámos o crescimento e o desenvolvimento económico e social do país e da população.

A nova estrutura do Governo permitiu que houvesse uma noção no seu todo dos compromissos, dos programas, das atividades e dos objetivos a alcançar em cada ministério e o seu necessário reajuste para evitar desperdícios. Esta reorganização permitiu-nos concentrar esforços para melhor perceber o que podia e tinha de ser corrigido e as necessidades perante as quais devíamos introduzir uma nova dinâmica e prioridade.

Assim, a proposta de Orçamento Geral do Estado para 2016 é de 1.562,233 milhões de dólares, incluindo empréstimos. O montante total é o somatório das várias categorias orçamentais, mais concretamente:

- **Salários e Vencimentos:** 181,529 milhões de dólares;
- **Bens e Serviços (incluindo FDCH):** 468,988 milhões de dólares;
- **Transferências públicas:** 475,775 milhões de dólares;
- **Capital Menor:** 17,565 milhões de dólares;
- **Capital de Desenvolvimento (incluindo FI):** 418,376 milhões de dólares;

Este valor que propomos representa uma ligeira descida em relação ao Orçamento anterior e resulta de uma análise realista e profunda das necessidades e prioridades, tendo em consideração a conjuntura mundial, a baixa de preço do barril de petróleo, que naturalmente afetam a economia mundial, mas sempre com a preocupação de não descurar o contínuo investimento nas áreas que nos permitem dar seguimento à diversificação e crescimento sustentáveis da nossa economia.

Para Timor-Leste se tornar num país de rendimento médio alto, até 2030, é necessário um crescimento forte e de grande qualidade da economia não-petrolífera. Entre 2007 e 2012 o Governo implementou políticas económicas que conduziram a taxas elevadas de crescimento económico, com o PIB não-petrolífero a crescer em média 10,6% ao ano.

Estas taxas de crescimento devem-se a grandes projetos de infraestruturas, previstos no PED, a fim de financiar investimentos de qualidade em infraestruturas e no desenvolvimento de capital humano para criar as bases necessárias para um desenvolvimento sustentável a longo prazo.

No médio prazo, estima-se que o PIB não-petrolífero cresça entre 4,1 e 7,5 %. Esta previsão de

forte crescimento assenta na implementação de projetos de infraestruturas e numa combinação equilibrada entre o investimento do Estado, do setor privado e das famílias.

O panorama para os consumidores timorenses a médio prazo é igualmente positivo, estimando-se que o nível de consumo cresça de forma gradual e que a inflação anual permaneça em torno dos 2%, logo abaixo da meta orçamental para o Governo de 4% a 6% entre 2015 e 2018.

Em relação às receitas domésticas, prevê-se um aumento muito ligeiro para 2016 dado que as reformas que temos em curso, quer a fiscal quer a económica, terão efeitos mais significativos em 2017, ao nível do melhor desempenho dos serviços governamentais através de maiores cobranças e através do aumento da base de coleta de impostos e taxas.

Excelências,

O montante do Orçamento que hoje propomos é, há que reconhecê-lo, acima daquele que definimos inicialmente para o “teto fiscal”.

Quando o Governo promoveu as “Jornadas Orçamentais” fê-lo com o intuito de incutir uma maior disciplina fiscal, reduzindo gastos supérfluos, e definir as Prioridades Nacionais para o ano de 2016. Nessa altura estabelecemos um “envelope fiscal” de 1,3 mil milhões de dólares e estipulámos a educação, a saúde, a agricultura e as infraestruturas básicas, como as áreas mais prioritárias de investimento.

No entanto, estes não são os valores que hoje aqui apresentamos e a grande fatia do investimento recai, efetivamente, sobre as grandes infraestruturas, contempladas no Fundo de Infraestruturas, designadamente nos projetos de estradas, portos e aeroportos e saneamento, Tasi Mane e os projetos e programas de desenvolvimento económico e social como a Região Especial Administrativa de Oe-Cusse Ambeno, a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro e as pensões para os veteranos, para os idosos e inválidos, para as vítimas de desastres naturais assim como o apoio através da Bolsa da Mãe.

Cumpre-nos, por isso, explicar ao povo de Timor-Leste, representado pelo Parlamento Nacional, as razões que levaram o Comité de Revisão Político a tomar esta decisão.

O elevado investimento nas infraestruturas foi reconhecido como uma etapa essencial na estratégia de desenvolvimento nacional. Foram, por isso, preparados projetos de acordo com as necessidades identificadas e dado início ao investimento e às construções. Claro que o cariz multianual destes projetos nos tem obrigado a difíceis exercícios de planeamento e orçamentação, considerando que os compromissos assumidos e as necessidades de financiamento que lhes estão associados nos exigem a assunção de responsabilidades que têm de ser partilhadas dado que decorrem de iniciativas de interesse nacional.

E é exatamente por isso que estamos empenhados em continuar os inúmeros projetos de infraestruturas que têm vindo a ser levados a cabo por sucessivos Governos. Projetos de grande monta, que são cruciais e transversais para o desenvolvimento de vários setores e do país, e sobre os quais tem recaído a tónica de investimento, o qual não pode abrandar agora sob pena de

comprometer toda a sustentabilidade, investimento e compromissos realizados até aqui. Por isso, o exercício que realizámos na tentativa de cumprir o teto orçamental, ainda que não tenhamos conseguido alcançar o proposto, veio trazer uma disciplina e análise ainda mais rigorosas.

E humildemente reconhecemos que um teto fiscal realista não pode ser determinado sem um conhecimento claro sobre o custo da implementação dos programas, políticas e projetos, ou seja, sobre as necessidades financeiras e de orçamentação dos setores por programas. Isto é tão válido para orçamentar os custos de implementação de, por exemplo, uma política de educação, que define os critérios para o garante de um ensino de qualidade, como para orçamentar os custos das infraestruturas em que estamos a investir, porque falamos de investimentos de longo prazo que exigem total rigor e avaliação, sob pena de comprometerem a sustentabilidade fiscal que andamos a advogar como essencial.

O exercício de previsibilidade de que falo é pois essencial, e não só para este Governo como também para os próximos Governos, para que se possam determinar envelopes fiscais mais consistentes com as reais necessidades e obrigações do Estado, sem certamente ignorar, a sustentabilidade orçamental do nosso jovem país.

O nosso compromisso tem sido sempre direcionado para uma melhor prestação de serviços ao povo, sobretudo nas áreas que identificamos como prioritárias, e para o corte cirúrgico das despesas desnecessárias, ou seja, de gastos que não se traduzem no benefício ou numa melhoria da qualidade de vida da população.

Também durante o exercício de preparação do Orçamento Geral do Estado verificámos que uma melhor prestação de serviços não implica, necessariamente, aumento nominal ou proporcional do orçamento. A relação entre os serviços e a sua melhor prestação está muito mais ligada à sua implementação e capacidade de gestão. E isto levou-nos a constatar que é imprescindível averiguar as reais necessidades e prioridades de cada ministério, não só ao nível das suas atividades como, e sobretudo, ao nível da orçamentação e da implementação.

Para isso consideramos fundamental criar mecanismos de implementação que nos permitam uma melhor gestão, através de um bom planeamento e de uma boa orçamentação desse planeamento e que nos mostre o seu custo real. E é aqui que percebemos que, pese embora possa haver uma redução de orçamento que se fica a dever também à sobre orçamentação dos programas e à própria capacidade de implementação, não estamos a menosprezar a prioridade política sobre a qualidade da prestação de serviços.

Um dos passos que considerámos fundamental neste processo é a atribuição de maior autonomia às agências, institutos e ministérios. O objetivo é claro: ao mesmo tempo que damos mais autonomia, pedimos mais responsabilidades! Será a boa gestão e a capacidade de implementação, acompanhadas de rigorosa monitorização, que nos vão informar dos resultados e, com base nestes, atribuir um orçamento, porque é preciso ter evidências que confirmam a ocorrência dos resultados desejados.

Atribuir uma maior autonomia faz parte do caminho que é necessário percorrer para atingir

qualidade na prestação de serviços do Estado, sempre sob a responsabilidade máxima da sua tutela, que define políticas setoriais e estratégias de implementação. Acreditamos que para exigirmos, temos que dar maior autonomia combinada com condições adequadas de trabalho, bem como responsabilização dos respetivos dirigentes.

Queremos, por isso, passar do atual sistema de finanças de controle *ex-ante* para um controlo *ex-post*. Ou seja, o Ministério das Finanças deixará de ter a função de aprovar todas as despesas e esta função vai passar para os Órgãos e Ministérios, o que acontecerá de forma progressiva, acompanhado com formação, mobilização de recursos humanos de acordo com as exigências e as diferentes capacidades existentes nas diferentes instituições do Estado.

Isto não significa, porém, que deixará de existir controlo, rigor e responsabilização dos dirigentes. Antes pelo contrário, o controlo vai ser realizado através da aprovação de um quadro regulador de controlo interno do Estado, que vai permitir esta transição de controlo *ex-ante* para *ex-post*. Assim, vão existir diferentes responsabilidades entre as auditorias e inspeções setoriais e a Inspeção-Geral do Estado na realização de auditorias sistemáticas e na responsabilização dos seus dirigentes.

Outra medida a introduzir de forma consistente na planificação do desenvolvimento nacional, em particular no que toca às infraestruturas, é a criação de uma política de Operação e Manutenção. Acreditamos que esta política não só vai contribuir para a sustentabilidade que se quer para os investimentos que estão a ser realizados, e que tem sido aliás uma justa preocupação de muitos ilustres Deputados, como também uma medida impulsionadora de criação de emprego de longa duração ao nível nacional.

Excelências,

O VI Governo encetou uma reorganização interna, com o objetivo de assegurar que há uma ligação entre plano e orçamento, e na qual adotámos um princípio: um plano, um orçamento, um sistema!

Queremos estabelecer em todos os órgãos governamentais uma Unidade de Planeamento, Monitorização e Avaliação a fim de criar a estrutura e a capacidade para a implementação deste processo. Os planos anuais, os relatórios de desempenho, os planos e relatórios de aprovisionamento são ferramentas de planeamento, monitorização e implementação que, se trabalhados de forma coordenada, vão trazer maior transparência e, ao mesmo tempo, maior responsabilização pelo desempenho do ministério em relação aos compromissos assumidos.

Os distintos Deputados tiveram já a oportunidade de receber e analisar o resultado deste nosso esforço, quando receberam o Livro 2 do Orçamento e onde puderam constatar que, pela primeira vez, o plano anual está orçamentado.

Este exercício não é nada mais nada menos do que o resultado de um trabalho exigente de ligar o plano e o orçamento. E foi isto que fizemos numa análise minuciosa e criteriosa do plano de atividades tentando com o mesmo rigor atribuir-lhe um orçamento. O objetivo é, além do

ajuste dos programas e atividades, conseguir atribuir-lhes um orçamento para ter uma melhor correspondência entre ambos e uma melhor correspondência entre o dinheiro público gasto e os serviços a serem prestados.

Esta é a primeira tentativa, levada a cabo em tão pouco tempo, que deverá continuar a ser desenvolvida em 2017, e nos anos seguintes, através de uma definição rigorosa de programas por cada setor, integrando o plano, orçamento, implementação e verificação de resultados de forma integrada num sistema apenas. A definição dos programas e dos seus custos de implementação, numa perspetiva plurianual, vai evitar que tenhamos de começar do zero quando elaborarmos o plano anual e o orçamento. Além disso, evitamos ainda ter atividades planeadas para as quais não existe orçamento.

Assim, e com um carácter mais operacional, vamos ter já em 2016 novas ferramentas de gestão tais como o plano de implementação de atividades e despesa e o plano de aprovisionamento. Estes vão obrigar os órgãos governamentais a ter ainda mais pormenorizada e calendarizada as aquisições de bens, serviços ou obras de forma a incutir uma maior responsabilização na implementação quer física quer financeira dos programas.

A acompanhar o planeamento e a sua orçamentação, regulamos ainda a monitorização e a avaliação dos mesmos. Monitorizar o plano e o orçamento e avaliar o impacto e os benefícios que daí advém para o povo é garantir uma prestação de serviços eficaz, eficiente e justa, com verdadeiras repercussões na vida de todos.

Com o início deste procedimento, as metas específicas anuais que identificámos nos planos podem ser mais facilmente escrutinadas e fiscalizadas por Vossas Excelências, trazendo ainda mais transparência e responsabilização à ação do Executivo.

Além disso, este mecanismo já criado pelo Governo vai exigir ainda uma estreita colaboração entre os responsáveis das várias áreas, afinando ainda mais os seus resultados e, sobretudo, permitindo a identificação atempada dos constrangimentos à implementação e tomar as devidas medidas e precauções para garantir a eficácia e eficiência dos programas.

E porque só com recursos humanos capacitados conseguimos uma melhor prestação de serviços, vamos continuar a proporcionar, através do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, formação profissional, formação técnica e bolsas de estudo. Para 2016, com a realocação de fundos dos programas da Assistência Técnica ao Setor Judiciário e Terciário, este Fundo vai passar a incidir sobretudo em programas de formação geral que beneficiarão todos os setores.

E para que seja ainda mais precisa a sua utilização, teremos já no primeiro trimestre de 2016 os resultados do “Mapeamento Nacional dos Recursos Humanos dos Setores Público e Privado, por município” e a “Avaliação dos Resultados dos Programas do FDCH de 2011-2014”. Estes estudos não só vão permitir avaliar os resultados já alcançados como vão permitir ter uma melhor noção das necessidades, o que nos vai ajudar a definir em que área se torna mais necessário apostar na formação e capacitação dos nossos recursos humanos de forma a que possam fazer face à procura do mercado.

Excelências,

Timor-Leste deve continuar a estimular o investimento e a ser um país atrativo. Estamos por isso empenhados na reforma do setor público. Neste sentido, estamos a iniciar a implementação de reformas estratégicas, o que vai acontecer durante alguns anos e que vão permitir que Timor-Leste tenha sucesso no caminho para o desenvolvimento nacional sustentável.

A Reforma Legislativa e do Setor da Justiça vai proporcionar uma melhoria na capacidade do setor legislativo e judiciário, o que vai garantir e proteger os direitos do povo, sobretudo quanto à política de acesso à justiça.

A Reforma Fiscal - que abrange as políticas da receita e da despesa, os sistemas de gestão financeira pública, a administração fiscal e aduaneira, a gestão do Estado, a monitorização por resultados com especial enfoque na prestação de serviços e os recursos humanos - vai-nos permitir aumentar as receitas do Estado, melhorar o desempenho dos serviços e aumentar a qualidade do orçamento, entre outros.

A Reforma da Administração Pública, que inclui a análise de diagnóstico dos recursos humanos, o estabelecimento de padrões de competências, a revisão da tabela salarial e a identificação da estrutura organizacional, vai criar condições para levar ao Estado mais eficiência, eficácia e responsabilidade. Isto é, também, dar à administração pública condições para ser capaz de implementar as suas competências em prol do interesse público e, ao mesmo tempo, dar aos funcionários condições para exercerem devidamente as suas funções. De facto, só podemos exigir rigor, ética e profissionalismo se as pessoas estiverem aptas e nos lugares certos ao desempenho das suas funções.

Estas são medidas que, no nosso entendimento, vão criar condições para gerar investimento e diversificação económica tão essencial para o país e que têm de ser acompanhadas de uma estratégia que aposte nas pessoas, nas infraestruturas e que seja virada para criar condições que potenciem o investimento privado.

E por isso o Governo aprovou a implementação de um programa de Reforma e Fomento Económico que, numa forte relação com o Programa da Reforma Fiscal, vai criar medidas cujos objetivos visam desenvolver, reforçar e apoiar o setor privado que por sua vez gera emprego sustentável e diversifica a economia. Queremos melhorar o ambiente do setor privado e para isso estamos conscientes de que há que regulamentar as terras e propriedades, desenvolver infraestruturas económicas, dar ênfase à formação de recursos humanos e ao desenvolvimento da mão-de-obra, criar um ambiente propício aos negócios e atentar no investimento e desenvolvimento privado.

Queremos, também reforçar as nossas instituições bancárias. Por isso entendemos capitalizar o Banco Central de Timor-Leste (BCTL) mas também o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL) para que este último crie condições que facilitem o acesso ao crédito, a investimentos de projetos que sejam sustentáveis e que gerem emprego, sobretudo nas zonas rurais. Esperamos com isto que haja uma emancipação do setor privado, em áreas de

natureza comercial e de investimento, deixando o Estado de ser o maior ator nessas áreas para se concentrar cada vez mais na salvaguarda das questões sociais.

Excelências,

O ano de 2016 vai ser o ano de implementação de todos estes mecanismos e instrumentos que nos vão apoiar numa gestão responsável, eficaz e sustentável, permitindo que haja uma boa execução dos dinheiros públicos, criando desta forma condições para gerar investimento e diversificação económica.

Acreditamos, também, que o reflexo desta proposta de Orçamento Geral do Estado vai ser notório já para um próximo Governo. O VI Governo Constitucional contemplou, na proposta para 2016, um montante destinado ao pagamento de dívidas contraídas. Entendemos que o Governo que tomar posse em 2017 deve partir das condições mais favoráveis possíveis, pelo que se torna essencial um saneamento responsável das dívidas salvaguardando, ao mesmo tempo, a integridade e a confiança no Estado.

Esta é uma atitude que vai permitir que o próximo Governo possa ter o seu próprio programa de desenvolvimento e continue, também, a assumir a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, já aprovados pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Nacional, e que acreditamos vão conduzir ao crescimento e desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, tornando-o num país próspero e elevando a qualidade de vida da nossa população. E é precisamente nessa ótica de “alinhamento dos instrumentos e sistemas de planeamento e orçamentação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, sugerida por Vossas Excelências ao Governo, que reconhecemos a importância do empenho de todos para o seu cumprimento.

Com os resultados preliminares do Censos de 2015, em que constatamos que a nossa população aumentou para 1,167,242 pessoas, estamos empenhados em continuar a promover e a garantir um clima de segurança, paz e estabilidade - objetivo no qual Timor-Leste teve, aliás, uma participação reconhecidamente ativa. Ao mesmo tempo vamos continuar a apostar em políticas tão fundamentais como a igualdade do género, já reforçada pela Declaração de Maubisse recentemente assinada, e a proteção de pessoas portadoras de deficiências e vulneráveis.

Sendo a nossa população maioritariamente constituída por jovens, queremos continuar a estimular a qualidade da formação académica e profissional e a promover oportunidades de emprego para lhes dar condições para ter uma vida condigna, ativa, inclusiva e que participem no desenvolvimento na nação. E porque estes vão ser os futuros líderes do país, é preciso também sensibilizá-los para a questão das alterações climáticas e dos desastres naturais, que tem de ser levada muito a sério uma vez que podem afetar seriamente o desenvolvimento sustentável do país e da sociedade.

Permitam-me, a este respeito, referir que já estamos a criar um grupo de trabalho para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, de forma transversal, vai

trabalhar para que Timor-Leste consiga atingir os seus compromissos para com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Uma ação central e prioritária é a luta pela nossa soberania plena que só conseguiremos alcançar com a delimitação definitiva das nossas fronteiras marítimas. Estamos a conduzir este processo com total perseverança porque os direitos dos timorenses não podem ser relegados para segundo plano nas prioridades do Estado.

A nossa ação externa desempenha aqui um papel importante. Continuamos pois a envidar esforços para fortalecer a nossa posição nos fora internacionais, sendo que a adesão à ASEAN e a liderança da CPLP, da qual temos a presidência rotativa até meados do próximo ano, nos posicionam ainda num dos hubs que constituem uma alavanca do crescimento económico. Vamos continuar também a honrar os nossos compromissos e a apoiar os países frágeis através do grupo G7+ e, pela Agência de Cooperação de Timor-Leste, vamos prosseguir com o apoio no processo de desenvolvimento dos nossos países irmãos.

Excelências,

Acabámos todos de celebrar o quadragésimo aniversário da Proclamação da nossa Independência e os 500 anos do contacto entre o povo Timorense e Português que em muito contribuiu para o forjar e afirmar da nossa identidade.

Mas comemoramos este ano também treze anos como Nação independente. Beneficiamos de um ambiente estável, com paz e segurança que também nos tem permitido reunir uma política de consenso em relação à estratégia do país, onde os interesses nacionais se têm sobreposto aos interesses individuais. Estes são verdadeiros motivos de orgulho.

Para concluir, apelo ao debate franco e construtivo, em prol do enriquecimento do nosso sistema democrático, como tem vindo a ser apanágio dos distintos Deputados, onde as discussões recaiam sobre as políticas e o respetivo orçamento, imprimindo a esta discussão o seu interesse maior que é a qualidade e relevância do orçamento do Estado para o próximo ano de 2016. A bem da Nação!

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
1 de dezembro de 2015

**INTERVENÇÃO NA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DO PARLAMENTO NACIONAL SOBRE A NOVA APRECIÇÃO
DO DECRETO DO PARLAMENTO NACIONAL Nº20/III -OGE PARA 2016**

Parlamento Nacional
8 de Janeiro de 2015

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Suas Excelências Senhores Vice-Presidentes do Parlamento Nacional,
Distintos Deputados,
Colegas membros do Governo,
Povo de Timor-Leste.

Ainda no rescaldo das celebrações do Ano Novo, desejo-vos umas Boas Entradas.

É com muita humildade que vimos hoje, mais uma vez, marcar a nossa presença a fim de apresentar o ponto de vista do VI Governo Constitucional sobre a política que serviu de base ao plano de ação anual e ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, sobretudo os pontos de vista relacionados com a mensagem proferida por Sua Excelência o Sr. Presidente da República dirigida ao Parlamento Nacional, no dia 28 de Dezembro de 2016, solicitando a reapreciação ao Decreto n.º 20/III –Orçamento Geral do Estado para 2016.

Antes de apresentar a perspectiva do VI Governo Constitucional, relativamente aos aspectos mais salientes na mensagem de veto de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, quero relembrar que no contexto de separação de poderes, consignados na Constituição da República, o Governo é o órgão soberano responsável pela condução e execução da política geral do país (artigo 103º), depois de obter a aprovação pelo Parlamento Nacional (alínea a, no. 1, do artigo 115º).

Com base neste mandato constitucional, todos os Governos, desde o I Governo Constitucional, definiram a sua própria linha geral de condução política do país, através dos seus próprios Programas, os quais, depois de submetidos à apreciação desta Casa Magna, começam a ser executados, através dos respetivos planos de ação e dos orçamentos anuais. A competência do Governo em preparar o plano e o OGE e a sua execução após a aprovação pelo Parlamento Nacional está explicitamente definida na alínea d, no 1, do artigo 115º da Constituição da República.

Especificamente, em relação ao VI Governo, por um lado, todos nos lembramos ainda de que o Programa do Governo teve apreciação e aprovação pelo Parlamento Nacional em Março de 2015, e que o próprio programa representa uma continuação do V Governo (embora dando ênfase a aspectos diferentes do V Governo), e que este programa também tenta implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento aprovado em 2011 pelo próprio Parlamento Nacional para servir

de guião para o desenvolvimento socio-económico de Timor-Leste de 2011 a 2030. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento, a partir de 2016 e até 2020, Timor-Leste entra na Segunda Fase de implementação, o que envolve três linhas de ação muito importantes: (1) a continuação do desenvolvimento das infraestruturas, (2) a consolidação dos Recursos Humanos; (3) o desenvolvimento da competitividade na economia de Timor-Leste.

Por outro lado, estas três linhas de ação já traçadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2016 e 2020 já foram incorporadas no programa do VI Governo e tentamos executá-las através do plano de ação e do orçamento anual, refletidos também no OGE para 2016. É exatamente do reflexo destas três linhas de ação que surge a determinação da prioridade e a alocação orçamental para 2016.

Sr. Presidente, ilustres deputados, povo de Timor-Leste.

Considerando a mensagem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República relativamente ao veto ao OGE para 2016,

Antes de mais, o VI Governo Constitucional está ciente de que *os investimentos por nós decididos para serem realizados nos momentos atuais, não devem prejudicar o desenvolvimento no futuro*. Porém, o Governo entende que não haverá desenvolvimento no futuro, caso não haja investimento hoje.

O Governo compreende esta preocupação sobre a insustentabilidade das despesas que realiza, designadamente por (1) o preço do petróleo continua a baixar, e a projeção para o ano de 2016, segundo os observadores, estará assente nos 50 dólares americanos/barril, enquanto que o preço de referência fixado pelo governo no OGE para 2016 é superior, no valor de 64,70 dólares americanos; (2) o OGE tem ultrapassado sempre o Rendimento Sustentável, excedendo os 100% e (3) as receitas não-petrolíferas mantêm-se baixas há já algum tempo, ou “quase estagnadas”.

É verdade que o preço do petróleo varia regularmente, porém, não nos devemos esquecer que 90% da riqueza petrolífera da qual temos conhecimento já está transformada em recursos/património financeiro, e que tais recursos financeiros, com base na atual política de investimento do Governo, atrai lucros anuais a favor do Fundo Petrolífero.

Para ter em consideração a sustentabilidade do nosso uso do Fundo Petrolífero, precisamos também de ter em conta o rendimento proveniente do petróleo e do gás e o lucro adicional que resulta do investimento pelo Fundo Petrolífero, comparando-os depois ao montante retirado por nós, anualmente, para sustentar o OGE. Desde 2005 até 2014, o dinheiro que entra para o Fundo Petrolífero (proveniente do rendimento extraído do petróleo e do gás, adicionando-lhe o lucro extraído do investimento) é superior ao montante retirado para financiar o OGE. Os dados existentes mostram que conseguimos poupar mais de 70%, na sequência da subida do preço do petróleo. Em 2015, até ao mês de Dezembro, o montante retirado do Fundo Petrolífero para financiar o OGE foi superior em cerca de 200 milhões ao montante que entrou no Fundo

Petrolífero, muito embora tal montante possa variar, na ocasião da apresentação do relatório pelo Banco Central sobre o rendimento a partir do investimento do Fundo Petrolífero. Para 2016, se utilizarmos como base de estimativa os US\$50/barril (conforme Sua Excelência o Sr. Presidente da República sugere), tal estimativa revela que o Fundo Petrolífero para 2016 terá um rendimento total de US\$1,321 mil milhões (US\$453,5 milhões provenientes do rendimento do petróleo e gás, e US\$867,7 milhões a partir do lucro do investimento do Fundo Petrolífero). É verdade que ultrapassámos o Rendimento Sustentável Estimado na medida em que precisámos de recursos financeiros adicionais para investirmos nas áreas definidas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento, como atrás referido. Por um lado, o Governo adoptou desde 2011 uma política de “frontloading”, ou seja, antecipar desde já as despesas no investimento de capital, para que, no início de 2020, estes investimentos já possam criar rendimentos fiscais suficientes para reduzir a dependência de Timor-Leste do Fundo Petrolífero. Para financiar tal política de “frontloading”, temos que retirar algumas verbas do Fundo Petrolífero e recorrer a empréstimos disponibilizados pelos parceiros a juros inferiores face aos juros e rendimentos que retiramos do Fundo Petrolífero e dos investimentos financeiros que realizamos.

Por outro lado, quando analisamos os dados das receitas não-petrolíferas, constatamos que tais receitas não estão estagnadas pois, desde 2011, por exemplo, e até 2015, as receitas não-petrolíferas aumentaram de US\$111.7 milhões para US\$170 milhões, ou seja, em cinco anos houve um aumento de 52.1%. Tal progresso ainda não é o máximo que podemos atingir, mas mostra desde já que a receita não-petrolífera assume uma elevada potencialidade de passar a ser uma fonte adicional e significativa para financiar o desenvolvimento socio-económico de Timor-Leste, desde que haja um investimento sério na nossa economia. As reformas económica e fiscal atualmente em execução pelo Governo tentam (1) diversificar mais o tipo de imposto não-petrolífero; (2) alargar mais a base, ou seja, o universo contribuinte dos impostos; (3) tornar a administração mais eficiente.

Sr Presidente, ilustres deputados, povo de Timor-Leste.

Uma outra importante preocupação manifestada por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, na mensagem sobre o veto ao OGE para 2016, incide sobre a sustentabilidade do desenvolvimento de Timor-Leste no futuro. Tal preocupação foi transmitida através de um silogismo, ou modelo de raciocínio baseado na dedução, com duas premissas orientadas para uma conclusão. O silogismo referente à sustentabilidade do desenvolvimento de Timor-Leste no futuro está escrito na página 3 da mensagem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Passo a citar:

“Num OGE em que:

- a) a despesa corrente do Estado corresponde a mais de dois terços da despesa total e em que
- b) cerca de metade (47%) do financiamento global do Orçamento é feito acima do RSE significa que o mecanismo de levantamentos acima do RSE não se destina a salvaguardar

os interesses futuros de Timor-Leste e dos timorenses, mas financiar o funcionamento actual da máquina do Estado.”

Quando olhamos superficialmente para este pensamento dedutivo, podemos cair na impressão que a conclusão está correta, de que a proposta do OGE para 2016 apenas salvaguarda a máquina do Estado e não o futuro interesse de Timor-Leste e dos timorenses, visto o Governo ter proposto o uso de 75% do OGE de 2016 para sustentar apenas a máquina do Estado.

Porém, se analisarmos bem os Livro do Orçamento 1 até ao 6, notamos que:

- (1) A Despesa Corrente do Estado (ou seja, o montante total alocado no OGE para 2016 destinado a sustentar a máquina do Estado, nomeadamente os salários e vencimentos, parte dos bens e serviços e parte do capital menor) não ultrapassa 29% do total do OGE para 2016. Isto significa que o orçamento destinado ao sustento da máquina do Estado para 2016 é de apenas US\$453,862 milhões.
- (2) A despesa de Capital e das Transferências Públicas alocada no OGE representa 71%, ou seja, US\$1.108, 371 milhões.
- (3) O Rendimento Sustentável Estimado para 2016 é de US\$544,8 milhões, e a previsão relativa às receitas não-petrolíferas para 2016 de 171.4 milhões. Os dois em conjunto representam um total de US\$716.2 milhões. Isto significa que a Despesa Corrente do Estado não ultrapassa o total do Rendimento Sustentável Estimado em conjunto com as receitas não-petrolíferas.

Com base nos factos atrás citados podemos verificar que o silogismo, ou seja, o raciocínio dedutivo atrás referido não está correto, ou passa a ser aquilo que na lógica filosófica é designado por ‘falácia’. Isto significa que, quando não analisamos com detalhe a informação contida nos Livros 1 até ao 6, a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento de Timor-Leste no futuro, expressa pelo silogismo supra, parece-nos correta, mas após uma detalhada análise essa preocupação deixa de ter fundamento.

Sr Presidente, ilustres deputados, povo de Timor-Leste,

Sua Excelência o Sr. Presidente da República manifesta igualmente preocupação com o modo como definimos as prioridades nacionais e como investimos os nossos recursos que são limitados, sobretudo quando, de acordo com a percepção de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, o OGE para 2016 (1) aumenta 24% nas infra-estruturas, particularmente na ZEESM e no projecto Tasi Mane, que “alegadamente” não oferecem garantias de retorno; (2) reduz acentuadamente o orçamento para a saúde, educação e agricultura, e (3) existe a necessidade de manter um equilíbrio no desenvolvimento das áreas rurais.

O Governo está sensibilizado por tais preocupações, mas pretende esclarecer os seguintes pontos:

- (1) O aumento do orçamento para as infra-estruturas está assente no contexto de um compromisso que todo o Estado assumiu com vista a diversificar a economia de Timor-Leste. Se Timor-Leste não continuar a investir nas infra-estruturas, como um meio para investir no processo de investimento sócio-económico, como poderemos diversificar a nossa economia e reduzirmos assim a dependência do Fundo Petrolífero?
- (2) Como foi explicado já durante o debate do OGE para 2016, na generalidade e na especialidade, o retorno do investimento público não se assemelha ao do investimento privado. Todos os investimentos, tanto públicos como privados, enfrentam o dilema entre risco e retorno, e a decisão para o investimento é normalmente feita com base num bom equilíbrio entre o risco e o retorno. O risco de menor escala está, normalmente, associado ao retorno de menor escala, e o risco de maior escala está associado ao retorno de maior escala. Diz um ditado popular português: “Quem não arrisca, não petisca”, ou seja, quem não pretender assumir ou passar pelo risco, não lhe caberá o pestisco, isto é, não lhe será possível saborear os melhores resultados. Que riscos é que podem afectar o investimento público? Passo a referir-me apenas a três importantes riscos: ineficiência, esbanjamento e a corrupção. Estamos prontos, ou não, para enfrentar tais riscos? Um bom planeamento irá reduzir o risco de ineficiência, um bom mecanismo de controlo irá reduzir o risco de esbanjamento e da corrupção. Na vertente do retorno, o maior retorno no investimento público é o social, logo a seguir o económico e o fiscal, e por último é o financeiro. Porém, em todos os investimentos, públicos e privados, é difícil assegurar a garantia relativamente à quantidade do retorno, sobretudo o financeiro. Mesmo com uma variedade de estudos de viabilidade e de metodologias é muito difícil assegurar um retorno financeiro exacto.
- (3) No que respeita à ZEESM, o estudo de viabilidade inicial realizado antes da aprovação da Lei no 3/2014 diz que a Zona Económica Especial em Oecusse-Ambeno (na altura, ainda não estava incluída a componente social) precisará durante quinze anos de um investimento num montante de 4 mil milhões de dólares americanos, destinado a uma zona especial económica com uma área de 170 hectares (dentro da área de Pante Macassar, incluído a do Padiá e do Tono). Deste montante, a estimativa do investimento privado é de 75%, e o investimento público de 25%, e o objectivo deste investimento público consiste em gerar adequadas condições relativas a estradas, electricidade, água potável, porto, aeroporto e às demais infra-estruturas passíveis de atrair Investimento Estratégico Directo. As atividades económicas no interior dos 170 hectares podem também gerar, para além do retorno social, económico e fiscal, a partir de 2030, uma perpetuidade financeira de 20%/ano ou, por outras palavras, os ativos gerados a partir do investimento de 4 mil milhões disponibilizará um rendimento fixo de cerca de US\$800 milhões/ano. Porém, é preciso atualizar este estudo de viabilidade na medida em que se precisa de incluir também o conceito de “economia social de mercado”. Isto significa que se deverá incluir o território de Oecusse-Ambeno (com uma área de 850 Km²). Concluir-se-á dentro deste mês o plano do ordenamento do Território RAEOA e preparar-se-á, com base neste plano,

o Plano Estratégico de Desenvolvimento da ZEESM, incluindo Ataúro, na qualidade de um pólo de desenvolvimento complementar. Tal Plano Estratégico identificará projectos de investimentos económicos específicos e realizar-se-á estudos de viabilidade por cada projecto. No que respeita a Ataúro, já está pronto o plano de ordenamento do território, e no início deste ano, o investimento público alocado para Ataúro concentrar-se-á nas infra-estruturas, nomeadamente água potável, electricidade e porto. Quando for aprovado o plano de ordenamento do território pelo Conselho de Ministros, o mesmo servirá de base para desenvolver também uma parte do Plano Estratégico do Desenvolvimento da ZEESM relativamente a Ataúro, e depois realizar-se-á estudos de viabilidade para cada projecto de atividade económica já identificados no Plano Estratégico.

- (4) No que respeita ao projecto de Tasi Mane, a estimativa feita pelos anteriores Governos revela que o investimento público, nos próximos 7 anos, necessitará até 2 mil milhões de dólares americanos, particularmente para a construção da base de abastecimento do Suai, da auto-estrada e do aeroporto, com vista a atrair investimento directo estrangeiro no total de 15 mil milhões de dólares americanos para a construção da fábrica LNG, refinaria, e zona industrial destinada às demais indústrias complementares. Tais investimentos, para além do retorno social, económico e fiscal, de acordo com as estimativas, criam a potencialidade para acumular rendimentos, a ter início nos próximos vinte anos, até 40 mil milhões de dólares americanos a favor do Estado, através da indústria de extração e de processamento do petróleo e gás.
- (5) Se atendermos apenas ao Fundo Consolidado de Timor-Leste, está correto que o orçamento para 2016 destinado à saúde, educação e agricultura sofreu uma redução, comparando-o ao de 2015. Porém, se contarmos também com as despesas para o capital alocado ao PDIM (anteriormente designado por PDID), o Fundo das Infra-estruturas e também o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, podemos constatar que para a saúde existe um montante de US\$65.6 milhões para o ano de 2016 (enquanto que em 2015 se alocou US\$67 milhões no fundo consolidado, tendo sido executado apenas US\$63 milhões); para a agricultura existe um montante de US\$28.1 milhões para 2016 (enquanto que em 2015 se alocou US\$27 milhões no fundo consolidado, tendo sido executado apenas US\$26 milhões) e para a educação existe um montante de US\$112 milhões para 2016 (enquanto que em 2015 se alocou US\$103 milhões no fundo consolidado, tendo sido executado apenas US\$102 milhões). Sob a perspectiva do Governo, só o montante ou a percentagem do valor alocado a tais setores não pode servir de padrão único relativamente ao nosso ato de dar, ou não, prioridade a tais setores. O montante alocado deve atender também à capacidade de execução do valor alocado e ainda à capacidade de execução dos programas ou dos projectos com qualidade.
- (6) O OGE para 2016 aloca 49.8%, ou seja, US\$453.8 milhões de dólares americanos na categoria de despesas de capital e das transferências públicas aos treze municípios. Embora isto não garanta, por si, o equilíbrio no desenvolvimento entre a zona rural e a

urbana, revela pelo menos que a alocação do OGE para 2016 não está concentrada apenas nos projectos nacionais.

Sr Presidente, ilustres deputados, povo de Timor-Leste,

Outra preocupação transmitida por Sua Excelência o Sr. Presidente da República na sua mensagem de veto é a extinção do então Fundo das Infra-estruturas, na qualidade de um fundo especial, e a criação do Fundo de Infra-estruturas na qualidade de um fundo autónomo. De acordo com a mensagem de veto a criação deste fundo não respeita o quadro legal que define as regras para o funcionamento transparente dos fundos especiais.

O Governo percebe a preocupação sobre a legalidade e a transparência relativa à criação do fundo autónomo para as infra-estruturas, mas pretende fazer chegar o seu ponto de vista como se segue:

- (1) O Fundo das Infra-estruturas que o Decreto no 20/III, Orçamento Geral do Estado, propõe criar, não é um fundo especial como definido no artigo 32º Lei no 13/2009, de 21 de Outubro, mas sim um fundo autónomo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira.
- (2) A importância em criar o fundo autónomo, em substituição do fundo especial, é que através deste fundo autónomo não precisamos de, anualmente, re-apropriar os montantes cuja execução não foi conseguida realizar até ao fim do ano. Tal mecanismo oferece dois benefícios importantes: (a) o processo de pagamento destinado ao projecto das infra-estruturas pode ser realizado mesmo que se tenha chegado ao final do ano e mesmo que o orçamento ainda não tenha sido aprovado e promulgado, situação por nós enfrentada atualmente. Também resolverá problemas de liquidez das empresas, causa comum para o atraso na implementação das obras no interior do território; (b) este mecanismo abrirá espaço fiscal, permitindo a alocação orçamental para as áreas que precisem de investimento. Porque todos os anos temos de re-apropriar os montantes cuja execução não foi conseguida realizar até ao final do ano, tal re-apropriação 'ocupa o espaço fiscal' retirando margem de manobra no processo de alocação orçamental feito por nós em cada ano. Um exemplo concreto: em 2016, alocámos 1 milhão de dólares americanos para a construção e supervisão de um esquema de irrigação em Larisula. Se até ao final de Dezembro de 2016 conseguir-se executar apenas a obra até ao montante de 600 mil dólares americanos isto significa que, no OGE para 2017, não precisaremos de re-apropriar os 400 mil para completar tal obra em 2017 porque o fundo autónomo das infra-estruturas retém já o montante de 400 mil dólares americanos para completar a obra. Pode-se continuar assim a pagar a fatura proveniente da empresa implementadora da obra, mesmo que tenha chegado já o dia 31 de Dezembro, e que o início da execução do OGE para 2017 não possa ocorrer logo em Janeiro, situação que enfrentamos atualmente.
- (3) No que respeita à legalidade da criação do fundo autónomo das infra-estruturas, o

Governo é da opinião que: (a) o Instrumento legal mais adequado para a criação de um fundo autónomo é a Lei do Orçamento Geral do Estado na medida em que este fundo autónomo representa uma figura financeira com um impacto orçamental, e a própria lei sobre o OGE constitui um instrumento legislativo mais apropriado para definir regras e impactos financeiros e orçamentais, respeitando também o princípio da universalidade ou da unidade, conforme o disposto na Lei n.º 13/2009 no seu artigo 4.º; (b) a proposta de criação deste fundo autónomo não contradiz a Lei n.º 13/2009 porque a proposta respeita o princípio da transparência, e a especificação das receitas e das despesas já claramente descritas na finalidade relativa ao fundo autónomo, e as suas receitas e despesas globais estão descritas no Anexo II e Anexo III, na parte que se refere aos “Serviços e Fundos Autónomos”, de acordo com o que está disposto na Lei n.º 13/2009 no seu artigo 27.º; (c) a proposta para a criação deste fundo autónomo também assegura a sua sujeição ao padrão internacional de contabilidade, e também ao mecanismo de inspeção e de controlo de execução orçamental pelos demais órgãos soberanos, conforme o disposto na Lei n.º 13/2009, nos seus artigos 52.º e 53.º.

Sr Presidente, ilustres deputados, povo de Timor-Leste,

Após ter apresentado a posição do Governo, e com todo o respeito perante as preocupações de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, expressas através da sua mensagem de veto, gostaria ainda em nome do Governo de assinalar que o orçamento proposto pelo Governo para 2016 procura utilizar os nossos recursos limitados a favor do desenvolvimento sustentado do nosso país e da melhoria da condição de vida da nossa população.

O Governo não contesta a necessidade de investir mais a favor dos timorenses, através da educação e da saúde, como ferramentas de bem-estar, mas o Governo também é da opinião que “mais investimento” não significa apenas “aumento de dinheiro” em que, na prática, as instituições responsáveis pelo planeamento, gestão e execução orçamental não consigam absorver e utilizar estes recursos num contexto de uma execução com qualidade.

Por último, é verdade que passados treze anos após a restauração da nossa independência, todos juntos, podemos melhorar e podemos mesmo fazer mais, desde que, cada um de nós, procure pautar-se pela Constituição.

Em frente com confiança, pois juntos conseguiremos construir a nação a partir da base, trazendo mudanças à vida do nosso povo!!!

Muito obrigado pela vossa atenção!

Dr. Rui Maria de Araújo
8 de Janeiro de 2016

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO, POR OCASIÃO DO DEBATE DA
PROPOSTA DE LEI N.º 41/III (4ª) – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2016**

Parlamento Nacional
12 de julho de 2016

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências Senhores Vice-Presidentes do Parlamento Nacional
Distintos Deputados
Colegas membros do Governo
Povo de Timor-Leste

Venho, em nome do VI Governo Constitucional, apresentar perante esta Magna Casa a submissão ou o pedido da primeira alteração à Lei nº1/2016 de 14 de janeiro, sobre o Orçamento Geral do Estado para 2016.

Antes da apresentação detalhada desta proposta de alteração, permitam-me apresentar à Magna Assembleia e a todo o Povo de Timor-Leste o contexto geral sobre o desenvolvimento socioeconómico deste nosso muito amado país.

Temos ainda na memória que, em março de 2015, o Programa do VI Governo foi alvo de apreciação e de aprovação pelo Parlamento Nacional e que este programa é, em parte, a continuação do Programa do V Governo – embora seja em certos aspetos distintos deste – e que o mesmo visa também implementar o Plano Estratégico do Desenvolvimento, ora aprovado pelo Parlamento Nacional em 2011, e que serve como guia para o desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste, de 2011 a 2030. Timor-Leste, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento, vai entrar, de 2016 a 2020, na sua segunda fase de implementação, envolvendo as três importantes linhas de ação: (1) Continuar a desenvolver as infraestruturas, (2) Consolidar os Recursos Humanos; (3) Desenvolver a competitividade económica do País.

As três linhas de ação já traçadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2016 à 2020 – que o Governo tenta neste momento harmonizar e incorporar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável já adotada formalmente por esta Magna Casa – pretende concretizar os grandes esforços que têm sido feitos para transformar a economia de Timor-Leste, de subsistência e dependente do petróleo e de gás, numa economia com base na prestação de serviços, da agroindústria e indústria manufatureira, permitindo conduzir Timor-Leste para a meta já definida pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Para que estes esforços de transformação e diversificação da nossa economia se concretizem, Timor-Leste precisa de continuar a investir nas infraestruturas básicas e no capital humano. Para isto, Timor-Leste tem dois caminhos de investimento: o investimento público e o privado. Tal como outros países saídos do conflito, e tendo em conta o tamanho do mercado de que dispõe, Timor-Leste enfrenta ainda dificuldades em atrair investimento privado nas áreas das infraestruturas básicas e do desenvolvimento do capital humano. O ponto importante do investimento privado é manter o seu valor patrimonial e atrair lucros a favor dos seus acionistas/a quota dos seus membros. Para atrair lucros, o investidor privado deve investir na economia, ou seja no país, e na área económica onde haja uma menor perceção de risco e com potencialidade de retorno financeiro, isto é, com grande potencialidade de obter lucros.

O dilema enfrentado pelos países como Timor-Leste é o seguinte: Se os investidores privados não estiverem interessados em investir o seu capital nas infraestruturas básicas e no capital humano – se estas não forem áreas promissoras e com grandes retornos financeiros – a quem caberá fazer tal investimento? Pode o Estado optar por recorrer aos investimentos públicos, através dos recursos ou de reservas financeiros de que dispõe? Com este dilema surge de imediato uma outra questão. No caso de o Estado recorrer a investimentos públicos, será que o princípio aplicado por este relativamente a investimentos públicos deverá equivaler ao princípio da atração de lucros tal como o investidor privado?

Senhor Presidente, ilustres Deputados, povo de Timor-Leste

Timor-Leste optou, desde 2011, por usar os recursos financeiros retidos no Fundo Petrolífero, um montante particularmente acima do Rendimento Sustentável Estimado, para realizar investimento público nas infraestruturas básicas e no desenvolvimento do capital humano. Existe porém, uma preocupação quanto ao retorno face ao investimento público já utilizado e retirado acima do Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero. Infelizmente ao falarmos do investimento público proveniente do Fundo Petrolífero, temos esta tendência de confundir o retorno com o lucro. São dois conceitos diferentes.

Como foi já explicado no debate da OGE de 2016, o retorno do investimento público não se compara ao retorno do investimento privado. Todos os investimentos, quer públicos quer privados, enfrentam esse dilema entre risco e retorno, e a decisão sobre o investimento, normalmente é feita com base num bom equilíbrio entre o risco e o retorno. O risco menor está normalmente associado ao retorno menor e vice-versa. Qual seria o risco no investimento público? Refiro-me apenas a três importantes riscos: ineficiência, esbanjamento, e a corrupção. Estamos prontos para enfrentar estes riscos? Um bom planeamento reduz o risco de ineficiência, e um bom mecanismo de controlo, reduz o risco de esbanjamento e de corrupção. Em relação ao retorno, o maior retorno do investimento público seria o retorno social, seguido do retorno económico, depois o retorno fiscal, e por último o retorno financeiro. Porém em todos os investimentos, públicos ou privados, é difícil garantir a quantidade do retorno, sobretudo do retorno financeiro ou o lucro. Podem ser feitos estudos de viabilidade e utilizadas outras

metodologias, mas é difícil assegurar o retorno financeiro exato que um projeto ou de um empreendimento pode atrair.

Senhor Presidente, ilustres Deputados, povo de Timor-Leste

No contexto do investimento público destinado ao apoio da diversificação da economia timorense, como referi antes, o VI Governo Constitucional vem apresentar a esta Magna Casa, a proposta de alteração à Lei N^o1/2016 de 14 de janeiro, sobre o OGE de 2016, de acordo com o seguinte:

- (1) Alteração do Anexo I do OGE de 2016 relativamente ao financiamento das despesas através do Fundo Petrolífero;
- (2) Alteração do Anexo II do OGE de 2016 da parte referente ao Fundo das Infraestruturas;
- (3) Alteração do Anexo III do OGE de 2016 da parte referente ao Fundo das Infraestruturas;
- (4) Alteração do Artigo 4^o do OGE de 2016 sobre o limite autorizado pelo Parlamento Nacional para financiar o OGE;
- (5) Alteração do Artigo 7^o, relativamente às regras complementares para a execução orçamental.

Resumidamente, a Proposta de Alteração à Lei n^o1/2016 de 14 de janeiro, solicita ao Parlamento Nacional autorização do aumento do orçamento no valor de US\$390,7 milhões de dólares americanos para Capital de Desenvolvimento, que se destina a financiar os projetos das infraestruturas já incluídos nas três categorias, e que sob o ponto de vista de orçamentação do OGE de 2016 (1) foi orçamentado mas o montante não foi suficiente; (2) os contratos ainda não tinham sido assinados e o envelope fiscal para 2016 não era suficiente; (3) com o orçamento alocado em 2016 não se conseguiu liquidar dívidas.

Não vou referir-me detalhadamente aos projetos incluídos nesta categoria uma vez que a submissão e exposição de motivos, enviados pelo VI Governo a esta Magna Casa, já têm esses detalhes. Ainda assim, aproveito esta oportunidade para salientar alguns aspetos:

Primeiro, o processo de supervisão feito à execução das obras por parte das instituições do Governo começaram a melhorar, o que tem uma implicação positiva sobre a dinâmica de serviços do supervisor de obras e também nos empreiteiros. Implicação positiva essa que se traduz numa melhoria da qualidade e no aceleração do ritmo das obras por parte dos empreiteiros. Adicionalmente, o Fundo das Infraestruturas, que de acordo com a Lei detém autonomia, processa o pagamento diretamente para o Banco Central e isso tem implicação na celeridade do processo de pagamento aos empreiteiros. Por todos estes fatores, o montante do orçamento previsto no OGE para 2016 não foi o suficiente para realizar os pagamentos e por isso precisamos de um montante adicional para fazer pagamentos de acordo com a percentagem de implementação, para garantir que as empresas têm liquidez suficiente para continuarem a realizar obras de qualidade e de acordo com o tempo já definido no contrato. O atraso do pagamento pelo Estado, seja por questões burocráticas seja por falta de orçamentação, afeta

bastante a liquidez das empresas, o seu desempenho e, por último, a sua sustentabilidade.

Segundo, existem alguns projetos plurianuais tais como a contrapartida do Estado na construção do Porto de Tibar, a contrapartida na construção do sistema de drenagem na cidade de Díli, bem como o pagamento da construção da base logística de Suai, que não se conseguiu incluir no OGE de 2016, mas que apesar da demora na sua preparação o Governo tem que assinar em 2016, assumindo assim uma responsabilidade financeira de forma a garantir que esses projetos possam ser levados avante. Estes mesmos projetos assumem grande importância no esforço de transformar e de diversificar a economia de Timor-Leste, e são muito importantes para começar por dar um passo à frente de modo a facilitar e atrair investimento privado noutras áreas.

Terceiro, para o próximo ano haverá eleições presidenciais e legislativas em Timor-Leste. O Governo eleito a partir do mês de agosto do próximo ano não pode começar o seu mandato a liquidar as dívidas dos anos financeiros anteriores. Além disso, independentemente da aplicação do mecanismo de responsabilização sobre o órgão de Estado gestor do dinheiro público previsto pela lei, o VI Governo Constitucional reconhece que não pode prejudicar o setor privado nem os empresários por não ter previsto o orçamento para a liquidação das dívidas correntes.

Senhor Presidente, ilustres Deputados, povo de Timor-Leste

O VI Governo Constitucional está consciente de que este pedido adicional tem que vir do Fundo Petrolífero, uma vez que as receitas não petrolíferas são insuficientes para cobrir estas necessidades adicionais. Este pedido adicional pode levantar dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal de Timor-Leste no futuro, bem com em relação à capacidade de implementação por parte do próprio Governo. A necessidade de se fazer este pedido adicional, para continuar haver investimento público, já foi por mim citado anteriormente pelo que não me vou repetir. No entanto, aproveito esta ocasião para destacar mais alguns pontos:

Um, a despesa corrente do Estado, ou seja o dinheiro alocado no OGE para 2016 para sustentar a máquina do Estado – salários e vencimentos, bens e serviços, e capital menor –, em conjunto, não excedem 29% do total do OGE para 2016. O que significa que o orçamento para sustentar a máquina do Estado para 2016 tem o montante de US\$453,862 milhões de dólares americanos. A previsão do Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero para 2016 é de US\$544,8 milhões de dólares americanos, e a previsão das receitas não petrolíferas para este ano é de 171,4 milhões de dólares americanos. As duas em conjunto somam US\$716,2 milhões de dólares americanos. Isso significa que a despesa corrente do Estado não ultrapassa o total de Rendimento Sustentável Estimado, quanto mais se se adicionar as receitas não petrolíferas. Aliás, o montante de US\$262.3 milhões de dólares americanos do Rendimento Sustentável Estimado e das receitas não petrolíferas não foram utilizadas na despesa corrente do Estado mas sim em transferências públicas, ou seja, utilizado em benefício da comunidade. Isso significa que o montante acima do Rendimento Sustentável Estimado proveniente do

Fundo Petrolífero foi utilizado em investimento público na área das infraestruturas básicas e no desenvolvimento do capital humano e que, de acordo com as estimativas, a partir de 2020 vamos poder ver maiores resultados sobre o retorno social e o retorno económico para a população, e conseqüentemente uma maior escala de retorno fiscal para o Estado.

Dois, se considerarmos os dados relativos às receitas não petrolíferas, podemos ver que esta receita não estagnou uma vez que de 2011, por exemplo, até 2015, as receitas não petrolíferas aumentaram de US\$111,7 milhões para US\$170 milhões de dólares americanos, ou seja, em cinco anos teve um aumento de 52.1%. Este ainda não é o progresso máximo, demonstrando que as receitas não petrolíferas têm um grande potencial servindo como uma muito significativa fonte adicional para o financiamento do desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste, desde que haja investimento a sério na nossa economia. A Reforma Económica e Fiscal, que está a ser levada a cabo pelo Governo que neste momento, procura (1) diversificar mais o tipo de imposto não petrolífero; (2) expandir mais a base ou o universo dos contribuintes que pagam impostos; (3) tornar a administração dos impostos mais eficiente.

Três, o Fundo das Infraestruturas, sendo um Fundo autónomo aprovado pela Lei nº1/2016 e já regulamentado pelo Decreto-Lei nº 13/2016, tem maior facilidade de execução na medida em que (a) existe um Conselho Administrativo dedicado a gerir tal orçamento; (b) há mais flexibilidade na execução uma vez que, por exemplo, a regra de transferências entre rubricas é diferente do órgão ou dos serviços não autónomos; (c) o processo de pagamento que já não passa pelo Ministério das Finanças sendo enviado diretamente para o Secretariado do Banco Central. Isto faz com que o processo burocrático diminua, refletindo-se numa maior celeridade nos processos de pagamento.

Senhor Presidente, ilustres Deputados, povo de Timor-Leste

Considerando estes fundamentos, e em nome do VI Governo Constitucional, solicito aos ilustres deputados a aprovação desta proposta do Governo relativamente à alteração da Lei Nº1/2016, de 14 de janeiro, para que juntos possamos contribuir para a transformação e diversificação económica, que nos levará a alcançar a meta já contemplada no Plano Estratégico de Desenvolvimento e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Muito obrigado pela atenção.

Dr. Rui Maria de Araújo
12 de julho de 2016

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2017
NO PARLAMENTO NACIONAL**

Parlamento Nacional, Díli
23 de Novembro de 2016

Sua Excelência

Senhor Presidente do Parlamento Nacional

Excelências Senhores

Vice-Presidentes do Parlamento Nacional

Excelências

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores membros do Governo

Senhoras e senhores

Povo de Timor-Leste,

É com muita honra e satisfação que, em nome do VI Governo Constitucional, venho apresentar a esta Magna Casa o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017. Este é também o último orçamento que tenho o privilégio de apresentar e é um orçamento que representa a continuidade na implementação do nosso compromisso político, até ao final do mandato em agosto de 2017.

O Governo tem também o privilégio de apresentar este ano o orçamento para a segurança social, que segundo o disposto na Lei nº 12/2016, deve ser submetido ao Parlamento Nacional em simultâneo com o Orçamento Geral do Estado, embora tenha de passar por um debate separado.

Antes de passarmos para a substância desta intervenção, permita-me Senhor Presidente do Parlamento Nacional, felicitar esta Magna Casa pela iniciativa de realizar um seminário, nos dias 9 e 10 de novembro, que contou com a participação do Governo, com o intuito de debater o “Panorama orçamental para 2017”.

O Governo rege-se pela transparência e rigor do exercício das suas atividades uma vez que o orçamento de Estado é um orçamento para todos. Portanto, o Governo só pode apoiar iniciativas que contribuam para que o Parlamento Nacional promova ainda mais a transparência e o escrutínio das contas públicas do Estado, solicitando também a opinião da sociedade civil e de outras instituições para tornar o debate que se segue nos próximos dias

ainda mais enriquecedor.

O Governo está pronto para contribuir para uma discussão dinâmica do OGE para 2017, centrada nas políticas e programas que definem as suas opções e que têm contribuído para melhorar as condições de vida do nosso povo.

Senhor Presidente,

Partindo desta perspetiva genérica, podemos afirmar diríamos que o investimento público feito pelo Estado através do OGE é um instrumento muito efetivo para o combate contra a pobreza e a miséria; é um instrumento importante que pretende conduzir Timor-Leste para o país que todos sonhamos, como destaca a visão do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e um instrumento decisivo na criação de condições para que o crescimento do desenvolvimento social e económico possa ser realista, inclusivo, e sustentável. Tendo isto em consideração, o investimento público que estamos a realizar através do OGE, com recurso às receitas domésticas e do Fundo Petrolífero, é para benefício do Povo em todo o território nacional, bem como para o benefício das gerações futuras.

Assim, é devido à política de “front loading” adotada pelo Governo, ou seja, “uma política fiscal que pretende investir, dentro do país, o montante superior ao rendimento sustentável estimado do Fundo Petrolífero, preparando as condições para a diversificação da economia não-petrolífera”, que os investimentos públicos feitos pelo Estado através do OGE, desde 2007 até 2014, proporcionaram o desenvolvimento económico e aumentaram o Produto Interno Bruto (PIB) não-petrolífero, isto é, o PIB não derivado do rendimento do petróleo e gás, cerca de 8,6% por ano; que o investimento por parte do setor privado aumentou para 17,3% no mesmo período assim como a capacidade de consumo da nossa população aumentou 9,8%.

Estes dados demonstram que a política de “front loading” está a ter resultados bastantes positivos e a criar condições para um desenvolvimento económico e social mais progressivo, no futuro.

Nesta perspetiva da importância de investimento público dentro do país, a preparação do OGE é um exercício que exige grande responsabilidade, transparência, rigor e realismo. Assim, o Governo preparou o OGE para 2017 com base nas prioridades nacionais estabelecidas, nomeadamente a educação, a saúde, a agricultura e as infraestruturas básicas, que incluem a água potável, o saneamento, a construção e a manutenção de estradas, de irrigações, pontes, portos e aeroportos, reforçando também os outros setores que contribuem, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento socioeconómico do nosso país.

A preparação do OGE de 2017 também teve em consideração os seguintes fatores:

1. A sustentabilidade fiscal na perspetiva de receita doméstica, receita de petróleo e gás, o rendimento ou o lucro retirado do Fundo Petrolífero, os compromissos dos parceiros de

desenvolvimento e também a possibilidade de contrair empréstimos dos bancos e das agências financeiras internacionais com juros baixos.

2. A capacidade e a qualidade de execução orçamental pelas instituições do Estado bem como a capacidade do mercado em absorver o investimento proveniente da execução do OGE com vista a dinamizar a economia de Timor-Leste.
3. A continuidade da implementação da segunda fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento no período de 2016-2020, cujo foco recai sobre os esforços no desenvolvimento das infraestruturas, a consolidação do desenvolvimento dos recursos humanos e o incentivo às condições para o melhor desenvolver a economia não petrolífera.
4. A implementação dos compromissos assumidos por Timor-Leste relativamente aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), já ratificados pelo Parlamento Nacional, e harmonizados com as fases do Plano Estratégico de Desenvolvimento, concentrados no curto e médio prazo, incluídos já no ano de 2017, o ODS número 2 (erradicação da fome, melhoria da nutrição e aumento da produção agrícola), o ODS número 3 (assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos), o ODS número 4 (o investimento no ensino/educação de qualidade), o ODS número 5 (igualdade do género), o ODS número 6 (água potável e saneamento) e o ODS número 9 (melhoria das infraestruturas).
5. O novo ciclo eleitoral que terá lugar em 2017.
6. A perspetiva da economia mundial que prevê que a economia dos mercados, tanto emergentes como em desenvolvimento, como é o caso de Timor-Leste, terá um crescimento de cerca de 4,6% em 2017; a inflação global um crescimento de 2,8% e estima-se que o preço do barril de petróleo seja de cerca US\$50 em 2017.

Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, Povo Timorense

Tendo por base a preparação do OGE e as considerações atrás mencionadas, o VI Governo Constitucional vem apresentar a esta Magna Casa, o Orçamento Geral do Estado de 2017 de acordo com o seguinte:

- 1) Montante total de receitas: mil trezentos e doze milhões, vírgula seis (US\$1.312,6 milhões) dos quais duzentos e seis milhões vírgula dois (US\$206,2 milhões) são provenientes das receitas domésticas e mil cento e seis milhões vírgula três (US\$ 1.106,3 milhões) das receitas oriundas do petróleo e gás.
- 2) Montante total das despesas (incluindo o montante dos empréstimos): mil trezentos e oitenta e seis milhões vírgula oito (US\$1.386,8), dividido pelas seguintes categorias e montantes:
 - Salários e Vencimentos: 208,8 milhões de dólares
 - Bens e Serviços (inclui FDCH): 395,8 milhões de dólares
 - Transferências públicas: 421,3 milhões de dólares
 - Capital menor: 11,9 milhões de dólares
 - Capital de Desenvolvimento, incluído o FI e empréstimos: 349,0 milhões.

As despesas propostas no OGE para 2017 serão financiados através de:

- Receitas domésticas, no valor de US\$206,2 milhões de dólares.
- Rendimento Sustentável Estimado, ou seja, o lucro obtido do Fundo Petrolífero para 2017, no valor de US\$481,6 milhões de dólares.
- Levantamento acima do Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero, no valor de US\$597,1 milhões de dólares.
- Empréstimos através das Instituições Internacionais, no valor de US\$101,8 milhões de dólares.

A categoria das despesas atrás referida pode ser classificada, sob o ponto de vista económico, em duas grandes classes: (1) Despesa corrente, é a despesa destinada a sustentar a máquina do Estado, designadamente os salários e vencimentos, bens e serviços, e o capital menor; (2) Despesa de capital, que significa despesas utilizadas para o investimento que visa criar a capital económico e social, e não as despesas feitas para assegurar o funcionamento da máquina do Estado. Estão incluídas nesta classe as transferências públicas e a capital de desenvolvimento.

A proposta de OGE para 2017 que o VI Governo pretende apresentar a Vossas Excelências, representa as despesas correntes no montante de US\$616,5 milhões de dólares, e a despesa de capital (excluindo o empréstimo) no montante de US\$668,5 milhões de dólares. Se relacionarmos com a fonte de financiamento atrás mencionada, podemos verificar que as receitas domésticas somadas com o Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero para 2017 representam um total de US\$687,8 milhões de dólares. Só esse montante, já pode financiar as despesas correntes e ainda restam US\$71,3 milhões de dólares para financiar as despesas de capital. Isso significa que o montante proveniente do dinheiro depositado do Fundo Petrolífero, ou por outras palavras, o montante do levantamento acima do Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero não se destina à despesa corrente, ou para o sustento da máquina do Estado, mas sim à despesa de capital, que terá impacto direto no esforço da diversificação económica, através da criação de empregos e a médio e longo prazo, o retorno social, económico, fiscal e financeiro.

Para reduzir a dependência face às receitas provenientes do petróleo e gás, o melhor caminho é o da diversificação económica, e a diversificação económica não acontece se não investirmos no capital humano e nas infraestruturas, que são transversais a todos os setores, e que não só beneficiam diretamente o povo como também criam condições para atrair mais investimento direto nacional e estrangeiro para Timor-Leste.

Neste momento, o caminho para prosseguir com o investimento no capital humano e nas infraestruturas em Timor-Leste deve ser uma combinação entre "a política destinada a investir no país com um montante mais elevado do que o do Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero, com vista a preparar condições que visam diversificar a

economia não petrolífera”, juntamente com a política de empréstimos concessionais, isto é, empréstimos com baixos valores de juros se compararmos com os juros retirados do dinheiro depositado no Fundo Petrolífero.

Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, Povo Timorense

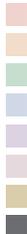
Se atentarmos no conteúdo do OGE para 2017, podemos verificar da parte das receitas que:

1. A receita doméstica aumentou em média 31% entre 2013 e 2016, ainda que o withholding tax (ou as receitas provenientes dos impostos cobrados diretamente das empresas e dos consultores que assinam contratos com o Estado) represente em média 17% do montante das receitas domésticas. Isso significa que, mesmo verificando-se um progresso no aumento das receitas domésticas, 17% de tais receitas apenas “são transferidas do bolso”, do bolso das despesas para o bolso das receitas.
2. Embora haja progresso na recolha de receitas domésticas, e mesmo que a projeção indique que até 2021 as receitas domésticas continuarão a aumentar nesta média, (30%) do financiamento das despesas públicas de Timor-Leste, através do OGE, continuará a depender maioritariamente do Fundo Petrolífero. Com a projeção do uso do dinheiro proveniente do Fundo Petrolífero numa média de mil a mil e setecentos milhões de dólares em cada ano, desde 2017 a 2021, o Fundo Petrolífero permanecerá em 2021 com um balanço de cerca doze mil milhões de dólares.

Estes pontos pretendem mostrar que as críticas que se fazem ao facto de Timor-Leste, no médio prazo, deixar de depender do Fundo Petrolífero são um populismo barato, irrealista e utópico, isto é, são apenas “um sonho em plena luz do dia”. Uma política responsável e realística é a política de “front loading” nas áreas e projetos que possam garantir o retorno social, económico, fiscal e financeiro, após o esforço de minimizar os riscos normalmente associados ao investimento público, nomeadamente a ineficiência, o esbanjamento e a corrupção. Este é o esforço que o VI Governo Constitucional está a fazer e que continuará a ser feito em 2017.

Se, por outro lado, atentarmos no conteúdo do OGE para 2017, na perspetiva das despesas, verificamos que:

1. O total de despesa em 2017 reduz cerca de 30,6% se compararmos com o orçamento retificativo de 2016. São três as razões desta redução: primeiro porque o VI Governo iniciou uma revisão à política das despesas públicas procurando estabilizar os níveis de despesa e controlar o aumento excessivo de despesas no setor público, para ser consistente com a política de sustentabilidade fiscal; segundo porque pretende aumentar a qualidade das despesas, reduzindo a ineficiência e eliminando as despesas supérfluas e o esbanjamento; e terceiro porque há uma redução do montante alocado a projetos de infraestruturas, bens e serviços e transferências públicas, se compararmos com o orçamento retificativo de 2016.

- 
2. A categoria de Salários e Vencimentos aumentou 14.8%, em relação ao orçamento retificativo de 2016, porque o Governo decidiu ajustar os salários do Regime de Carreira Geral com a inflação. O último ajuste salarial para o Regime de Carreira Geral teve lugar em 2008, enquanto que a inflação, ou a redução do poder de compra durante aquele período, atingiu cerca de 50%. Tal ajuste afetou ainda 47% dos funcionários públicos do Regime de Carreira Geral com um aumento que varia entre 12% e 26%.
 3. A categoria de Bens e Serviços (excluindo o FDCH) teve uma redução de US\$46,4 milhões de dólares, ou seja, uma redução de 11,2% face ao orçamento retificativo de 2016. Esta redução não diminui a quantidade dos serviços essenciais que a Administração Pública deve prestar à população mas vai, pelo contrário, aumentar a eficiência e procurar aumentar a qualidade das despesas, reduzindo particularmente as despesas supérfluas e o esbanjamento em despesas relacionadas com o “catering”, impressões, material do escritório, os combustíveis, a manutenção de veículos, deslocações locais e deslocações ao estrangeiro. As despesas desta categoria, que tem um montante bastante elevado (mais de 5 milhões de dólares), que têm impacto indireto e significativo no desenvolvimento social e económico de Timor-Leste são (a) o combustível, as operações e a manutenção de centrais elétricas de Hera e de Betano (US\$54,9 milhões de dólares); (b) a merenda escolar e o subsídio às escolas públicas, implementado pelas autoridades e administrações municipais (US\$17,6 milhões de dólares); (c) as eleições gerais em 2017 (US\$15 milhões de dólares); (d) os serviços legais em defesa da soberania marítima de Timor-Leste (US\$12,3 milhões de dólares); (e) a água potável e o saneamento nas áreas urbanas e rurais (US\$9,6 milhões de dólares); (f) a impressão de livros e de outros materiais escolares para as escolas públicas (US\$8,5 milhões de dólares); (g) os medicamentos e a alimentação dos doentes (US\$7,7 milhões de dólares). Os restantes Bens e Serviços, embora num montante inferior e diretamente relacionados com as despesas para o sustento da máquina do Estado, influenciam também o desenvolvimento social e económico em Timor-Leste, ainda que de forma indireta.

Por exemplo, o orçamento de Bens e Serviços alocado para apoiar a reforma fiscal, para apoiar as despesas correntes do SERVE e da Trade Invest, ou alocado como fundo de contrapartida para cofinanciar projetos físicos ou algum investimento privado, vai criar efeitos positivos na quantidade e na qualidade do investimento privado interno e externo em Timor-Leste, e dinamizar da melhor maneira o nosso esforço para diversificar a economia não petrolífera.

Um outro exemplo. As despesas alocadas em Bens e Serviços nos Ministérios da Educação, Saúde e Solidariedade Social, embora uma grande porção seja para sustentar as respetivas despesas correntes, vão, indiretamente trazer avanços nas condições sociais da população, sendo isto um efeito da implementação das políticas e dos programas que são parte das funções dos referidos ministérios. No fim, tudo vai contribuir para o desenvolvimento da economia, através do desenvolvimento do capital humano e da sua capacidade de produzir bens e serviços para o mercado, aumentando deste modo o seu poder de compra.

Se, por outro lado, considerarmos as despesas de Bens e Serviços alocadas aos ministérios,

nomeadamente ao Ministério da Administração Estatal e aos municípios, ao Ministério do Interior e à PNTL, ao Ministério da Defesa e às F-FDTL, ao Ministério da Justiça e ao ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, temos tendência a afirmar que estas despesas se destinam apenas para sustentar a máquina do Estado, que são despesas desnecessárias, que não têm retorno, entre outras críticas. Na realidade, estas despesas não são um desperdício uma vez que estes setores contribuem para a ordem e a segurança, garantem as leis e as interdições, assegurando a justiça e a cooperação com os parceiros no mundo inteiro. Tudo isso contribui para criar um ambiente que conduz Timor-Leste para o desenvolvimento socioeconómico.

4. A categoria de Transferências Públicas tem uma redução de 11,5%, em relação ao orçamento rectificativo de 2016. Essa categoria não se inclui na classificação económica de Despesas Correntes – muito embora sob o ponto de vista de contabilidade pública possa ser considerada como despesa recorrente ou seja, uma despesa que se repetirá no ano fiscal seguinte, e significa também que o Estado tem que continuar a prever as despesas para essa mesma categoria no orçamento dos anos seguintes – uma vez que os montantes nela alocados não se destinam a sustentar a máquina do Estado mas sim a sustentar os programas inseridos na classificação de investimento económico ou investimento social, onde estão incluídas as suas despesas de administração.

As despesas desta categoria, que tem um montante bastante elevado (mais de 5 milhões de dólares), e que têm impacto direto e indireto e significativo no desenvolvimento social e económico de Timor-Leste são (a) US\$ 172,1 milhões de dólares para a RAEOA/ZEESM; (b) US\$153,3 milhões de dólares para o programa de transferências sociais, nomeadamente a pensão para os combatentes e mártires da libertação da Pátria, pensão para os idosos, para as vítimas de desastres naturais, a Bolsa da Mãe, despesas relacionadas com o tratamento médico dos combatentes e veteranos da libertação nacional; (c) US\$16 milhões de dólares para a gestão dos recursos minerais; (d) US\$11 milhões de dólares no orçamento da solidariedade social, para a contribuição de 6% do Estado, como empregador dos funcionários permanentes; (e) US\$8,2 milhões de dólares para a prestação de cuidados hospitalares no estrangeiro e no país, como também para a cooperação com a Brigada Médica Cubana; (f) US\$7,7 milhões de dólares para os municípios para apoiar o saneamento básico; (g) US\$6,5 milhões de dólares para a Conferência Episcopal para apoiar o programa social na área da educação e saúde, diretamente prestados pelos órgãos da Conferência Episcopal; (h) US\$6 milhões de dólares em subsídio aos partidos políticos, com vista a apoiar o processo democrático em Timor-Leste, e (i) US\$5 milhões de dólares para a capitalizar o Banco Central de Timor-Leste, contribuindo para o desenvolvimento do setor bancário em Timor-Leste.

As restantes Transferências Públicas, embora de montante mais baixo, vão contribuir diretamente para o investimento social e económico no país, como por exemplo os US\$4 milhões de dólares alocados para o sistema de garantia de crédito a micro, pequenas e

médias empresas; os US\$4,4 milhões de dólares para apoiar a sociedade civil, e os US\$3,3 milhões de dólares para o programa de emprego rural.

5. A categoria Capital Menor é utilizada para a aquisição de bens móveis tais como veículos motorizados, máquinas, mobiliário e outros equipamentos do escritório. Face ao orçamento retificativo de 2016, esta categoria viu reduzido o seu orçamento em 37%. Esta categoria está incluída na classe de despesas correntes, mas a utilização destes bens e serviços contribui para a criação de condições de prestação de serviços com qualidade, contribuindo também indiretamente para o desenvolvimento socioeconómico do país. As despesas nesta categoria, cujo montante é significativo (superior a 11 milhões de dólares) incluem (a) \$3 milhões milhões de dólares para o Parlamento Nacional para a aquisição de viaturas aos membros eleitos em 2017; (b) US\$1,4 milhões milhões de dólares para a aquisição de equipamentos para o Laboratório Nacional de Saúde; (c) US\$1,3 milhões milhões de dólares para a aquisição do CT Scan destinado ao Hospital Nacional Guido Valadares e (d) US\$1 milhão de dólares para a aquisição de contadores pré-pagos para a EDTL.
6. O orçamento da categoria Capital de Desenvolvimento é distribuído pelo Fundo de Infraestruturas com o montante de US\$222,6 milhões de dólares; US\$10,7 milhões de dólares para o PDIM (Programa do Desenvolvimento Integrado Municipal) e US\$13 milhões de dólares para o projeto capital e desenvolvimento nos Ministérios.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento, o investimento nas infraestruturas económicas chave, nomeadamente eletricidade, estradas, pontes, água potável, portos, aeroportos e sistemas de irrigação, são elementos importantes que permitem alcançar o crescimento económico sustentável e a transformação social em Timor-Leste.

Por este motivo, em 2011, o Governo estabeleceu o Fundo das Infraestruturas, onde foi alocado orçamento para financiar os grandes projetos de infraestruturas, com valor superior a um milhão de dólares. Desde 2011 que o montante alocado a este Fundo visa financiar vinte e dois programas, no total de três mil e duzentos e cinquenta milhões de dólares. Depois de o programa de eletrificação em Timor-Leste ter levado a energia elétrica a cerca de 75% do território nacional, a alocação orçamental para o Fundo das Infraestruturas continua a estar concentrado sobretudo nos investimentos prioritários, nomeadamente as estradas nacionais, portos, aeroportos e irrigações.

Em 2017, 38,6% do Fundo das Infraestruturas está alocado para financiar o programa de estradas; 22,1% alocado ao programa de desenvolvimento do Projeto Tasi Mane e 4,3% do valor está ao programa de manutenção e de reabilitação de estradas. Os restantes 35%, serão utilizados para financiar o programa de infraestruturas nas áreas de agricultura, água potável e saneamento, educação, saúde, juventude e desporto, turismo, eletricidade entre outros.

7. O Orçamento Geral do Estado prevê o financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, que apoia despesas na formação do capital humano, através do programa bolsa de estudos e desenvolvimento de capacidades. Para o ano de 2017 o montante

alocado a este Fundo é de US\$27,2 milhões de dólares, distribuído em quatro programas: formação vocacional (US\$7,4 milhões de dólares); formação técnica (US\$2,5 milhões de dólares); bolsas de estudo (US\$15 milhões de dólares) e outros tipos de formações (US\$2,3 milhões de dólares). Este orçamento está integrado na categoria orçamental de Bens e Serviços, embora economicamente não se deva classificar como um orçamento que sustenta a máquina do Estado. Ainda que parte deste orçamento seja utilizado para o desenvolvimento das capacidades dos funcionários do Estado, o montante alocado nesse fundo pode ser considerado como investimento em capital humano, que terá retorno social e económico a curto, médio e longo prazo.

Conforme a estimativa do Governo, as despesas efetuadas através do OGE 2017 vão ter o seguinte impacto macroeconómico: (a) influenciar o crescimento económico em cerca de 4%. Esse crescimento é menor comparado ao de 2016 (5,4%) mas representa um crescimento moderado, inclusivo e sustentável propício ao desenvolvimento económico, inclusivo e sustentável de Timor-Leste; (b) não haverá impacto sobre a inflação. A estimativa de inflação em 2017 é menor que a taxa de 4% prevista no PED devido à interação entre fatores, como por exemplo a oferta no mercado (que não sofrerá reduções) e a procura (que pode ser reduzida, caso houver redução das despesas no OGE), bem como os fatores externos que lhe sejam favoráveis, como a depreciação do dólar americano face aos restantes parceiros comerciais (como a Indonésia); o preço dos produtos agrícolas que descem os preços no mercado internacional; (c) embora seja difícil estabelecer uma estimativa exata sobre o impacto do OGE de 2017 na taxa de desemprego, podemos afirmar que uma estimativa conservadora mostra que o montante alocado a Bens e Serviços, Capital Menor, Transferências Públicas e Capital de Desenvolvimento pode gerar cerca de 40 mil postos de trabalho durante o próximo ano. Isto vai criar um impacto positivo na taxa de desemprego, reduzindo o número de pessoas com emprego vulnerável e aumentando a taxa de participação do trabalho.

Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, Povo Timorense

Essa extensiva descrição sobre receitas e despesas para 2017 mostra-nos, mais uma vez, que só as nossas receitas domésticas não são suficientes para as despesas que precisamos de fazer para sustentar a máquina do Estado, e sobretudo para o investimento público que precisamos de fazer para diversificar a nossa economia não petrolífera.

Esta é a realidade e é a realidade que vai perdurar por mais dez ou vinte anos. Aliás, a partir de 2009 não só utilizamos os juros do Fundo Petrolífero – ou Rendimento Sustentável Estimado como tecnicamente é conhecido – como também o dinheiro depositado no Fundo Petrolífero, cerca de 3 mil milhões de dólares, para o investimento público na nossa economia.

Povo de Timor-Leste, permitam-me dar-vos a conhecer esta realidade, a título de exemplo e de forma ilustrativa:

A família Serakey reside em Díli e, de entre os membros da família Serakey, apenas o chefe da

família está empregado e tem um salário mensal de US\$250 dólares. A família Serakey tem 5 filhos, todos a frequentar escolas, desde o infantário até ao Ensino Superior. Ao mesmo tempo, sustentam 4 primos e sobrinhos, sendo inclusive responsáveis pelo pagamento das propinas da escola.

Não são proprietários de nenhum terreno e utilizaram um quintal alheio para construir uma casa simples e provisória, apesar do proprietário – a família Berelaka – ter exigido que os Serakey abandonassem aquele quintal. Entretanto, uma herança doada pelos pais de Serakey permitiu-lhes abrir uma conta bancária no valor de 250 mil dólares, com juros de 3% anual.

Os seus avós e a própria família Serakey decidiram gastar apenas os juros daquele depósito, e evitar utilizar o dinheiro depositado, de forma a poupar a herança, garantindo assim também o benefício das futuras gerações. No entanto, o valor mensal proveniente dos juros da herança rondava os US\$625 dólares. Mesmo acrescentando a este valor os US\$250 dólares do salário do chefe da família, o valor total mensal não era suficiente para sustentar a vida diária da família, bem como para liquidar as contas da propinas dos filhos, primos e sobrinhos, e muito menos para adquirir um terreno e construir uma habitação.

Se nos coubesse tomar uma decisão, o que faríamos? Continuar a utilizar apenas os juros e permanecer no quintal dos Berelaka sob o abrigo de uma casa provisória? Ou utilizar o valor dos juros e, ao mesmo tempo, levantar o dinheiro depositado para comprar um terreno e construir uma casa para o bem-estar da família? Ou então fazer um levantamento proporcional para a compra de uma microlete ou para a abertura de um outro negócio qualquer, de forma a diversificar assim a fonte de rendimento?

As respostas das diferentes pessoas não deveriam ser as mesmas mas o exemplo retirado dessa família pode ilustrar a realidade que o Estado timorense enfrenta. Na opinião de uns a família Serakey não devia mexer no dinheiro depositado, devia “apertar o cinto” e utilizar apenas os juros e o salário e, no futuro, quando os mais novos tivessem concluído os estudos e estivessem empregados, então pensariam em adquirir um terreno e construir a sua habitação. A isto podemos chamar a política do “aperto do cinto”.

Na opinião de outros, a família Serakey devia levantar mais do que só o dinheiro dos juros, adquirir um terreno, construir uma casa, investir num algum negócio, diversificando assim o rendimento da família. Porque não “o levantamento além dos juros não para adquirir duas camas mas sim em prol do bem-estar da família?” Esta é a política de “front loading”, já implementada pelo V e VI Governo, e que terá continuidade em 2017.

Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, Povo Timorense

O VI Governo Constitucional acredita que o OGE para 2017, tal como já foi apresentado, apesar de optar por um levantamento superior ao montante do Rendimento Sustentável Estimado, vai contribuir para a sustentabilidade do desenvolvimento económico e social em Timor-Leste.

As reformas avançadas pelo VI Governo Constitucional, desde há dois anos, vão manter as

condições já existentes para a diversificação da nossa economia e reduzir a nossa dependência do Fundo Petrolífero.

Primeiro, a Reforma e o Fomento Económico, em curso, fez uma revisão às estruturas orgânicas, às políticas e legislação que têm impacto direto no investimento privado, incluindo uma revisão à estrutura e ao funcionamento da Trade Invest, ao funcionamento do SERVE e a aprovação de algumas leis já foram até remetidas ao Parlamento Nacional, nomeadamente a Lei do Investimento Privado, a Lei das Sociedades Comerciais, a Lei das Terras e Propriedades e o Código Mineiro, entre outras.

Segundo, a Reforma Fiscal que está em curso, concentra-se na perspetiva da receita e da despesa. Na vertente da receita, o Governo está a trabalhar na revisão da Lei Tributária, estudando a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) ao mesmo tempo que procura realizar uma reforma à estrutura e ao funcionamento dos órgãos administrativos tributários. A Lei Tributária e a Lei do IVA ainda se encontram em fase de preparação mas o Governo já efetuou a revisão do Código Aduaneiro e já aprovou o novo estatuto orgânico para as autoridades alfandegárias e para as autoridades de impostos, e espera começar a implementá-lo em 2017.

Na componente da despesa, o Governo já começou a implementar o mecanismo de planeamento, monitorização e avaliação em consonância com o processo de planeamento, orçamentação e execução orçamental, iniciando a orçamentação por programas em dez ministérios para o ano de 2017, seguindo-se a preparação da revisão do quadro legal sobre o aprovisionamento. Desde 2016 que os órgãos e serviços autónomos gerem o seu próprio orçamento, o mesmo vai acontecer com os municípios a partir de 2017, dando assim maior responsabilidade aos gestores das instituições com autonomia administrativa e financeira.

Terceiro, a Reforma da Administração Pública concentra-se mais nos sistemas e nos procedimentos no interior da administração pública, tendo também em conta o modo da reforma dos mecanismos de gestão de pessoal com base no mérito, procurando formas de aumentar a motivação dos funcionários públicos, contribuindo deste modo para a prestação dos serviços eficientes e efetivos, assim como para o desenvolvimento socioeconómico de Timor-Leste. Alguns passos já foram dados neste sentido. O Governo já aprovou o Decreto-Lei sobre o padrão de competências para os cargos de Direção e Chefias na função pública; o Decreto-Lei sobre a atribuição de louvores na função pública, e que já começaram a ser atribuídos em 2016; e efetuou ainda um ajuste aos salários dos funcionários do Regime Geral das Carreiras.

Quarto, a Reforma Legislativa e do Setor da Justiça que tenta harmonizar e uniformizar cerca de quatrocentos documentos legislativos existentes no nosso ordenamento, tentando corrigir as incoerências e as inconsistências que têm um efeito “boomerang” no processo de desenvolvimento socioeconómico.

Além destas reformas, que garantem que o investimento público feito a partir do OGE

atinge o seu objetivo, o Estado dispõe já de um enquadramento legal e institucional que supervisiona o mecanismo de implementação do OGE, minimizando assim as ineficiências e o uso incorreto do OGE. As Instituições do Estado, os Órgãos e os Serviços Autónomos, segundo a lei em vigor, assumem a responsabilidade política, financeira e criminal na execução do seu próprio orçamento.

O próprio Parlamento Nacional tem uma função importante na fiscalização da implementação do OGE. A Inspeção-Geral do Estado, a Câmara de Contas e a Comissão Anti-Corrupção têm a seu cargo a investigação, as auditorias e a verificação de eventuais irregularidades.

De forma a reforçar a boa governação, o Governo tomou a iniciativa de, através da parceria com a sociedade civil, criar a Auditoria Social para acolher o “feedback” dos beneficiários, relativamente à prestação de serviços, à implementação dos programas e dos projetos implementados pelo Governo. Todos esses mecanismos de “check and balances” ajudam a assegurar a boa governação, a certificar que o dinheiro retirado do Fundo Petrolífero é utilizado em conformidade com os objetivos definidos.

A sustentabilidade económica de Timor-Leste passa, também e por outro lado, pela restauração da nossa soberania sobre o Mar. Todos sabemos que a riqueza dos recursos marítimos contribuem fortemente para o nosso desenvolvimento, porém só podemos ter real conhecimento sobre o nosso património marítimo quando definirmos as nossas fronteiras marítimas. Por isso, o VI Governo Constitucional, através do empenhamento do seu Chefe Negociador e Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, Maun Bo’ot Kay Rala Xanana Gusmão, deu início ao processo de negociação das fronteiras marítimas com os nossos dois vizinhos: a Austrália e a Indonésia. Os resultados da restauração da soberania marítima vão trazer ainda mais certezas, sobretudo acerca do património que podemos considerar no processo de diversificação económica e de desenvolvimento sustentável de Timor-Leste.

Todos temos conhecimento que há muito caminho a percorrer no sentido da diversificação económica e do desenvolvimento inclusivo sustentável, e sabemos também que nesse percurso vamos encontrar muitos desafios. Uma série de relatórios divulgados há uns meses atrás mostram que o processo de desenvolvimento socioeconómico do nosso país caminha na direção certa. Por exemplo:

1. O Fórum Económico Mundial realizou este ano o Estudo de Impacto do Desenvolvimento Económico Sustentável onde posiciona Timor-Leste em 7º lugar entre os países que melhor conseguiram transformar o crescimento económico em bem-estar do povo, entre 2006 e 2014.
2. O Fundo Monetário Internacional referiu recentemente que a economia de Timor-Leste está a crescer a um ritmo satisfatório e, ao mesmo tempo que menciona a necessidade e capacidade de diversificar a economia, encara como bastante positivo o progresso das reformas aduaneira e fiscal como forma de arrecadar mais receitas domésticas.

3. O Relatório sobre a Pobreza, publicado pela Direção-Geral de Estatísticas em setembro deste ano, refere que a percentagem de timorenses que vivem em condições de pobreza baixou de 50,4%, em 2007, para 41,8%, em 2014.
4. A Revista Lancet – uma Revista científica de medicina de elevada reputação mundial – na sua publicação de setembro deste ano, em relação às 33 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionado com a saúde em 188 países, referiu que a partir do ano 2000, o progresso mais elevado na melhoria do índice dos ODS relativamente à saúde, se registou em Timor-Leste, seguido do Butão e da Colômbia. Em Timor-Leste essa melhoria ocorreu devido às intervenções feitas no âmbito dos cuidados de saúde universais, acesso a água potável e saneamento, bem como à paz e estabilidade.
5. No passado mês de outubro, o Banco Mundial lançou o seu relatório trimestral onde refere que os investimentos em infraestruturas e outras reformas estão a começar a dar resultados e sugere que os recursos sejam empregues para diversificar a economia e a sustentabilidade fiscal.

Embora estejamos otimistas com as opiniões que referem que estamos no caminho certo, para além de enfrentar o risco do investimento público, Timor-Leste enfrenta também questões relacionadas com a ineficiência, esbanjamento e corrupção e temos de ter consciência de que também temos dois desafios específicos, na área comercial e bancária, que precisamos gerir para que nos tragam um desenvolvimento económico e social sustentável.

Primeiro, de acordo com a edição de setembro de 2016 do Boletim Económico do Banco Central, quando excluímos o petróleo e o gás da balança de pagamentos de Timor-Leste, temos um grande deficit. Não é novidade para nós que a importação de bens e serviços para Timor-Leste é muito elevada. Nos últimos cinco anos, desde 2011, o deficit em bens e serviços atingiu os mil milhões vírgula quatro dólares em cada ano, o equivalente ao deficit na conta corrente com um montante de 770 milhões, ou seja 58% do PIB não petrolífero, para esse período de cinco anos. Isso significa que Timor-Leste gastou mais do que aquilo que produziu. O nosso esforço em diversificar a economia tem que procurar inverter esta equação, o que significa que temos que produzir mais do que gastar. Isso é um desafio que não é fácil de ser ultrapassado mas já tivemos aspetos precedentes no domínio da agroindústria, se considerarmos a produção de café e de produtos hortícolas.

Segundo, de acordo com a fonte supramencionada, o total do depósito no sistema bancário de Timor-Leste continua a aumentar e atingiu os US\$818 milhões de dólares no final de setembro de 2016. Ainda que 95,5% do total destes depósitos se encontrem no estrangeiro, até setembro de 2016, o banco comercial de Timor-Leste disponibilizou empréstimos no montante de US\$184,7 milhões de dólares, com juros de 14,5% em média. O grande desafio que o Estado tem que procurar ultrapassar nesta área é o de criar condições para que os depósitos acumulados pelo banco comercial possam reintegrar a economia através de empréstimos ao setor privado. Por isso, estabelecemos, para 2017, a garantia de crédito para as micro, pequenas e médias empresas, e esperamos que a Reforma e Fomento Económico,

agora em curso, permita abrir caminhos para estes depósitos sejam transformados em investimento privado na nossa economia.

Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, Povo Timorense

Antes de concluir esta apresentação do OGE para 2017 aproveito para reforçar o compromisso do Governo em manter todos os esforços para continuar a percorrer este caminho, ainda que precise de alguns ajustes para continuar a garantir que conseguimos atingir o objetivo do Estado e trazer prosperidade ao nosso Povo.

Aproveito também para felicitar todos os timorenses, as mulheres e os jovens em particular, que têm contribuído com dedicação e empenho para a paz e estabilidade no país, permitindo que o desenvolvimento socioeconómico avance a um ritmo satisfatório, e que os indivíduos e as famílias gozem de melhores condições de vida, como é reconhecido pela comunidade internacional.

Congratulo ainda todas as mulheres Timorenses, pela recente conquista demonstrada através dos resultados das eleições dos Sucos. O aumento do número de mulheres na liderança comunitária, veio completar e reforçar ainda mais o papel da mulher nos cargos públicos, e isto deve ser um motivo de orgulho para todo o Povo. O Governo está empenhado em trabalhar ainda mais para que a implementação dos programas e dos projetos no OGE para 2017 possa ser um grande contributo para eliminar a discriminação das mulheres e aumentar a sua participação nos cargos públicos.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Vice-Presidentes, Ilustres Deputados, em nome do VI Governo Constitucional gostaria de mais uma vez agradecer a oportunidade para criar um diálogo aberto, um debate franco e construtivo sobre o OGE para 2017. O Governo está consciente dos desafios enfrentados pelo Povo, pela Nação e pelo Estado, e acredita que as políticas, os programas e os projetos contemplados neste OGE, juntamente com a colaboração de Vossas Excelências, nos vai permitir ultrapassar estes desafios.

Em frente com autoconfiança, porque juntos construímos a base da Nação, levando mudanças à vida do povo!!!

Muito obrigado pela vossa atenção.

23 de novembro de 2016

Dr. Rui Maria de Araújo